



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

MARIA EDUARDA GONÇALVES PEIXOTO

**O ESCÂNDALO POLÍTICO COMO LUTA SOCIAL:
uma análise de discurso crítica do evento midiático *Novos alopados***

**FORTALEZA - CEARÁ
2014**

MARIA EDUARDA GONÇALVES PEIXOTO

O ESCÂNDALO POLÍTICO COMO LUTA SOCIAL:
uma análise de discurso crítica do evento midiático *Novos alopados*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística Aplicada.

Área de concentração: Linguagem e Interação.

Orientador: Prof. Dr. Raimundo Ruberval Ferreira.

FORTALEZA – CEARÁ
2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Estadual do Ceará
Biblioteca Central do Centro de Humanidades
Bibliotecário Responsável Doris Day Eliano França– CRB-3 / 726

P377e Peixoto, Maria Eduarda Gonçalves.
O escândalo político como luta social: uma análise de discurso crítica do evento midiático *Novos alopados*. / Maria Eduarda Gonçalves Peixoto. – 2014.
CD-ROM. 41 f. : il. (Algumas color). ; 4 ¾ pol.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Fortaleza, 2014.
Área de Concentração: Linguagem e Interação.
Orientação: Prof. Dr. Raimundo Ruberval Ferreira.

1. Escândalo Político. 2. Discurso. 3. Mídia. 4. Antagonismo Social. I. Título.

CDD: 418

MARIA EDUARDA GONÇALVES PEIXOTO

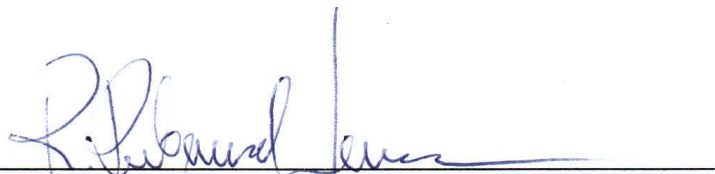
O ESCÂNDALO POLÍTICO COMO LUTA SOCIAL:
uma análise de discurso crítica do evento midiático Novos alopados

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Linguística Aplicada do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada do Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística Aplicada.

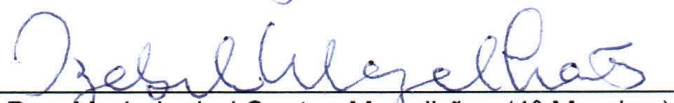
Área de Concentração: Linguagem e Interação.

Aprovada em: 14/05/2014.


BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Raimundo Rúberval Ferreira (Orientador)
Universidade Estadual do Ceará – UECE



Profa. Dra. Maria Izabel Santos Magalhães (1º Membro)
Universidade Federal do Ceará - UFC



Profa. Dra. Claudiana Nogueira de Alencar (2º Membro)
Universidade Estadual do Ceará – UECE

O valor acadêmico do escândalo político não é o que ele revela sobre um determinado escândalo, mas o modo como o pesquisador o usa como forma de melhorar a nossa compreensão da realidade política.

Mark Silverstein

À Pit Maria
(*in memoriam*)

AGRADECIMENTOS

Com todo o sentimento, agradeço àqueles cujos passos uniram-se aos meus, em algum momento desta travessia:

Deus. A coragem para esta caminhada é a confiança que temos um no outro.

Áurea, minha mãe, meu milagre de vida. Ela foi até o fim da estrada e continuou andando.

Joan Pontes, meu pai. Ele é o meu penhor.

Maria e Alfredo, meus avós, e Francisca e Manoel, meus bisavós (*in memoriam*). Eles são a minha fé nas pessoas.

Sinval, meu marido. “Maria estava escondida no telhado da casa, quando viu o menino magro subir até o alto da caixa d’água da rua. Os dois olharam-se para sempre”.

Marquinho, Jana e Thaysa, meus amigos. Rir com as suas presenças é um jeito de dizer que estarei sempre a postos para vocês, como estiveram um dia para mim.

Professor Ruberval Ferreira, minha gratidão. Ele estará sempre nas minhas melhores palavras, nos sublinhados dos meus livros preferidos e no olhar admirado dos meus alunos. Tudo porque este caminho, que é a minha vida, foi ele quem abriu.

Professora Dina Ferreira, a esperança minha e de todos os seus filhos de orientação. Às vezes, somente às vezes, alguém segura nossas mãos firmemente e nos salva.

Professora Claudiana Nogueira. A semelhança com a minha mãe era apenas fisionômica, até o momento em que a ouvi falar pela primeira vez. O meu empenho para lhe ganhar a admiração é como a preocupação de uma filha em dar gosto à mãe.

Professora Izabel Magalhães. Sou grata à senhora pela atenção dedicada nos contatos via email e pelo interesse em contribuir para o amadurecimento desta pesquisa, examinando-a com a perícia conhecida.

As Coordenações do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada e do Curso de Graduação em Letras da UECE. O esforço deste trabalho conta com a ajuda de professores e funcionários que me orientaram na melhor direção. Entre eles, destaco, especialmente, as professoras Coema Escórcio e Cibele Gadelha e a paciente secretária Keiliane Dantas.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

RESUMO

Esta dissertação apresenta uma análise discursiva da construção midiática do escândalo político referido como *Novos alopados*, desenvolvido nas eleições presidenciais de 2010, no Brasil. Propondo uma leitura do escândalo político em termos de mídia, antagonismo social e discurso, esta pesquisa objetiva descrever e discutir o processo discursivo pelo qual o evento em questão é construído, através do que estou chamando de instâncias enunciativas hegemônica e não hegemônica de mídia, como acontecimento que age na constituição antagônica da realidade social. Em vista disso, a investigação é operacionalizada pelo enquadre teórico e metodológico-analítico da Análise de Discurso Crítica. Mais especificamente, examino os mecanismos discursivos mobilizados nas cartografias narrativas do evento, nas revistas *Veja* e *Carta Capital*, quanto à representação de atividades, por meio de metáforas lexicais, à identificação de atores sociais, pelo uso de estratégias de polidez linguística, e às formas de (inter)ação social que a inscrição discursiva do evento na realidade implica, através da intertextualidade. Ao final da análise discursiva empreendida, os movimentos de significação do evento revelam que o escândalo político tenta articular ou desarticular relações de representação, identificação e (inter)ação, no sistema discursivo de diferenças da realidade. Assim, tenho feito entender que o escândalo político constitui-se discursivamente como luta social, ao se engajar na construção hegemônica e ideológica da vida sociopolítica.

Palavras-chave: Escândalo político. Discurso. Mídia. Antagonismo social.

ABSTRACT

This research presents a discursive analysis of media construction of political scandal *Novos alopados*, occurred in the 2010 presidential election in Brazil. Developing an interpretation an interpretation of political scandal in terms of media, social antagonism and discourse, this research aims to describe and discuss the discursive construction of the event as mode of action in antagonistic constitution of social reality, through what I am calling the hegemonic and non-hegemonic enunciative instances of media. With this goal, the research is operationalized by the theoretical and methodological-analytical framework proposed by Critical Discourse Analysis. More specifically, I examine the discursive mechanisms mobilized in narrative cartography of the event, in magazines *Veja* and *Carta Capital*, regarding to the representation of activities, through lexical metaphors, the identification of social actors, through the use of linguistic politeness strategies, and the forms of (inter)action that the discursive engagement of the event in the social reality implies, through intertextuality. At the end of the study, the modes of meaning of the event reveal that the political scandal tries to articulate or disrupt relations of representation, identification and (inter)action, within the discursive system of differences of reality. So, I have developed an understanding of the political scandal that is discursively constituted as social struggle, to engage in hegemonic and ideological construction of sociopolitical life.

Keywords: Scandal politics. Discourse. Media. Social antagonism.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	13
LISTA DE QUADROS	14
INTRODUÇÃO	15
1. A EXPERIÊNCIA SIMBÓLICA DO ESCÂNDALO POLÍTICO COMO ACONTECIMENTO MIDIÁTICO	21
1.1. Identificando o escândalo político: cinco características do evento	22
1.2. A etimologia do escândalo político	26
1.3. O surgimento do escândalo político como acontecimento midiático	29
1.4. Imprensa e política na história do Brasil	34
1.5. O lugar do escândalo político	45
1.5.1. Espaço de sobreposição de lógicas: a lógica do poder e a lógica do processo devido 45	
1.5.2. Espaço de sobreposição de campos: o campo político e o campo midiático	47
1.5.3. O espaço público: entre o estado, o governo e a sociedade.....	50
2. A INSCRIÇÃO DISCURSIVA DO ESCÂNDALO POLÍTICO NA CONSTITUIÇÃO ANTAGÔNICA DA REALIDADE SOCIAL	54
2.1. A constituição simbólico-discursiva da realidade social	55
2.3. O espectro da ideologia e o real/impossível do antagonismo no escândalo político.....	64
2.4. Ideologia: um epifenômeno na Análise de Discurso Crítica	68
2.4.1. Breve história do conceito negativo de ideologia: a caminho da ADC.....	69
2.4.2. O conceito de ideologia desenvolvido na ADC	74
2.4.3. Ideologia como epifenômeno na ADC	79
2.4.4. A prática ideológica na e da ADC: a crítica (alheia) à ideologia	81
2.5. A luta hegemônica e ideológica no escândalo político	82
3. POR UMA CRÍTICA DA LINGUAGEM PARA A ANÁLISE SOCIAL DO ESCÂNDALO POLÍTICO	85
3.1. A Teoria Social do Discurso: linguagem, poder e mudança social	86
3.2. Vida social textualmente mediada: a condição discursiva do escândalo político	88
3.3. Das metafunções aos significados da linguagem: a caminho da crise	95
3.4. Os significados do discurso na construção textual do escândalo político	101
3.4.1. Significado representacional: processos e metáforas lexicais	103
3.4.2. Significado identificacional: polidez linguística, o feitiço político dos grandes personagens	107
3.4.3. Significado acional: intertextualidade e relatos de discurso.....	113
4. A MEDIAÇÃO TEXTUAL DOS NOVOS ALOPRADOS: O MOVIMENTO DE SIGNIFICADOS NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2010.....	117
4.1. O enquadre metodológico para a análise interpretativa na ADC	118

4.2. A emergência dos <i>Novos alopados</i> no contexto da disputa eleitoral.....	121
4.2.1. Ainda a política do café-com-leite: Minas Gerais e São Paulo pela Presidência .	122
4.2.2. As campanhas eleitorais e a reedição dos alopados	126
4.2.3. <i>Novos alopados</i> : a revelação de poderes ocultos	130
4.2.3.1. A coincidência que não está no nome, mas no sobrenome	134
4.2.3.2. As movimentações milionárias nos paraísos fiscais.....	137
4.2.3.3. Chamadas a cobrar	139
4.2.3.4. O grande negócio.....	142
4.3. A prática social particular da imprensa jornalística no desenvolvimento dos <i>Novos alopados</i>	143
4.3.1. Edição, <i>design</i> jornalístico e investigação: a produção de formas simbólicas no escândalo político	143
4.3.2. Relações sociais e processos: o escândalo político entre a mídia, a política e a justiça	146
4.3.3. Sistemas de valores e crenças na produção de sentidos do escândalo político	149
5. A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DO EVENTO MUDIÁTICO NOVOS ALOPRADOS: METÁFORA, POLIDEZ LINGUÍSTICA E INTERTEXTUALIDADE	151
5.1. A cartografia dos <i>Novos alopados</i>	152
5.2. Representando ações e atividades.....	158
5.2.1. Metáforas em <i>Veja</i>	159
5.2.2. Metáforas em <i>Carta Capital</i>	164
5.3. Identificando atores sociais.....	168
5.3.1. Jogo das faces em <i>Veja</i>	170
5.3.2. Jogo das faces em <i>Carta Capital</i>	178
5.4. Agindo em práticas sociais	186
5.4.1. Intertextualidade em <i>Veja</i>	187
5.4.2. Vozes em <i>Carta Capital</i>	194
CONCLUSÃO.....	201
REFERÊNCIAS.....	211
ANEXOS	215

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Cartum da semanal Revista Ilustrada, fundada em 1876.....	39
Figura 2: Imagens de reportagens de periódicos brasileiros do século XIX.....	40
Figura 3: Sobreposição da lógica do poder e da lógica do processo devido.....	46
Figura 4: Sobreposição do campo político e do campo midiático.....	49
Estratificação da realidade	89
Figura 4: Editorial do Estado de Minas: “Minas a reboque, não!”	124
Figura 5: Abraço de Aécio Neves e José Serra, no ato de apoio de Minas Gerais ao candidato tucano à Presidência (VEJA, ed. 2187, p. 74)	125
Figura 6: Cópia da série de acessos ao IR de Eduardo Jorge, em abril de 2009, em Minas Gerais, disponibilizada pela <i>Folha de São Paulo</i> (04/09/10).	126
Figura 7: Folha de artigos da corporação Decidir.com	135
Figura 8: Cobertura da violação de dados bancários realizada pela empresa Decidir.com	136
Figura 9: Cópia extraída da lista de lançamentos constantes nas bases de dados da Beacon Hill e do MT Bank.....	138

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Mapa ontológico da realidade com base em Bhaskar (1978).....	89
Quadro 2: Relação entre elementos do contexto, metafunções da linguagem e sistemas de representação.	97
Quadro 3: Recontextualização das macrofunções por Fairclough (2001)	98
Quadro 4: Recontextualização da LSF na ADC.	99
Quadro 5: Esquema de estratégias de polidez linguística de Brown e Levinson (1987).....	113
Quadro 6: Enquadre metodológico da ADC	118
Quadro 7: Tipologia de escândalos políticos, segundo Thompson (2002)	131
Quadro 8: Privatizações federais e estaduais no Brasil (BIONDI, 2003).....	140
Quadro 9: Sequência narrativa dos <i>Novos alopados</i>	157
Quadro 10: Metáforas em <i>Veja</i>	164
Quadro 11: Metáforas em <i>Carta Capital</i>	168
Quadro 12: Estratégias de polidez linguística em <i>Veja</i>	177
Quadro 13: Estratégias de polidez linguística em <i>Carta Capital</i>	185
Quadro 14: Vozes na reportagem “Ordem na casa do Lago Sul” (02/06/2010).	187
Quadro 15: Vozes na reportagem “A busca da hegemonia” (01/09/10).	189
Quadro 16: Vozes na reportagem “O Estado a serviço do partido” (08/09/10).....	190
Quadro 17: Vozes na reportagem “Intrigas do Estado” (23/10/10).	192
Quadro 18: Vozes na reportagem “O dossiê do dossiê do dossiê” (09/06/10).....	194
Quadro 19: Vozes na reportagem “As quebras de sigilo fiscal: qual é mesmo o escândalo?” (02/09/10)	195
Quadro 20: Vozes na reportagem “Sinais trocados” (13/09/10)	197
Quadro 21: Vozes na reportagem “Uma guerra Tucana” (27/10/2010).....	198

INTRODUÇÃO

Durante as eleições presidenciais de 2010, o Brasil experimentou o escândalo político que, segundo os jornais e as revistas mais influentes no cenário nacional, consistiu em um dos piores crimes já cometidos contra a Constituição e a moral do país. O episódio, que ficou conhecido pela alcunha midiática *Novos alopados*, revelou a quebra de sigilos fiscais, na Receita Federal, em 2009, de centenas de contribuintes brasileiros. Entre eles, dirigentes do partido político PSDB e familiares do então candidato à Presidência pela referida sigla, José Serra.

De acordo com as primeiras reportagens sobre o episódio, em junho de 2010, a violação de dados fiscais teria sido encomendada pelo núcleo de comunicação da campanha da candidata Dilma Rousseff, do PT, em vista da confecção de um falso dossiê contra o seu principal adversário político, à moda do chamado *Escândalo dos alopados* ou *Escândalo do dossiê*, ocorrido em 2006. Não tardou muito para que novas reportagens surgissem, afirmando que o caso era resultado, na verdade, de uma disputa fratricida, dentro do PSDB, pela pré-candidatura à Presidência, entre o ex-governador de Minas Gerais Aécio Neves e o ex-governador de São Paulo José Serra.

Expressões como *estratégia de supressão da verdade*, *criminosa ofensiva*, *aparelhamento do Estado*, *atentado à democracia*, *práticas de regimes totalitários* e *ataque contra a cidadania* foram utilizadas por diversos noticiários, para designar o evento como uma das maiores agressões contra a dignidade e a legitimidade da ordem político-jurídica da sociedade brasileira. Tais designações passaram a constituir um conjunto de sentidos que, unido aos recentes e numerosos escândalos políticos da última década, indicaria, não sem perigos, os limites da democracia no Brasil.

No ano em que o país lembra o cinquentenário do Golpe Militar de 64, a reflexão sobre os princípios e os valores que distinguem a democracia brasileira como tal faz-se tão necessária quanto urgente. Nesse contexto, penso que o estudo do escândalo político pode dar alguma contribuição ao debate, à medida que o seu valor está tanto no amadurecimento da compreensão do sistema político, cultural e

jurídico do país, quanto na oportunidade de discutir os limites e as possibilidades de mudança da democracia brasileira.

Nessa direção, tenho me esforçado para fazer entender a relevância da inscrição simbólica do escândalo político na realidade social, a partir do desenvolvimento de uma leitura linguístico-discursiva do evento. A leitura proposta concebe o escândalo político a partir dos seguintes elementos: mídia, antagonismo social e discurso. Os três conceitos tornam o escândalo político - um acontecimento social bastante complexo - relativamente operacional, como objeto de pesquisa científica, e viabilizam uma análise discursiva crítica que, conforme argumentarei, pode ser útil à análise social do evento.

Uma reflexão séria sobre o escândalo político precisa estar preocupada em discutir o evento, considerando três aspectos importantes de sua configuração na sociedade. Primeiro, o aspecto midiático. O acontecimento é construído, em parte e de diferentes modos, pelos veículos de mídia que o noticiam (THOMPSON, 2002, p. 91), de modo que a imprensa, ao criar um conjunto de sentidos do escândalo, constrói inteligibilidades sobre a vida pública do país. Segundo, o aspecto antagônico. A construção do escândalo político implica um movimento simbólico de ação sobre a “constituição antagônica da realidade” (ŽIŽEK, 2011, p. 21), quando estabelece, reproduz ou transforma tensões sociais e políticas. Terceiro, o aspecto discursivo. O escândalo político é construído textualmente, pelas instâncias enunciativas midiáticas. Logo, deve-se atentar para os modos de articulações dos “significados do discurso” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 28) na constituição textual do evento.

Alicerçada, então, sobre os três arrimos conceituais, amplamente discutidos pelo sociólogo John. B. Thompson (1995, 2002, 2009), pelo filósofo Slavoj Žižek (1996, 2006, 2011) e pelo linguista N. Fairclough (1999, 2001, 2003), esta pesquisa interdisciplinar descreve e discute a construção discursiva do escândalo político *Novos alopados*, em particular, a fim de empreender uma reflexão mais ampla sobre a mediação textual do evento, por formas midiáticas de comunicação, como um acontecimento que age na constituição antagônica da sociedade, ao se engajar discursivamente nas luta hegemônicas e ideológicas da realidade social.

O esforço empenhado justifica-se pela considerável ausência, na literatura da sociologia e da comunicação social, de estudos dedicados à constituição discursiva do escândalo político. Nas literaturas estrangeira e nacional, há diversos trabalhos a respeito do evento que, a meu ver, têm trazido importantes contribuições à abordagem social e simbólica do escândalo político, mas que não têm explorado suficientemente a sua constituição discursiva.

Na literatura estrangeira, os franceses E. Dampierre (1954) e M. Rodinson (1970) realizam uma análise do escândalo em termos da sua natureza temática e genealógica. Os alemães M. Schmitz (1981) e D. Käsler (1991) apresentam os aspectos performáticos do escândalo, como contendo, cada um, em suas particularidades, um *dramatis personae* próprio. R. Hodder & Williams e J. Ceaser (1986) fazem um estudo cultural do evento, a partir dos tipos de transgressões mais propensas a escândalos. S. Markovits e M. Silverstein (1988) dedicam-se a explicar as razões pelas quais os escândalos políticos desenvolvem-se, prioritariamente, em democracias liberais. Por fim, o britânico J. B. Thompson (2002) propõe uma leitura crítica do escândalo político, concebendo-o como evento midiático e luta simbólica. O autor é o primeiro a atentar para o desenvolvimento do evento considerando os atos de fala dos participantes, mas os reduz às afirmações e acusações em defesa da reputação do nome.

Na literatura nacional, não há muitas pesquisas sistemáticas e periódicas, dentro da academia científica, sobre escândalos políticos propriamente. Uma vez que, no Brasil, os principais escândalos são político-financeiros, a maioria das pesquisas sobre o tema, inclusive para além do universo acadêmico-científico, volta-se para a análise da corrupção em particular. Assim, há duas discussões sobre escândalos que considero relevantes na área. Primeiro, a pesquisa desenvolvida pela pesquisadora Vera Chaia. Em obras como *Jornalismo e Política: Escândalos e Relações de Poder na Câmara Municipal de São Paulo* (2004) e *Mídia e Política* (2000), a autora investiga como o escândalo é repercutido midiaticamente e quais as suas implicações na democracia do país. Segundo, o pesquisador Pedro Guareschi, tradutor de J. B. Thompson no Brasil. Com experiência nas áreas de Psicologia Social e Ciência Política, o autor discute a relação entre comunicação e política na democracia, apresentando o escândalo como modo de explorar melhor tal ligação.

Como se vê, as principais pesquisas atuais sobre o escândalo político não se atêm à constituição discursiva do evento. Por isso, estou convencida de que uma das contribuições que uma investigação linguístico-discursiva do evento pode oferecer é uma compreensão séria e responsável de linguagem, a partir da qual se torna possível a problematização, mais minuciosa, do processo social de construção midiática do escândalo e da sua inscrição simbólico-discursiva na vida sociopolítica do país. Nessa direção, os *Novos alopados* torna-se um caso particularmente interessante para a discussão que procuro realizar, pois sua complexidade abrange temas caros à democracia, como a liberdade de expressão, a regulação civil da comunicação midiática, o direito à privacidade, a atuação de instituições públicas, a legitimidade da ordem político-jurídica do país, a relação entre estado, governo e sociedade civil e as formas de participação e representação na vida social pública.

Assim motivada, esta pesquisa investiga, mais especificamente, o movimento de significação do escândalo político *Novos alopados* engajado na construção simbólica da realidade social, através do que tenho chamado de esferas enunciativas de imprensa hegemônica e não hegemônica. O objetivo é descrever e discutir a construção textual do evento, a partir da análise dos processos discursivos mobilizados nos modos de representação das ações e atividades que compõem o evento, nos tipos de identificação dos atores sociais envolvidos na trama e nas formas de ação do acontecimento na realidade sociopolítica. Em vista disso, a investigação organiza-se em cinco etapas.

No Capítulo 1, “A experiência simbólica do escândalo político como acontecimento midiático”, apresento o primeiro elemento considerado em minha leitura do evento: a mídia. O meu objetivo é discutir o evento como uma experiência simbólica, que se dá a partir do movimento de significados articulado por formas midiáticas de comunicação. Primeiro, defino o escândalo político, segundo suas principais características. Depois, reconstituo a trajetória etimológica do acontecimento, a fim de evidenciar seu caráter irremediavelmente sígnico. A seguir, percorro o caminho histórico de desenvolvimento do escândalo como evento midiático, com atenção para a relação entre imprensa e mídia no contexto particular da história do Brasil. Por fim, situo o lugar do escândalo político no interior da realidade social, para esclarecer a constituição e a morfologia do evento.

No Capítulo 2, “A inscrição discursiva do escândalo político na constituição antagônica da realidade social”, apresento o segundo elemento sublinhado em minha investigação discursiva do escândalo político: o antagonismo social. O meu objetivo, aqui, é pensar a forma discursiva de engajamento do escândalo político nas lutas hegemônicas e ideológicas da vida social. Primeiro, explano, epistemologicamente, a instituição simbólico-discursiva da sociedade. A seguir, defino a natureza do antagonismo social, a fim de indicar o terreno necessariamente clivado em que o escândalo desenvolve-se. Ao fim, apresento a concepção crítica de ideologia, como esteio da realidade social fundada antagonicamente, para identificar o escândalo político como acontecimento que atua discursivamente na construção ideológica da vida social pública.

No Capítulo 3, “Por uma crítica da linguagem para a análise social do escândalo político”, exploro o terceiro elemento considerado na leitura ora empreendida: o discurso. O meu objetivo é refletir sobre os processos discursivos através das quais o escândalo político em foco constrói-se na esfera pública. Inicialmente, apresento a Teoria Social do Discurso (TSD), uma das vertentes mais influentes da ADC, que está norteando teórica e metodologicamente esta investigação. Depois, defino a concepção crítica de discurso, que situa a linguagem na dialética entre estruturas, práticas e eventos sociais, pela qual o escândalo político é pensado como experiência simbólica. Mais adiante, discuto os três modos principais através dos quais estou considerando a construção textual do evento, segundo o meu interesse em descrevê-lo e discuti-lo a partir dos recursos discursivos mobilizados na representação de processos, na identificação de atores sociais e no modo de agir na construção ideológica da realidade social.

No Capítulo 4, “A mediação textual dos *Novos alopados*: o movimento de significados nas eleições presidenciais de 2010”, realizo a análise de compreensão e explanação do escândalo político em foco. Primeiramente, apresento o processo metodológico de interpretação arquitetado na ADC, para elucidar como as cinco etapas do enquadre têm configurado a metodologia e os procedimentos analíticos desta pesquisa. Depois, examino a configuração conjuntural no interior da qual distintas práticas sociais foram articuladas na construção discursivo-midiática dos *Novos alopados*. Em seguida, analiso a prática social particular da imprensa

jornalística de que o discurso midiático que devo analisar, adiante, faz parte, a fim de identificar e discutir os modos de internalizações entre o momento do discurso jornalístico e os demais momentos da prática analisada na mediação textual do evento.

No Capítulo 5, “A construção discursiva do evento midiático *Novos alopados*: metáfora, polidez linguística e intertextualidade”, procedo a análise estrutural e interativa da construção textual do escândalo político. Primeiro, explico os procedimentos metodológico-analíticos de coleta e categorização do material empírico para investigação, considerando a heterogeneidade de esferas de enunciação midiática e a estrutura narrativa do evento. Em seguida, examino, comparativamente, os processos discursivos de representação das ações e atividades que compõem o escândalo, de identificação dos atores sociais envolvidos na trama e de ação do acontecimento na realidade sociopolítica, mobilizados nos discursos da imprensa hegemônica e não hegemônica, na construção das cartografias dos *Novos alopados*.

Encerrando a investigação, aponto para a necessidade de uma crítica da linguagem para a promoção de uma análise mais séria e engajada do escândalo político, que esteja interessada em discuti-lo com um olhar responsável sobre os mecanismos e as articulações que engendram as lutas por sentidos da realidade política em que representamos, (nos) identificamos e agimos como sujeitos. Com esse posicionamento, afirmo, ainda, que esta pesquisa é um esforço de interpretação, devendo ser compreendida e avaliada, de acordo com as razões que exponho, com a suficiência, o convencimento e a coerência dos argumentos que aduzo para sustentar a discussão. Não se trata, pois, de constatar um conjunto de fatos acerca do escândalo político, com alguma pretensão de verdade ou juízo sobrelevado, mas de propor uma leitura crítica possível do evento.

1. A EXPERIÊNCIA SIMBÓLICA DO ESCÂNDALO POLÍTICO COMO ACONTECIMENTO MIDIÁTICO

O escândalo político é importante, porque, em nosso mundo midiático, ele afeta as fontes concretas do poder.

J. B. Thompson (2002, p. 23)

Este capítulo dedica-se à explanação conceitual do primeiro aspecto a ser considerado em minha leitura do escândalo político: a relação entre o acontecimento e a mídia. O objetivo é apresentar e discutir a constituição midiática do evento. Assim orientado, o capítulo organiza-se em cinco seções.

Na primeira seção, identifico o escândalo político, conceituando-o a partir da descrição de suas principais características constitutivas. A definição deve compor uma visão sumária do evento, com base na qual se torna possível distinguir sua ocorrência e caráter na realidade social.

Na segunda seção, desenho o percurso etimológico do escândalo político, a fim de indicar suas dimensões social, cultural e religiosa. Tais traços são importantes para a compreensão do evento em termos simbólicos e, geralmente, estão negligenciados na literatura do tema, em detrimento do foco sobre a dimensão política (restrita e institucional) e dimensão econômica (a corrupção e seus custos).

Na terceira seção, delinheiro o caminho histórico de desenvolvimento do evento, cruzando-o com a evolução tecnológica e cultural das indústrias de mídia. O intuito é apresentar como a interseção entre o acontecimento e as transformações da comunicação de massa, especialmente nas democracias (neo)liberais, definiu o caráter midiático do escândalo político.

Na quarta seção, procuro desbravar uma vereda que não compõe a narrativa europeia de gênese e ramificação das indústrias de comunicação de massa: a experiência dos *media* no Brasil. A atualização do evento na cultura brasileira evita uma interpretação equivocada do escândalo político no contexto particular do país.

Ao fim, situo o lugar do escândalo político no interior da realidade social. A localização do escândalo político na sociedade faz-se útil para a percepção da constituição e morfologia do evento, na interseção entre os campos da política e da comunicação midiática no espaço público da vida social.

1.1. Identificando o escândalo político: cinco características do evento

Qualquer reflexão possível sobre o escândalo político parte de uma definição do evento. Na pesquisa que desenvolvo, o escândalo político é identificado segundo o conjunto de cinco características de identificação apresentado pelo sociólogo J. B. Thompson (2002).

A primeira característica do escândalo político é que sua ocorrência implica a transgressão de certos valores, normas ou códigos morais. Os escândalos políticos são compostos por ações que violam ou contradizem convenções, de modo que as transgressões realizadas no evento ocupam “uma espécie de espaço intermediário na indecência” (KING, 1986 p. 175): um intervalo entre uma infração ou uma má conduta e um crime muito grave. Trata-se de uma zona mal definida, em virtude da qual vale dizer que, embora a transgressão seja condição fundamental para um escândalo, nem toda forma de transgressão desencadeia a promoção de um episódio escandaloso. A indefinição dos limites desse intervalo está vinculada ao nível de gravidade e de importância dos valores, normas ou códigos violados para os cidadãos, em diferentes situações.

Esse grau de gravidade das transgressões, para Thompson (2002, p. 41), depende de dois fatores básicos. Primeiro, a sensibilidade ao escândalo. A sensação de ofensa que uma transgressão gera depende do complexo que compreende o contexto social e histórico, as condições morais e culturais de uma sociedade e a legitimidade das leis e dos valores infringidos. Segundo, o grau de visibilidade dos participantes do evento. De maneira geral, as pessoas engajadas em acontecimentos que implicam alguma forma de transgressão, de acordo com suas posições sociais, responsabilidades e visibilidade, podem estar mais ou menos suscetíveis a terem suas ações investidas publicamente como casos escandalosos. Por isso, penso que a propensão de convenções ou normas transgredidas a se

tornarem escândalos políticos é bastante significativa para a compreensão da cultura da sociedade em que o escândalo político emerge.

No Brasil, as normas cuja violação mais gera escândalos políticos são as que regem as transações econômicas e os processos que governam e executam o poder político. Se observarmos os principais escândalos políticos que ocorreram na história do país, dentre eles o *Mar de lamas* (1954), o *Collorgate* (1992), o *Mensalão* (2005) e os *Aloprados* (2006), veremos que a maioria envolve malversação de recursos financeiros, desvios de verba pública, compra de votos de parlamentares, financiamentos irregulares de campanhas eleitorais e uso do aparelhamento público para fins particulares. Em resumo, “corrupção e suborno político” (BEZERRA, 1995, p. 17), que têm posicionado o Brasil no 72º lugar no *ranking* de percepção de corrupção no mundo, segundo a *Transparency International* (2013)¹. A gravidade das normas dos procedimentos de economia e exercício de poder que inflama os escândalos políticos desses gêneros, no Brasil, relaciona-se, pois, à percepção que a população tem dessas convenções, quanto à atuação dos servidores públicos e políticos.

Como os escândalos políticos são tecidos em uma trama complexa, em que há afirmações e contra-afirmações, denúncias, confissões e omissões, as transgressões que dão origem aos eventos podem ter seus holofotes redirecionados para outras ações (THOMPSON, 2002, p. 43). A nova sequência de ações que se desdobra, alimentando retroativamente o escândalo, Thompson (2002) chama de transgressão de segunda ordem:

A tentativa de encobrir a transgressão - um processo que pode implicar engano, obstrução, negações falsas e puras mentiras - pode se tornar mais importante que a própria transgressão original, dando origem a um ciclo intensificado de afirmações e contra-afirmações que deixa em segundo plano o desenvolvimento da ofensa inicial e abastece o escândalo, que vai sendo incrementado a cada lance subsequente (THOMPSON, 2002, p.44).

No Brasil, as transgressões de segunda ordem são bastante recorrentes no desenvolvimento de escândalos políticos. Conforme será observado mais adiante, elas não apenas obscurecem ou encobrem as transgressões originárias

¹ *Transparency International*, Institutions perceived by respondents to be among the most affected by corruption, 2013. Atualmente, disponível em: < <http://www.transparency.org/gcb2013/results>>.

do evento, como afirma Thompson (2002), mas, principalmente, são reapropriadas como pré-textos para a produção de novas narrativas para as cartografias do acontecimento nos discursos da imprensa. Cartografias são narrativas que delineiam um mapa de instituição de fronteiras, discriminando posições, relações e identidades (BRIGGS, 2007, p. 325). Essas narrativas tornam-se, assim, políticas de verdade (SILVA, 2010, p. 41), à medida que definem o que é legítimo ou ilegítimo, certo ou errado, bom ou mau. Os *Novos alopados* ilustram bem isso. Durante o desenvolvimento do evento, o investimento do Governo Federal em mais de 3.000 pequenas emissoras de rádio no interior do Brasil, em 2010, foi reapropriado, na imprensa, como elemento constituinte do escândalo político e, em alguns momentos, como o principal caso da trama. Em parte do discurso da mídia, a ação foi identificada como censura aos meios de comunicação, emoldurando o escândalo da Receita como uma empreitada fascista.

A segunda característica do escândalo político é que suas ações constitutivas envolvem ocultações ou segredos que se tornam conhecidos dos não-participantes, isto é, as pessoas, em sua vida comum, que acompanham os casos pelos noticiários. O escândalo configura-se à maneira de um “drama de ocultação e revelação” (THOMPSON, 2002, p. 45), dentro do qual se dá um jogo constante de acusações e omissões. Por um lado, os sujeitos engajados nas atividades transgressoras procuram impedir que certas ações tornem-se públicas e comprometam, assim, sua reputação. Por outro lado, as organizações e os indivíduos interessados na desmoralização, no desvendamento do caso e/ou nas vantagens que todo o espetáculo pode gerar procuram novas provas e ilicitudes para fortalecer, cada vez mais, os discursos moralizantes. Esse processo de comunicar o escândalo aos não-participantes é uma forma de mediação, pela qual a mídia cria inteligibilidades sobre o acontecimento, dando-nos “tantos os instrumentos quantos os próprios problemas” (SILVERSTONE, 2006, p. 32), para fazermos juízos e distinções dos processos e atores sociais do evento.

A terceira característica do escândalo político é que o acontecimento não somente pressupõe certo grau de conhecimento público: ele também pressupõe certo grau de desaprovação pública. O conhecimento público de uma ação ilícita ainda não basta para torná-la escândalo, pois é necessário que haja uma

desaprovação por parte dos não-participantes. É preciso, pois, que as pessoas vejam os acontecimentos do escândalo como “moralmente vergonhosos” (THOMPSON, 2002, p. 46) ou particularmente ofensivos. Essa reação tende a ser fragilizada nas democracias ocidentais, devido à pluralidade de sistemas de valores e crenças que elas englobam (THOMPSON, 2002, p. 46). Contudo, os escândalos são eventos muito complexos, e a desaprovação pode ser intensificada, ao ponto de as violações serem julgadas como ofensas pessoais ou crimes que afetam o sentimento comum de nacionalidade e povo.

Certamente, não são poucos os casos de escândalos políticos que são lembrados, em geral, ludicamente. É o caso do episódio ocorrido em 2005, no Brasil, em que o assessor do deputado estadual José Guimarães (PT/CE), Adalberto Vieira, foi preso em São Paulo com U\$ 100.000 na cueca e mais U\$ 440.000 numa mala preta. Embora o humor faça parte do movimento de reprovação na sociedade, o trato lúdico pode reduzir escândalos a farsas, fazendo com que a maioria das pessoas se divirta ao ver cenas inusitadas ou jocosas, como esconder dinheiro em cuecas. Há, então, uma relativa banalização dos escândalos políticos, quando valores e códigos de comportamento são considerados apenas formalmente e a tolerância a certas transgressões arrefece qualquer sentimento de indignação.

A quarta característica do escândalo político é que a sua ocorrência depende de uma expressão pública da desaprovação. A resposta de desaprovação da sociedade precisa ser expressa de alguma forma. A construção do evento dá-se, então, para além das conversas entre amigos, boatos e fofocas, que pertencem à comunicação privada. É certo que, nessas interações cotidianas, as pessoas também estão construindo o evento sobre o qual falam, para lembrar J. Austin (1990). Porém, a resposta de indignação precisa surgir, em tipos variados, como discurso infamante, que “censura e reprova, repreende e condena” (THOMPSON, 2002, p. 48), e assumir o *status* de discurso público. Vê-se, então, que a reação dos não-participantes às denúncias é tão necessária quanto os próprios atos de transgressão, na constituição de escândalos políticos.

A quinta característica do escândalo político é que ele implica o risco de prejuízo ou perda de reputação. Thompson (2002) afirma que as ações ilícitas de um escândalo, quando reveladas ao público, têm o enorme potencial de provocar a

desmoralização daqueles que as cometeram ou que estão associados a elas indiretamente:

O prejuízo ou perda de reputação não é uma característica necessária, nem uma consequência inevitável do escândalo (na verdade, há casos em que as reputações dos indivíduos foram apreciavelmente melhoradas). Mas o prejuízo ou perda de reputação é um risco que está sempre presente quando um escândalo surge e se desdobra. (THOMPSON, 2002, p. 49).

Definido o escândalo político, a partir da descrição sumária de sua identificação em cinco principais características, apresento, a seguir, a etimologia do evento, a fim de distinguir sua genealogia social e simbólica.

1.2. A etimologia do escândalo político

A palavra “escândalo”, tão frequentemente usada nas democracias contemporâneas, traz em si as marcas de um longo percurso histórico, que remonta ao início do pensamento judaico-cristão, conforme o estudo de Thompson (2002, p. 38) indica.

A expressão, provavelmente, deriva da raiz indo-germânica *skand*, que significa pular ou saltar. Na Grécia Antiga, a palavra, que se modificou para *skandalon*, passou a ser empregada metaforicamente para significar “uma armadilha, um obstáculo ou uma causa de deslize moral”². Segundo M. Rodinson (1970), especialista em islamismo e cultura árabe, o primeiro registro com esse sentido ocorreu na versão grega do Antigo Testamento (*Septuaginta*), para indicar uma espécie de teste de fé: foi colocada uma pedra de tropeço no meio do caminho, a fim de examinar como as pessoas reagiriam ao obstáculo. Era uma forma de explicar a desconfiança do povo *Yahweh*, embora crente, com relação a Deus, o que fazia o grupo desviar do caminho divino. Mais tarde, por volta do século XI, quando a expressão latina *scandalum* difundiu-se em várias culturas, o significado de teste de fé foi arrefecido, em detrimento do sentido de ferir a honra, como Thompson (2002, p. 38) explica.

² Oxford English Dictionary. Oxford: Oxford University Press, 2011. Disponível em: <<http://oxforddictionaries.com/>>. Acesso: 20 abr. 2013.

É o caso da antiga expressão francesa *escandre*, que significava tanto escândalo quanto calúnia, dando origem, depois, ao termo inglês *slander*, que quer dizer difamação. Nos séculos XVI e XVII, a palavra “escândalo” apareceu em outras línguas, como em inglês (*scandal*), em espanhol (*escándalo*), em italiano (*scandalo*) e em português. Inicialmente, o termo foi usado em basicamente dois sentidos, como esclarece Thompson (2002, p. 39). Primeiro, em contextos religiosos, para i) reportar-se ao comportamento reprovável de uma pessoa que tentou descreditar a religião, e para ii) referir-se a algo que prejudicou a fé religiosa ou a crença. Notemos, pois, que a palavra, especialmente na segunda conotação, manteve o sentido de escândalo conforme o grego original *skandalon*, isto é, tropeço ou queda moral. Segundo, em contextos para se referir a ações ou a falas que i) violassem o senso de decência, ii) fossem difamatórias ou iii) ignominiosas.

Atentemos, então, para a estreita relação entre *scandal* (de *scandalum*, deslize moral e causa de ofensa) e *slander*, que significa embuste. Enquanto no primeiro caso, em contextos religiosos, o escândalo implicava a relação de um ou mais indivíduos com uma doutrina religiosa ou um sistema de crenças, no segundo caso, acrescentou-se mais um aspecto à expressão: escândalo, a partir desse momento, resultou numa relação entre indivíduos, ou seja, entre aquele(s) cujas palavras difamavam e aquele(s) que era(m) difamado(s).

Ao informar a trajetória etimológica do escândalo, Thompson (2002) localiza o uso religioso da expressão em um momento específico de seu desenvolvimento, ao longo do tempo, admitindo sua permanência atual em contextos bastante raros na contemporaneidade e enfatizando que “a conotação religiosa foi gradualmente atenuada e suplementada por outros sentidos” (THOMPSON, 2002, p. 38). No entanto, compreendo que, embora a palavra escândalo seja utilizada, em seu sentido restritamente religioso, apenas em alguns casos muito específicos³, esse aspecto, junto aos demais sublinhados anteriormente, ainda está entranhado na expressão, nos novos usos que o termo somou em contextos recentes, no caso da cultura brasileira, em que se entende o escândalo como uma forma mesmo de calúnia e de armadilha moral.

³ Conforme esclarece Alderi de Souza de Matos, em *Fundamentos da teologia histórica*, na teologia cristã, usa-se a expressão “escândalo da particularidade” para fazer referência à ideia de que a “revelação não é um princípio universal e genérico, mas uma pessoa específica, Jesus Cristo” (MATOS, 2008, p. 236), o único Salvador universal.

A respeito disso, observemos as expressões destacadas nos enunciados que seguem: *Lula conserva, no entanto, o respeito popular que conquistou. Mas o estrago na imagem imaculada está feito*⁴, *Agora, ele [Mino Carta] e Leandro, processados por Gilmar Dantas [Gilmar Mendes], dão o tiro de misericórdia na hipocrisia dos tucanos paulistas*⁵ e *É cedo também para dizer que tudo foi armado por um suposto grupo de inteligência do PT*⁶. Esses são alguns exemplos de enunciações midiáticas cujo vocabulário alude ao sentido religioso da expressão escândalo. Apesar de o escândalo político consistir, atualmente, em um evento midiático, considero que a expressão guarda relativamente alguns sentidos originalmente religiosos de teste e armadilha e de relação entre um indivíduo e um determinado sistema de valores e crença ou ideologia.

Nos *Novos alopados*, logo após a publicação do relatório de sindicância interna da Receita Federal, que admitia o acesso ao sigilo fiscal de pessoas ligadas ao ex-governador José Serra, o PT, em resposta à ação protocolada pelo PSDB no TSE, entrou com pedidos para que a oposição tucana fosse processada por calúnia, injúria e difamação, o que compõe o crime contra a honra. Assim, compreendo que a ideia de causa de ofensa não é um sentido posterior que se acrescenta ao (ou se diferencia do) significado inicialmente religioso do escândalo, como argumenta Thompson (2002), mas uma forma significativa que deriva do traço latente do *religio*, presente na experiência do escândalo político na cultura ocidental.

Segundo E. Dampierre (1954), quando a palavra escândalo começou a ser empregada para fazer referência a ações ou a acontecimentos que violavam sentimentos de moral ou de decência, o escândalo deixou de ser compreendido como uma relação e contraiu a forma de um evento, “um acontecimento que surge no coração de uma coletividade de pessoas” (DAMPIERRE, 1954, p. 330). Definia-se, pois, como uma relação com uma “coletividade social cujos sentimentos morais tinham sido ofendidos” (THOMPSON, 2002, p. 39). Dessa maneira, o escândalo

⁴ *Veja*, Nocaute (22/06/05), de Otávio Cabral, em referência ao escândalo *Mensalão*. Disponível em: http://veja.abril.com.br/220605/p_046.html.

⁵ *Conversa Afiada*, Filha de Serra fez a maior quebra de sigilos do mundo (12/09/10), de Paulo Henrique Amorim, em referência aos *Novos alopados*.

Disponível em: <<http://www.conversaafiada.com.br/politica/2010/09/12/filha-de-serra-fez-a-maior-quebra-de-sigilos-do-mundo/>>.

⁶ *CartaCapital*, O personagem do escândalo da quebra de sigilo fiscal (03/09/10), de Celso Marcondes, em referência aos *Novos alopados*. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/o-personagem-do-escandalo-da-quebra-do-sigilo-fiscal>>.

perdeu o caráter de relação específica entre indivíduos e assumiu o significado moderno de acontecimento social de transgressão de códigos, leis ou valores:

escândalo se refere a ações ou acontecimentos que implicam certos tipos de transgressões que se tornam conhecidos de outros e que são suficientemente sérios para provocar uma resposta pública (THOMPSON, 2002, p. 40).

Observemos, então, que, com o surgimento da cultura moderna, o desenvolvimento do escândalo político como acontecimento social coincidiu com o surgimento da indústria de mídia, envolvendo as transformações tecnológicas e culturais relacionadas à invenção e à exploração dos meios de comunicação e de difusão de informações. Desse modo, depois de apresentar a origem social e simbólica do evento, discuto, na próxima seção, a relação simbiótica entre o desenvolvimento das indústrias de comunicação e o desdobramento do escândalo político, para delinear a sua especificidade midiática.

1.3. O surgimento do escândalo político como acontecimento midiático

A passagem da Idade Média para a Idade Moderna foi marcada, segundo I. Wallerstein (1974), por um conjunto de transformações econômicas, que criaram, por volta do século XI, na Europa, um novo sistema de produção e de troca de mercadorias: o mercantilismo. C. Tilly (1975), no entanto, acentua que, além do fator econômico, essa passagem deve-se a mudanças ligadas às novas formas de organização política. As antigas unidades políticas (feudos), de tamanho e poder variados, foram, aos poucos, substituídas por um número cada vez menor de estados-nação soberanos. Isso ocorreu em decorrência da necessidade de implementação de meios de coerção para promover guerras externas e reprimir revoltas internas nos territórios, sobre os quais as autoridades políticas reclamavam jurisdição. Às mudanças nas formas de economia e no modo de organização política, Thompson (2002) acrescenta uma terceira transformação: a cultural. Para o sociólogo, o desenvolvimento dos meios de comunicação subjaz às transformações culturais da modernidade e esboça um quadro de circunstâncias históricas no interior do qual os escândalos políticos ganharam proeminência na vida social.

No século XVI, na Inglaterra, quando a imprensa começou a se tornar um meio poderoso de projeção de imagens de figuras políticas, parte dos panfletos, dos libelos e das *chroniques scandaleuses* (o mais novo gênero de literatura política subversiva do período elisabetano, com origem na França), dedicava-se a narrar, por um lado, episódios sobrenaturais e, por outro lado, vícios, injustiças e futilidades sociais, através de pequenas histórias de malandros e outros marginalizados. Essas narrativas iniciais, segundo S. Clark (1983), não criticavam abertamente as ações dos governantes e eram sensacionalistas e moralistas. À época, as técnicas de impressão, desenvolvidas inicialmente na China, tais como a invenção do papel e, posteriormente, a impressão por tipo, foram transferidas para a Europa e outras partes do mundo, tornando a tecnologia de comunicação crescentemente aprimorada e acessível.

Após as sucessivas tentativas da coroa inglesa de censurar jornais e volantes e a crise entre Carlos I e o Parlamento, o Tribunal da Câmara de 1586, que buscava controlar as publicações de notícias domésticas, foi abolido em 1641. O episódio oportunizou uma intensificação da circulação de jornais e de panfletos, resultando a chamada “guerra dos panfletos”, quando se testemunhou “o emprego explícito do termo escandaloso em relação a afirmações e contra-afirmações articuladas na imprensa” (THOMPSON, 2002, p. 75).

No século XVII, o termo “escandaloso” foi usado prioritariamente para indicar acusações prejudiciais potencialmente caluniosas. Embora ainda não apontasse para transgressões morais, o conceito deu proeminência ao de escândalo e o associou a publicações impressas. As técnicas de impressão desenvolvidas por Johann Gutenberg, ainda no século XV, como a invenção da prensa, foram exploradas comercialmente em todo o mundo e, por mais de três séculos, apropriadas como um método eficaz para impressão de textos extensos, com maior número de tiragens, abrindo caminho para os primeiros passos da comunicação de massa. Desde então, a emergência do escândalo político como acontecimento midiático acompanhou o desenvolvimento dos *media*, especialmente quanto às transformações ocorridas entre os séculos XVIII e XIX. Thompson (2002, p. 80) argumenta que, nesse período, três mudanças foram particularmente importantes para a construção do escândalo como evento midiático.

Primeiro, as mudanças econômicas e tecnológicas da imprensa. Até o início do século XVIII, os jornais eram bastante caros, por serem pequenos empreendimentos financeiros dirigidos a elites comerciais, políticas e culturais. A tecnologia ainda não permitia que grandes tiragens fossem feitas, e o financiamento se dava a partir das receitas das vendas, dos comércios, dos subsídios e das taxas de indivíduos e de partidos políticos. No final do século XVIII e início do século XIX, com i) as novas tecnologias de impressão, que facilitaram o crescimento e a consolidação da circulação massiva de jornais, ii) o crescimento do número de pessoas alfabetizadas e iii) o interesse cada vez maior por parte de organizações e entidades comerciais pela imprensa, houve queda de custo e expansão da circulação dos jornais, que, nesse período, cediam considerável espaço para a publicação de “histórias de interesse humano” (THOMPSON, 2002, p. 81), tais como crimes, esportes e jogos.

Segundo, as mudanças nas relações entre imprensa e partidos políticos, ocorridas em decorrência das transformações anteriores. Até o século XVIII, os jornais e outros tipos de periódicos tinham uma orientação política explícita e, em geral, eram propriedades de indivíduos com claras filiações partidárias, que recebiam regularmente apoio financeiro de grupos políticos. No início do século XIX, com as mudanças tecnológicas da imprensa, os jornais, em geral, passaram a depender menos dos partidos, em termos econômicos, e seus novos interesses já divergiam consideravelmente das pretensões partidárias, o que fez surgir a reivindicação de neutralidade política.

Terceiro, o surgimento do jornalismo como profissão. De acordo com Schudson (1978, p. 65), a profissão jornalística surgiu no final do século XIX, coincidindo com a emergência do conceito moderno de notícia: “histórias de interesse humano” publicadas em jornais e similares no início do século anterior. A notícia definiu-se como “algo que se deveria descobrir através de um processo de investigação” (THOMPSON, 2002, p. 81). Com isso, à medida que proprietários e editores de jornais lançavam-se numa corrida em busca de escritores e repórteres, para conseguir notícias e criar histórias, promovendo a expansão e o reconhecimento da nova categoria, delineou-se um *ethos* profissional, que

definia os princípios da boa prática jornalística. Esse *ethos* enfatizava acima de tudo a obrigação de descobrir e apresentar os fatos. Mas ele também

reconhecia a necessidade de narrar os fatos na forma de uma história que deveria ser viva, colorida e divertida. (THOMPSON, 2002, p. 82).

Essas três grandes mudanças foram fundamentais para o desenvolvimento do escândalo político como um “evento que implica a revelação através da mídia de atividades previamente ocultadas e moralmente desonrosas, cuja revelação desencadeia uma sequência de ocorrências posteriores” (THOMPSON, 2002, p.82). O escândalo midiático, que, no final do século XIX, tornou-se um fenômeno comum no cenário político de vários países, encontrou no século XX, um terreno fértil de condições favoráveis à sua promoção como um gênero poderoso das modernas formas de articulações políticas na vida pública. Descrevemos, a seguir, três dessas condições observadas por Thompson (2002).

Primeiro, o crescimento da imprensa de circulação de massa. No início do século XX, os jornais transformaram-se em grandes empresas, que disputavam entre si por posições cada vez mais vantajosas no mercado, exercendo controle sobre suas parcelas. Nesse jogo competitivo, para conquistar mais fatias na sociedade, optou-se pela ênfase à espetacularização dos acontecimentos. Como exemplo disso, podemos citar a supervalorização do entretenimento, o excesso de imagens, as chamadas hiperbólicas e a narrativização de eventos à maneira de novelas.

Segundo, o surgimento do jornalismo investigativo. O *ethos* profissional do jornalismo no século XIX enfatizava a descoberta e a apresentação de fatos como uma missão que os jornalistas deviam reivindicar para si, de acordo com o princípio de responsabilidade moral de denunciar as enfermidades sociais. A busca ideal por esse *ethos*, mais a atitude consideravelmente cética das pessoas diante de declarações e justificativas de figuras políticas, como bem lembra Schudson (1978), levaram jornalistas e repórteres para além das explicações fornecidas por fontes oficiais, como o governo. Mais que noticiar, era preciso, então, investigar a fundo os fatos e suas versões.

Terceiro, a difusão das novas tecnologias de informação e comunicação. No que concerne à política, o avanço científico dos dispositivos midiáticos e dos recursos por eles utilizados contribuiu para: i) o aumento da visibilidade dos líderes

políticos, pois permitiu a projeção de suas imagens em espaço e tempo distantes do acontecimento real; ii) o estabelecimento de um novo tipo de intimidade na vida política, em que os representantes políticos começaram a usufruir de novas ferramentas para se aproximar das pessoas, o que, em contrapartida, tornou a vida pessoal desses indivíduos mais suscetível ao escrutínio público; e iii) a criação de novos tipos de monitoramento e de fiscalização das atividades dos representantes políticos.

Com um pouco mais de atenção, pode-se perceber que as circunstâncias elencadas acima caracterizam parte da democracia neoliberal, justificando, portanto, a propensão maior de escândalos nesse tipo de sociedade. A democracia neoliberal é, conforme Santos (2005, p. 19) esclarece, a reestruturação das interações sociais da democracia pelo novo capitalismo, de modo que ambos, democracia e capitalismo, “presidem ao novo modelo global das questões políticas e sociais”.

Como na democracia representativa neoliberal “os eleitores têm a possibilidade de escolha entre dois ou mais partidos e a massa da população tem direito ao voto” (GIDDENS, 2007, p. 344), a política que se articula na democracia configura-se como um campo de competição entre forças. Nessa atmosfera tensa, conforme destaca Thompson (2002, p.127), as identidades dos atores sociais engajados em escândalos são representadas e reivindicadas na mídia. Desse modo, os escândalos são “lutas por um nome” (THOMPSON, 2002, p. 50), no interior das quais identificações, representações e ações são realizadas a partir da produção e reprodução de formas simbólicas e da sua transmissão para outros contextos da vida social.

Tais lutas contraem, porém, no contexto particular da cultura brasileira, características específicas, em virtude dos tipos de relações construídas, ao longo da história do país, entre as transformações da comunicação midiática e o desenvolvimento da política. A seguir, procuro, então, recuperar o liame histórico que, no Brasil, envolve as mudanças da indústria de mídia e a emergência do escândalo político.

1.4. Imprensa e política na história do Brasil

Enquanto na Europa, no século XVI, já se experimentava a atuação dos *media* na vida pública das sociedades, na América Latina, conforme a Agência Nacional de Jornais (ANJ) registra em “Imprensa brasileira: dois séculos de história”⁷, impressos avulsos começaram a circular pouco antes de 1594, no Peru. Portugal, que havia iniciado o envio de expedições exploradoras e militares para o Brasil - com os objetivos de extração de riquezas na terra recém-descoberta e de expulsão dos estrangeiros, em especial holandeses e franceses - já desenvolvia impressões em 1487, como o *Pentateuco*, livro religioso impresso em hebraico e produzido na oficina de Samuel Gracon. No século seguinte, XVII, as transformações tecnológicas e culturais, que, na Europa, moldavam o escândalo político como evento midiático, não foram experienciadas no Brasil, à época. O país percorreu o século XVIII e entrou no século XIX, ao contrário das principais nações latino-americanas, sem tipografias, jornais, universidades e formação de público leitor.

No século XVIII, o Brasil iniciou o processo de interiorização e urbanização do território, principalmente com a queda da produção açucareira no litoral nordestino e a descoberta de minerais preciosos na região sudeste da colônia. Com a crise econômica e a profunda insatisfação com a metrópole portuguesa, diversos movimentos nativistas e emancipatórios, influenciados pela Revolução Francesa (1789-1799), protagonizaram o período no Brasil. São exemplos disso, a Inconfidência Mineira (1789), que contou com o apoio dos EUA, e a Conjuração Baiana (1798), primeiro movimento popular do Brasil.

Nessa fase de efervescência política, o primeiro prelo a funcionar no Brasil, em 1746, foi a oficina de Antonio Isidoro da Fonseca, transferida de Lisboa para o Rio de Janeiro. Segundo a ANJ, o prelo publicou apenas dois textos breves e, meses depois, foi censurado por uma ordem régia segundo a qual se devia “sequestrar as letras de imprensa de volta ao Reino, por conta e riscos de seus donos”. Depois disso, a primeira tipografia regular no país foi trazida da corte portuguesa, em 1808, quando veio para a colônia, numa fuga dos ataques de

⁷ O livro está disponibilizado, gratuitamente, no site: <<http://www.anj.org.br/imprensa-brasileira-dois-seculos-de-historiaf>>.

Napoleão Bonaparte. Simultaneamente ao decreto de abertura dos portos brasileiros às nações amigas, D. João VI determinou a instalação da Imprensa Régia do Rio de Janeiro, que se deu apenas sob a seguinte advertência: se imprimam exclusivamente toda a legislação e papéis diplomáticos que “emanarem de qualquer repartição do meu real serviço, e se possam imprimir todas e quaisquer obras, ficando inteiramente pertencendo seu governo e administração à mesma Secretaria”, conforme decreto publicado pelo *Correio Braziliense* (apud AFONSO-GOLDFARB; et.al. 2004, p. 7).

Enquanto a incipiente imprensa era controlada e escassa no país, o mensal *Correio Braziliense* (ou *Armazem Literário*), primeira publicação regular, livre de censura e em língua portuguesa, estava sendo lançado em Londres por Hipólito José da Costa Furtado de Mendonça, em 1º de junho de 1808. O *Correio*, cujas edições tinham cerca de cem páginas e demoravam em média três meses para chegar aos portos do Brasil, restringia-se à elite intelectual e tratava de acontecimentos relacionados à Inglaterra, Portugal e Brasil (FELIPPE, 2001). Era bastante moderado quanto à oposição à corte portuguesa e teve alguns exemplares apreendidos, passando por dificuldades e proibições para entrar no Brasil: o édito público assinado por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, por exemplo, levou-o a optar pela circulação clandestina, que o manteve ativo até 1822.

Poucos meses depois da primeira publicação do *Correio*, o jornal bissemanário e oficial *Gazeta do Rio de Janeiro* foi lançado no dia 10 de setembro de 1808, sob a direção de Frei Tibúrcio José da Rocha. O periódico circulou no Brasil e em Portugal e funcionou até 1821. Como conta Vitorino (2000, p. 28), para evitar associações arbitrárias entre os conteúdos informados e os valores da monarquia lusitana, a junta diretora do jornal alertou, logo na primeira publicação, que a *Gazeta* (apud VITORINO, 2000, p. 28), “ainda que pertença por privilégio aos Oficiais da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, não é contudo Oficial; e o Governo somente responde por aqueles papéis, que nela mandar imprimir em Seu nome”. Observemos, pois, que a imprensa embrionária brasileira servia à realeza portuguesa, com publicações de natureza oficial, como cartas régias, decretos e casamentos de altezas reais, sem uma tensão mínima entre as esferas política e midiática.

No início do século XIX, houve uma intensificação progressiva de conflitos sociais que desembocariam na independência do país, como a Insurreição de Pernambuco (1817), a Revolução do Porto (1821) e a Confederação do Equador (1824). Nesse momento, conforme a ANJ relata, o Brasil desenvolveu uma imprensa politizada e parcial, com espaço para jornais privados, como *O conciliador do Reino Unido*, criado por José da Silva Lisboa, mentor da decisão de Abertura dos Portos e membro do conselho da Imprensa Régia, e *A idade d'Ouro do Brasil*, primeiro jornal privado regular. Nesse contexto, D. Pedro I, em 1824, outorgou a primeira constituição brasileira e, nela, estabeleceu o direito à liberdade de imprensa: “todos podem comunicar os seus pensamentos por palavras, escritos, e publicá-los pela imprensa sem dependência de censura”, desde que “respondam pelos abusos que cometerem no exercício desse direito, nos casos e pela forma que a lei determinar”, conforme o art. 179 da Constituição Política do Império do Brasil (BRASIL, 1824)⁸.

Ao longo da primeira metade do século XIX, proliferaram-se diversos panfletos, jornais e tipografias, que se engajaram nas lutas políticas que ocorriam à época, uma característica que o jornalismo brasileiro manterá explícita até o início do século seguinte (GOLDENSTEIN, 1987). Embora, em um primeiro momento, tais folhas parecessem “insultos impressos” (LUSTOSA, 2000, p. 371), numa disputa vocabular pouco elevada, foram ideias em diálogos conflituos, em nome das quais os enunciadores pagaram um preço alto pela coragem da palavra impressa. Não nos esqueçamos de alguns nomes da história da imprensa no Brasil, como o de Frei Joaquim do Amor Divino Rabelo (o Frei Caneca), editor do *Tuphis Pernambucano* e defensor da liberdade de imprensa, que, depois de preso na Confederação do Equador (1824), foi fuzilado em 1825.

A partir da segunda metade do século XIX, momento em que o Brasil ainda era uma sociedade predominantemente rural e com mais de 80% da população analfabeta (BOMENY, 2003, p. 3), começou a se configurar uma imprensa caracterizada por possuir mais estabilidade e regularidade, estrutura e tecnologia de rede interligada, aparato jurídico, e, como no início do século, alinhamento político.

⁸ Constituição Política do Império do Brasil (1824) está disponibilizada no endereço: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>.

Em termos de estrutura, a imprensa brasileira, quando entra em 1850, experimenta a era das ferrovias e das telecomunicações. Até o final do século, foram construídos mais de 9.000 km de estrada de ferro, a maior quilometragem da América do Sul, segundo a ANJ. O sistema de transporte integrado facilitou a distribuição de jornais, especialmente entre as cidades mais avançadas economicamente, e as linhas telegráficas, paralelas aos trilhos, encurtaram o tempo de recebimento e de distribuição de notícias, incitando o fluxo de informações. O trecho transatlântico que ligava Recife a Londres, criado em 1874, foi esteio de uma rede nacional ampla, que passou a englobar regiões do interior do país e a utilizar o telégrafo elétrico, que permitia receber notícias sobre eventos no mesmo dia em que haviam ocorrido.

Em termos de direitos e deveres legais, a Lei de 16 de dezembro de 1830 - que estabeleceu a segunda lei de imprensa no país e alterou a Constituição de 1824 em pontos importantes⁹ - decretou que todos os abusos relacionados à liberdade de imprensa seriam incluídos na legislação comum, não sendo mais cabidos a leis especiais, como ocorria em Portugal, de modo que delitos dessa natureza deveriam ser avaliados segundo a seção “Dos crimes e das penas do Código de Processo Criminal” (CARVALHO, 1996). Já os delitos tipificados como crimes de injúria e calúnia provocados por impressos distribuídos entre mais de 15 pessoas eram encerrados na seção “Dos crimes públicos”, com pena de prisão e de multa aos infratores (CARVALHO, 1996, p. 2).

O capítulo VIII do Código compreendia como crimes: i) uso indevido da imprensa, como a instalação de oficina de impressão, litografia ou gravura sem dados do editor e autor, do local e da data de fundação; ii) informações falsas; e iii) supressão de exemplares ao promotor público. No contexto de organização e regulação constitucional da mídia brasileira, principiouse o processo de reivindicação e de luta por direitos da imprensa. Um exemplo disso é a realização da primeira greve de tipógrafos do Rio de Janeiro, em vista de melhores salários, encabeçada por funcionários das folhas *Diário do Rio de Janeiro*, *Correio Mercantil* e *Jornal do Comércio* (CARVALHO, 1996, p. 4).

⁹ Antes da Proclamação de Independência, já havia uma legislação brasileira de imprensa, orientada pela Lei Portuguesa de 12 de julho de 1821, que regulamentou a liberdade de imprensa constitucionalmente, considerada, assim, a primeira lei de imprensa do país. Os principais artigos da lei são melhor explorados no trabalho *Direito da Comunicação Social* (NETO, 2004).

Em termos de política, a imprensa permaneceu explicitamente engajada e sofrendo menos represálias e censuras, em comparação aos anos anteriores. A segmentação, que estava restrita aos jornais e aos panfletos voltados para a atividade comercial e a informação em geral, expandiu-se para novos perfis de periódicos, como o feminino *Jornal das Senhoras* (1852) e a *Semana Ilustrada* (1860). Os jornais clivavam-se, então, entre monarquistas e republicanos e entre abolicionistas e escravistas. Assim, houve uma explosão de pasquins, tipo de jornal que surgiu no início do século, com linguagem violenta, tecida por calúnias e difamações (CARVALHO, 1996, p. 3). O pasquim *Corsário*, por exemplo, em um número publicado em 1883, atacou alguns oficiais do 1º Regimento de Cavalaria do Rio de Janeiro e, na reação dos militares, teve o prédio do jornal destruído e o redator Apulcro de Castro assassinado.

Durante o império de D. Pedro II, ao contrário do que ocorreu nos anos passados, a censura de mídia não foi repressiva nas principais cidades do país. O rei protagonizou diversas e frequentes críticas e caricaturas em jornais e panfletos, mas não tomou medidas de cerceamento à imprensa: “Entendo que se deve permitir toda a liberdade nessas manifestações. Os ataques ao Imperador, quando ele tem consciência de haver procurado proceder bem, não devem ser considerados pessoais” (*apud* CARVALHO, 1996, p. 4). As oposições, as ofensas e as sátiras a autoridades políticas e ao próprio rei (abaixo, um cartum satirizando D. Pedro II) não incitaram posturas exaltadas por parte dos alvos, nem foram suficientemente sérias para promover escândalos.



Figura 1: Cartum da semanal Revista Ilustrada, fundada em 1876. A legenda, na foto, informa: El Rey, nosso Senhor, e amo, dorme o sono da indiferença. Os jornais que diariamente trazem os desmandos desta situação parecem produzir em Sua Magestade o efeito de um narcótico.¹⁰

No final do século XIX, a imprensa periódica desenvolveu-se com a difusão comum entre os jornais da ideologia liberal do progresso. Assim, surgiram as primeiras empresas jornalísticas, em substituição ao jornalismo artesanal, com novos modelos editoriais, enfatizando os artigos e sua natureza documental - os textos eram seguidos de fotografias e outras ilustrações - e modelando um novo perfil intelectual no país (CARVALHO, 1996, p. 4). O perfil era constituído, principalmente, pela produção crescente de livros e revistas científicas e mundanas, pela mudança vocabular - em especial provocada pela produção literária da época, a que se dedicavam seções exclusivas nas folhas - e pela formação de opinião pública.

No início do século XX, durante os primeiros anos da República Velha (1889-1930), o Brasil passou a ser organizado como regime republicano e federalista, com o nome de República dos Estados Unidos do Brasil. O país desenvolveu a industrialização, especialmente com a produção e a exportação de

¹⁰ Gravura retirada dos Periódicos Digitalizados da Fundação Biblioteca Nacional, no seguinte endereço eletrônico: < http://www.bn.br/portal/index.jsp?nu_pagina=113>. Acesso em: 29 jan. 2012.

café, quando a administração político-econômica do país estava nas mãos das elites agrárias de Minas Gerais e São Paulo - precisamente os mesmos estados envolvidos no escândalo dos *Novos alopados*, no século seguinte. Tal modernização implicou a urbanização da sociedade brasileira e sua proletarização, formando uma classe operária tal, que se constituía de diferentes grupos de imigrantes, que teciam, assim, uma conjuntura social tensa, como explica a ANJ.

Acompanhando os avanços técnicos das indústrias de mídia no país, como a incorporação de máquinas de escrever e de linotipos, e envolvida com o crescimento do número de imigrantes, emergiu, então, uma imprensa dedicada à classe operária: segundo a ANJ, entre 1890 e 1923, o Brasil já contava com 343 títulos interessados no público e, até 1930, em São Paulo, já se somavam mais de 30 folhas em pelos menos 7 idiomas. Os periódicos tratavam de informar aos leitores os desdobramentos das guerras militares e civis no Brasil, como a Revolta da Armada (1893) e a Guerra de Canudos (1896), e no mundo, como a I Guerra Mundial (1914):



Figura 2: Imagens de reportagens de periódicos brasileiros do século XIX, noticiando guerras militares e civis da época. Nas fotos, referências à Revolta da Armada (*Correio da Manhã*, em 27 nov. 1910), à esquerda, e à Guerra de Canudos (*A República*, em 10 dez. 1897), à direita¹¹.

¹¹ Gravura retirada dos Periódicos Digitalizados da Fundação Biblioteca Nacional, no seguinte endereço eletrônico: < http://www.bn.br/portal/index.jsp?nu_pagina=113>. Acesso em: 29 jan. 2012.

Era de um período de cerceamento violento e institucionalizado a toda e qualquer forma de liberdade, com repressão de movimentos sociais e de manifestação de pensamento. A exemplo disso, cito a Lei Adolfo Gordo (1907), que procurou intimidar as mobilizações sociais com uma série de previsões de expulsão de estrangeiros do Brasil, e a declaração de estado de sítio feita por Prudente de Moraes, que oportunizou a prisão de jornalistas e o fim das manifestações na sociedade.

O Marechal Deodoro da Fonseca, que tinha ao lado os jornalistas Rui Barbosa, diretor do *Diário de Notícias*, e Quintino Bocaiúva, diretor do *O País*, revogou, ainda em 1889, as leis do Império. No mesmo ano, em 23 de dezembro, o Governo Provisório instituiu o Decreto nº 85-A, que criou uma comissão militar para julgamento de crimes contra a República e o governo vigente. Por esse Decreto, os indivíduos que conspirarem contra a República e o seu governo, “que aconselharem ou promoverem por palavras, escritos ou atos a revolta civil ou a indisciplina militar... serão julgados por uma comissão militar... e punidos com as penas militares de sedição”¹².

Em decorrência desse primeiro gesto legal de censura da República, por isso apelidado de Decreto Rolha, o Governo assinou, no ano seguinte, o Decreto nº 295, que se aplicava a “todos aqueles que deram origem a falsas notícias e boatos dentro ou fora do país ou concorrem pela imprensa, por telegrama ou por qualquer modo para pô-los em circulação”¹³. Para ilustrar a situação de cerceamento à imprensa, lembremos que, em novembro de 1890, o jornal *A Tribuna*, dirigido por Antônio de Medeiros, foi violentamente depredado e proibido de funcionar, por razão de calúnia ao Governo.

Nesse cenário de censura institucionalizada, embora a Constituição Federal de 1891 declarasse, no Art. 75, a livre manifestação de pensamento, os jornais políticos, bem como as seções políticas das demais folhas, começaram a desaparecer, ao mesmo tempo em que editores e pequenas indústrias de mídia

¹² *Sítio oficial da Câmara dos Deputados do Brasil*, Decreto Nº 85-A, de 23 de dezembro de 1889. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-85-a-23-dezembro-1889-543749-publicacaooriginal-54307-pe.html>>.

¹³ *Idem*, Decreto Nº 295, de 29 de março de 1890. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-295-29-marco-1890-541739-publicacaooriginal-47734-pe.html>>.

aliavam-se mais acentuadamente a setores particulares e privilegiados da política governamental, para se promoverem ou permanecerem em circulação. Nesse período da história brasileira, entre o final do século XIX e início do século XXI, surgiram novos títulos, muitos dos quais funcionam atualmente, como a *Folha da Noite*-SP (atual *Folha de São Paulo*), inaugurada 1921, *O Globo*-RJ, criado em 1925, e *O Povo*-CE, fundado em 1928, conforme os diários informam.

Com a Revolução de 1930, por meio da Carta Institucional, a comunicação tornou-se um serviço público e, logo passou a estar sob o controle do Estado, que reformulou seu organismo de propaganda com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Em vista das verbas publicitárias e das concessões governamentais, a imprensa, em geral, integrava o colaboracionismo do Estado, (in)formando uma sociedade centralizada e subordinada, controlada pela ideologia estadonovista.

Depois de 1945, após a redemocratização do país, em disputas ferozes entre distintos segmentos da imprensa, pró e contra o governo de Getúlio Vargas - envolvendo, por exemplo, o oficial *Última Hora* e o pequeno *Tribuna da Imprensa*, liderado por Carlos Lacerda - houve diversos pedidos de *impeachment* e de renúncia. Toda essa tensão, que tinha um caráter bastante moralista (SOBRINHO, 2010, p. 10), deu-se num ambiente de forte crise econômica e política, culminando no suicídio de Vargas, no escândalo que popularizou a expressão “mar de lamas”, utilizada frequentemente por Carlos Lacerda. Na segunda metade do século XX, com a aceleração da urbanização e a tecnologização do Brasil, a publicidade privada passou a incorporar definitivamente o faturamento das empresas jornalísticas, e a circulação de jornais, cujo número já ultrapassava 200 mil, era de 5,75 milhões de exemplares, como a ANJ afirma. A imprensa brasileira, então, seguia relativamente o modelo norte-americano de jornalismo.

Além do escândalo do *Mar de lamas* de Getúlio Vargas, a renúncia de Jânio Quadros, em 1961, também foi influenciada pelo jornalismo da época: a imprensa, cada vez mais e irreversivelmente, ganhava força na vida pública do país, inclusive com a intervenção econômica dos EUA no setor, aliada à estratégia político-militar em direção ao golpe de 1964, como mostram vídeos,

correspondências e escutas telefônicas reveladas no documentário brasileiro “O dia que durou 21 anos” (2012), dirigido por Camilo Galli Tavares.

Na Ditadura Militar, as restrições aos noticiários e o milagroso desenvolvimento econômico do país fortaleceram o perfil empresarial e imparcial da imprensa, conforme o modelo norte-americano de jornalismo. À época, como indica Carvalho (1996, p. 05), os jornais deviam servir à reprodução de propagandas estatais¹⁴, de que dependiam as verbas e o fornecimento de subsídios, geralmente estrangeiros. Nesse contexto, surge a comunicação alternativa (PERUZZO, 2010, p. 18), em oposição ao jornalismo orientado pelo mercado e pela publicidade, e em articulação com diversos movimentos sociais, com o objetivo de criticar a conjuntura econômica e social do país. Durante o governo Costa e Silva, criou-se a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), cujo fim era procurar centralizar os órgãos governamentais de propaganda, que não eram administrados por profissionais da área, mas por funcionários oriundos das forças armadas (FERREIRA; FROTA, 2009, p. 44).

Após o Regime Militar, a imprensa já havia conquistado um poderoso posto de atuação na vida política e social do país, como ilustram os dois maiores escândalos da história democrática brasileira: o *Collorgate* e o *Mensalão*. Durante o mandato do primeiro presidente eleito pelo voto direto, após o governo dos militares, diversas denúncias de corrupção publicadas pela imprensa, a mesma que o apoiou na eleição, em uma ação conjunta entre diversos veículos de mídia (SOBRINHO, 2010, p. 12), resultaram no *impeachment* de Fernando Collor de Mello em 1992. Em 2005, os *media* alardearam o assim popularizado *Mensalão*, dedicando edições em jornais, seções nas folhas e programas e chamadas exclusivas nas tevês ao fortalecimento do escândalo, que, em 2013, implicou a condenação de 25 dos 40 réus denunciados pelo Ministério Público, no julgamento da Ação Penal 470 do STF¹⁵.

¹⁴ Houve, inclusive, episódios em que as empresas privadas, diretamente coagidas pela suspensão de negócios com o Governo, suspenderam sua própria publicidade (SOARES, 1988).

¹⁵ *Sítio oficial do Supremo Tribunal Federal do Brasil*, AP-470. Disponível em: <<http://www2.stf.jus.br/portal/StfInternacional/cms/destaquesNewsletter.php?sigla=newsletterPortalInternacionalNoticias&idConteudo=214544>>.

Atualmente, o número de escândalos é o maior da história democrática brasileira. Do Governo de José Sarney, iniciado em 1985, até a primeira metade do mandato presidencial de Dilma Rousseff, em 2012, a revista semanal *Veja*, por exemplo, registrou mais de 60 escândalos políticos, cuja ocorrência segue uma ordem diretamente proporcional ao amadurecimento da democracia no país: no Governo Sarney, constam-se 3 escândalos; no Governo Collor e Itamar, 5; no Governo Fernando Henrique Cardoso, 16; e no Governo Lula, 28. Também procurando mensurar os casos escandalosos, o jornalista Fernando Rodrigues, da *Folha de São Paulo/UOL*, listou, no sítio “Monitor de Escândalos”, 93 escândalos desde 2009. Uma leitura apressada dos números pode indicar um crescente enfraquecimento político e moral da democracia brasileira. No entanto, essa pode ser uma interpretação equivocada do cálculo, a menos que a ausência de escândalos políticos na Ditadura Militar, como vimos, seja algum indício de vida pública sem injustiça, corrupção e abusos de poder.

A partir da narrativa que teci sobre o percurso histórico dos *media* no Brasil, que intercruza a trajetória de desenvolvimento dos meios de comunicação e sua relação com as mudanças políticas no país, chamo atenção para uma questão que sobressai na reflexão sobre o escândalo político, no contexto particular da cultura brasileira: o caráter público da constituição do evento, que aponta para os diversos tipos de tensões estabelecidas entre diferentes segmentos da sociedade, para além da interseção entre setores pertencentes aos espaços da imprensa jornalística e da política institucional.

Nessa direção, devo considerar o escândalo político, nesta pesquisa, como engajado no interior da realidade social, nas distintas articulações de práticas que a constituem. Compreendendo que o escândalo político, desse modo, configura-se como um evento que envolve e evidencia a teia de articulações por que diferentes participantes da sociedade relacionam-se, discuto, a seguir, o seu lugar na realidade social.

1.5. O lugar do escândalo político

1.5.1. Espaço de sobreposição de lógicas: a lógica do poder e a lógica do processo devido

A. Markovits e M. Silverstein (1988) compreendem que o escândalo político é “uma traição à confiança do público, em termos da prestação de contas e do processo do estado democrático liberal” (MARKOVITS; SILVERSTEIN, 1988, p. 9), à medida que a crença dos membros de uma sociedade no processo devido da democracia liberal surge como condição necessária para o evento. Os autores esclarecem que a razão principal do surgimento do escândalo político não é o *status* dos indivíduos que participam dele, mas a natureza da transgressão realizada, ou seja, a violação de um processo devido.

Conforme o Art. 5º, LIV, da Constituição da República Federativa do Brasil, o princípio do processo devido diz respeito à garantia de que os direitos de cidadãos e instituições sejam processados de pleno acordo com as normas jurídicas vigentes no país e à possibilidade de restrição desses direitos mediante processo legal, por meio de juiz natural, com contradição e defesa asseguradas. O processo devido é, então, o conjunto de regras e de procedimentos legais que funda, legitima e governa o exercício do poder político institucional da organização sociojurídica de uma democracia.

Para os autores, o escândalo político é a violação da norma em vista do poder. Trata-se de uma “atividade que visa aumentar o poder político à custa do processo e do procedimento” (MARKOVITS; SILVERSTEIN, 1988, p. 6), tornando tangível, pela transgressão, o valor abstrato ou simbólico da democracia liberal que legitima as regras e o processo devido. De um lado, as regras e os procedimentos que compõem o processo devido são públicos e universais, de modo que o jogo político abre-se ao escrutínio de quem não participa dele diretamente, e, de outro lado, a assunção e o exercício do poder político dão-se em ambientes privados e excludentes, ocultando as articulações que mobilizam sua lógica. O escândalo político localiza-se, nessa perspectiva, na sobreposição da lógica do processo devido com a lógica do poder, conforme ilustra a figura que segue:

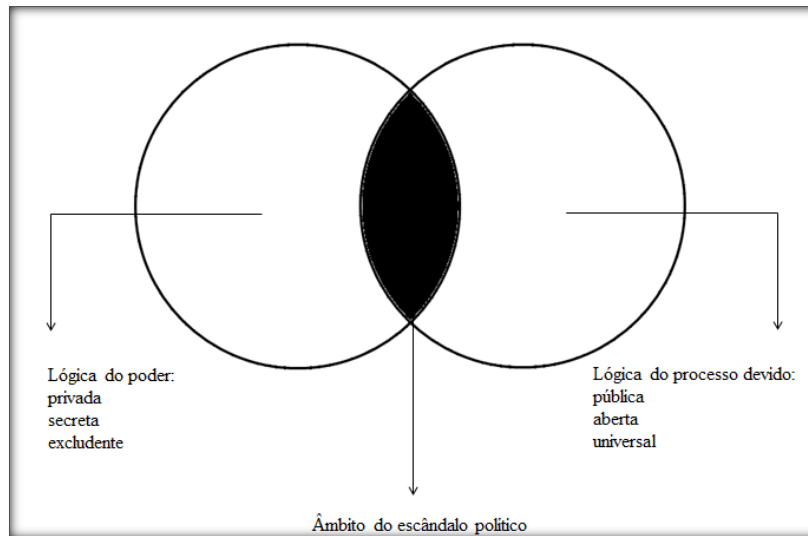


Figura 3: Sobreposição da lógica do poder e da lógica do processo devido.

Segundo os autores, no tipo liberal de estado democrático, é imprescindível o equilíbrio entre dois princípios inerentemente antitéticos: a necessidade de poder e, simultaneamente, a necessidade de limitação do poder, em prol da autonomia do indivíduo. Vejamos, pois, que esses princípios são relativamente correspondentes às lógicas em cuja sobreposição os escândalos políticos desenvolvem-se. Por isso, os autores insistem na ideia de que a busca pelo poder político à custa do processo devido é a força motriz de escândalos políticos (MARKOVITS; SILVERSTEIN, 1988, p. 9). Disso, seguem-se as premissas de que, primeiro, um escândalo só pode ser categorizado como político, se envolver (ab)uso de poder em detrimento do procedimento, e, segundo, “os escândalos podem ocorrer apenas nas democracias liberais” (MARKOVITS; SILVERSTEIN, 1988, p. 8), uma vez que a circunstância constitutiva do evento, a tensão entre processo e poder, está no âmago mesmo desse sistema democrático.

A partir da problematização das duas premissas implicadas no estudo de Markovits e Silverstein (1988), delineia-se uma nova topografia do escândalo político, proposta por Thompson (2002) e descrita logo seguir.

1.5.2. Espaço de sobreposição de campos: o campo político e o campo midiático

Thompson (2002) elabora sua concepção de escândalo político como um escândalo que envolve pessoas e ações situadas dentro do que Bourdieu (1984, p.197) nomeia de *campo*, isto é, no interior de um conjunto de relações objetivas entre indivíduos, coletividades ou instituições, que competem pela dominação de um cabedal específico. Assim, o escândalo político caracteriza-se, inicialmente, por ocorrer dentro de um determinado campo, o campo político, aquele “modelado pelas instituições do Estado” (THOMPSON, 2002, p. 131), pelas formas institucionais de aquisição e de exercício do poder político. Logo, os escândalos políticos envolvem tensões e conflitos sociais, porque se dá dentro de um campo de disputas simultâneas que “têm em vista transformar as relações de forças que conferem a este campo a sua estrutura em dado momento” (BOURDIEU, 1989, p. 164), em lutas hegemônicas.

Segundo Thompson (2009, p. 22), os estados, enquanto sistemas de autoridades que envolvem um arranjo complexo de regras e procedimentos que autorizam a realização de certas práticas por certos indivíduos, têm suas instituições legitimadas através de quatro tipos principais de poder, distintos entre si apenas em termos analíticos: i) o poder econômico, que provém da atividade humana produtiva; ii) o poder político, que deriva da atividade de coordenação e de regulamentação; iii) o poder coercitivo, que envolve o uso real ou sob ameaça da força física; e iv) o poder simbólico, que nasce dos modos de produção, transmissão e recepção de formas simbólicas. Essas especificidades refletem os diversos tipos de recursos empregados pelos indivíduos para exercer poder num determinado campo da vida social.

Mais particularmente quanto ao campo político, o poder simbólico evidencia-se como crucial para influenciar indivíduos e alterar o desdobramento de atividades, uma vez que se refere

à capacidade de intervir no curso dos acontecimentos, de influenciar as ações e crenças de outros e, na verdade, de também criar acontecimentos, através da produção e transmissão de formas simbólicas (THOMPSON, 2009, p. 23).

O poder simbólico, segundo o sociólogo francês, é usado pelos representantes governamentais para persuadir, confrontar e influenciar ações e crenças, bem como para cultivar relações de confiança e alterar acontecimentos. O uso do poder simbólico não é, pois, acidental ou secundário à luta pelo poder político, mas essencial a ele, de modo tal que os escândalos políticos têm se destacado como meios potencialmente eficazes de prejudicar a reputação dos atores sociais engajados nesse espaço. A reputação é um aspecto do que Bourdieu (1984, p. 114) chama de *capital simbólico*, que corresponde aos rituais de reconhecimento social e abrange, por isso, os demais capitais cultural, econômico e social. Em um escândalo político, a apreciação e a estima relativas a indivíduos, partidos ou instituições são bastante caras aos participantes na disputa e reveladoras dos mecanismos de articulação do poder político numa sociedade:

O escândalo pode esvaziar o capital simbólico do qual o exercício do poder político depende. Ele pode minar os fundamentos do poder político precisamente porque pode destruir (ou ameaçar destruir) um recurso vital no qual os políticos devem até certo ponto se apoiar (THOMPSON, 2002, p. 137).

Ainda segundo Bourdieu (1989, p. 173), o campo político, na democracia neoliberal, particulariza-se por uma lógica dupla e distinta. De um lado, os políticos profissionais são membros do subcampo político, cuja lógica governa suas condutas e estratégias. Trata-se de um espaço que, embora pareça um mundo de lutas e debates incompreensíveis a quem não pertence a ele, é constituído por distinções, muitas vezes sutis, como "uma forma sublimada de guerra civil" (BOURDIEU, 1989, p. 174). Essas distinções definem as posições dos representantes e as relações de oposição que os colocam em conflito. De outro lado, os políticos também se vinculam ao campo político mais amplo de cidadãos, um público a quem (devem) prestar contas e com quem precisam estabelecer alianças, "mediante concessões ou meios ideológicos pra ganhar consentimento" e legitimidade (FAIRCLOUGH, 2001, p. 122), em uma luta por hegemonia.

Nessa perspectiva, Thompson (2002, p. 138), ao defender que os escândalos políticos são escândalos midiáticos, argumenta que eles surgem, diferentemente do que propuseram Markovits e Silverstein (1988), no espaço de sobredeterminação do campo e do subcampo políticos com o campo midiático:

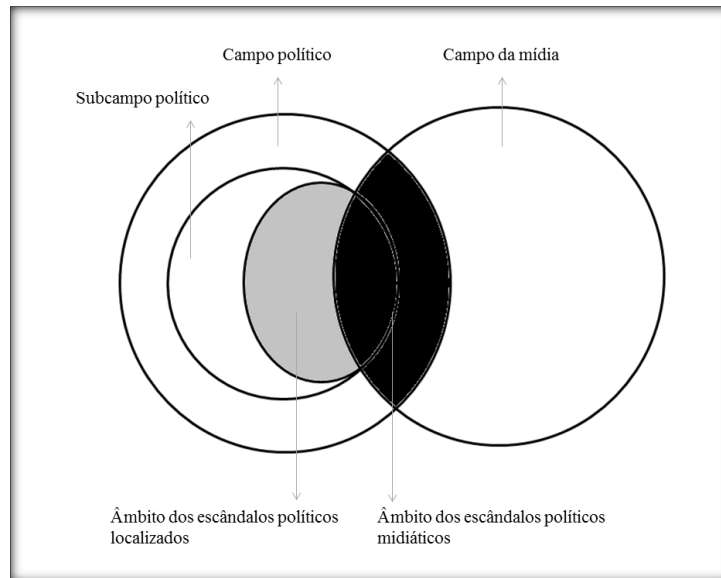


Figura 4: Sobreposição do campo político e do campo midiático, adaptado de Thompson (2002, p. 138).

De acordo com a figura, o escândalo político localizado, aquele cujo desenvolvimento restringe-se somente ao subcampo político, diferencia-se do escândalo midiático em termos de repercussão pelos veículos de mídia, tornando-se mais raro à medida que os meios de comunicação ganham maior espaço de atuação nas democracias liberais. O escândalo político, colocado segundo a perspectiva ilustrada acima, mostra como os líderes políticos, nas sociedades democráticas liberais, têm de lançar mão de diversas formas de capital, para conseguir credibilidade e apoio dentro do subcampo político e confiança e estima do eleitorado dentro do campo político, a fim de construir seu poder simbólico. Nesse esforço para projetar um nome, a mídia configura-se, então, na arena central (THOMPSON, 2002, p. 139) em que a luta pelo poder simbólico é travada, pois ela é o principal meio por que os políticos relacionam-se com os cidadãos e a sua visibilidade é gerenciada, formando um estoque de capital simbólico.

Diante de ambas as topografias do escândalo político, penso que as formas de situar o evento no espaço de sobreposição de lógicas, no modelo de Markovits e Silverstein (1988), e no espaço de sobreposição de campos, no modelo de Thompson (2002), são problemáticas em dois pontos que considero importantes para a leitura que desenvolvo do acontecimento: o caráter público do escândalo político e a atuação da mídia na sua construção.

O modelo topográfico de Markovits e Silverstein (1988) subestima a atuação da mídia na constituição do escândalo político, em detrimento da ênfase sobre a sua condição pública, identificada na forma da lógica do processo devido. O modelo de Thompson (2002) destaca o aspecto midiático do evento, definindo-o em termos de espaço de lutas, e desintegra a dimensão pública do caráter social e ético do acontecimento, ao reduzi-la à visibilidade midiática. Assim, para a leitura que realize do escândalo político, faz-se necessário repensar o lugar do evento na vida social e a prática social particular das esferas enunciativas de mídia. Em vista disso, adiante, a subseção dedica-se a esse ponto da discussão.

1.5.3. O espaço público: entre o estado, o governo e a sociedade

Considerando, como Thompson (2002, p. 43) afirma, que o surgimento de um escândalo envolve, antes de tudo, a “transgressão de valores, normas ou códigos”, o espaço de sobreposição de lógicas não deve ser pensado, nesta pesquisa, como lugar do evento, mas como sua condição primária de ocorrência. Com isso, quero dizer que a ideia de sobreposição de lógicas pode ser explorada, em uma interpretação do acontecimento que está interessada em discutir a atuação da mídia em sua construção, como o ponto de contradição entre as lógicas de poder necessário à emergência do escândalo político.

Há, nas sociedades democráticas, uma interseção entre o ordenamento jurídico ou a constituição formal, que faz referência à organização institucional e representativa do Estado, e o normativismo dos fatos ou a constituição real, que compõe o que ocorre à margem do direito proclamado (MOREIRA, 1999, p. 129), em âmbito privado. Desse modo, compreendo que a sobreposição da lógica do poder e da lógica do processo devido corresponde relativamente à interseção entre a constituição real e a constituição formal, de modo que o contato entre ambas, que entendo como dimensões distintas de poder, torna-se condição para a ocorrência do escândalo, quando há uma transgressão: a violação dos procedimentos de direito ou de sistemas de crenças e valores.

Uma vez que as ações do escândalo político implicam transgressões ocultas que se tornam conhecidas dos não-participantes, conclui-se que o evento é

“sempre, até certo ponto, um caso público” (THOMPSON, 2002, p. 45). No processo de tornar público, os meios de comunicação destacam-se, ao informar e construir escândalos políticos de diferentes modos. Observemos, então, que, enquanto outrora podíamos pensar na mídia somente como um apêndice e arena das lutas hegemônica na política, “temos agora de confrontá-la como fundamentalmente inscrita no próprio processo político” (SILVERSTONE, 2006, p. 265). Com base nisso, entendo a sobreposição dos dois campos sociais, descrita por Thompson (2002), não como lugar do evento, mas como forma de articulação que engendra o *modus operandi* do escândalo político, sua configuração morfológica.

Essa rearticulação dos modelos - pela qual podemos caracterizar o escândalo político, segundo os aspectos da sobreposição das lógicas de poder, que compõe sua condição primeira de ocorrência, e da sobreposição dos campos da mídia e da política, por que se desdobra a morfologia do evento - não reduz o lugar do escândalo a um ponto de interseção, atual e restrito: ao contrário, amplia a inscrição do evento na realidade social. Desse modo, nesta pesquisa, estou situando o escândalo político, a partir dos dois aspectos de sua constituição, em um contexto mais abrangente, a esfera pública.

Uma questão central nos estudos críticos da linguagem, bem como na teoria social e política contemporânea, é a inserção de ações e acontecimentos (econômicos, culturais, políticos, etc.) na vida social. A vida social, como sistema aberto, é formada por articulações entre práticas sociais, isto é, entre “maneiras habituais, delimitadas por épocas e lugares particulares, nas quais as pessoas aplicam recursos (materiais ou simbólicos) para agir juntas no mundo” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 21). A contextualização de eventos, com foco sobre as práticas sociais, permite, portanto, interligar o acontecimento, mais concreto, à estrutura social, mais abstrata. Desse modo, ao situar o escândalo político na realidade social, enquanto categoria epistemológica, considerando a construção do evento a partir da prática particular da imprensa jornalística em articulação com outras práticas sociais, compreendo que a interseção entre mídia e política e a relação entre poder e processo devido, constituintes do evento, apontam para o lugar do escândalo no espaço público da vida social. Esse espaço comum é um

sistema intermediário entre Estado e sociedade civil, possibilitado e dominado pela comunicação mediada (HABERMAS, 2006, p.15).

Assim, acredito que a natureza pública do evento não consiste, somente, na visibilidade ocasionada pela mídia, quando “acontecimentos ou pessoas podem adquirir uma publicidade que é independente de sua possibilidade de serem observados ou ouvidos diretamente por uma pluralidade de indivíduos” (THOMPSON, 2009, p. 314). O processo de tornar algo conhecido de outros transforma o escândalo político em acontecimento público, mas não é a única motivação que perfila esse caráter, que é também contraído no lugar público que o evento ocupa. Estou entendendo que o escândalo político constitui-se na e pela tensão entre diferentes segmentos da sociedade no espaço comum da vida social. Essa tensão, se considerarmos o interesse comum das ações e dos episódios explorados, salienta o limite e a fragilidade das fronteiras entre estado, governo e sociedade.

O espaço comum entre estado, governo e sociedade é o espaço público, mediado pela comunicação pública. Uma visão responsável de comunicação pública não a enxerga mais em seu sentido original, surgido na década de 80 no Brasil e em outros países da Europa, como comunicação estatal ou governamental. A comunicação pública envolve a negociação entre interesses de diferentes instâncias constitutivas da esfera pública do país (BRANDÃO, 2007, p. 9). Nessa intermediação entre o Estado e a vida diária dos cidadãos, a mediação comunicativa atua como tecnologias de encantamento, que são criadas para “exercer controle sobre ideias e ações de outros seres humanos” (GELL, 1988, p. 7). Penso que é nesse espaço comum/comunicativo onde se dá a co(n) fusão entre comunicação midiática e política, advertida por Silverstone (2002, p. 269): a política que está em torno da mídia é uma política de acesso e regulamentação, e a política que pode (ou não) ser possibilitada na mídia é uma política da participação e da representação.

Localizado no espaço comum/comunicativo, o escândalo político é, conforme os termos que tenho aduzido, é um jogo em que distintos atores sociais, inclusive as organizações e seus veículos de mídia - que não formam apenas a arena das disputas políticas, mas também consistem nos próprios participantes da luta hegemônica na sociedade – aliam-se ou se confrontam, em defesa de

determinados objetivos. Nessa direção, é curioso notar que, em ambos os modelos apresentados anteriormente, há uma relação íntima, mas não explorada, entre política, mídia e tensões de poder. No primeiro modelo, o escândalo é uma sobreposição de lógicas de poder: o poder legítimo ou formal e o poder não legítimo ou informal. No segundo modelo, uma sobreposição de tipos de poder: os três poderes do Estado e o “quarto poder da mídia” (THOMPSON, 1995). Vê-se, assim, que o estudo do escândalo político não pode estar desvinculado de uma reflexão sobre os conflitos de e pelo poder que constituem basicamente o acontecimento.

A política (*politics*), expressão que faz referência à organização institucional e representativa do Estado, contempla o conjunto de práticas, discursos e instituições que procura organizar a coexistência humana (MOUFFE, 2006, p. 174). Esse estabelecimento de ordem justifica-se pela razão de ser, a interação entre os indivíduos, sempre marcada por forças antagonizantes. A tensão das relações sociais, significada em um nível ontológico, refere-se à forma mesma como a sociedade é constituída, isto é, ao político (*the political*) como o seu momento instintivo (LACLAU, 2011, p. 60). Logo, essa compreensão da organização da sociedade através das relações de poder e a identificação do escândalo político em termos de lutas de e pelo poder, como argumentei acima, apontam para a necessidade de investigação do evento em sua inscrição na constituição antagônica da realidade social.

Vejamos, portanto, que o estudo do escândalo político requer um tipo de abordagem que o inscreva na sociedade, identificando-o no espaço comum/comunicativo da vida pública, a partir de uma concepção política de realidade social que coloque os antagonismos sociais no centro do debate. É essa a perspectiva que advogo no próximo capítulo.

2. A INSCRIÇÃO DISCURSIVA DO ESCÂNDALO POLÍTICO NA CONSTITUIÇÃO ANTAGÔNICA DA REALIDADE SOCIAL

A realidade em si, na medida em que é regulada por uma ficção simbólica, oculta o real de um antagonismo - e é esse real, excluído da ficção simbólica, que volta sob a forma de aparições espectrais.

Slavoj Žižek (1996, p. 22)

No Capítulo I, discuti o aspecto midiático da constituição simbólica do escândalo político, em sua construção na esfera pública. No Capítulo II, apresento o segundo aspecto a ser considerado em minha investigação discursiva do escândalo político: a relação entre o evento e o antagonismo social. O objetivo é pensar o modo como o escândalo político inscreve-se discursivamente na constituição antagonica da realidade social, ao se envolver em lutas pela hegemonia de sentidos na vida social e política. Em vista disso, o capítulo organiza-se em três seções.

Na primeira seção, explano, em termos epistemológicos, a constituição simbólico-discursiva da sociedade. A reflexão acerca do que a minha leitura do escândalo político está considerando como sociedade faz-se útil para a compreensão da forma pela qual concebo a inscrição discursiva do evento na realidade social.

Na segunda seção, defino a natureza do antagonismo social, a fim de pensar sobre como a formação simbólico-discursiva da realidade social funda-se antagonicamente. Pretendo, com isso, indicar o terreno fundamentalmente clivado por que o escândalo político engaja-se na produção e reprodução de tensões sociais e políticas.

Na terceira seção, delinco uma concepção crítica de ideologia. A discussão sobre como a ideologia é esteio da realidade social, e não mentira que a obscurece, deve identificar o escândalo político como acontecimento que atua discursivamente na construção ideológica da vida social pública.

2.1. A constituição simbólico-discursiva da realidade social

A compreensão que desenvolvo da inscrição discursiva do escândalo político na realidade social prescinde de uma concepção acerca do que estou entendendo por sociedade:

O caráter incompleto de toda totalidade leva-nos necessariamente a abandonar, como campo de análise, a premissa da “sociedade” como uma totalidade suturada e autodefinida. “Sociedade” não é um objeto válido de discurso. Não há nenhum princípio subjacente isolado que determine – e, portanto, constitua – todo o campo das diferenças (LACLAU, MOUFFE, 1987, p. 127).

A admissão de que a sociedade não é uma totalidade racional implica a impossibilidade da fixidez absoluta do sentido. Por isso, uma das noções fundamentais para a reflexão da sociedade, na teoria política pós-moderna de esquerda, é a de sutura. Sutura, na psicanálise lacaniana, significa a não correspondência entre o sujeito e o outro, que impede a constituição positiva da identidade, pois faz referência a uma estrutura de falta. A lacuna, que impossibilita qualquer tentativa de plenitude ou objetividade, desdobra um movimento duplo de falta e de preenchimento da falta. Uma sociedade completamente suturada seria aquela em que esse preenchimento teria atingido a sua conclusão plena, de modo a apagar a marca da diferença, como em uma identificação transparente.

Da premissa de que é impossível a fixidez (e a não fixidez) total do sentido, decorre a ideia, amplamente compartilhada na teoria social contemporânea, de que não há uma literalidade ou uma essência do social. A sociedade, assim, não deve ser concebida como unificada por uma lógica endógena segundo a qual há um lugar de onde um *fiat* soberano é enunciado. A realidade social não possui, pois, uma literalidade, que a reduziria a momentos necessários de uma lei imanente, nem se compõe de dois planos, “o das essências e o das aparências, dado que não haveria a possibilidade de fixar um sentido literal último, frente ao qual o simbólico se constituiria como plano secundário e derivado” (LACLAU; MOUFFE, 1987, p. 111).

A sociedade é, assim, uma organização aberta, de modo que, ao falarmos da realidade (social), estamos tratando sempre de símbolos, “de símbolos organizados na linguagem, portanto, funcionando a partir da articulação do significante e do significado, que é o equivalente da estrutura da linguagem”

(LACAN, 2005, p. 22). Observemos, então, que a lacuna que impede a fixidez do sentido não implica, por acaso, a simbolização da sociedade pela impossibilidade literalidade do social. Na constituição da sociedade como tal, há sempre “uma rejeição primitiva, alguma coisa que não consegue ser simbolizada” (LACAN, 1992, p. 98). A falta ou a clivagem que escapa à simbolização é a manifestação da experiência do real, que surge como um recalçamento primário da realidade (ŽIŽEK, 2011, p. 29), estruturada simbolicamente. Assim, a realidade social, no interior da qual inscrevo o escândalo político, deve ser pensada, nesta pesquisa, a partir de seu momento instituidor: a incompletude constitutiva do social.

A formação social não pode ser significada, segundo Laclau e Mouffe (1987, p. 162), a partir da ideia de totalidade, porque essa noção, de origem hegeliana, identifica as diferenças como “mediações necessárias para o autodesenvolvimento de uma essência” (ALTHUSSER, 1969, p. 203), enquanto a realidade social não está alheia ao conjunto estrutural complexo da sobredeterminação. Segundo Althusser (1969, p. 203), a sobredeterminação, uma palavra-chave em seu trabalho, frequentemente utilizada na Psicanálise e na Linguística, não faz referência a um processo qualquer de mescla, mas a um tipo particular de fusão que supõe formas diversas de (re)simbolizações e pluralidades de sentido. Assim, Laclau e Mouffe (1987) alargam, na direção em que esta pesquisa se projeta, a afirmação althusseriana de que não há nada no social que não seja sobredeterminado. A ampliação do conceito justifica-se pela razão de os autores não concordarem com o argumento de Althusser (1969) de que a sobredeterminação dá-se em virtude do eixo econômico das sociedades. Para Laclau e Mouffe (1987, p. 164), nós não fugimos nunca da sobredeterminação, que “se constitui no campo do simbólico e carece de toda significação à margem do mesmo”.

A sociedade tem sua regularidade apenas na forma de fixação relativa e precária que acompanha a instituição da sua ordem. É isso o que torna a vida social uma organização sempre aberta:

As várias dimensões e os diversos níveis da vida – como físico, químico, biológico, econômico, social, psicológico, semiológico (e linguístico) - têm suas próprias estruturas, que geram distintos efeitos em eventos através de seus próprios mecanismos. Isso se justifica porque a operação de qualquer mecanismo é sempre mediada por outros mecanismos; assim, nenhum deles tem efeitos de determinação sobre os eventos, de modo que os

eventos são complexos e imprevisíveis sob qualquer forma enquanto efeitos de mecanismos (FAIRCLOUGH, 1999, p. 19).

Nessa direção, é preciso pensar a sociedade a partir de um conceito que esteja fundado na sobredeterminação das relações sociais: a articulação. Laclau e Mouffe (1987, p. 176) significam articulação como “toda prática que estabelece uma relação entre elementos, cujas identidades modificam-se como resultado dessa prática”. A totalidade estruturada, a que Althusser (1969) fez referência, é, segundo Laclau e Mouffe (1987), resultante dessa prática articulatória e, com esse caráter, define-se como discurso. Aqui, duas distinções tornam-se necessárias à compreensão da sociedade como constituída discursivamente: momentos e elementos. Os momentos são as “posições diferenciais” que são articuladas no interior do discurso (LACLAU, MOUFFE, 1987, p. 124), isto é, identidades relacionais que se articulam, formando o próprio discurso. Os elementos, por sua vez, são as diferenças que não são articuladas discursivamente.

A instituição discursiva da realidade social, como ordem simbólica, segundo os termos apresentados, compõe-se, em primeiro lugar, da coerência da formação discursiva. Uma formação discursiva, como esclarece Foucault (1997), não se unifica em referência a um objeto comum, a um estilo comum de produção de enunciados, a uma constância de conceitos ou a uma permanência de certo tema, mas em uma “regularidade na dispersão” (FOUCAULT, 1997, p. 43). A dispersão é, enfim, o próprio princípio da unidade, na medida em que ela é “governada por regras de formação, pelas complexas condições de existência dos elementos” (FOUCAULT, 1997, p. 43). Assim, a formação discursiva é compreendida, em termos de dispersão e de regularidade, como conjunto de posições diferenciais. As práticas articulatórias que configuram a realidade social estão radicadas nesse conjunto de posições de diferenças, de modo que todo elemento, reduzido a um momento da prática articulada, ocupa uma posição diferencial no discurso.

A constituição discursiva da sociedade compõe-se, em segundo lugar, pelo apagamento absoluto do suposto limite entre o discursivo e o não discursivo. Sendo a articulação uma prática discursiva que “não tem um plano de constituição *a priori* ou à margem da dispersão dos elementos articulados” (LACLAU; MOUFFE, 1987, p. 186), tais elementos são sempre identidades relacionais. Os objetos e suas

propriedades materiais estão, pois, engajados em jogos de linguagem (WITTGENSTEIN, 1989), isto é, dentro de sistemas de significação, em que os objetos estão arranjados “no campo de uma ontologia geral” (LACLAU; MOUFFE, 1987, p. 20), que coincide com a totalidade das relações na sociedade, o discurso.

O que constitui uma identidade relacional de objetos com elementos linguísticos não é a ideia ou a representação (no sentido etimológico de tornar algo presente) dos objetos, mas eles próprios. Vejamos bem que não se trata de uma justaposição entre elementos linguísticos e não linguísticos, mas da construção de um jogo de diferenças (DERRIDA, 2008, p. 8), em que há dispersão de elementos materiais: as sequências relacionais não têm um sentido funcional último e preciso, mas regularidades que estabelecem posições de diferença entre objetos no mundo. A literalidade é, logo, a “primeira das metáforas” (LACLAU; MOUFFE, 1987, p. 188).

Dado que a sobredeterminação torna possível toda realidade social, ao impedir a sua objetividade, há, assim, uma lógica na formação da sociedade, pela qual a sua condição de possibilidade “é também sua condição de impossibilidade” (LACLAU, 1996, p. 52). Nessa perspectiva, Laclau (1996) argumenta que o gesto que institui a realidade social, o movimento de sua própria incompletude, é o momento político criador e criativo entre a indecidibilidade e a decisão.

De um lado, tem-se a indecidibilidade como “um grupo de lógicas quase-transcendentais” (LACLAU, 1996, p. 49), correspondente à estrutura de discursividade, que é intangível a qualquer tentativa de fechamento algorítmico. A indecidibilidade refere-se à pluralidade de movimentos possíveis no terreno estrutural. De outro lado, a decisão diz respeito àquilo que, embora heterogêneo, alheio à ordem da regra, é “ainda obrigado a tomar uma decisão impossível, tendo em vista as leis e as normas vigentes” (DERRIDA, 1996, p. 46). O que torna o político, enquanto momento instituidor da sociedade, possível é a relação entre a universalidade (a totalidade ausente ou impossível) da indecidibilidade estrutural e a singularidade da decisão. Sendo a estrutura significativa indecidível, a decisão é o salto da experiência da pluralidade da indecidibilidade para o ato de criação de um arranjo possível, de modo que o momento decisivo

não deve ser a consequência ou o efeito daquele saber teórico ou histórico, daquela reflexão ou daquela deliberação, já que a decisão marca sempre a interrupção da deliberação jurídico - ou ética - ou político-cognitiva que a

precede, e que *deve* precedê-la. O instante da decisão é uma loucura, diz Kierkegaard (DERRIDA, 2007, p. 51, itálico do autor).

O gesto quase-transcendental de singularidade da decisão é uma loucura, porque, como Žižek (2011, p. 45) afirma, ele age sobre as coordenadas do que é possível, criando novas possibilidades de articulação no sistema de diferenças. Portanto, ao radicalizarmos, de acordo com Laclau (1996) e Žižek (2011), a concepção do político como o momento instaurador da sociedade, estamos significando a constituição simbólico-discursiva da realidade social a partir de um traço especial: a relação entre universalidade e singularidade. Precisamente nesse ponto de discussão, encontra-se o conceito de antagonismo social.

Diante da questão, no entanto, Laclau (1996, 2011) e Žižek (1996, 2011) divergem quanto aos modos como veem a relação entre universalidade e singularidade, definindo o antagonismo social nela implicado de formas distintas: o primeiro autor significa a relação como uma ligação mediada (LACLAU, 2008, p. 20), em que o universal é intangível à singularidade e o antagonismo é a externalização da impossibilidade imanente da identificação, enquanto o segundo autor identifica a relação como um curto-circuito (ŽIŽEK, 2011, p. 8), em que o singular participa diretamente do universal e o antagonismo é a experiência real em que se funda a realidade social.

Logo, esta pesquisa precisa ter uma compreensão clara da relação entre universalidade e singularidade, que constitui o próprio processo hegemônico pelo qual a sociedade é construída, para poder refletir sobre a inscrição discursiva do escândalo político na realidade social. Por isso, na próxima seção, apresento o ponto em que Laclau (2008, 2011) e Žižek (1996, 2011) desfazem os laços teóricos, feitos durante os diálogos sobre a impossibilidade da sociedade, e discuto as razões pelas quais o debate žižekiano coaduna melhor com o propósito desta pesquisa de investigar o escândalo político em seu engajamento com as tensões na vida social.

2.2. Da ameaça externa ao recalçamento primário: pensando o antagonismo social

Para Laclau (1990), a relação entre a universalidade e a singularidade, em que consiste a luta hegemônica, deve ser pensada em termos de deslocamento e contingência.

Se a estrutura configura-se a partir de processos de significação, então, no limite, estamos sempre diante de estruturas incompletas, marcadas pelo deslocamento traumático. O momento da singularidade da decisão não é senão o instante do deslocamento real, e é essa a condição de emergência do sujeito como agente da mudança:

o sujeito é simplesmente a distância entre a estrutura incapaz de decisão e a decisão. Isso significa que quanto mais deslocada a estrutura for, mais o campo de decisões não determinadas por ela vai se expandir. As recomposições e as rearticulações, assim, vão operar em níveis estruturais crescentemente mais profundos, levando a um aumento no papel do "sujeito" e a um assentamento da história menos e menos repetitiva (LACLAU, 1990, p. 40).

Uma estrutura deslocada é, para o autor, uma estrutura que experimenta um momento de crise. Trata-se de uma experiência traumática de desajuste da estrutura, que precisa ser recomposta, a partir de novos processos de significação, de novas articulações. O sujeito surge, então, nesse instante de falha:

É este momento de "falha" da estrutura para conferir identidade aos atores sociais que "compele" o sujeito para agir. Neste sentido, o sujeito não é simplesmente *determinado* pela estrutura [...], ele *constitui* a estrutura (HOWARTH, 2000, p. 109, itálicos do autor).

Segundo Laclau (1990), no deslocamento, que é a circunstância em que se processa a identificação do sujeito, a mediação entre a universalidade e a singularidade ocorre do seguinte modo: em primeiro lugar, há uma divisão do sujeito entre o conteúdo real e a função impossível e imprevisível do conteúdo de incorporar a tarefa de representação da universalidade; em segundo lugar, existe o movimento inverso, que parte do singular para o universal, em que os contextos que limitam a indecidibilidade estrutural também limitam a gama de elementos que podem assumir a função de representação universal.

A resposta ao deslocamento da estrutura será sua recomposição, em torno de pontos nodais particulares de novas articulações, de tal maneira que o efeito da exclusão constitutiva, própria da constituição de qualquer sistema

significativo, à medida que exclui outras possibilidades de articulações, é a divisão de todo elemento “em uma dimensão de equivalência e outra de diferença” (LACLAU, 2008, p. 21). Uma vez que essas dimensões de sentido, conforme já vimos, não podem ser suturadas completamente, o movimento de a totalidade impossível da estrutura (de uma comunidade, por exemplo) ser representada por elementos particulares (como partido político, uma classe, um grupo) é a luta hegemônica.

Uma vez que a particularidade da decisão assume a função de um fechamento imaginário, não há choques cegos entre forças na formação da realidade social, mas uma constituição mútua entre universalidade e singularidade, através da luta hegemônica. Logo, a lógica da hegemonia é, pois, a categoria central, na ciência política contemporânea, para pensar a constituição e a configuração da sociedade.

A lógica da hegemonia apresenta-se, segundo Laclau e Mouffe (1987), como uma operação suplementária exigida por desajustes conjecturais. A loucura da decisão é a lacuna que escapa à estrutura, quando “algo totalmente estranho a ela – e, por consequência, totalmente inadequado – tem, contudo, de ser suplementado” (LACLAU; MOUFFE, 1987, p. 55). A hegemonia diz respeito à totalidade ausente e às diversas tentativas de recomposição e de rearticulação, que, “superando a lacuna originária, permitem dar sentidos à luta e dotar as forças históricas de uma positividade plena” (LACLAU; MOUFFE, 1987, p. 15).

O momento de decisão é hegemônico, na medida em que é i) auto-fundamentado, pois surge da falta, que é interna à estrutura, o que aponta para “a primazia ontológica do político” (LACLAU, 1996, p. 71); ii) excludente, ao impedir a possibilidade de outras decisões; e iii) clivado, pois sua divisão interna é tanto *esta* decisão quanto *uma* decisão. Laclau e Mouffe (1987, p. 132) referem-se ao sujeito como, sempre e inequivocamente, posições de sujeito no interior de uma estrutura discursiva. Toda tentativa de absolutizar a dispersão das posições de sujeito e de unificar um sujeito transcendental são desejos de uma plenitude sempre frustrados, pois a categoria do sujeito contrai a polissemia, a ambiguidade e a incompletude que a sobredeterminação dá a qualquer identidade discursiva. O jogo das práticas articulatórias de sobredeterminação e suplementação, na estrutura simbólico-

discursiva, é o que compõe a articulação hegemônica da sociedade (LACLAU; MOUFFE, 1987, p. 140).

À medida que a universalidade representa uma (ausente) plenitude, é impossível e, simultaneamente, necessário (tentar) objetivar os sentidos de uma identidade. Assim, essa busca vital e sempre fracassada por uma identidade plena é a experiência do limite da objetividade. Dessa forma, para os autores, as identidades relacionais, dentro do sistema de diferenças, são constitutivamente deslocadas, como resultado da produção contingente das relações sociais.

As articulações simbólico-discursivas por que a realidade social é construída implica conceber a verdade como uma propriedade de entidades linguísticas, ou, como diz Nietzsche (2007, p. 36), um “exército móvel de metáforas, metonímias, antropomorfismos”. Não sendo, pois, algo essencial a ser descoberto, a verdade relativiza-se, à medida que um conjunto de descrições torna-se verdadeiro ao servir melhor a certos propósitos, em dado momento. Assim, descrição da sociedade não se dá em virtude da aplicação de critérios de verdade, essência ou alguma arbitrariedade, mas a partir de uma “trama de contingências”, como afirma Rorty (2007, p. 71). Aqui, Laclau (1996) radicaliza os princípios do pragmatismo, do modo como faltou em Rorty (2007), levando a linguagem a um nível de importância tal que se torna central no debate sobre a descrição ou a constituição da realidade social, quando compreende que o deslocamento é um traço de contingência da estrutura significativa, que ele, ao mesmo tempo, compõe e impossibilita.

Nesse contexto, surge o antagonismo social. No primeiro momento da teoria laclauiana, nos anos 80, o antagonismo era concebido como a condição de existência de toda identidade discursiva. Mais recentemente, em suas reformulações teóricas, influenciadas pela psicanálise lacaniana, Laclau (1990) passa a compreender que o antagonismo é o que externaliza a natureza deslocada e contingente da realidade social.

Inicialmente, Laclau e Mouffe (1987) compreendem que o antagonismo é a impossibilidade de qualquer identidade discursiva:

é porque um camponês não pode ser um camponês que um antagonismo existe com o proprietário expulsando-o da sua terra [...]. Na medida em que há antagonismo, eu não posso ser uma completa presença de mim mesmo (LACLAU; MOUFFE, 1987, p. 145).

O antagonismo é, nessa perspectiva primeira de Laclau e Mouffe (1987), o “fracasso das diferenças no sistema de diferenças que é a língua, e, nesse sentido, localiza-se nos limites da linguagem e só pode existir como fim desta, ou seja, como metáfora” (LACLAU; MOUFFE, 1987, p. 145). O antagonismo é concebido, então, como a negatividade, a ameaça comum aos elementos do discurso, através da qual este passa a ter existência. A condição de possibilidade da formação discursiva deve ser, nesses termos, o corte antagônico ou o discurso do inimigo:

Num clima de extrema repressão, toda mobilização por um objetivo parcial será percebida não somente como relacionada com a reivindicação ou os objetivos concretos dessa luta, mas também como um ato de oposição ao sistema. Esse último fato é o que estabelece o laço entre uma variedade de lutas e mobilizações concretas ou parciais – todas são vistas como relacionadas entre si, não porque seus objetivos *concretos* estejam intrinsecamente ligados, mas porque são encaradas como equivalentes em sua confrontação com o regime repressivo. O que estabelece sua unidade não é, por conseguinte, algo positivo que elas partilham, mas negativo: sua oposição a um inimigo comum (LACLAU, 2011, p. 73).

No entanto, Laclau (1990), em sua atualização da teoria do discurso, contraria essa visão. O autor argumenta que se deve fazer uma importante inversão entre as posições da ameaça externa, o antagonismo, e a impossibilidade da identificação plena, de modo que não é mais o inimigo externo que está impedindo a objetividade de uma identidade discursiva. Toda identidade já é por si bloqueada, marcada por uma impossibilidade, segundo o autor. Essa impossibilidade é a experiência imanente e real do deslocamento, e o inimigo externo, o antagonismo, é “simplesmente um pequeno pedaço, o resto da realidade sobre a qual nos ‘projetamos’ ou ‘externalizamos’ esta impossibilidade intrínseca” (LACLAU, 1990, p. 251).

Levando esse raciocínio ao extremo, a afirmação da contingência como a natureza mesma das identidades discursivas, quando as “condições de existência de uma entidade são exteriores a ela” (LACLAU, 1990, p. 19), não estaria reduzindo a identificação a circunstâncias externas, negligenciando a lógica inerente do sistema que, até certo ponto, gerou-a? A ideia de responsabilizar as circunstâncias é bastante comum em casos de crise na democracia neoliberal, como a da economia e a da representação política, em que não se procura olhar para as lógicas dos

próprios sistemas, mas as circunstâncias externas que então ameaçam esses sistemas.

Se a externalização da natureza contingente da identidade, na forma dos antagonismos, pressupõe que “essa identidade deve estar aí em primeiro lugar” (LACLAU, 1990, p. 27), a identidade preexiste, logo, ao ataque do inimigo. Assim, Laclau (1990) entende o antagonismo como posterior à experiência contingencial do deslocamento, compreendida como condição de existência da formação discursiva de identidades. Vejo, na contramão dessa interpretação, que o conceito de antagonismo poderia ser explorado com mais ênfase sobre sua implicação na construção e desconstrução de identidades na vida social, tal como Žižek (1996, 2006) procura pensá-lo. Para o filósofo, o antagonismo é o oposto do deslocamento. Enquanto o deslocamento internaliza a contingência, à medida que é o exterior que bloqueia a identidade do interior e é, em contrapartida, pré-requisito para sua constituição, o antagonismo é a necessidade interna, que corresponde à clivagem mesma em que se fundam as interações sociais, segundo Žižek (1996, p. 9).

Com base nisso, compreendo que o escândalo político precisa ser pensado como um acontecimento inscrito discursivamente na realidade social, a partir de uma perspectiva de antagonismo social que possa ajudar a problematizar as significações do evento como formas de agir na constituição antagônica da realidade social, através do engajamento do acontecimento na luta hegemônica e ideológica pela construção de sentidos na vida social e política. Em vista disso, discuto, a seguir, o impossível/real dos antagonismos sociais, segundo a perspectiva de Žižek (1996, 2011), a fim de sublinhar a natureza antagônica da realidade em que o escândalo político se inscreve e na qual age.

2.3. O espectro da ideologia e o real/impossível do antagonismo no escândalo político

O sistema simbólico fracassa em sua própria (tentativa de) objetividade, quando o real, a parte da realidade que escapa ao domínio das regras e normas da estrutura, surge em aparições espectrais. Desse modo, ao se apresentar “na forma do trauma” (LACAN, 1990, p. 57) - isto é, numa experiência que foge à estrutura

social, de que é condição de existência – o real é, pois, a clivagem que o sistema de diferenças recalca para existir. Essa lacuna nunca é completamente preenchida, de modo que, à luz da metáfora lacaniana das estrelas, usada para significar que o real é “o que retorna sempre ao mesmo lugar” (LACAN, 1992, p. 511), a emergência desse real tem a forma de um espectro.

O termo “espectro” foi usado por Derrida (1994) para se referir à fugidia pseudo-materialidade que subverte oposições ontológicas clássicas, como entre verdade e ilusão, as quais Karl Marx (1983, p. 71), anteriormente, havia tratado por “fetiche”, uma expressão que, por muito tempo, fora utilizada, em contextos religiosos, para designar uma idolatria falsa em oposição a uma crença verdadeira. Assim, co(n)fundindo os limites entre realidade e fantasia, o espectro reifica o trauma. Na visão do filósofo franco-argelino, o trauma é uma promessa que só existe como porvir: “o espectro, o fantasma, este é o futuro” (BORRADORI, 2004, p. 164). Qualquer acontecimento traumático “não tem como seu correlato trágico o que está atualmente ocorrendo ou o que aconteceu no passado, mas os sinais precursores do que ameaça acontecer” (DERRIDA, 2004, p. 130). O trauma, nesse sentido, é produzido pelo futuro, pela ameaça que está por vir, como o mais recalcitrante dos fantasmas. No entanto, embora as aparições espectrais surjam mesmo nessa lacuna entre a realidade e o real, como Derrida (2004) explica, trata-se mais de uma dívida simbólica, nunca quitada, que propriamente de futuro, pois o espectro como tal já é testemunho de um recuo (LACAN, 1988, p. 200)¹⁶.

Nessa direção, em que se entende o real como a experiência traumática que não conseguiu ser semantizada na estrutura simbólica, cuja possibilidade é condicionada pelo recalque do trauma, o espectro é o que dá materialidade ao que foge à realidade social. Logo, é preciso ressaltar uma distinção importante entre espectro e ficção simbólica:

A realidade nunca é diretamente “ela mesma”; só se apresenta através de sua simbolização incompleta/falha. As aparições espectrais emergem justamente nessa lacuna que separa perenemente a realidade e o real, e

¹⁶ Lacan (1988, p. 200), ao discorrer sobre o lugar e a formação do eu em histéricas e histéricos, tomando como ilustração o “caso de Dora”, de S. Freud, mostra como o espectro, ligado ao estádio do espelho, envolve o sintoma, não o futuro: “A função preenchida no esquema do estádio do espelho pela imagem especular, em que o sujeito situa seu sentido para se reconhecer, onde pela primeira vez ele situa o seu eu, esse ponto externo de identificação imaginária, é no Sr. K. que Dora o coloca. É na medida em que ela é o Sr. K. que todos os seus sintomas adquirem o seu sentido definido”.

em virtude da qual a realidade tem o caráter de uma ficção (simbólica) (ŽIŽEK, 1996, p. 25).

É o espectro, então, que malogra os esforços para distinguir, com alguma alegação de clareza e verdade, a realidade e a ilusão. A co(n) fusão de fronteiras que ele implica não se dá por não fundamentar a ilusão na realidade, pois “o que o espectro oculta não é a realidade, mas seu recalçamento primário, o x irrepresentável em cujo ‘recalçamento’ fundamenta-se a própria realidade” (ŽIŽEK, 1996, p. 26). Na emergência dos *Novos Alopados*, desencadeou-se uma série de significações distintas do evento. Por exemplo, enquanto *CartaCapital* descreveu o caso da violação de dados na Receita Federal como resultado de uma “disputa fratricida no tucanato”, *Veja* o identificou como “aparelhamento do Estado contra a oposição”. Ambas as enunciações midiáticas declaram percepções diferentes sobre o que noticiam, devido à existência de um conjunto de tensões que impossibilita os participantes de simbolizarem as atividades em acordo.

O desacordo está no cerne das interações, pois as identidades discursivas só emergem, como numa visão em paralaxe, como resultado da diferenciação de perspectivas, “na qual toda diferenciação é uma distorção parcial” (ŽIŽEK, 2006, p. 121). Esse “núcleo traumático” (ŽIŽEK, 1996, p. 31) é o real, que permanece nas distintas situações. O real é, pois, o que desponta nas distorções entre as tentativas de representação exata, verdadeira ou única possível da realidade. Desse modo, os elementos que, à guisa de ficção, compõem narrativas possíveis do escândalo político apontam para o caráter antagônico da realidade social em que ele surge e se desenvolve e indicam a inscrição do evento na luta hegemônica pela fundação e legitimação de sentidos.

A partir dessa ilustração, podemos notar que o real, “como algo que só se mostra através das distorções do simbólico” (ŽIŽEK, 1996, p. 310), é o impossível da ordem social existente, isto é, seu antagonismo constitutivo. Diferentemente da maneira como Laclau e Mouffe (1987, 2011) localizaram secundariamente o antagonismo, em detrimento da primazia da experiência do deslocamento, na fundação do sistema de diferenças, Žižek (2006) observa que a constituição da realidade social implica o recalçamento, primário e instituidor, do antagonismo, isto é, o movimento espectral. Dessa forma, o antagonismo não é o inimigo externo, pois

essa ameaça externa já é uma fantasia que mascara a clivagem antagônica, fundadora da realidade social, quando institui um elemento para ocupar o lugar da impossibilidade real. O que se chama de inimigo externo é, desse modo, a “encarnação fetichista de uma certa barreira fundamental” (ŽIŽEK, 1992, p. 123).

Nessa perspectiva, não há fronteiras - impermeáveis, como afirmou Rorty (2007), ou mediadas, como colocou Laclau (1990, 2008, 2011) - entre a universalidade da estrutura/a indecidibilidade e a singularidade da decisão/o real, mas um curto-circuito, a partir do qual devemos transformar a experiência do real antagônico em um “ato ético-político” (ŽIŽEK, 2011, p. 45) de rearticulação do sistema de diferenças. Assim, não há um terceiro ambiente, um lugar neutro (a política ou a ciência, por exemplo), em virtude do qual haveria disputas por dominação. Ao contrário, há um único lugar, clivado por dentro pelo antagonismo, constituindo o próprio terreno em que é travada a luta pela “hegemonia discursiva, cujo desfecho não é garantido por nenhuma necessidade subjacente ou aliança natural” (ŽIŽEK, 1996, p. 17). Com mais atenção, devemos observar que as lutas hegemônicas na sociedade implicam o movimento espectral de construção de sentidos, nos modos de representar, identificar e agir na realidade social. Por isso, tenho compreendido o escândalo político como acontecimento concreto que atua na constituição antagônica da realidade, ao estar engajado nas lutas hegemônicas e ideológicas pela (re)fundação de sentidos para a vida social e política.

Nesses termos, o movimento espectral é ideológico, à medida que se pode afirmar que a ideologia é a fantasia que constitui a realidade social fundamentalmente, pois “se retirarmos essa perspectiva distorcida, perdemos a própria coisa em si” (ŽIŽEK, 2006, p. 120). A ideologia serve de esteio a nossa própria realidade, é “uma ‘ilusão’ que estrutura nossas relações sociais reais e efetivas e que, com isso, mascara o insuportável núcleo do real impossível” (ŽIŽEK, 1996, p. 321), o antagonismo. Portanto, a ideologia não esconde o verdadeiro estado de coisas, pois ela está inscrita no próprio cerne da realidade, uma vez que a constitui discursivamente, pelos diferentes modos como recalca o real antagônico, na fundação e refundação de sentidos. Assim, a realidade social só é possível graças a um “estranho suplemento espectral” (ŽIŽEK, 1996, p. 25). Esse espectro é a ideologia.

Portanto, o meu propósito de realizar um estudo do escândalo político interessado em inscrever o evento na estrutura discursiva da realidade social, situando o real antagônico como um dos arrimos principais da discussão, precisa lançar mão de uma leitura da ideologia como movimento simbólico-discursivo de constituição da realidade. Nesse momento, estou diante de um desacordo epistemológico na pesquisa, em relação aos dois outros arrimos sobre os quais empreendo a discussão. A Teoria Social do Discurso, apropriando-se da teoria da ideologia elaborada por J. B. Thompson (1995), articula um conceito de ideologia, em termos de reflexo de assimetrias nas sociedades capitalistas, que se opõe ao meu objetivo de vê-la para além de um epifenômeno.

Desse modo, delinco, na próxima seção, o quadro teórico geral da ideologia, dentro da ADC e, mais especificamente, da TSD. O objetivo é realizar uma discussão por que se possa problematizar o termo que justifica a crítica da abordagem teórico-metodológica de discurso que engendra esta pesquisa e, assim, esclarecer como estou me apropriando do conceito para pensar a natureza discursivo-ideológica do escândalo político.

2.4. Ideologia: um epifenômeno na Análise de Discurso Crítica¹⁷

De acordo com o propósito exposto, uma objeção possível já sublinha, com alguma desconfiança, o motivo do esforço empenhado, aqui: ideologia, hoje? A expressão que fora engendrada no século XVIII, no interior do projeto iluminista de uma ciência positivista, certamente chegou, senão ao seu próprio fim, ao menos à crise de sua eficácia e atualidade, na sociedade contemporânea. Ao contrário daqueles que concordam com essa ideia, pensamos que o momento em que a ideologia está em crise, ausente ou distante do que ocorre na realidade cotidiana, é, com precisão, o instante em que mais estamos escravizados a ela.

Nesse momento da pesquisa, procuro dar alguma contribuição possível, em termos teóricos, ao debate acerca da definição e da articulação da ideologia na

¹⁷ O texto que segue nesta seção foi publicado, na forma de artigo científico, em co-autoria com a Profa. Dra. Claudiana Nogueira de Alencar (PosLA/UECE), no periódico *Cadernos de Linguagem e Sociedade*. Disponível em: < <http://seer.bce.unb.br/index.php/les/article/view/9814>>.

ADC. Como veremos, dois aspectos importantes envolvidos nessa questão são, primeiro, saber se a ideologia diz respeito apenas às formas simbólicas que servem para estabelecer e sustentar relações sistematicamente assimétricas de poder e, segundo, reconhecer ou não como ideológica a crítica da ideologia na prática da análise do discurso. Para pensarmos juntos tais problemáticas, organizo o debate em quatro momentos.

Inicialmente, faço uma reconstituição lógico-narrativa da concepção crítica ou negativa de ideologia, que convergiu para o modo como a ADC, a especialmente a partir dos trabalhos desenvolvidos por N. Fairclough (1999, 2001, 2003), seu principal expoente, dispôs-se a pensá-la. A seguir, apresento a concepção de ideologia articulada no interior da análise de discurso considerada, observando os seguintes traços que caracterizam o conceito na disciplina, nas distintas etapas de seu amadurecimento: a definição, a localização, a natureza e o trato analítico. Depois, exploro o modo pelo qual a ideologia, embora imprescindível para o projeto político de transformação social da ADC, que a diferencia das demais ciências voltadas para o fenômeno linguístico, situa-se às margens de seu contexto, ao ser tratada como um epifenômeno. Ao final, discuto a natureza irremediavelmente política e ideológica da ADC, bem como de toda e qualquer análise de discurso, a partir de uma reflexão acerca de uma crítica radical da linguagem.

2.4.1. Breve história do conceito negativo de ideologia: a caminho da ADC

A inscrição crítica ou negativa da ideologia inicia-se com Napoleão Bonaparte, em seu esforço para malograr a criação de uma ciência interessada em analisar as faculdades intelectuais humanas, a Ideologia, elaborada por Destutt de Tracy, em *Eléments d'Idéologie* (1817). No entanto, a crítica da ideologia só ganha pulso, a partir do trabalho desenvolvido por K. Marx e F. Engels (1999), que, na segunda metade do século XIX, buscou tratá-la dentro de um referencial teórico distinto e de um novo programa político, tornando o conceito um instrumental imprescindível para a análise da sociedade. De lá para cá, os estudos críticos da ideologia percorreram um caminho tão longo quanto sinuoso, de maneira tal que, neste trabalho, detenho-me a mapear apenas os quatro momentos da história negativa do conceito considerados relevantes pela ADC, segundo Fairclough (2001).

Começo com a definição segundo a qual a ideologia é, simultaneamente, linguagem e inversão fantasmática da vida real. O homem como ser social e o primado da economia são as premissas fundamentais de que Marx e Engels (1999) lançam mão para pensar a ideologia. Antes de explorá-las, porém, faz-se útil esclarecer como o filósofo alemão compreende duas noções que precedem tal discussão: natureza e consciência.

Primeiro, contrariando Feuerbach, para quem a natureza é “o primeiro, o originário, o que produz tudo de si e não pode ser pensada como produzida” (FEUERBACH, apud CHAGAS et al., 2009, p. 38), Marx e Engels (1999, p. 27) esclarecem que a “unidade do homem e da natureza existiu sempre na indústria e se apresentou, em cada época, sob formas diferentes, consoante o desenvolvimento maior ou menor dessa indústria”. Segundo, enquanto Hegel (1986) postula que o conhecimento de um objeto, isto é, da própria natureza, é já autoconhecimento – ou que “a consciência é, igualmente, o ser-suspensão de ambas a consciência e a autoconsciência” (HEGEL, 1986, p. 189), Marx e Engels (1999, p. 34) defendem que a consciência é “um produto social”.

Compreendendo, então, que a essência humana é, em sua efetividade, o conjunto das relações sociais, e que estas consistem no trabalho dos homens sobre a natureza, Marx e Engels (1999, p. 20) concluem que a “produção de idéias, de representações e da consciência está, em primeiro lugar, direta e intimamente ligada à atividade material e ao comércio material dos homens”. Nesse sentido, a ideologia é tanto linguagem quanto inversão da vida real, à medida que, se nela os homens e as suas relações surgem invertidos, tal como acontece numa câmara obscura, isto é apenas o resultado do “seu processo de vida histórico, do mesmo modo que a imagem invertida dos objetos que se formam na retina é uma consequência do seu processo de vida diretamente físico” (MARX; ENGELS, 1999, p. 21).

Essa imagem de inversão da realidade, em virtude da qual a ideologia não é um fenômeno arbitrário, aponta para a ideia de que a formação ideológica tem a aparência de existir autonomamente (MARX; ENGELS, 1999), uma vez que confunde consciência e existência. Essa problemática será, mais minuciosamente, pesquisada pelo filósofo L. Althusser (1985), nas décadas de 60 e 70 do século XX, época em que o estruturalismo desenvolve-se plenamente.

Althusser (1985) renova os estudos da ideologia, ao propor uma leitura sintomal de Marx. A partir de uma articulação epistemológica e filosófica entre a teoria marxista, em que a ideologia é tratada como um “*bricolage* imaginário” (ALTHUSSER, 1985, p. 83), e a psicanálise, especialmente a lacaniana, Althusser (1985) desenvolve uma teoria da ideologia em geral¹⁸, segundo a qual há uma identificação entre a estrutura formal da ideologia e a do inconsciente: não são as suas condições reais de existência, seu mundo real que “os homens ‘se representam’ na ideologia, o que nela é representado é, antes de mais nada, a sua relação com as condições reais de existência” (ALTHUSSER, 1985, p. 87).

Nessa perspectiva, o ponto de interseção que realiza o elo entre o indivíduo e a sua vida social, bem como entre o inconsciente e a ideologia, é o da constituição do sujeito. Dado que “1) só há prática através de e sob uma ideologia e que 2) só há ideologia pelo sujeito e para o sujeito” (ALTHUSSER, 1985, p. 93), a subjetivação é, sobretudo, a interpelação do sujeito como tal. A interpelação dá-se, então, pelo reconhecimento do indivíduo como sujeito, conforme ocorre na fase do espelho, em que a relação entre organismo e realidade, “filtrada através de um prisma de inversão” (MULLER; RICHARDSON, 1982, p. 31), como colocam Marx e Engels(1989), caminha, segundo J. Lacan, em direção à estrutura.

A interpelação teria a função de “conduzir sua auto-sujeição ao sistema dominante e, por essa via, assegurar a reprodução social em seu conjunto” (LACLAU, 1979, p. 106). Assim, a ideologia é algo imaginário, no sentido psicanalítico do termo, e material, à medida que se manifesta em um aparelho ideológico de estado (AIE), que “prescreve práticas materiais reguladas por um ritual material, práticas que existem nos atos materiais de um sujeito” (ALTHUSSER, 1985, p. 92).

Embora Althusser tenha mencionado, para dar alguns exemplos das diferentes modalidades de ideologia, os tipos “discurso verbal interno (a consciência) e discurso verbal externo” (ALTHUSSER, 1985, p. 93), não explorou bem em que consiste essa materialidade discursiva. Quem o fará será M. Pêcheux. O filósofo

¹⁸ A teoria da ideologia em geral classifica-se assim em oposição à teoria das ideologias particulares, porque está interessada em compreender o mecanismo pelo qual se dá a reprodução das relações de produção, sem foco sobre ideologias específicas, expressões de posições de classe.

segue relativamente na mesma direção de M. Bakhtin (BAKHTIN, 2002) - pioneiro na teoria semiótica de ideologia e, por isso, uma referência importante à ADC - que reconhece o discurso como a materialidade ideológica principal, à medida que, “sem signos, não existe ideologia”.

Ainda na década de 60, Pêcheux desenvolve a Análise Automática do Discurso (AAD), um método que surge de uma articulação bem engendrada entre marxismo, psicanálise e estruturalismo, com o objetivo de fornecer um instrumental científico às ciências sociais. Retomando Althusser, Pêcheux (1995) compreende que os AIEs são lugares em que as lutas e os antagonismos sociais articulam-se em torno de formações ideológicas (FIs), isto é, em um conjunto complexo de “atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’, mas se relacionam mais ou menos diretamente a *posições de classe* em conflito umas com as outras” (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 166, grifo do autor).

As FI's são compostas, desse modo, por formações discursivas (FD's), que determinam, nesses contextos, “*o que pode e deve ser dito*” (PÊCHEUX, 1995, p. 160, grifo do autor). Duas evidências são, portanto, fundamentais para o modo como Pêcheux (1995) concebe a ideologia: a produção do sentido e a constituição do sujeito. O processo de interpelação ideológica cria as ilusões de transparência da linguagem e de liberdade do indivíduo, em virtude das quais se mascara o caráter material do sentido, isto é, sua natureza ideológica (aqui reconhecemos a influência de J. Lacan para os estudos do discurso em geral). Os sentidos são construídos a partir de posições ideológicas – as quais os indivíduos são interpelados a ocupar por reconhecimento, tornando-se sujeitos – posições que estão inseridas “no processo sócio-histórico no qual palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas)” (PÊCHEUX, 1995, p. 160).

Com a atenção do estudo da ideologia redimensionada para os eventos discursivos, Pêcheux (1995) já aponta para a natureza heterogênea e contraditória do discurso, enfatizada por Fairclough (2001, p. 57), ao entendê-la como sinal de um movimento nas filiações sócio-históricas da identificação, enquanto constitui tais filiações. No entanto, a ênfase do filósofo na determinação ideológica dos sujeitos e na produção de sentidos como reprodução de uma estrutura ainda não dá espaço para uma visão dialética de ideologia, que possa acordar com o projeto crítico de

transformação social abraçado pela ADC. Caminhando para essa direção, a partir dos anos 90 do século XX, destaca-se o trabalho desenvolvido pelo sociólogo britânico J. B. Thompson.

Ao se apoiar na concepção marxista de ideologia, Thompson (1995) recupera um critério de negatividade que, em sua opinião, perdeu-se com as novas investidas de neutralização do termo: “o critério de sustentação das relações de dominação” (THOMPSON, 1995, p. 76). As acusações levantadas em relação à ideologia que a julgaram como errônea, fantasmática, ilusória ou obscura, dizem respeito, antes, a “possibilidades contingenciais, e não a características necessárias da ideologia como tal” (THOMPSON, 1995, p. 76), de modo que ela deve ser encarada, segundo os termos que definem sua abordagem propriamente crítica/negativa: poder e sentido.

Disso, decorre a concepção de ideologia como “o sentido a serviço do poder” (THOMPSON, 1995, p. 16), de acordo com a qual as formas simbólicas são um “espectro de ações e falas, imagens e textos, que são produzidos por sujeitos e reconhecidos por eles e outros como construtos significativos” (THOMPSON, 1995, p. 79). Sendo assim, tais formas tornam-se ideológicas, somente quando, em contextos históricos específicos, são mobilizadas para estabelecer e sustentar relações de dominação.

De um lado, ao enfatizar as relações de poder, Thompson (1995) não compartilha da tese da luta de classe como eixo estrutural da sociedade. Ele está preocupado em mostrar que, além da diferença de classe, há outras formas de desigualdade e de exploração a que as ideologias servem, como as tensões de gênero e de etnia. De outro lado, ao chamar atenção para as formas simbólicas, o sociólogo procura evidenciar que elas são constitutivas da realidade social¹⁹ e que estão envolvidas na criação e na reprodução de relações e de práticas na sociedade.

Há, ainda, um terceiro aspecto da reformulação da ideologia por Thompson (1995), que fornece não apenas um horizonte teórico, à luz do qual se

¹⁹ Thompson (1995, p. 78) afirma que as formas simbólicas são “constitutivas da realidade social e estão ativamente envolvidas tanto em criar como em manter as relações entre pessoas e grupos”.

deve pensar a ideologia, mas também uma orientação metodológico-analítica. Essa abordagem sugere examinar a ideologia, a partir dos seus modos de operação principais: i) a legitimação, que se dá, em geral, com a mobilização das estratégias de racionalização, de universalização e de narrativização; ii) a dissimulação, cujas estratégias fundamentais são a eufemização, o deslocamento e o tropo; iii) a unificação, que ocorre por meio da construção simbólica de identidades coletivas; iv) a fragmentação, que, ao contrário do modo de operação anterior, lança mão das estratégias de diferenciação e de expurgo, pelas quais se segmentam grupos e criam-se ameaças; e, enfim, v) a reificação, que procura tornar natural, permanente ou atemporal uma situação ou um acontecimento situados (THOMPSON, 1995, p. 81).

Esse modo de pensar a ideologia, com base nos aspectos das relações de poder, das formas simbólicas e dos modos de operação mais comuns, afina bem com os propósitos da ADC. Ao destacar as formas simbólicas como (re)produzidas por pessoas, nos contextos de suas vidas, e ao conceber as ideologias como construções significativas e contingenciais, o conceito formulado por Thompson (1995) sublinha precisamente o que a ADC empenha-se para evidenciar: a agência dos sujeitos e a possibilidade de mudança social.

2.4.2. O conceito de ideologia desenvolvido na ADC

Na ADC, mais especialmente na TSD, o conceito de ideologia desenvolvido sustenta-se sobre o arrimo da concepção crítica formulada por J. B. Thompson (1995). Neste momento, descrevo como a ideologia é articulada no interior da ADC, em diferentes fases da disciplina, considerando: a definição, a localização, a natureza e o trato analítico que a caracterizam nesse contexto.

Em *Language and Power*, Fairclough (1989, p. 84) afirma que “a ideologia deve ser considerada como essencialmente vinculada a relações de poder”, consistindo num senso comum que procura manter as assimetrias dessas relações. Com base nessa asserção, posteriormente, em *Discurso e mudança social*, Fairclough (2001, p. 121) entende que as ideologias só surgem “nas sociedades caracterizadas por relações de dominação, com base na classe, no gênero social,

no grupo cultural, e assim por diante”, de forma que os processos ideológicos precisam ser compreendidos como significações “que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 117).

A partir dessa definição, ainda de acordo com a concepção tridimensional e dialética do discurso (texto, prática discursiva e prática social), Fairclough (2001) observa que as práticas discursivas, que envolvem os processos de produção, distribuição e consumo de textos, “são formas materiais de ideologia” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 116). Logo, a ideologia está situada tanto nas estruturas, sob as formas de ordens de discurso²⁰, como desejaram as macro-análises sociais, quanto nos eventos discursivos, ou nos textos, como defendeu a Linguística Crítica, sob as formas de metáforas, por exemplo. Ao esclarecer que a ideologia está embutida e é formada nas práticas discursivas, Fairclough (2001, p. 117) chama atenção para o fato de que essas práticas têm a luta ideológica como uma de suas dimensões. No ponto de interseção entre as práticas sociais e os textos, as práticas discursivas não são apenas um lugar de construção de ideologias, mas, especialmente, de sua desconstrução, um espaço potencial de transformação das relações de dominação.

Esse aspecto enfatizado por Fairclough (2001), que o particulariza em relação a Althusser e a Pêcheux, procura evitar o privilégio sobre a perspectiva da reprodução da ideologia, seu caráter estável e a primazia do movimento da estrutura para os eventos. Com base nas concepções de hegemonia, encontrada em A. Gramsci (1971), de prática social, conforme coloca D. Harvey, e de vida social como sistema aberto, defendida por R. Bhaskar, em *Discourse in late modernity*, Fairclough e Choiuliaraki (1999, p. 35) reconceitualizam o discurso como um momento da prática social, um elemento que é articulado dentro de maneiras habituais pelas quais as pessoas aplicam recursos para agirem no mundo. Assim inspirado, em *Analyisng discourse* Fairlcough (2003) passa a considerar o discurso como modos simultâneos de agir, representar e identificar. A mudança, no entanto,

²⁰ As ordens de discurso referem-se aos procedimentos, presentes em toda sociedade, de controle da produção, da seleção, da organização e da (re)distribuição do discurso, com o intuito de “conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 1996, p. 8).

não alterou o conceito de ideologia; ao contrário, explanou-o melhor. Mantiveram-se, assim, o princípio de que as ideologias investem os discursos em todas as suas dimensões e a concepção de que elas “são representações de aspectos do mundo que podem ser apresentados para estabelecer e manter relações de poder, de dominação e de exploração” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 218).

Assim significada e localizada, a ideologia tem sua natureza definida em termos de três características principais, que permanecem ao longo do caminho por que a discussão sobre o conceito atravessa na ADC.

Primeiro, “a ideologia é mais efetiva quando sua ação é menos visível” (FAIRCLOUGH, 1989, p. 85). Isso significa dizer que sua eficácia consiste “em sua naturalização” (FAIRCLOUGH, 2001, 117), como destacaram os demais críticos da ideologia, anteriormente. Essa propriedade de estabilidade é especialmente importante para pensar a hegemonia, tal como formulada por A. Gramsci (1971), à medida que “buscar ser hegemônico é tentar universalizar significados particulares, com o intuito de alcançar e de manter a dominação” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 59).

A ideologia é, logo, uma dimensão imprescindível da hegemonia. Dado o caráter estável, automático e (quase) invisível da ideologia, “não se deve pressupor que as pessoas têm consciência das dimensões ideológicas de suas práticas” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 120). Por isso, Fairclough (1989) lança mão da conscientização crítica dos processos ideológicos no discurso como uma espécie de antídoto contra a ideologia: se alguém se torna consciente de um aspecto particular do

senso comum que sustenta desigualdades de poder à própria custa, ele deixa de ser senso comum e pode perder a capacidade de sustentar relações de poder desiguais, isto é, sua capacidade de funcionar ideologicamente (FAIRCLOUGH, 1989, p. 85).

As problemáticas da naturalização e da consciência ligam-se, então, à segunda característica da ideologia, que, para Althusser, foi ignorada durante muito tempo nos estudos do discurso: o papel dos processos ideológicos na constituição dos sujeitos, mediante processos de interpelação. Para Fairclough (2003), é uma tese pertinente, mas tem uma falha, em que está, com precisão, a possibilidade de mudança social enfatizada pelo linguista: os sujeitos “não são apenas

preposicionados na forma como eles participam de eventos sociais e de textos, eles também são agentes sociais” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 160). Assim, ao contrário da discussão elaborada por Althusser, o linguista foca sobre a sujeição contraditória, quando “uma pessoa que opera num quadro institucional único e num único conjunto de práticas é interpelada de várias posições e puxada em direções diferentes” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 121). Essa é, então, a condição principal de práticas conscientes e transformadoras.

Disso, decorre a asserção de que as ideologias, enquanto representações de aspectos do mundo (e, assim, na forma de discursos), que criam ou mantêm relações de poder, podem ser legitimadas em modos de agir socialmente (e, portanto, em gêneros) e inculcadas nas identidades dos agentes sociais (e, logo, em estilos). Nesses termos, a terceira característica das ideologias é que elas são efeitos de textos como elementos de eventos sociais, de acordo com os três significados do discurso. Mesmo quando da concepção tridimensional do discurso, Fairclough (2001, p. 289) já visualizava esse aspecto, quando dizia que os principais efeitos ideológicos dos discursos são “sistemas de conhecimento e crença, relações sociais e identidades sociais”. Nessa direção, Fairclough (2003, p. 10) sugere que a análise textual precisa ser enquadrada numa análise social que considera os *corpora* de textos em termos de seus efeitos sobre as relações de poder.

Assim definida, situada e caracterizada, a ideologia é, então, tratada, dentro da abordagem teórico-metodológica da ADC, de formas diferentes, em dois momentos distintos.

Inicialmente, em *Discurso e mudança social* (2001), a ideologia é uma dimensão analítica do estudo do discurso como prática social, ao lado da hegemonia. Embora Fairclough (2001) compreenda que a ideologia constrói-se e materializa-se nas práticas discursivas, ela é concebida como categoria da prática social, porque sua investigação tem o objetivo geral de especificar a “natureza da prática social da qual a prática discursiva é uma parte, constituindo a base para explicar por que a prática discursiva é como é, e os seus efeitos sobre a prática social” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 289).

Logo, o linguista propõe que a ideologia e a hegemonia sejam observadas em termos: da matriz social do discurso, a partir da qual se deve especificar como a instância da prática social e discursiva investigada envolve-se com estruturas e com relações (se de modo convencional ou criativo, por exemplo); das ordens de discurso, cujo objetivo é observar a ligação da instância com as ordens de discurso que ela delinea, com foco sobre as tendências de larga escala, como a democratização e a tecnologização; e, enfim, em termos dos efeitos ideológicos e políticos do discurso, citados mais acima.

Atualmente, a ideologia é tratada, na ADC, como tema de pesquisa, ao lado de questões como mudanças espaciotemporais associadas à globalização, hibridismo, cidadania e espaço público (FAIRCLOUGH, 2003, p. 07). Seguindo o enquadre metodológico-analítico da ADC (FAIRCLOUGH, 1999, p. 60), elaborado com base na Crítica Explanatória de Bhaskar (1998) e na Linguística Sistêmico-Funcional (HALLIDAY, 1970, 1994; HALLIDAY e HASAN, 1989), a análise da prática social particular é especialmente importante para investigar a ideologia. Essa etapa da pesquisa volta-se para a relação dialética entre o discurso e os outros momentos da prática examinada, em que os processos de internalização e de articulação são estratégias de (lutas pelo) poder. Como a ideologia é uma das principais maneiras de instaurar e de sustentar a hegemonia, sua investigação no nível da análise da prática social particular pode ser melhor realizada em parceria com os modos de operação da ideologia de Thompson (1995).

Mas questões de poder não se ligam apenas às práticas particulares. Elas estão vinculadas também à conjuntura, de maneira que a análise da ideologia pode ser feita do ponto de vista das relações entre o momento do discurso de diferentes práticas e as diferentes ordens de discurso. Do mesmo modo, as lutas de poder ligam-se ao discurso, no sentido mais estrito do termo. Nesse caso, a ideologia deve ser examinada em termos de três tipos de premissas (*assumptions*): existencial, suposições sobre o que existe; proposicional, suposições sobre o que pode ser ou sobre o que será; e valorativas, suposições sobre o que é bom ou desejável (FAIRCLOUGH, 2003, p. 56). As premissas ou suposições são de particular importância ideológica, porque, como foi argumentado, as relações de poder são melhor servidas por significados que são amplamente tomados como dados.

Esboçada a concepção de ideologia articulada pela ADC, passo, então, a sua problematização.

2.4.3. Ideologia como epifenômeno na ADC

Aqui, faço uma breve discussão acerca de duas premissas que considero como pontos problemáticos do conceito de ideologia, à medida que, se observadas seriamente, identificam o trato da ideologia, na ADC e, especialmente, na TSD, como um epifenômeno.

Primeiro, a premissa de que há uma separação entre ideologia e discurso, uma vez que “nem todo discurso é irremediavelmente ideológico” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 121).

Essa divisão é o desdobramento de um corte epistêmico entre realidade e linguagem, que está inscrito no horizonte teórico do Realismo Crítico (RC), um das principais bases da ADC. De acordo com o modelo de estratificação da realidade desenvolvido por Bhaskar (1998), que define o mundo real em três domínios ontológicos, a realidade (o potencial) não pode ser reduzida a nosso conhecimento sobre ela, que é contingente, mutável e parcial (FAIRCLOUGH, 2003, p. 14). Nessa perspectiva, o real é um domínio autônomo, que só poder acessado, indiretamente, a partir do domínio *actual*, que é ativação das possibilidades do real, e do domínio empírico, que envolve as experiências dos atores sociais. Segundo a concepção transformacional de constituição da sociedade, a estrutura social não é criada por pessoas, mas reproduzida e transformada por elas, pois ela é “tanto a condição sempre presente (causa material) quanto o resultado continuamente reproduzido da agência humana” (BHASKAR, 1998, p. 37). Logo, na perspectiva da ADC, a realidade (social) só é acessível pelo que se sabe dela, e esse saber é necessariamente mediado. Um dos elementos que fazem tal mediação é a ideologia.

Ocorre que, para a ADC, a ideologia é distinta da linguagem/do discurso. Há, aqui, duas incongruências. Primeiro, um desacordo epistemológico entre, de um lado, a visão transformacionista de realidade, proposta no RC, e, de outro lado, a visão construtivista-interacionista de realidade social, presente na teoria pós-

estruturalista de discurso Laclau e Mouffe (1987). Ambas as visões estão presentes na base do empreendimento da ADC. Segundo, um paradoxo em relação à existência de discursos não investidos ideologicamente. Se acreditamos nessa ideia, então estamos afirmando que há usos da linguagem imunes às relações de poder envolvidas e constitutivas das interações sociais. Em outras palavras, estamos dizendo que há sentidos intactos ao próprio contexto que os torna possíveis.

O segundo problema que exponho diz respeito à premissa de que são ideológicos somente os discursos articulados para sustentar relações assimétricas de poder.

Lembremos que a ideologia é situada na ADC como uma dimensão da hegemonia (FAIRCLOUGH, 2003), de maneira tal que não se deve pensar a primeira desvinculada da segunda. Lembremos também que o conceito de hegemonia mobilizado na disciplina é uma apropriação da concepção formulada por Laclau e Mouffe (1987). A partir da noção de sobredeterminação, que significa um tipo de fusão particular que supõe formas diversas de (re)simbolização da complexidade social; da concepção de hegemonia, como “domínio e direção intelectual e moral”, discutida por Gramsci (2002, p. 62); e da perspectiva performativa de linguagem, de J. Austin (1990), Laclau (2008, p. 23) compreende a luta hegemônica como “lógicas de equivalência e de diferença” que tecem a realidade social. Assim, não é possível uma sociedade que supere - ou se emancipe dos - processos ideológicos, tanto quanto não o é a linguagem dos sujeitos que a (trans)formam.

Se a ADC está preocupada com os tipos de relações assimétricas de poder que tornam as sociedades contemporâneas injustas, discriminatórias e perversas, sob distintos aspectos, e, por isso, está interessada na “produção de conhecimento que pode levar a uma mudança emancipatória” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 210), a ideologia é, portanto, uma das palavras-chave que justificam a crítica dessa análise de discurso. No entanto, o conceito é marginalizado na ADC, quando traz, em si, algumas premissas que estão em dissenso com parte da base epistemológica que subjaz à disciplina, prejudicando o seu projeto político de transformação social.

Fairclough e Chouliaraki (1999, p. 26) concebem a ideologia como representações do mundo “que suprimem contradições, antagonismos, dilemas em direção a certos interesses e projetos de dominação”. Para a ADC, o termo é tomado como dimensão ou tema de análise, uma modalidade de poder cuja investigação serve para enxergar e compreender (re)produção de relações de poder. Assim, a ideologia é o sentido mobilizado para sustentar relações de poder, que preexistem aos efeitos ideológicos de textos. Nessa direção, a ideologia não é um fenômeno mesmo de construção da realidade social e das relações de (lutas pelo) poder que a constituem como tal, mas um elemento secundário de investigação que acusa as assimetrias nas sociedades, um epifenômeno.

2.4.4. A prática ideológica na e da ADC: a crítica (alheia) à ideologia

Não há dúvida de que, para a ADC, ideologia e crítica possuem naturezas opostas. De um lado, a ideologia diz respeito a formas simbólicas que estão a serviço das pessoas e dos grupos dominantes. Ela é, de acordo com essa concepção, a visão hegemônica, no sentido de que se presta à reprodução da ordem social que favorece determinados segmentos na sociedade. De outro lado, há as intervenções desafiadoras, que transformam, em alguma medida, o *status quo*. Essas formas simbólicas contestatórias, em virtude das quais se projeta a prática da análise de discurso interpretativa da ADC, são “formas incipientes da crítica da ideologia” (THOMPSON, 1995, p. 91).

Trata-se de uma crítica (alheia) à ideologia. Notemos, portanto, que a prática da análise de discurso da ADC envolve-se com processos ideológicos, somente em termos de uso da categoria analítica de ideologia, não a partir de uma compreensão mais ampla do termo, em virtude da qual se deve reconhecer a crítica como não menos ideológica do que aquilo que ela denuncia.

É certo sublinhar, em contrapartida, que a não assunção, pela ADC, de sua prática de análise de discurso como ideológica justifica-se pela definição de ideologia de que lança mão, isto é, como sentidos articulados para manter distintas formas de dominação e, portanto, de exclusão, de injustiças e de discriminações numa sociedade. De acordo com essa visão de ideologia, restrita e convencional, a

ADC não poderia reconhecer-se como ideológica, uma vez que abraça um projeto político de emancipação social. Porém, é exatamente essa proposta de mudança mais radical que fica prejudicada, quanto a sua coerência e viabilidade, no momento em que a ADC articula uma concepção epifenomênica de ideologia.

No entanto, como tenho argumentado, ao compreendermos que a realidade (social) é estruturada simbolicamente, a partir de um suplemento espectral, devemos interpretá-la como, fundamental e irremediavelmente, ideológica. Assim, se a linguagem é ideológica e política, sua crítica não o é menos. É preciso estar atento às implicações, para além dos limites das ciências linguísticas, da promoção de análises de discurso que não reconhecem sua própria prática como ideológica e política. Compreender que a ideologia é um fenômeno criativo e criador da sociedade como tal e que nenhuma prática de intervenção e de contestação está alheia ao que denuncia e ao que procura transformar é uma condição importante para a realização de práticas sociais mais conscientes de sua dimensão ético-política, especialmente em relação àqueles que estão marginalizados econômica, social e culturalmente e privados de uma linguagem a partir da qual se tornaria possível, para eles, reconstituírem suas vidas. Afinal, são esses os sujeitos com quem a ADC compromete-se.

Como vimos, há uma necessidade urgente de redescrever a ideologia na ADC, em termos de uma radicalização da crítica da linguagem ao ponto de podermos significar a ideologia como movimento performativo de constituição da realidade. É essa perspectiva de ideologia que será sublinhada a seguir.

2.5. A luta hegemônica e ideológica no escândalo político

A ideologia constitui a sociedade, na medida em que ela é a própria forma, não o conteúdo oculto pela forma, que a crítica da ideologia, segundo a ADC, deveria revelar, retirando os véus que escondem a realidade supostamente verdadeira. Nessa direção, o espectro da ideologia pode construir o sistema de diferenças da vida social somente pela falha no limite entre o real e a realidade, a que vimos compreendendo como antagonismo: “é a defasagem entre o real e a realidade o que abre espaço para o performativo, em sua oposição ao constativo”

(ŽIŽEK, 2011, p. 37), lembrando J. Austin (1990). Vejamos, assim, que a ideologia, ao agir sobre essa clivagem, o antagonismo em cujo recalque consiste a estrutura simbólico-discursiva, configura-se em um movimento performativo de (trans)formação da realidade social.

Assim, nesta pesquisa, a leitura que desenvolvo acerca do escândalo político compreende a inscrição discursiva do evento na vida social como um acontecimento que age na constituição antagônica da realidade à medida que implica a construção midiática, no cenário público, de um conjunto de sentidos que, engajado nas lutas hegemônicas, atua na produção e reprodução de tensões sociais e políticas, construindo ideologicamente modos de representar, identificar e agir na realidade.

Compreendo que escândalo político age na constituição antagônica da sociedade, porque envolve um movimento ideológico de significação da realidade. Esse movimento é sempre conflitivo, uma vez que as diversas narrativas midiáticas que constroem o evento não o significam em acordo, nas disputas hegemônicas. Na emergência do acontecimento, as tensões sociais e políticas sobre as quais o escândalo age são modos pelos quais o real do antagonismo é ideologicamente manifestado, são modos pelos quais as narrativas do evento transformam o real do antagonismo num gesto que pode transformar ou reproduzir determinadas articulações no sistema de diferenças.

Aqui, devo chamar atenção para as implicações, na vida social e política da democracia brasileira, das construções significativas do escândalo político na e pelas instâncias enunciativas de comunicação. Nessa direção, precisamos pensar os modos pelos quais a ideologia manifesta ou dá corpo ao real antagônico, ao recalca-lo, nas formas de distintas tensões na sociedade.

Com base no gráfico laciano do desejo, Žižek (2011) conclui que há duas formas, pois, de funcionamento da ideologia. Primeiro, o modo sintomal tradicional, cuja análise permite observar como um determinado campo ideológico é resultado de uma articulação de “significantes flutuantes diferentes” (ŽIŽEK, 1992, p. 122), isto é, de uma articulação discursiva, e não de uma experiência espontânea de seu sentido. Segundo, o modo fetichista, “um tipo de avesso do sintoma” (ŽIŽEK,

2011, p. 62), cuja investigação indica, para além do campo da significação e, ao mesmo tempo, em seu interior, como a ideologia implica, manipula e produz o real antagonico estruturado na fantasia²¹.

No primeiro caso, que se relaciona a uma rede de sobredeterminação simbólica, o sintoma ameaça “a mentira ideológica que estrutura nossa percepção de realidade” (ŽIŽEK, 2011, p. 62). O sintoma é a exceção que perturba a ordem, apontando suas inconsistências e falhas. No segundo caso, embasado na “fantasia ideológico-social de construir uma visão da sociedade que exista” (ŽIŽEK, 1992, p. 123), o fetiche mascara a clivagem antagonica que malogra essa sociedade e institui um elemento para ocupar o lugar da impossibilidade real. O fetiche indica a criação simbólico-discursiva de um inimigo, que personifica o real impossível do antagonismo.

Assim, compreendo que, no desenvolvimento discursivo-ideológico do escândalo político, os participantes procuram articular e desarticular relações de representação, identificação e ação dentro do sistema discursivo de diferenças, através dos distintos modos pelos quais o antagonismo, no evento, é manifestado discursivamente em tensões sociais e políticas. A manifestação dá-se pelo modo sintomal, quando a própria emergência do acontecimento é um sintoma que aponta para as falhas da estrutura da democracia parlamentar do Brasil, e pelo modo fetichista, quando o acontecimento cria discursivamente os inimigos da democracia contra quem se deve lutar.

Vê-se, portanto, que a reflexão que tenho aduzido sobre o escândalo político não pode ser realizada sem atenção especial e cuidadosa ao discurso. O discurso não é apenas o terceiro aspecto do escândalo político que considero em minha leitura do evento, mas a dimensão principal em que estão radicados os outros dois aspectos explorados, a mediação e o antagonismo social, apresentados nos Capítulos 1 e 2 respectivamente. Em vista disso, no próximo capítulo, discuto a constituição discursiva do escândalo político, argumentando sobre a necessidade de uma crítica da linguagem para a análise social do evento.

²¹ É importante ressaltar o modo como as noções lacanianas de gozo e de fantasia são interpretadas politicamente: assim como não existe relação sexual, não existe sociedade. Isto quer dizer que a fantasia esconde o fato de que o Outro, que é a ordem simbólica intersubjetiva, estrutura-se em torno do real do gozo, que é a impossibilidade traumática irrepresentável (ŽIŽEK, 1992, p. 121).

3. POR UMA CRÍTICA DA LINGUAGEM PARA A ANÁLISE SOCIAL DO ESCÂNDALO POLÍTICO

O ponto mais importante do meu argumento é que a linguagem tem se tornado um aspecto crucial das transformações sociais que estão acontecendo – não se pode entendê-las, sem pensar a linguagem.

Norman Fairclough (2003, p. 203)

No Capítulo 2, apresentei o aspecto antagônico da constituição do escândalo político, como evento que está engajado na (re)produção de distintas formas de tensões sociais e políticas na realidade. Neste capítulo, exploro o terceiro aspecto considerado na leitura que estou realizando do escândalo político: a relação entre o evento e o discurso. O objetivo é refletir sobre as formas principais pelas quais o escândalo político constrói-se discursivamente na vida social pública. Assim intencionado, o capítulo encontra-se organizado em quatro seções.

Na primeira seção, introduzo a Teoria Social do Discurso (TSD), arquitetada especialmente por N. Fairclough. Trata-se de uma das vertentes mais influentes da ADC, que tem se desenvolvido em co-autoria com importantes linguistas no Brasil, como I. Magalhães e K. Rajagopalan. A introdução da TSD deve indicar o perfil de abordagem crítica da linguagem que diferencia a Teoria das demais tradições dos estudos linguístico-discursivos, em termos do que tenho considerado importante para a análise do escândalo político: o foco sobre relações de poder e mudanças sociais.

Na segunda seção, defino a concepção crítica de discurso, desenvolvida dentro da TSD, situando a linguagem na dialética entre estruturas, práticas e eventos sociais. Pretendo, nesse momento, indicar a condição discursiva do desenvolvimento do escândalo político, delineada a partir das formas simbólicas de mediação que o tecem publicamente na realidade social textualmente mediada.

Na terceira seção, discuto os três modos principais através dos quais estou considerando a construção textual do evento. Compreendendo que o acontecimento, engajado nas lutas hegemônicas, atua na produção e reprodução de

tensões sociais e políticas, construindo ideologicamente modos de representar, identificar e agir na realidade, procuro pensar, na terceira seção do capítulo, os significados representacional, identificacional e acional da linguagem no desenvolvimento do evento, numa direção que tem tornado a TSD particularmente útil, nesta pesquisa, como uma crítica da linguagem para a análise social do escândalo político.

Ao final, delimito as questões de análise textual que estão presentes na investigação discursiva do escândalo político, segundo o meu interesse em descrevê-lo e discuti-lo a partir dos recursos discursivos mobilizados na representação dos processos, na identificação dos atores sociais e no modo de agir na construção hegemônica e ideológica da realidade social.

3.1. A Teoria Social do Discurso: linguagem, poder e mudança social

Nos últimos anos, a linguagem passou a ser um dos principais focos nas análises de ações e acontecimentos sociais, para além dos limites da Linguística, quando se reconheceu que já não se pode olhar as problemáticas da sociedade contemporânea sem atenção à linguagem. Esse recente destaque da importância da linguagem para a vida social nas pesquisas acadêmicas – por exemplo, a tese lacaniana de que “o inconsciente está estruturado como uma linguagem” (LACAN, 1985, p. 25), a perspectiva pós-estruturalista de que “as identidades são construídas dentro do discurso” (HALL, 2000, p. 109) e os conceitos de ideologia em termos de sentido e poder (GRAMSCI, 1971; THOMPSON, 1985; ALTHUSSER, 1985) – tem gerado também dissensões em volta do provimento de uma abordagem de discurso adequada em termos teóricos e viável em termos analíticos, bem como em torno do próprio conceito de discurso.

Nessa direção, o linguista Norman Fairclough, da Universidade de Lancaster (Grã-Bretânia), esforça-se para relacionar os estudos do texto desenvolvidos nos campos da linguística, da pragmática e, principalmente, da análise do discurso, com as reflexões empreendidas pelos estudos sociais e políticos, com destaque para os pesquisadores A. Gramsci, L. Althusser, M Foucault, J. Habermas, J. B Thompson e A. Giddens. De modo semelhante às tentativas de

síntese entre os estudos linguísticos e a teoria social realizadas anteriormente, como a Linguística Sistêmico-Funcional e a Análise de Discurso (de linha francesa), o linguista procura desenvolver uma abordagem de análise discursiva com orientação social e textual. Entanto, N. Fairclough (2001, p. 20) adverte que, diferentemente daquelas, que acabam por enfatizar demasiadamente os elementos sociais, de um lado, ou os linguísticos, de outro, sua abordagem, a Teoria Social do Discurso (TSD), deve ser útil e acessível a qualquer pesquisador, independentemente de sua área de atuação, que esteja preocupado em investigar questões sociais com alguma ênfase no discurso.

Por volta dos 1990, quando a Análise de Discurso Crítica (ADC) começa a assumir os contornos “de uma teoria distinta sobre a linguagem, uma forma radicalmente diferente de linguística” (KRESS, 1990, p. 94), N. Fairclough surge como um dos principais expoentes da nova proposta teórico-metodológica. O propósito do linguista é oferecer um tipo de análise de discurso de que se possa lançar mão para o exame de mudanças sociais, uma vez que “muitas dessas mudanças não envolvem apenas a linguagem, mas são constituídas de modo significativo por mudanças nas práticas de linguagem” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 25).

A Teoria, segundo o autor, fundamenta-se especialmente na Linguística Sistêmico-Funcional, principalmente nos trabalhos desenvolvidos por M. Halliday, como veremos adiante, e responde bem às condições mínimas para o propósito que a justifica, à medida que engendra um método de análise caracterizado como: i) multidimensional, a partir do qual o discurso é pensado em relação a propriedades textuais e práticas, eventos e conjunturas sociais mais amplas; ii) multifuncional, que viabiliza uma investigação do discurso como constituinte e constitutivo de identidades, relações sociais e sistemas de conhecimento e crença; iii) histórico, com o qual se pode focalizar “os processos articulatórios de construção de textos e, a longo prazo, de ordens de discurso” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 26); e iv) crítico, buscando não apenas identificar e discutir os “momentos de crise” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 281) ou as contradições das relações e práticas sociais, analisadas em sua dimensão discursiva, mas também intervir sobre elas, abrindo algum caminho à transformação de realidades sociais.

Uma análise de discurso crítica da construção do escândalo político torna-se, então, bastante útil ao objetivo de investigar o evento com foco sobre tensões na realidade social, pois o caráter da crítica

relaciona a ADC com uma preocupação explícita com o exercício do poder nas relações sociais [...]. A ADC atualmente se refere à abordagem da lingüística adotada por estudiosos que tomam o texto como unidade básica do discurso e da comunicação e que se voltam para a análise das relações de luta e conflito social (MAGALHÃES, 2005, p. 3).

Por isso, estou me apropriando da TSD como uma crítica da linguagem, para pensar a constituição discursiva do escândalo político da maneira como tem faltado nas abordagens sociológicas do evento (SCHMITZ, 1981; KÄSLER, 1991; THOMPSON, 2002; CHAIA, 2000, 2004), que enxergam o seu aspecto simbólico-discursivo, especialmente no caso da teoria de Thompson (2002), mas não exploram seriamente a construção discursiva do acontecimento.

3.2. Vida social textualmente mediada: a condição discursiva do escândalo político

Como vimos, a vida social é um sistema formado por redes de práticas, que articulam diversos elementos como seus momentos, a partir de distintos mecanismos. O discurso é, então, “um desses elementos, com seu próprio mecanismo” (FAIRCLOUGH, 1999, p. 37). Cada uma dessas práticas é, ao mesmo tempo, uma prática de produção, pois os indivíduos aplicam recursos em materiais para agirem no mundo, e uma prática de reflexão, uma vez que as representações das práticas são parte constitutiva delas (FAIRCLOUGH, 1999, p. 37). No desenvolvimento dos *Novos alopados*, por exemplo, as práticas sociais envolvidas no acontecimento são, de um lado, produtivas, porque nelas se engajam atividades diversas, como ocorrência de ações ilícitas, investigação policial e editoração de notícias, e, de outro lado, reflexivas, à medida que as ações do evento são representadas, isto é, significadas de formas particulares.

Na relação dialética entre os vários momentos das práticas sociais, o momento discurso compõe tais práticas de dois modos: “práticas são em parte discursivas (fala, escrita, etc. são modos de agir), mas elas são também

discursivamente representadas” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 37). O discurso é, então, um momento da prática social que internaliza os demais momentos, a saber, a atividade material, as relações sociais e o fenômeno mental, sem se reduzir a eles. O discurso é, mais especificamente, o elemento semiótico da prática social. Por isso, o discurso abrange não apenas as produções faladas e escritas, mas também a relação dessas atividades com outros sistemas semióticos (a música, por exemplo), com a comunicação não-verbal (como expressões faciais e gestos) e com as imagens visuais (como fotografias).

O discurso compreende essas várias formas de semiose, que interagem com outros momentos, os momentos não-discursivos²², no interior das práticas sociais, cuja articulação na realidade social tem relativa permanência hegemônica. Nas interações que formam a vida social, o discurso é um modo de ação conjunta (FAIRCLOUGH, 1999, p. 38) que está situado entre a estrutura abstrata e o evento concreto, no lugar intermediário das práticas sociais da realidade. Vejamos o seguinte quadro:

Estratificação da realidade			
	Domínio do Potencial	Domínio do Realizado	Domínio do Empírico
Mecanismos	✓		
Eventos	✓	✓	
Experiências	✓	✓	✓

Quadro 1: Mapa ontológico da realidade com base em Bhaskar (1978, p. 13)

Com a colaboração de alguns teóricos sociais do discurso, dentro da filosofia científica do Realismo Crítico, como Sayer (2000) e Bhaskar (1989), Fairclough (2003) baseia-se no quadro de estratificação²³ da vida social, elaborado por Bhaskar (1989), para distinguir que

tanto eventos sociais concretos como estruturas abstratas, assim como as menos abstratas ‘práticas sociais’, são parte da realidade. Podemos fazer uma distinção entre o ‘potencial’ e o ‘realizado’ – o que é possível devido à

²² Lembro, aqui, que a crítica à concepção realista de realidade social apresentada pela ADC, segundo a qual há uma separação entre o que é discursivo e o que não o é, foi explorada no Capítulo 2.

²³ Bhaskar (1979) refere-se aos três estratos da realidade com as expressões *real*, *actual* e *empirical*. Em português, convencionaram-se as nomenclaturas *potencial*, *realizado* e *empírico*, correspondentes aos originais respectivamente.

natureza (constrangimentos e possibilidades) de estruturas sociais e práticas, e o que acontece de fato. Ambos precisam ser diferenciados do 'empírico', isto é, o que sabemos sobre a realidade (FAIRCLOUGH, 2003, p. 14).

Assim, o domínio do potencial, também compreendido como domínio do real, diz respeito, segundo Sayer (2000, p. 9), ao “que quer que exista, natural ou social”, independentemente de nosso conhecimento sobre sua existência e natureza. Ele abrange mecanismos gerativos de diversos estratos (biológicos ou semiológicos, por exemplo), que operam com poderes causal (comportamentos particulares) e passivo (susceptibilidade a mudanças) sobre os domínios do realizado ou actual, em que se dão os eventos, e do empírico, em que se encontram as experiências efetivas do real e do actual pelos atores sociais.

Embora a crítica que fiz, no Capítulo 2, caminhe de encontro a essa concepção de realidade, desenvolvida no Realismo Crítico e articulada na ADC, considero a discussão de Fairclough (2003) acerca da mudança social e a sua proposta metodológico-analítica de interpretação imprescindíveis para o tipo de investigação discursiva do escândalo político que está preocupada em refletir sobre a inscrição do evento na luta ideológica e hegemônica da realidade social. A principal razão de pertinência dessa crítica da linguagem, aqui, é o foco sobre as práticas sociais.

O evento social é uma atualização de possibilidades estruturais: são acontecimentos particulares, situados social e historicamente, e que envolvem sujeitos atuando uns sobre os outros e sobre o mundo, em contextos específicos. A relação entre estruturas e eventos não é, de forma alguma, de simples determinação, mas altamente complexa. As estruturas definem, relativamente, as possibilidades de realizações nas práticas, que, por sua vez, restringem os eventos. Em contrapartida, ao atuarem e decidirem nos eventos que acontecem, os sujeitos podem rearticular práticas e estruturas sociais.

As estruturas são, assim, condições históricas de fundamento da vida social, são as ordens de discurso, que selecionam, regulam e redistribuem discursos, determinando o que pode e o que deve ser dito, para “disfarçar a pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 1971, p.2) dos acontecimentos. Os eventos

são, logo, os acontecimentos imediatos individuais ou as ocasiões da vida social. Em contraste com a estrutura e o evento, a conjuntura consiste em “conjuntos relativamente estáveis de pessoas, materiais, tecnologias e práticas, em sua permanência relativa, que se dão em torno de projetos sociais específicos” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 22).

O foco sobre a prática social, considerando sua dimensão discursiva com a mesma prioridade com que se atenta para os demais momentos que interagem nela, possibilita não apenas a percepção dos eventos individualmente, mas também as séries de eventos relacionados conjunturalmente, na sustentação ou na transformação das ordens discursivas da realidade. Como a permanência relativa das articulações que tecem a vida social é hegemônica, a luta hegemônica tem, então, forma no discurso, e o discurso é uma dimensão da hegemonia. A articulação e desarticulação de ordens de discurso “são, conseqüentemente um marco delimitador da luta hegemônica” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 123).

A partir dessa perspectiva, compreendo que o escândalo político, como evento constituído midiática e discursivamente, desenvolve-se por meio de determinadas articulações entre a prática particular da imprensa jornalística, que o transforma em acontecimento midiático, e outras práticas sociais, como aquelas pertencentes aos campos da política e da justiça, conforme vimos no tomo “Imprensa e jornalismo na história do Brasil”, no Capítulo 1. Essas práticas estão integradas a redes de práticas sociais mais amplas, cujo arranjo conjuntural foi desajustado, em algum ponto, implicando um tipo de luta que envolve diferentes segmentos da sociedade, em disputa na criação ou na reprodução de representações, identificações e ações na vida social pública.

Há, pois, uma dialética entre ação e estrutura, de modo que os recursos estruturais “são produzidos e transformados na interação comunicativa, assim como constituem sua condição de possibilidade” (FAIRCLOUGH, CHOULIARAKI, 1999, p.47). Considerando que toda estrutura depende de sua instituição na interação social, o discurso contrai o poder criativo de construção de novas relações da realidade social, pois, ao estar situado nas práticas sociais, ele dá-se na intermediação entre estruturas e eventos. Entre a estrutura, o sistema mais abstrato, e os eventos, acontecimentos mais concretos, a prática social, em sua constituição

(parcialmente, para a TSD) discursiva, ocupa o espaço de interseção, configurando-se em entidades intermediárias organizacionais em interação.

Tal conjuntura de práticas, que (se) articula (n)a vida social, com a moderna experiência da globalização, vem sofrendo transformações radicais. Os últimos anos têm sido um período de profundas mudanças em uma escala global, tanto no âmbito econômico - com a mudança da produção em massa fordista e do consumo de bens para a “acumulação flexiva” (FAIRCLOUGH, CHOULIARAKI, 1999, p. 3), devido às invenções tecnológicas intensivas para a diversificação de produção - quanto nos campos políticos e econômicos com o estabelecimento internacional do neoliberalismo.

As mudanças, descritas por alguns estudiosos como a nova era pós-industrial (BELL, 1978) implicam também transformações culturais e sociais, à medida que proporcionam novas formas de experiência e conhecimento e novas possibilidades de interações. As mudanças referem-se aos contextos envolvidos nas interações das democracias atuais: “não apenas a comunidade local, mas as características íntimas da vida pessoal e do eu tornam-se interligadas a relações de indefinida extensão no tempo e espaço” (GIDDENS, 1997, p. 77). Nessa perspectiva, esse estágio em que se encontram as sociedades democráticas capitalistas, identificado como “pós-modernidade” por autores como U. Beck, A. Giddens e Lash (1997) e D. Harvey (1989), não seria, afinal, uma modernidade tardia (JAMENSON, 1991)?

Embora a principal característica da vida social contemporânea, apontada pela teoria pós-moderna, seja a sucessiva centralidade cultural e econômica de signos que são deslocados de suas localizações e circulações materiais específicas, através de novos limites de espaço e tempo, as mesmas mudanças que provocam esse deslocamento espaço-temporal causam diversos tipos de sofrimento às comunidades e aos indivíduos particulares (FAIRCLOUGH, 2003), como a migração, a exploração de países subdesenvolvidos e a criação de novas fronteiras sociais.

Estamos vivendo, como afirma Fairclough (2003), o desdobramento do mesmo capitalismo moderno: é uma re-atualização do capitalismo, em que o domínio do setor econômico ampliou-se, contaminando outras esferas da vida

social, como a cultura e a educação, em que temos experimentado a figuração de instituições de ensino em grandes empreendimentos financeiros. Os contextos ordinários da vida cotidiana são invadidos pelos sistemas abstratos institucionais e organizacionais da economia e do estado, resultando na relativa autonomia dos indivíduos - pela reflexividade ou “autoconfrontação” (BECK, 1997, p. 17), a partir do enorme acesso a recursos de conhecimento e informação - e, simultaneamente, na sua dependência em relação a tecnologias de mediação.

As experiências do cotidiano sentem constantemente o deslocamento e a reapropriação de especialidades (GIDDENS, 1997, p. 77), em virtude das quais os indivíduos têm suas vidas íntimas influenciadas, de maneira profunda e pouco controlada, pelos sistemas abstratos. As pessoas (re)orientam aspectos muito particulares de suas existências por sistemas de especialidades (de organização e, até certo ponto, de controle), informando-se em jornais e revistas sobre questões que vão desde a sua própria sexualidade a confrontos militares em países do outro lado do mundo. Tudo isso aponta para um novo tipo de espaço midiático “que terá profundas implicações para o exercício do poder e também para as oportunidades de participação pública na vida política” (SILVERSTONE, 2002, p. 264).

Essa narrativa mediada, em que os sentidos dos acontecimentos dependem dos recursos simbólicos de massa mediados, o que e como as indústrias de mídia (in)formam a sociedade, torna a natureza das interações sociais uma quase-interação mediada (THOMPSON, 2009, p. 38): “nossa compreensão do mundo fora do alcance de nossa experiência pessoal, e de nosso lugar dentro dele, está sendo modelada, cada vez mais, pela mediação de formas simbólicas”. O texto, isto é, “a linguagem/o discurso” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 8) é gerado, então, nessas formas de interação e, em contrapartida, compõe-nas na organização social. Assim, a realidade social, que se configura a partir da combinação entre as “perspectivas de estrutura e de agência” (FAIRCLOUGH, 1999, p. 38), através das práticas em interação, é textualmente tecida. Nessa direção, os textos, como elementos de eventos sociais, implicam efeitos causais na sociedade:

Mais imediatamente, os textos podem causar mudanças em nosso conhecimento (podemos aprender coisas a partir deles), em nossas crenças, em nossas atitudes e valores, e assim por diante. Eles também causam efeitos que se dão a longo prazo - podemos argumentar, por exemplo, que a experiência prolongada com a publicidade e outros textos comerciais contribui para moldar as identidades das pessoas como

“consumidores”, ou suas identidades de gênero. Os textos podem também iniciar guerras ou contribuir para transformações na educação, ou para mudanças nas relações industriais, e assim por diante (FAIRCLOUGH, 2003, p. 8).

Desse modo, entendo que os escândalos políticos são eventos que ocorrem na realidade social cujo processo de formação e desenvolvimento, na esfera pública, é intermediado textualmente nas e pelas instâncias enunciativas de mídia. O conjunto de sentidos que as cartografias discursivas do evento têm implicado, em parte e relativamente, distintos efeitos na vida social e política do país, quanto a formas de representação de ações e atividades (na política, no jornalismo e na jurisdição, por exemplo), a modos de identificação (como as identidades de figuras políticas, instituições públicas e *ethos* das organizações e veículos de mídia) e a maneiras de agir sobre as tensões sociais e políticas da realidade, ao construir ideologicamente uma teia de sentidos que pode fundar ou reproduzir relações de conflito e oposição.

Assim, tal como deve ocorrer em qualquer análise de discurso crítica, compreendo que uma investigação da dimensão discursiva do escândalo político não pode perder de vista a relação dialética entre a estrutura abstrata e o acontecimento concreto:

quais são as precondições (recursos) estruturais para a ação e quais são os efeitos estruturais da ação (por exemplo, em termos de colonização de uma prática por outra prática) (FAIRCLOUGH, 2003, p. 41).

Vejamos, portanto, que os modos diversos de interações por que a vida social é tramada são mediados por formas simbólicas, construídas e tornadas comuns por indústrias e veículos de comunicação midiática, predominantemente. Esse processo complexo de mediação da vida social é textual, pois se criam e recriam discursivamente sentidos e inteligibilidades da realidade, em seus variados aspectos. Assim, considerando que o discurso não apenas representa o mundo, a partir de visões relativamente estáveis de aspectos da realidade, mas o significa (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91), através da produção de sentidos gerada na dinâmica discursiva, o estudo do escândalo político precisa lançar mão de uma perspectiva linguístico-discursiva acerca dos significados da linguagem, para compreender a composição textual e a inscrição discursiva do evento na vida social e política. Na

próxima seção, discuto a constituição discursiva do escândalo político, a partir dos três significados da linguagem explorados por Fairclough (2003).

3.3. Das metafunções aos significados da linguagem: a caminho da crise

A atuação do discurso na realidade social figura, no interior das práticas sociais, como modos de significação. Para explorarmos mais cuidadosamente as significações do discurso, devemos estar bem norteados, antes, no percurso epistemológico pelo qual a performatividade da linguagem, isto é, sua capacidade de agir no mundo e sobre os indivíduos, vem sendo compreendida desde a LSF às ADC, em suas recentes alterações. Através dele, uma leitura mais acentuadamente crítica do fenômeno linguístico desenvolve um olhar para o discurso - em sua relação dialética com estruturas, práticas e eventos - que redimensiona a atenção do sistema funcional da ordem simbólica para o que foge à rede de textos da realidade social. Penso que esse momento de desajuste, em que algo então não representado ou identificado na ordem simbólica luta pela transformação de certos sentidos, deve ser enfrentado como um momento de crise, do grego *krisis*, que significa distinção e decisão. O momento de crise deve ser o foco da crítica da linguagem, porque nele está a possibilidade da mudança social.

A tradição de análise de discurso em que se situa a TSD orienta-se pela Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), cujo paradigma funcionalista trata a linguagem como um sistema aberto, ao compreender que a linguagem mantém uma relação profunda e indissociável com a experiência humana, à medida que se desenvolve “apenas por meio de sua conexão com o exercício da vivência, com a vida” (HASAN, 1995, p. 186). A partir dos estudos do linguista J. R. Firth, fundador da Escola de Londres, dos trabalhos desenvolvidos pelo sociólogo B. Bernstein, das influências da Escola de Praga e do trabalho elaborado pelo linguista dinamarquês L. Hjelmslev, M. Halliday, por volta dos anos 60 do século XX, começa a arquitetar um modelo de descrição gramatical de orientação funcional e semântica, chamado, inicialmente, em 1978, de Semiótica Social e, anos depois, em 1985, de Gramática Sistêmico-Funcional.

Na década de 80, a LSF elabora uma visão sociossemiótica de sistema, de influência firthiana, segundo a qual um sistema consiste num conjunto de opções de significados inter-relacionadas, isto é, em uma realização de escolhas potenciais e paradigmáticas que o falante da língua pode fazer, em níveis variados - semântico-discursivo, léxico-gramatical e fonológico-grafológico (MARTIN, 1992) - para construir e comunicar significados, de acordo com circunstâncias históricas, culturais e sociais. Ou seja, a comunicação é pensada entre “o sistema de opções, que é a gramática de uma língua, e o falante ou escritor que seleciona dentro desse sistema: não no vácuo, mas a partir de um contexto de fala” (HALLIDAY, 1970, p. 142).

O conceito de uso é fundamental para a visão funcional da língua que a LSF propõe. Assim, numa descrição funcional, estrutural e interacionista, a linguagem deve ser pensada segundo os contextos de uso. Em vista disso, M. Halliday (1970), com base em B. Malinowski²⁴, define o potencial de significado em dois níveis de contexto: cultura e situação. O contexto de cultura está relacionado às formas como diferentes culturas usam a língua, determinando a natureza dos códigos, como “sistemas semânticos de linguagem” (HALLIDAY, 1978, p. 109), com princípios semióticos organizados que orientam as escolhas dos usuários. Mais local que o contexto de cultura, o contexto de situação corresponde ao campo de ação imediato ao evento comunicativo mediado pela linguagem, aos aspectos linguísticos e extralinguísticos que englobam um sistema semântico particular ou subsistemas. O contexto de situação tem ainda sua configuração estruturada em três elementos que determinam as escolhas linguísticas, criadoras de significados: campo (*field*), relação (*tenor*) e modo (*mode*).

O campo refere-se ao tipo de prática social, ao evento que se realiza, e está relacionado à função ideacional ou experiencial da língua, representada pelo sistema de Transitividade, que diz respeito às maneiras como representamos experiências no mundo. A relação diz respeito às ligações intersubjetivas dos participantes, no processo comunicativo, envolvendo os sujeitos e suas funções na interação. Ela associa-se, assim, à metafunção interpessoal da língua, representada

²⁴ B. Malinowski, nas Ilhas Trobriand, localizadas no Pacífico Sul, desenvolveu um estudo acerca do dialeto falado pelos nativos da região de Kiriwinian. Dada a dificuldade de traduzir seus textos para o inglês, o antropólogo, e também linguista, tecia extensos comentários a fim de explicar e situar o texto em seu ambiente de uso, cunhando, assim, em 1923, as expressões, mais tarde apropriadas por M. Halliday, “contexto situacional” e “contexto de cultura”.

pelo sistema de Modo, que está direcionado para como nós expressamos relações pessoais e sociais. Por fim, o modo corresponde ao papel que a linguagem assume na interação e à forma como o texto está organizado numa certa situação comunicativa, vinculando-se à metafunção textual, realizada por meio do sistema de Tema e Rema. Vejamos a disposição das funções, quanto aos elementos do contexto e aos sistemas de representação linguística:

Elementos do contexto	Metafunções da linguagem	Sistemas de representação
Campo	<i>Ideacional</i>	Transitividade
Relação	<i>Interpessoal</i>	Modo
Modo	<i>Textual</i>	Tema e Rema

Quadro 2: Relação entre elementos do contexto, metafunções da linguagem e sistemas de representação.

A atuação da linguagem na realidade social dá-se através das metafunções linguísticas. A função ideacional consiste na capacidade da linguagem de representar os processos que denotam a realidade, algum evento, ação, estado ou outro fenômeno (HALLIDAY; HASAN, 1989). A metafunção interpessoal envolve o poder da linguagem de estabelecer diferentes tipos de trocas e relações entre os participantes, cujos papéis são contraídos na ocasião da interação. Organizando as duas funções, a metafunção textual diz respeito à “organização interna da frase, ao seu significado como mensagem, tanto em si mesma, quanto na sua relação com o contexto” (NEVES, 1997, p. 14).

A abordagem sistêmico-funcional de linguagem é reapropriada por Fairclough (2001), em *Discurso e mudança social*, originalmente publicado em 1992. O linguista subdivide a macrofunção interpessoal em duas outras funções: a função identitária, concernente aos modos como as identidades são estabelecidas nos discursos, e a função relacional, que se refere a “como as relações sociais entre os participantes do discurso são representadas e negociadas” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 92). A pertinência da alteração justifica-se pela razão de que, segundo o linguista, as macrofunções da LSF ainda não contemplam um importante aspecto do que ele e outros teóricos vêm chamando de modernidade tardia: a reflexividade (GIDDENS, 1991, 1997; BOURDIEU, 1990; MOUZELIS, 1990), isto é, “as representações do

que fazemos como parte do que fazemos” (FAIRCLOUGH, CHOULIARAKI, 1999, p. 27).

Nessa perspectiva, a reflexividade é pensada dentro da ADC, como, primeiro, matéria prima das lutas sociais, pois

o conhecimento aplicado de forma reflexiva sobre uma prática é um saber posicionado, formado a partir de posições particulares dentro de uma prática ou fora dela (isto é, dentro da prática teórica), ele é tanto recurso quanto espaço para as lutas sociais (FAIRCLOUGH, CHOULIARAKI, 1999, p. 26).

e, segundo, como aspecto discurso irreduzível de qualquer prática,

não apenas no sentido de que toda prática envolve o uso da linguagem em algum nível [...], mas também no sentido de que a construção discursiva de práticas é, ela própria, parte dessas práticas (FAIRCLOUGH, CHOULIARAKI, 1999, p. 26).

Com a recontextualização das macrofunções da linguagem propostas por Halliday (1991), a TSD passa a trabalhar com quatro funções, então: a ideacional, a identitária, a relacional e a textual. Observemos o exposto no quadro que segue:

LSF	ADC
Halliday (1991)	Fairclough (1992)
Função ideacional	Função ideacional
Função interpessoal	Função identitária
	Função relacional
Função textual	Função textual

Quadro 3: Recontextualização das macrofunções por Fairclough (2001).

Em *Analysing Disocourse*, obra em que Fairclough (2003) amplia o conceito de prática social, segundo um conjunto complexo de articulações e internalizações entre diversos elementos da vida social, o autor faz novas alterações e oferece uma análise textual crítica de acordo com a qual o discurso atua na realidade, no interior de práticas sociais, em três modos principais: o *representacional*, o *identificacional* e o *acional*. Tais modos são os significados da linguagem e estão relacionados, respectivamente, às formas de representar, identificar e agir, conforme disposto abaixo:

LSF	ADC	ADC
Halliday (1991)	Fairclough (1992)	Fairclough (2003)
Função ideacional	Função ideacional	Significado representacional
Função interpessoal	Função identitária	Significado identificacional
	Função relacional	Significado acional
Função textual	Função textual	

Quadro 4: Recontextualização da LSF na ADC (RAMALHO; RESENDE, 2006, p. 61).

O significado representacional corresponde à função ideacional e vincula-se ao conceito de discurso como “modo de representação de aspectos do mundo (físico, social, psicológico)” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 18), de maneira que um mesmo aspecto pode ser representado a partir de diversas perspectivas. O significado identificacional, cujos aspectos estão, em sua maioria, compreendidos na metafunção interpessoal, diz respeito à identificação de atores sociais em textos, isto é, às “disposições incorporadas para ver e agir de certos modos, baseadas em suas experiências e socialização” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 28). Em outras palavras, refere-se a como atores sociais identificam-se e são identificados em textos, a relações consigo mesmos e, logo, a questões de ética e moral. Como a identificação envolve os efeitos constitutivos do discurso, Fairclough (2003, p. 155) afirma que ela deve ser vista segundo o “processo dialético por que discursos são inculcados em identidades”.

Os modos de representar aspectos do mundo estão vinculados à auto-identificação reflexiva, de maneira que o discurso torna-se uma forma de ação sobre a realidade. Aqui, encontramos o significado acional, correspondente relativamente à função textual. Esse significado, ao “implicar uma relação social” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 27), é a forma pela qual o discurso atua na construção e transformação da realidade, ao construir ou reproduzir as interações na tessitura da vida social. Por exemplo, o gênero textual notícia é um modo de agir particular, dado que o gênero “representa um sistema de processos sociais orientados para um objetivo, através dos quais os sujeitos, numa dada cultura, vivem suas vidas” (MARTIN, 1997, p. 13). A notícia organiza um determinado tipo de interação social, que, em outros contextos genéricos, como uma piada, outras “maneiras de construção e

reconstrução de significados” (KRESS, 1997, p. 270), e suas consequências, são implicadas.

Os três significados do discurso são os modos de ações linguísticas pelas quais a realidade social é textualmente mediada. A mediação, por que a tessitura da vida social é constituída, é “um movimento de significados” (SILVERSTONE, 2002, p. 33). O funcionamento social da mediação textual funda-se numa dialética, que sempre houve, entre discurso e poder (FAIRCLOUGH, 1999, p.42). Não à toa, os três significados da linguagem descritos por Fairclough (2003) relacionam-se, intimamente, às três grandes áreas de que resultam os sistemas práticos, pensadas por Foucault (1994):

Estes sistemas práticos resultam de três grandes áreas: relações de controle sobre as coisas, as relações de ação sobre os outros e as relações consigo mesmo. Isto não significa que cada uma destas três áreas é completamente estranha uma a outra. É sabido que o controle sobre as coisas é mediado por relações com os outros, e as relações com os outros, por sua vez, implica sempre relações consigo mesmo, e vice-versa. Mas temos três eixos cuja especificidade e cujas interligações devem ser analisadas: o eixo de conhecimento, o eixo de poder, o eixo da ética (FOUCAULT, 1994, p. 318).

Assim, o significado representacional relaciona-se ao conhecimento sobre o mundo e, portanto, ao “controle sobre as coisas” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 28). O significado identificacional vincula-se às relações com o próprio eu e o outro. Por fim, o significado acional remete-se ao modo de ação nos tipos diversos de interações sociais. O movimento dialético de significados atua nas redes de práticas sociais, que compõem as realidades modernas tardias, através de distintos domínios e escalas de organização da vida social em ordens de discurso. A mudança na sociedade, logo, só é possível em um momento de crise nessa “coesão social” que é a realidade (FAIRCLOUGH, 2003, p. 44), quando as tensões sociais contrariam a estrutura do sistema de diferenças.

Nessa perspectiva, entendo que o escândalo político precisa ser investigado discursivamente, em termos dos significados que são articulados no seu processo de construção pelas instâncias enunciativas de mídia, por meio de processos discursivos específicos. Assim, a seguir, discuto três modos pelos quais os significados da linguagem constroem textualmente o evento em foco, em suas relações mutuamente implicadas com conjunturas, estruturas e práticas sociais.

3.4. Os significados do discurso na construção textual do escândalo político

Para descrever e discutir como o escândalo político dos *Novos alopados* é construído textualmente pelas instâncias enunciativas midiáticas, penso que a crítica da linguagem para a análise social do evento deve considerar os processos discursivos de representação das ações e atividades que compõem o escândalo, de identificação dos atores sociais envolvidos na trama e de ação do discurso midiático em foco na rede de práticas da realidade social.

Nessa direção, o exame da articulação dos significados da linguagem na construção discursiva do evento serve, com precisão, à investigação do acontecimento segundo os três eixos de produção discursiva em torno dos quais procuro empreender uma análise de discurso crítica do escândalo político como evento midiático. Os três eixos referem-se às estratégias discursivas mobilizadas pela imprensa jornalística na:

- I. representação das ações e das atividades que constituem o escândalo político, com foco sobre o significado representacional do discurso;
- II. identificação dos atores sociais envolvidos no escândalo, com foco sobre o significado identificacional do discurso;
- III. ação social que a cartografia discursiva do acontecimento implica na produção, refundação ou transformação de tensões sociais e políticas na rede de práticas da realidade, com foco sobre o significado acional do discurso.

Fairclough (2003, p. 28), ao discutir os significados do discurso, estabelece uma correspondência entre os modos de representação, identificação e ação e os elementos das ordens de discurso, no nível das práticas sociais, respectivamente: discursos, estilos e gêneros. O significado representacional de textos relaciona-se ao conceito de discurso como forma de “representar aspectos do mundo – processos, relações e estruturas do mundo material, do mundo mental de pensamentos, sentimentos e crenças e do mundo social” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 124). O significado identificacional relaciona-se aos estilos, aos modos de ser, através dos quais os discursos são inculcados em identidades: “são os modos como as pessoas se identificam e são identificadas por outras” (FAIRCLOUGH, 2003, p.

159). O significado acional está vinculado, por sua vez, aos gêneros como aspectos especificamente discursivos dos “modos de agir e interagir no curso de eventos sociais” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 59).

Assim, quando analisamos textos específicos, como parte de eventos particulares, devemos observar como os significados de representação, identificação e ação, que estão no nível das práticas sociais, são realizados em diferentes traços de textos (FAIRCLOUGH, 2003, p. 28), no nível do processo textual estrutural e interativo do evento estudado. Esse movimento permite ao pesquisador vincular constantemente o evento concreto em análise às estruturas mais abstratas, através do foco sobre os elementos da prática social. Desse modo, o tipo de crítica da linguagem que delineio na análise de discurso crítica do escândalo político deve atentar, mais especificamente, para os seguintes aspectos:

- I. As representações das ações e das atividades envolvidas no acontecimento, a partir da mobilização de metáforas, que lexicalizam particularmente os processos do evento em seu engajamento na realidade social.

Considero o estudo da metáfora uma etapa muito importante para a crítica da linguagem na análise social do escândalo político, porque “a seleção da metáfora é em si mesma uma escolha de significado” (HALLIDAY, 1994, p. 342), que define as ações e as atividades do evento. Assim, quando os discursos da imprensa jornalística significam as ações e atividades do escândalo por meio de metáforas, constrói-se uma realidade de uma maneira particular, dado que o sistema conceitual metafórico desempenha “um papel central na definição de nossa realidade cotidiana” (LAKOFF, JOHNSON, 2002, p. 46).

- II. As identificações dos atores sociais envolvidos no acontecimento, através da esteticização de suas identidades, que perfila os participantes de um modo ou de outro dentro do *dramatis personae* do escândalo.

A preocupação com a imagem tem se tornado, em uma sociedade cada vez mais espetacular, uma questão central na vida pública. Esse novo contexto histórico é pensado como uma esteticização profunda da vida social, bem como na

vida íntima dos sujeitos. Logo, a linguagem deve ser considerada como parte fundamental do processo de esteticização, ao mesmo tempo em que é também projetada como efeito estético (FAIRCLOUGH, 2003, p. 183), na criação e recriação de personagens nos jogos das interações sociais. Dessa maneira, concebendo os escândalos políticos como “lutas por um nome” (THOMPSON, 2002, p. 50), em que os recursos simbólicos são empregados, de distintos modos, na projeção e defesa das imagens dos atores sociais engajados no *dramatis personae* do evento, compreendo que a análise da esteticização de identidades é uma fase que precisa ser considerada seriamente na crítica da linguagem que delineio para o exame da construção discursiva do escândalo político.

III. As ações sociais das distintas construções discursivas do escândalo político, através de intertextualidade, na produção, reprodução ou transformação ideológica de articulações na tessitura hegemônica da realidade.

No processo de constituição do escândalo político, podemos notar que as notícias que o constroem articulam um conjunto amplo de vozes, por exemplo, de autoridades jurídicas e figuras políticas, que são reapropriadas nos textos das instâncias enunciativas de mídia, criando e recriando ideologicamente, na significação do evento, construtos significativos que se engajam na luta hegemônica da realidade social. Por isso, a intertextualidade liga-se à lógica da hegemonia: podemos associar as articulações entre os discursos num texto como modos de contestação, reestruturação ou conservação de determinadas ordens de discurso com processos de luta pela hegemonia de certos sentidos. Nessa direção, o estudo da intertextualidade faz-se bastante útil para a crítica da linguagem na construção discursiva do escândalo.

Vejamos, mais detalhadamente, a seguir, cada um dos significados do discurso e as questões textuais a partir das quais empreendo minha investigação discursiva do evento considerado.

3.4.1. Significado representacional: processos e metáforas lexicais

Fairclough (2001, p. 241) esclarece que a categoria da metáfora é valiosa para entendermos como nossos modos de pensar e de agir são estruturados discursivamente. Os discursos, como modos de representação de partes do mundo, são diferenciados por metáforas (FAIRCLOUGH, 2003, p. 131), tanto no sentido de metáforas lexicais, palavras que representam acontecimentos do mundo por extensão de outros, quanto no sentido de metáforas gramaticais, quando ações e acontecimentos são representados como coisas, através da nominalização. Para Halliday (1994), a metáfora não está mais relacionada somente ao significado das palavras, mas também à gramática, quando ocorre uma tensão entre o estrato semântico-discursivo e o estrato léxico-gramatical da linguagem, o que torna a relação entre componentes e categorias semânticas indireta ou incongruente.

Em virtude do meu interesse em analisar as ações e as atividades dos *Novos alopados*, detenho-me ao exame da metaforização lexical dos processos do evento. Nessa direção, utilizo o enquadre geral dos três tipos principais de metáforas, elaborado G. Lakoff e M. Johnson (2002), para investigar como as ações e as atividades do escândalo político são significadas particularmente. Explico, adiante, cada uma das metáforas.

Primeiro, as metáforas conceituais ou conceptuais, que são as generalizações que “governam nossas expressões linguísticas” (LAKOFF, JOHNSON, 2002, p. 17). Assim, deve haver, segundo os autores, um mapeamento sistemático entre o domínio-fonte, de onde partem as inferências, e o domínio-alvo, em virtude do qual as inferências são aplicadas. No exemplo²⁵:

A estratégia passa por declarações para blindar Dilma.

a metáfora conceitual *discussão é guerra* pode ser compreendida em termos de como o domínio-fonte *guerra* aplica-se ao domínio-alvo *discussão*.

Segundo, as metáforas orientacionais, que estão relacionadas com a nossa experiência corpórea com o espaço, à medida que elas “dão a um conceito

²⁵ Todos os exemplos apresentados ao longo deste capítulo foram retirados do *corpus* da pesquisa.

uma orientação espacial” (LAKOFF, JOHNSON, 2002, p. 61). Essas metáforas estão intimamente ligadas às culturas das sociedades (LAKOFF, JOHNSON, 2002, p. 61) e têm, em nosso próprio corpo físico, suas motivações elementares. O exemplo:

[...] Dilma Rousseff, candidata do PT, de quem partiu a ordem irada para alagar os porões que, de outra forma, iniciariam suas operações.

indica como as metáforas organizam-se em torno de esquemas imagéticos e de oposições, conforme colocam os autores. No excerto, observando que, na cultura ocidental, a espacialização para cima é experienciada, em geral, como algo bom, enquanto a espacialização para baixo, ao contrário, é experienciada em termos do que é ruim ou mau, a expressão “porões” representa negativamente o chamado núcleo de comunicação da campanha de Dilma Rousseff, acusado de ser o autor das operações de violação de sigilo fiscal na Receita Federal

Terceiro, a metáfora ontológica, que diz respeito ao modo de “entender eventos, atividades, emoções e ideias como entidades ou substâncias” (LAKOFF, JOHNSON, 2002, p. 76). É possível chegar a conceitos mais abstratos atribuindo-lhes características específicas. Assim, esse tipo de metáfora é importante para que consigamos racionalizar experiências mais abstratas, criando uma inteligibilidade sobre elas, ao identificá-las a partir de referências, categorizações, agrupamentos, caracterizações, etc. No exemplo:

A família Sarney jamais perdoou o tucano pelo golpe.

a “Operação Lunus”, da Polícia Federal, que, em 2002, desencadeou o escândalo que derrubou a candidatura à Presidência de Roseana Sarney (PFL, atual DEM), é lexicalizada metaforicamente em termos de combate e traição, como a expressão “golpe” indica.

As metáforas conceituais, orientacionais e ontológicas são analisadas, nesta crítica da linguagem, quanto ao modo como significam os processos do

evento. Segundo Halliday (1994), processos são itens lexicais que expressam ação, acontecimento, estado, dizer, sentir e existir, de maneira que cada processo constrói um domínio particular da experiência:

- I. Processos materiais: constituem as ações de mudança externa realizadas. Esses processos incluem o *ator* (quem realiza a ação), participante obrigatório, a *meta* (a quem se dirige a ação), o *escopo* (o ambiente em que a ação ocorre ou a ação propriamente dita) e o *beneficiário* (aquele que é afetado pelo processo).

Exemplo:

As ações	foram abortadas	pela cúpula da campanha de Dilma.
meta	processo material	Ator

- II. Processos mentais: externalizam as experiências vividas intimamente, em nossa consciência, como a percepção, a afeição e os sentimentos. Têm como principais participantes o *experenciador* (quem sente a ação) e o *fenômeno* (a ação sentida). Exemplo:

Ninguém mais	se	sente	seguro.
Experenciador	pronome reflexivo	processo mental	Fenômeno

- III. Processos relacionais: representam as noções de ser e de estar. Isso ocorre por meio da *caracterização*, com a participação do *atributo* (a característica) e do *portador* (a quem a característica refere-se), ou por meio da *identificação*, cujos participantes são o *identificado* (a quem se dá uma identidade) e o *identificador* (a identidade). Exemplos:

Ribeiro Júnior	sempre	Foi	um franco-atirador da imprensa brasileira.
portador	circunstância	processo relacional	Atributo

Ele	Era	o alvo.
Identificado	processo relacional	Identificador

- IV. Processos verbais: expressam ou constroem formas de dizer e têm como participantes típicos o *dizente* (aquele que fala), a *verbiagem* (o que é dito), o receptor (a quem o processo se dirige) e o alvo (o que se quer atingir com o que foi dito/escrito). Exemplo:

Serra	acusou	Dilma Rousseff	de responsabilidade pelo crime
dizente	processo verbal	alvo	verbiagem

- V. Processos comportamentais: expressam comportamentos. Seus participantes são o *comportante* (aquele que exerce a atividade) e o *behaviour* (a extensão das ações). Exemplo:

O presidente Lula	vive dando	mostras do pouco respeito pelas regras.
comportante	processo comportamental	behaviour

- VI. Processos existenciais: representam algo que existe e seu único participante é o *existente*. Exemplo:

Há	Divergências	nos valores embolsados.
processo existencial	Existente	circunstância

Com base nos procedimentos de uso de metáforas lexicais na mobilização de processos para representação de experiências na realidade, a crítica da linguagem que tenho delineado deve investigar a lexicalização metafórica de ações e atividades na construção do escândalo político em foco. Esse movimento de sentidos está, desse modo, dialeticamente relacionado à identificação dos atores sociais que participam das ações e atividades do evento. Assim, a seguir, explano o significado identificacional na constituição textual do escândalo do político.

3.4.2. Significado identificacional: polidez linguística, o feitiço político dos grandes personagens²⁶

Compreendendo que os escândalos políticos são lutas travadas no espaço público e constituídas

por ações e atos de fala de indivíduos e organizações que expõem, afirmam e condenam, bem como pelas ações e atos de fala daqueles que estão no

²⁶ Expressão inspirada na frase “A polidez é o maior feitiço político dos grandes personagens” (Baltasar Gracián, Oráculo manual, XL, 1647). Fonte: RÓNAI, Paulo. Dicionário Universal Nova Fronteira de Citações. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1985.

centro das acusações e se vêem presos no drama que se desenrola (THOMPSON, 2002, p. 196).

as ações e atos de fala que compõem o escândalo como uma luta por um nome, como quaisquer outras ações e falas, ocorrem dentro de um referencial específico, caracterizado por certos pressupostos e convenções, e envolvem a projeção de imagens dos indivíduos engajados. O referencial de ação compreende o que E. Goffman (1969, p.100) chama de *região frontal*, aquela em vista da qual as imagens são criadas, a depender das impressões que se desejam transmitir. Em contrapartida, há outra região, em que as pessoas podem agir de tal modo que contradigam aquilo, publicamente, esforçam-se para projetar. É a *região de fundo*. Assim, a região frontal é o espaço comum de interação contra o qual existem as regiões de fundo.

Com base nessa proposta de interação face a face, Thompson (2002, p.95) elabora um novo modelo para o tipo de interação particular mediada pelos meios de comunicação, a quase-interação midiática. O que o autor acrescenta à organização face a face de E. Goffman (1969) são os contextos de produção e de recepção de notícias, dentro dos quais há, para cada um, regiões frontais e regiões de fundo. Este é o modo principal de revelação de escândalos políticos. Nesse sentido, Thompson (2002) concebe os eventos escandalosos em termos de um *dramatis personae*, ou seja, como um jogo de performances, que explora as faces dos participantes direta ou indiretamente envolvidos. Compreendo que esse processo de estetização, por que as identidades dos atores sociais são construídas na trama, pode ser investigado, a partir do estudo da polidez linguística nas enunciações que compõem o escândalo político²⁷.

Segundo Kerbrat-Orecchioni (2006), a partir do final da década de 1970, o fenômeno da polidez na interações sociais passou a ser objeto de exame científico, devido ao esforço de pesquisadores como G. Leech e, em especial, P. Bronw e S. Levinson. Esses últimos desenvolveram um modelo sofisticado de investigação, cuja

²⁷ O texto que segue nesta seção, em que associo a identificação de atores sociais no escândalo político à estetização de imagens através da polidez linguística, é parte de um artigo publicado, em co-autoria com a Profa. Dra. Leticia Adriana Pires Ferreira dos Santos (PosLA/UECE), na Revista Língua e Literatura. Disponível em: <http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistalinguaeliteratura/issue/current/showToc>.

concepção de polidez apoiou-se na noção de “face”, conforme formulada por E. Goffman, e de “atos de fala”, segundo J. Austin (1990) e J. Searle (1969).

Nesse modelo, todo indivíduo possui duas faces, que são consideradas em termos de desejo (*face as wants*). De um lado, a face negativa relaciona-se ao “desejo de cada ‘membro adulto competente’ de que suas ações sejam livres para os outros” (BROWN; LEVINSON, 1987, p. 64). Em outras palavras, diz respeito à preservação pessoal, àquilo que se quer deixar no plano privado. De outro lado, a face positiva, que se relaciona ao “desejo de cada membro de que suas vontades fossem desejáveis também para alguém” (BROWN; LEVINSON, 1987, p. 64). Esta face envolve o que se quer tornar público. Sendo assim, em qualquer comunicação, que pressupõe no mínimo dois sujeitos, há pelo menos quatro faces em jogo, de tal modo que os atos realizados na interação entre os participantes implicam, potencialmente, ameaças às suas faces negativas e positivas. Daí, a expressão “*face threatening act*”, convencionalmente reconhecida pela sigla FTA.

Como afirma Kerbrat-Orecchioni (2006, p.82), as faces são alvos de ameaças permanentes, uma vez que todos os atos de fala são potencialmente ameaçadores, mas também são objetos de valorização. Para Brown e Levinson (1987), essa contradição pode ser resolvida através do que ele chama de estratégias de polidez, que funcionam como modos de atenuação dos FTAs. Nessa perspectiva, os autores, inicialmente, dividem os atos de fala em dois grupos distintos. De um lado, “a primeira distinção entre os atos que ameaçam as faces positivas e negativas” (BROWN; LEVINSON, 1987, p. 65). De outro lado, “a segunda distinção entre os atos que ameaçam as faces do locutor e do interlocutor” (BROWN; LEVINSON, 1987, p. 67).

Assim, os FTAs são divididos em quatro categorias. Primeiro, os atos que ameaçam a face negativa do locutor. São os atos suscetíveis de lesar o próprio território do locutor ou que lhe restringem a liberdade de ação, como o ato de prometer, que faz o enunciador contrair um compromisso. Segundo, os atos que ameaçam a face positiva do locutor. São atos que representam auto-humilhação, inferioridade ou limitações do locutor, como o gesto de pedir desculpas. Terceiro, os atos que ameaçam a face negativa do interlocutor. São atos que restringem a liberdade de ação ou que violam o território do interlocutor, como dar ordens.

Quarto, os atos que ameaçam a face positiva do interlocutor. São os atos que afetam a autoimagem projetada pelo interlocutor, por exemplo, fazer uma crítica.

Desse modo, Brown e Levinson (1987, p.71) elencam cinco estratégias conversacionais ou discursivas, que são operacionalizadas a depender de três variáveis sociológicas: “a distância social entre os participantes, as relações de poder que os envolvem e o *ranking* de gravidade dos FTAs num dada cultura” (BROWN; LEVINSON, 1987, p. 74):

- I. *On record*/sem reparação: quando os atos de fala são realizados sem nenhum mecanismo linguístico para evitar ou amenizar danos à face do outro. No exemplo:

A quebra de sigilo fiscal dessas pessoas alimentou um dossiê do PT contra o candidato tucano à Presidência, José Serra.

define-se, pelo verbo “alimentou”, a autoria do dossiê contra o candidato José Serra sem qualquer recurso de reparação à face do ator social PT.

- II. *On record*/com reparação e com polidez positiva: quando os atos de fala são articulados com alguns recursos de polidez para minimizar os riscos de ameaça à face do outro, apreciando-a. No exemplo:

A empresária Verônica Serra, filha do candidato à Presidência da República José Serra, é conhecida pela discrição. Casada, mãe de três filhos, ela nunca se envolveu em política [...].

a imagem positiva de Verônica Serra é construída especialmente pela simpatia e aproximação que os caracteres “discrição”, “mãe” e “sem envolvimento em política” implicam geralmente em nossa cultura.

- III. *On record*/ com reparação e com polidez negativa: quando os atos de fala são formulados para evitar a ameaça de invadir o terreno alheio e violentar a face do outro. No exemplo:

No modorrento feriado de Corpus Christi, os leitores dos jornais foram inundados com informações sobre uma trama que envolveria a fabricação de dossiês contra o candidato tucano à Presidência, José Serra, produzidos por gente ligada ao comitê da adversária Dilma Rousseff.

ao contrário do que houve no exemplo da estratégia (I), aqui, não se definem categoricamente a existência do crime então denunciado na imprensa e a sua autoria pelos atores sociais PT e Dilma Rousseff, conforme indicam o verbo “envolveria”, em que a forma do futuro do pretérito sugere algo hipotético ou duvidoso, e o adjetivo “ligada”, que não caracteriza relação de pertença ou vínculo estreito entre a autoria do crime na Receita e a candidata petista, cuja face não é, assim, violentada.

- IV. *Off record*: não se explicita intenção ou avaliação particular, de modo a não haver comprometimento direto com a interpretação implicada. No exemplo:

A estratégia de supressão da verdade no Brasil caminha em três frentes, conforme os ensinamentos do comunista italiano Antonio Gramsci.

em referência a políticas públicas de fomento às mídias comunitárias promovidas pelo Governo PT, a leitura do episódio de inauguração da TV dos Trabalhadores (TVT) como censura e, em decorrência, a interpretação dos *Novos alopados* como aparelhamento fascista do estado brasileiro, são apresentadas como conclusões lógicas, a partir da enumeração ou racionalização do evento, em “três frentes”, e da legitimação científica da representação construída com o uso do advérbio “conforme”.

- V. *Não se faz AAF*: quando não se realizam atos.

Além das estratégias *on record*, caracterizadas pela clareza, e *off record*, marcadas pela indiretividade, ressalvo ainda a chamada *bald on record*, que ocorre quando o locutor está mais preocupado com o que deseja transmitir do que com a

forma por meio da qual fará a enunciação. Nesse caso, considera-se mais a eficiência, e o “locutor pode reivindicar que outras coisas são mais importantes que a face ou que o ato não consiste totalmente num FTA” (BROWN; LEVINSON, 1987, p. 72). Essa estratégia não é considerada na análise, pois acredito que, em se tratando de mídia, a forma de comunicação ou a estética da enunciação é um elemento altamente relevante para a discussão sobre o conjunto de sentidos (por) que os meios (se) expressam. Cada uma dessas estratégias, segundo os autores, inclui subestratégias, conforme mostra o quadro a seguir:

Estratégias de polidez linguística	
Polidez positiva	• Perceba o outro. Mostre interesse pelos desejos e necessidades do outro.
	• Exagere o interesse, a aprovação e a simpatia pelo outro.
	• Intensifique o interesse pelo outro.
	• Use marcas de identidades de grupo.
	• Procure acordo.
	• Evite desacordo.
	• Pressuponha, declare pontos em comum.
	• Faça brincadeiras.
	• Explícite ou pressuponha os conhecimentos sobre os desejos do outro.
	• Ofereça, prometa.
	• Seja otimista.
	• Inclua o ouvinte na atividade.
	• Dê ou peça razões, explicações.
	• Dê presentes.
Polidez negativa	• Seja convencionalmente indireto.
	• Questione, seja evasivo.
	• Seja pessimista.
	• Minimizar a imposição.
	• Mostre respeito.
	• Peça desculpas.
	• Impessoalize os participantes. Evite os pronomes.
	• Declare o FTA como uma regra geral.
	• Nominalize.
• Pareça assumir o débito ou não comprometa o outro.	
Off record (indireta)	• Dê pistas.
	• Dê chaves de associação.
	• Pressuponha.
	• Diminua a importância.
	• Exagere a importância.
	• Use tautologias.
	• Use contradições.
	• Seja irônico.
	• Use metáforas.
	• Faça perguntas retóricas.
	• Seja ambíguo.
• Seja vago.	
• Hipergeneralize.	

	<ul style="list-style-type: none"> • Desloque o outro.
	<ul style="list-style-type: none"> • Seja incompleto, use elipse.

Quadro 5: Esquema de estratégias de polidez linguística de Brown e Levinson (1987) elaborado por Marcotulio e Souza (2007).

Compreendo que o jogo de performances em que consiste o escândalo político, engendrado por distintas estratégias de polidez linguística, configura-se dialeticamente em um arranjo com as formas de ação social que a construção intertextual do evento implica na constituição ideológica e hegemônica da realidade sociopolítica. Assim, discuto, a seguir, como o significado acional compõe o acontecimento midiático.

3.4.3. Significado acional: intertextualidade e relatos de discurso

Há vários aspectos da organização textual e diferentes características nos níveis do texto que estão, primariamente, relacionadas à natureza genérica do discurso, como a organização geral de um texto, as relações semânticas entre orações e frases e as funções da fala. Uma dessas questões de análise textual que estou considerando relevante para a crítica da linguagem na investigação social do escândalo político, nesta pesquisa, é “o modo de intertextualidade de um discurso, a forma pela qual outros textos e vozes são incorporados” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 67).

O termo intertextualidade foi cunhado por J. Kristeva, na década de 1960, em seu trabalho de apresentação de M. Bakhtin ao público ocidental. Embora o termo não tenha o pensador russo como o autor legítimo, o desenvolvimento de uma abordagem intertextual para a análise de discurso encontra em Bakhtin (2002) um dos principais expoentes do debate. Para o autor, o “discurso citado é o *discurso no discurso, a enunciação na enunciação*, mas é, ao mesmo tempo, um *discurso sobre o discurso, uma enunciação sobre a enunciação*” (BAKHTIN, 2002, p. 144, itálicos do autor).

Disso, Fairclough (2001) conclui que os textos são inerentemente intertextuais e que a intertextualidade está intimamente relacionada à mudança social, pois ela implica a “interseção da história (sociedade) em um texto e deste texto na história” (KRISTEVA, 1986, p. 39). Ao responder, reacentuar e retrabalhar

textos passados e vozes de outrem, os textos atuais estão reescrevendo a tradição, contribuindo para as mudanças sociais e culturais:

O conceito de intertextualidade aponta para a produtividade dos textos, para como os textos podem transformar textos anteriores e reestruturar as convenções existentes (gêneros, discursos) para gerar novos textos (FAIRCLOUGH, 2001, p. 135).

A intertextualidade distingue-se em duas dimensões, segundo Kristeva (1986): a *horizontal*, que diz respeito ao dialogismo entre um texto e os que o precederam ou o seguiram na cadeia de textos, como entre turnos de fala; e a *vertical*, em referência à ligação de textos distantes historicamente. Além dessas, os analistas de discurso franceses costumam fazer uma segunda distinção: de um lado, a *intertextualidade constitutiva*, em que as convenções discursivas são configuradas na própria produção dos textos; do outro, a *intertextualidade manifesta*, quando os outros textos estão explicitamente apresentados no texto em análise, através do uso de marcadores de enunciação na organização textual.

Com relação ao último caso, o tipo de intertextualidade que Fairclough (2003) explora relaciona-se à intertextualidade manifestada. Fairclough (2001, p. 152) sugere a distinção entre *intertextualidade sequencial*, em que se dá uma alternância de diferentes discursos em um texto; *intertextualidade encaixada*, em que um texto está explicitamente alocado na matriz de outro texto; e *intertextualidade mista*, em que os discursos estão misturados num texto de forma tão complexa que se torna difícil a separação entre eles. A intertextualidade é, pois, pensada em termos da complexidade das formas de relato, quando distintas vozes são relatadas ou citadas em um texto, estabelecendo distintas tensões na construção de sentidos.

O relato, assim, não pode se reduzir aos discursos diretos e indiretos. No primeiro caso, as palavras são representadas com aspas, em que se vê um limite entre a voz de quem é relatado e a voz de quem relata. No segundo caso, as aspas somem e as palavras representadas tomam a forma de uma oração subordinada gramaticalmente à oração que relata. Essa é a divisão tradicionalmente feita entre os dois tipos de representações de discursos, que Fairclough (2001) critica por não abordarem as relações de conflito de vozes que toda intertextualidade implica.

Assim, nós podemos tratar da intertextualidade a partir da distinção de quatro formas de relato (LEECH; SHORT, 1981, apud FAIRCLOUGH, 2003):

- I. Relato direto: as vozes são citadas (supostamente como ditas ou escritas originalmente) no texto que relata, a partir do uso de sinalizadores de comunicação, como travessões e aspas. Exemplo:

Ainda segundo a Folha de hoje, Atella completou: “são 30 minutos (de entrevista) com direito a imagem, e com depósito antecipado”.

- II. Relato indireto: nessa forma de relato, faz-se um resumo da voz relatada, sem o uso das palavras originalmente ditas ou escritas. O conteúdo do que foi dito ou escrito é relatado sem o recurso da cópia ou da transcrição do discurso e sem uso de marcas de citação. Geralmente, apresenta mudanças temporais e dêiticas. Exemplo:

Em resposta às consultas do Ministério da Justiça, o promotor suíço Daniel Tewlin afirma que uma das principais contas relacionadas no dossiê simplesmente não existe.

- III. Relato indireto livre: é um relato intermediário entre o direto e o indireto. Ele apresenta algumas mudanças de tempo e de dêixis, típicas do discurso indireto, mas não usa marcas de comunicação, o que implica certa confusão entre a voz relatada e o texto que a relata. Exemplo:

Mino Carta causou certo mal estar na platéia de empresários ao falar, entre outras, que a mídia brasileira não costuma se guiar pela verdade factual, pelos acontecimentos como eles se deram. Prefere as versões de seu interesse.

- IV. Relato narrativo de ato de fala: relata um tipo de ato de fala, sem apresentar seu conteúdo. Exemplo:

Nesta quinta-feira, três acusados de participar da montagem do dossiê prestaram depoimento à PF.

Nessa direção, as categorias dos relatos são pensadas em termos de enquadramento textual (FAIRCLOUGH, 2003, p. 50), envolvendo i) a (re)contextualização de vozes de uma situação de comunicação para outra, ii) a disposição contextual das vozes no discurso que as relata e iii) os tipos de relações que se estabelecem entre as vozes no texto, como ordem de apresentação, inclusão, exclusão e saliência. Considero, pois, que o estudo da intertextualidade no escândalo político, a partir da categoria dos relatos, permite discutir as tensões entre as vozes de atores sociais. Ao articular discursos em uma rede particular de textos, a intertextualidade funda e refunda as fronteiras pelas quais o antagonismo social manifesta-se nas formas de distintos conflitos no desenvolvimento do evento.

Uma vez compreendidos, na constituição textual do escândalo político, o significado de representação (a metáfora, com foco sobre a lexicalização de processos), o significado de identificação (esteticização de identidades, com foco sobre as estratégias de polidez linguística) e o significado de ação (intertextualidade, com foco sobre os tipos de relatos), passo, enfim, à análise de discurso da construção dos *Novos alopados*.

4. A MEDIAÇÃO TEXTUAL DOS NOVOS ALOPRADOS: O MOVIMENTO DE SIGNIFICADOS NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2010

Precisamos compreender esse processo de mediação, como surgem os significados, onde e com que consequências.

Precisamos compreender sua política.

Roger Silverstone (2002, p. 43)

Além de ser o principal horizonte teórico que norteia as discussões desta pesquisa, como vimos no Capítulo 3, a ADC também se faz útil no provimento de uma tecnologia metodológico-analítica para o exame que proponho da construção discursiva dos *Novos alopados*. Assim, o Capítulo 4 dedica-se, então, à exposição e à apropriação da crítica explanatória delineada no enquadre metodológico da ADC para a análise discursiva do evento. Com esse objetivo, o capítulo organiza-se em três seções.

Na primeira seção, apresento o processo metodológico de interpretação arquitetado na ADC, considerando sua realização através das análises de compreensão e de explanação do discurso. O objetivo é elucidar como as cinco etapas do enquadre de metodologia da ADC têm configurado a organização e os procedimentos analíticos da investigação que realizo dos *Novos alopados*.

Na segunda seção, depois de ter definido o problema com que este trabalho está engajado, quanto à constituição midiática, antagônica e discursiva do evento, conforme disposto nos Capítulos 1, 2 e 3, examino a configuração conjuntural no interior da qual distintas práticas sociais estão articuladas no movimento significativo de construção dos *Novos alopados*, durante as eleições presidenciais de 2010.

Na terceira seção, após ter discutido a emergência do evento na conjuntura imediata das últimas eleições para a Presidência da República, analiso a prática social particular de que o discurso da imprensa jornalística, constituinte do evento como acontecimento midiático, faz parte. O propósito, aqui, é identificar e

discutir os modos de internalizações entre o momento do discurso jornalístico e os demais momentos da prática analisada na mediação textual dos *Novos alopados*.

4.1. O enquadre metodológico para a análise interpretativa na ADC

O arcabouço metodológico da ADC não esquematiza um procedimento fixo de investigação quantitativa, mas organiza um enquadre metodológico de interpretação de problemas sociais, que está disposto do seguinte modo:

Enquadre metodológico da ADC	
I.	Problema
II.	Obstáculos a serem enfrentados <ul style="list-style-type: none"> • Análise da conjuntura • Análise da prática particular de que o discurso é um momento <ul style="list-style-type: none"> - <i>relevância da prática</i> - <i>relação do discurso com outros momentos</i> • Análise do discurso <ul style="list-style-type: none"> - <i>análise estrutural</i> - <i>análise interacional</i>
III.	Função do problema na prática
IV.	Possíveis maneiras de ultrapassar os obstáculos
V.	Reflexão acerca da análise

Quadro 6: Enquadre metodológico da ADC (CHOULIARAKI, L.; FAIRCLHOUGH, N., 1999, p. 60)

Conforme esclarecem Chouliaraki e Fairclough (1999), com base na Crítica Explanatória de Bhaskar (1989) e na Linguística Sistêmico-Funcional (HALLIDAY, 1970, 1994; HALLIDAY e HASAN, 1991), o enquadre parte do princípio de que a análise de discurso crítica é um processo interpretativo que envolve as análises qualitativas de compreensão e de explicação.

A análise da compreensão localiza-se na análise da conjuntura, em que o problema investigado é situado na realidade social. A compreensão de uma problemática social é apenas uma entre várias possíveis, de modo que o pesquisador não deve preconizar uma compreensão particular de textos, embora

possa advogar uma explanação particular. A explanação é a redescrição das propriedades dos textos, incluindo a gama de compreensões, a partir de um enquadre teórico particular, para localizar os textos na prática social (CHOULIARAKI, FAIRCLOUGH, 1999, p. 67). Assim, a explanação abrange o que Bernstein (1990) chama de linguagem de descrição interna, que se refere ao arcabouço teórico em si, e de linguagem de descrição externa, que remete aos conceitos do enquadre para o exame do material empírico, através dos quais se constrói teoricamente e se analisa o problema de pesquisa.

Dessa forma, a análise de discurso crítica que estou realizando, nesta pesquisa, é um processo de interpretação que redescreve e discute o material empírico do discurso da imprensa na construção dos *Novos alopados*, através da linguagem conceitual do enquadre metodológico da ADC, exposto acima. De acordo com crítica que subjaz ao enquadre explanatório, o meu objetivo é situar o discurso em foco nas articulações de práticas em que consiste a realidade social, em termos de luta hegemônica e ideologia. Definida a partir desse enquadre geral, a pesquisa está organizada em cinco etapas.

Primeiro, a análise de discurso crítica deve começar pela percepção de um problema, relacionado ao discurso, em alguma parte da vida social (CHOULIARAKI, FAIRCLOUGH, 1999; FAIRCLOUGH, 2003). O problema de uma pesquisa científica, especialmente nas ciências sociais e humanas, é percebido teoricamente, a partir de um determinado conjunto de conceitos de que se lança mão para concebê-lo em objeto de investigação científica. Definido segundo os conceitos de mídia, antagonismo social e discurso, o problema que investigo, em síntese, a constituição discursivo-midiática do escândalo político como modo de agir na construção ideológica e hegemônica da realidade social, é descrito e discutido ao longo dos Capítulos 1, 2 e 3.

Segundo, percebido o problema, o pesquisador deve, então, dedicar-se à identificação dos obstáculos a serem superados: as propriedades relativamente permanentes das redes de práticas sociais que caracterizam e sustentam o problema considerado (FAIRCLOUGH, 2003). Para isso, são empreendidas três análises. A *análise da conjuntura* é a especificação da configuração de práticas sociais dentro da qual o discurso em foco está localizado. A *análise da prática*

particular é o exame da prática de que o discurso em questão é um momento, com atenção para as relações dialéticas de internalização entre ele e os demais momentos. Por fim, a *análise do discurso* é a investigação estrutural e interacional do material empírico coligido, observando como recursos sociais (nas ordens de discurso) possibilitam e constroem a interação e como eles são trabalhados nas semioses da prática delimitada, quanto aos significados representacional, identificacional e acional. As análises da conjuntura e da prática particular, que se relacionam ao trabalho de situar o discurso em foco e delimitar sua natureza, são realizadas no Capítulo 4, e a análise do discurso, no Capítulo 5.

Terceiro, depois de ter analisado detalhadamente o problema de pesquisa, em termos estruturais e interacionais, o pesquisador deve atentar, aqui, para a sua função na prática social. À primeira vista, isso parece ser uma extensão da segunda fase, e, na verdade, não está separada rigidamente dela, pois o que Bhaskar (1989) propõe com esse estágio é discutir o problema segundo os seus efeitos na vida social. Assim, nesta pesquisa, o momento em que passo da descrição de como o problema se apresenta (análise de dados e resultados) para a reflexão sobre sua inscrição e função na realidade, é realizado no tomo Conclusões, quando recapitulo os principais aspectos da investigação empreendida e defino a leitura linguístico-discursiva do escândalo político nos termos que tenho argumentado.

Quarto, depois de o problema ser compreendido, explanado e discutido, deve-se discernir possíveis maneiras de ultrapassar os seus obstáculos. O objetivo, nessa etapa, é olhar para as condições da estrutura da realidade social que produzem o problema com atenção para as “suas contradições, suas brechas” (CHOULIARAKI, FAIRCLOUGH, 1999, p. 65), isto é, as propriedades que mantêm os sistemas abertos e os fazem receptivos a ações transformativas. Na pesquisa, essa inversão de lógica, que parte do acontecimento para retornar à estrutura que o mantém, embora esteja sublinhada ao longo de toda a investigação, tendo em vista a minha preocupação constante com a dialética entre os polos, é explorada particularmente junto ao debate sobre a função do problema na prática, pois a superação de obstáculos está intimamente ligada à atuação do evento na realidade social.

Na última etapa do enquadre, a análise de discurso crítica deve ser seguida de uma reflexão acerca de sua própria atividade (FAIRCLOUGH, CHOULIARAKI, 2003, p. 66), pois sua crítica implica que ela seja também auto-reflexiva, vinculando teoria e prática (HORKHEIMER, 1983). Aqui, a atenção é dedicada à reflexão do pesquisador acerca das suas próprias práticas de estudo, de pesquisa e de ação social. A auto-reflexão desta pesquisa está registrada ao final da seção Conclusões.

Conforme tal disposição da pesquisa, encontramos-nos, agora, na segunda etapa do enquadre de crítica explanatória da ADC. Após ter definido o problema, devo localizá-lo no contexto mais amplo das articulações de práticas sociais, para identificar e discutir seus aspectos constitutivos. Assim, na seção que segue, descrevo a conjuntura imediata e relativamente complexa na emergência dos *Novos alopados*, durante as eleições presidenciais de 2010, no Brasil.

4.2. A emergência dos *Novos alopados* no contexto da disputa eleitoral

Uma conjuntura representa “uma trajetória pela qual a rede de práticas sociais constitui a estrutura social” (FAIRCLOUGH, CHOULIARAKI, 1999, p. 61). Assim, a análise da conjuntura é o momento em que se especifica o contexto de articulação de práticas dentro do qual o discurso em foco situa-se. O objetivo é definir e discutir a configuração de práticas associadas com as ocorrências sociais mais específicas e situadas no problema investigado, de modo a fornecer uma explicação abrangente do quadro de práticas sociais em que ele emerge.

O contexto não é “um adendo, um acréscimo a um ‘dado’ previamente identificado e cuja existência está garantida ontológica e epistemologicamente” (RAJAGOPALAN, no prelo, apud ALENCAR, FERREIRA, 2012, p. 198), mas um amálgama *ad infinitum*, cujos limites implicam uma forma de compreensão. Por isso, para Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 67), a análise da compreensão, no processo de interpretação da ADC, corresponde à análise da conjuntura. Vale advertir, aqui, que o gesto de compreensão é apropriador, o que implica uma atitude ética do pesquisador, ao descrever uma disposição conjuntural de um modo ou de outro.

Como as conjunturas podem ser i) mais ou menos complexas, do ponto de vista do número e da variedade de práticas envolvidas, ii) mais ou menos estendidas no tempo e no espaço social e podem, ainda, iii) ser identificadas em diferentes níveis de especificidade (FAIRCLOUGH; CHOULIARAKI, 1999), a delimitação que realizo serve ao interesse de refletir sobre o escândalo político com foco nas relações de poder e nas lutas ideológicas e hegemônicas em que se engaja o evento.

Assim, nesta pesquisa, detenho-me à descrição da conjuntura mais imediata, relativamente complexa, configurada no período das eleições presidenciais de 2010, no Brasil, durante o desenvolvimento do evento midiático que ficou conhecido como *Novos alopados*, entre maio e outubro do referido ano eleitoral. A conjuntura é considerada a partir de distintas práticas sociais, localizadas especialmente nas áreas da comunicação midiática, da política institucional e da justiça, e em diferentes níveis sociais, da organização sociojurídica da democracia brasileira a atividades situadas de sujeitos e instituições, relacionadas à ocasião de emergência do escândalo político em questão²⁸.

4.2.1. Ainda a política do café-com-leite: Minas Gerais e São Paulo pela Presidência

Depois de recuperado de um tiro, após reportagens publicadas na série “Tráfico, extermínio e medo”, do *Correio Braziliense*²⁹, iniciada em setembro de 2007, que denunciava o tráfico de drogas em Brasília, o jornalista Amaury Ribeiro foi transferido do *Correio* para o *Estado de Minas*, ambos do mesmo conglomerado de mídia, o *Grupo Diários Associados* (D.A.). O motivo da transferência foi uma nova missão de trabalho, cujo objetivo era, como ele relatou: “descobrir quais são os arapongas que estariam no encalço do governador de Minas, Aécio Neves, durante seus discretos roteiros sentimentais pelo Rio de Janeiro” (RIBEIRO, 2011, p. 24).

²⁸ Todas as informações de atividades e sujeitos relacionadas aos *Novos alopados* apresentadas nesta seção são selecionadas e organizadas por mim a partir de notícias circuladas publicamente, cujas fontes, veículos e períodos de publicação estão devidamente explicitados e acompanhados do registro de endereços eletrônicos em que as reportagens, documentos e vídeos referidos podem ser acessados atualmente.

²⁹ *Correio Braziliense*, “Tráfico tenta matar jornalista” (20/09/07), de **Guilherme Goulart e Adriana Bernardes**. Atualmente, disponível em: < <http://www.estacaodanoticia.com/index/comentarios/id/6744>>.

Segundo o jornalista, na disputa interna pela pré-candidatura presidencial no PSDB, o então governador de São Paulo, José Serra, teria encomendado um dossiê contra o neto de Tancredo Neves, Aécio Neves, sob o comando do ex-deputado (PSDB-RJ) e ex-delegado da Polícia Federal, Marcelo Itagiba, casado com uma prima do ex-embaixador, no governo FHC, Andrea Matarazzo. Itagiba era um dos principais articuladores da campanha serrista e já havia trabalhado para o político tucano em outras ocasiões, por exemplo, quando Serra foi Ministro da Saúde, também na administração presidencial de FHC.

À época, Itagiba havia montado uma equipe de espionagem na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Segundo a *Folha de São Paulo*³⁰, a Gerência Geral da Secretaria de Segurança da Anvisa, que era o núcleo que abrigava o delegado, foi extinta em dezembro de 2000, “por ordem de Serra, quando descobriu-se que uma rede de espionagem havia vasculhado a vida de funcionários do Ministério da Saúde”. Em 07 de março de 2008, em uma cerimônia de homenagem aos 80 anos do jornal *Estado de Minas*, em Belo Horizonte, o presidente da D.A., Álvaro Teixeira da Costa, já informado da investigação empenhada por Amaury, advertiu Serra, discretamente, em seu discurso: “Não mexa com Minas, que Minas sabe dar o troco”, conforme informou o jornal *Hoje em Dia/R7*³¹.

Com a primeira fase das investigações concluída, Ribeiro procurou a assessoria de imprensa de José Serra, para ouvir seu pronunciamento quanto à recente descoberta: a abertura de duas *offshores*³², Vex Capital e a Iconexa Inc., em um paraíso fiscal nas Ilhas Virgens Britânicas, com dinheiro oriundo de privatizações e corrupção no Brasil, por Alexandre Bourgeois, empresário casado com a filha de José Serra, a também empresária Verônica Serra, que se tornará uma das personagens centrais dos *Novos alopados*, anos depois do episódio. Serra, sabido da investigação que Ribeiro realizava sobre processos de privatizações no Brasil e do desejo de Aécio Neves pela pré-candidatura à Presidência, mobilizou seus

³⁰ “Delegado e procurador ligados a Serra atuam em investigações” (17/03/12), de Wladimir Gramacho. Atualmente, disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1703200207.htm>>.

³¹ “Dossiê contra Serra foi tramado no Estado de Minas” (22/10/10). Atualmente, disponível em: < <http://www.viomundo.com.br/politica/hoje-em-dia-dossie-contra-serra-foi-tramado-no-estado-de-minas.html>>.

³² *Offshore* é uma empresa bancária estabelecida no estrangeiro, que tem sua contabilidade num país distinto de onde atua e é alheia à legislação nacional, segundo o Dicionário Priberam da Língua Portuguesa.

recursos, junto ao paulista *O Estado de São Paulo*, para alavancar sua posição na disputa pré-eleitoral.

Em 28 de fevereiro de 2009, *O Estado de São Paulo* publicou “Pó pará, governador?”³³, assinado pelo jornalista e escritor falecido Mauro Chaves. O libelo ironizava o suposto pedido de Aécio Neves ao então presidente Lula para definir “as prévias eleitorais presidenciais impreterivelmente até o dia 30 de março” e ousava na insinuação de uma ligação de Neves com o tráfico de drogas, como sugere o termo “pó”. Além disso, a reportagem avaliou, com certo sarcasmo, os jornais de São Paulo e de Minas Gerais, pois “quem já leu os jornais mineiros fica impressionado com a absoluta falta de crítica em relação a tudo o que se relacione, direta ou indiretamente, ao governo ou ao governador”. A estratégia de Serra e seus aliados, incluindo o seu *entourage* na mídia hegemônica de São Paulo, funcionou, e, em 17 de dezembro de 2009, Aécio desistiu oficialmente da pré-candidatura para a Presidência, através de uma nota divulgada no *G1*³⁴. Em 03 de março de 2010, com as eleições presidenciais mais próximas, o *Estado de Minas* publicou o editorial “Minas a reboque, não!”, em resposta à tentativa da pré-campanha de Serra de descreditar o jornal e o governo mineiros:

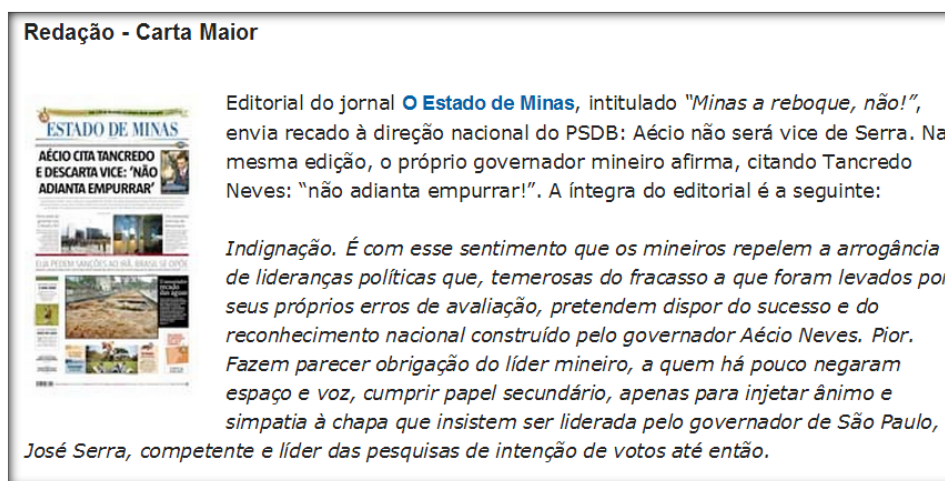


Figura 4: Editorial do Estado de Minas “Minas a reboque, não!”³⁵

³³ Atualmente, disponível em: < <http://www.viomundo.com.br/voce-escreve/po-para-governador.html> >.

³⁴ “Aécio Neves desiste de disputar a Presidência em 2010” (17/12/2009).

Atualmente, disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL1419120-5601,00-AECIO+NEVES+DESISTE+DE+DISPUTAR+A+PRESIDENCIA+EM.html>>.

³⁵ *Carta Maior*, “Aécio volta a recusar ser vice de Serra: “não adianta empurrar” (04/03/10). Atualmente, disponível no acervo da revista, em : <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Aecio-volta-a-recusar-ser-vice-de-Serra-nao-adianta-empurrar-4/15665> >.

Poucos dias depois, em 15 de março de 2010, o PSDB lançou a pré-candidatura de Aécio Neves ao Senado da República, afirmando que o partido em Minas Gerais e os correligionários do governador Aécio Neves estão “totalmente comprometidos com o nome do governador de São Paulo, José Serra, como pré-candidato à presidência da República nas eleições deste ano, conforme o site oficial do PSDB destacou”³⁶.

Eleito senador, no primeiro turno das eleições de 2010, Aécio Neves declarou que daria vitória a José Serra em Minas Gerais. Uma vitória no estado poderia garantir a posição na presidência, pois Minas, o segundo maior colégio eleitoral do país, detinha 3 milhões dos indecisos nas eleições e 2,3 milhões de votos da candidata Marina Silva, conforme *Veja*³⁷ noticiou. No dia 14 de outubro, Aécio reuniu 450 das 850 prefeituras do estado, para a participação em um ato de apoio a Serra. Somando o eleitorado que Aécio transferiu para o governador eleito Antonio Anastasia, de 6,3 milhões de votos, ao número de votos que Serra dispunha no estado, no primeiro turno, de 3,3 milhões, restavam mais 3,0 milhões de votos de diferença que o senador buscava conquistar para garantir a vitória de Serra em Minas. A aliança é refeita:

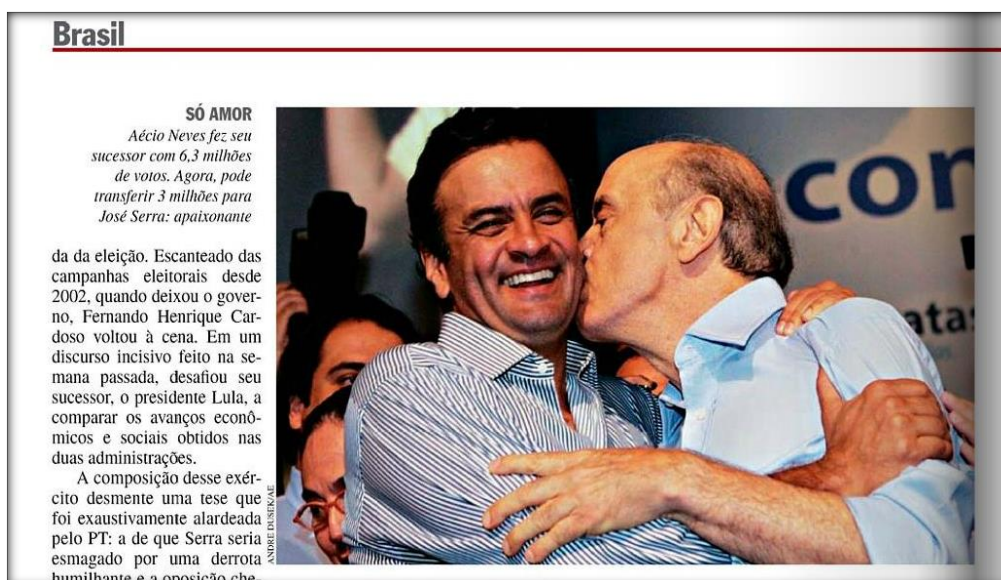


Figura 5: Abraço de Aécio Neves e José Serra, no ato de apoio de Minas Gerais ao candidato tucano à Presidência (VEJA, ed. 2187, p. 74)

³⁶ Atualmente, disponível em: < <http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL1530733-5601.00-PSDB+DE+MINAS+ANUNCIA+AECIO+COMO+PRECANDIDATO+AO+SENADO.html>>.

³⁷ “Aécio move a montanha” (20/10/10), de Vinicius Segalla, edição 2187.

4.2.2. As campanhas eleitorais e a reedição dos aloprados³⁸

Alguns meses depois de confirmada a candidatura de José Serra, a *Folha de São Paulo* publicou, em 12 de junho de 2010, “PT fez dossiê com dados sigilosos de vice-presidente do PSDB”, sob assinatura de Leonardo Souza, deflagrando os primeiros passos rumo ao escândalo político que protagonizou as eleições presidenciais à época. A *Folha de São Paulo* afirmou que a “chamada ‘equipe de inteligência’ da pré-campanha de Dilma Rousseff (PT) investigou e levantou dados fiscais e financeiros sigilosos” do vice-presidente do PSDB, Eduardo Jorge Caldas Pereira³⁹, caso denunciado por ele mesmo ao jornal. Em abril de 2009, seis meses antes da sequência de violações de sigilo fiscal de integrantes do PSDB, Eduardo Jorge teve os dados fiscais acessados 10 vezes, em um único dia, em Minas Gerais:

SISTEMA	ENDERECO IP	AAAAMBDD	HHMMSS	TERMINAL	CPF/CNPJ	TRANSAÇÃO
CPF	010056071022	20090403	163218	KWTH7511	[REDACTED]	CONSULTA
CPF	010056071022	20090403	163221	KWTH7511	[REDACTED]	CONSULTA
CPF	010056071022	20090403	163222	KWTH7511	[REDACTED]	CONSULTA
CPF	010056071022	20090403	163226	KWTH7511	[REDACTED]	CONSULTA
CPF	010056071022	20090403	163239	KWTH7511	[REDACTED]	CONSULTA
CPF	010056071022	20090403	163246	KWTH7511	[REDACTED]	CONSULTA
CPF	010056071022	20090403	163247	KWTH7511	[REDACTED]	CONSULTA
CPF	010056071022	20090403	163248	KWTH7511	[REDACTED]	CONSULTA
CPF	010056071022	20090403	163249	KWTH7511	[REDACTED]	CONSULTA
CPF	010056071022	20090403	163259	KWTH7511	[REDACTED]	CONSULTA

ENDERECO IP
010056071022

LOCALIZACAO FISICA
ARF FORMIGA - MG

OBS:
A PESQUISA SE DEU NO PERÍODO DE 02/01/2009 ATE 19/06/2009 E SOMENTE FORAM ENCONTRADOS ACESSOS NAS DATAS LISTADAS. TODOS OS ACESSOS FORAM FEITOS POR CPF E SENHA POR MEIO DO SENHA REDE.

Figura 6: Cópia da série de acessos ao IR de Eduardo Jorge, em abril de 2009, em Minas Gerais, disponibilizada pela *Folha de São Paulo* (04/09/10)⁴⁰. O número de CPF do contribuinte foi suprimido por motivo de privacidade.

Em 2 de julho de 2010, um processo administrativo disciplinar da Receita foi aberto para investigar o crime denunciado. Dias depois, um relatório da

³⁸ O título faz referência ao modo como a imprensa hegemônica brasileira identificou o núcleo de campanha de Dilma Rousseff, conforme a reportagem “Bunker abriga ‘guerrilheiros virtuais’ de Dilma” (02/04/10), de *O Globo*. Atualmente, disponível em: < <http://oglobo.globo.com/politica/bunker-abriga-guerrilheiros-virtuais-de-dilma-3029974>>.

³⁹ A reportagem referida está disponibilizada no acervo do jornal, em: < <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2010/06/749793-pt-fez-dossie-com-dados-sigilosos-de-vice-presidente-do-psdb.shtml>>.

⁴⁰ *O Estado de São Paulo*, “Eduardo Jorge teve dados fiscais violados dez vezes em Formiga, interior de Minas” (04/09/10), de Rui Nogueira e Renato Andrade. Atualmente, disponível em: < <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,eduardo-jorge-teve-dados-fiscais-violados-dez-vezes-em-formiga-interior-de-minas,605346,0.htm>>.

Corregedoria da Receita concluiu que, entre abril e outubro de 2009, não apenas Eduardo Jorge, mas outros indivíduos tiveram dados sigilosos acessados, em Mauá e Santo André (SP) e em Formiga (MG). Junto à ação, em 5 de julho, foi instaurado o Inquérito Policial nº 839/2010, para investigar as acusações de violações de sigilo fiscal ocorridas na Receita Federal do Brasil (RFB), conforme nota do MPF à imprensa⁴¹.

Dentre os contribuintes que tiveram o sigilo acessado, pelo menos seis estavam envolvidos direta ou indiretamente com o PSDB e com José Serra: Luiz Carlos Mendonça de Barros, Ministro da Comunicação no governo FHC; Gregório Marín Preciado, ex-sócio de José Serra; Ricardo Sérgio de Oliveira, ex-diretor do Banco do Brasil e ex-tesoureiro das campanhas eleitorais de Serra e de FHC; Ronaldo de Souza, ex-sócio de Ricardo Sérgio; Eduardo Jorge, vice-presidente do PSDB; e a empresária Verônica Serra, filha de José Serra.

Os dados obtidos dos contribuintes, segundo a maioria dos jornais divulgou no primeiro semestre de 2010, constavam no relatório da “Operação Caribe”, uma investigação sobre operações suspeitas em paraísos fiscais de pessoas próximas a José Serra e a FHC, realizada entre 2001 e 2008 pelo jornalista Amaury Ribeiro. A acusação principal que relacionou os atores sociais Amaury Ribeiro, Dilma Rousseff e José Serra no episódio era a de que parte desse relatório estava presente em um dossiê, preparado pelo chamado “núcleo de inteligência” da pré-campanha de Dilma Rousseff, contra o candidato José Serra, segundo *Veja*⁴². O grupo de inteligência do PT seria, então, formado principalmente pelo ex-sargento da Aeronáutica Idalberto Mathias, conhecido como Dadá, o delegado aposentado da Polícia Federal Onésimo Souza, o empresário Luiz Lanzetta, proprietário da Lanza Comunicações, e o jornalista Amaury Ribeiro, conforme descreveu *O Globo*⁴³.

O grupo, segundo a denúncia de jornais ainda em maio de 2010, fora articulado para trabalhar com dezenas de pessoas no núcleo de comunicação da

⁴¹ *Consultor Jurídico*, “Computadores da Receita são periciados pela PF” (02/09/10). Atualmente, disponível no endereço: <<http://www.conjur.com.br/2010-set-02/justica-manda-periciar-computadores-suspeitos-quebra-sigilo>>.

⁴² “Ele era o alvo” (01/09/10), de Fernando Mello e Rodrigo Rangel, edição 2180.

⁴³ “PF liga quebra de sigilo de tucanos na Receita Federal à pré-campanha de Dilma” (20/10/10), de Jailton de Carvalho. Atualmente, disponível no endereço: <http://oglobo.globo.com/pais/eleicoes-2010/pf-liga-quebra-de-sigilo-de-tucanos-na-receita-federal-a-pre-campanha-de-dilma-4983210>.

campanha petista, que estava locado em uma casa no Lago Sul, no QI-05 (DF), alugada para tal fim por R\$ 18.000 pela Lanza Comunicação e *Pepper Interativa*, esta última com contratos com as empresas norte-americanas *Blue Stage* e *Message Revolution*, realizadoras da campanha de *marketing* de Barack Obama nas eleições presidenciais dos EUA. O grupo de comunicação foi identificado na imprensa como o *bunker* que abrigava os guerrilheiros virtuais de Dilma Rousseff, como denominou *O Globo*⁴⁴.

O núcleo de imprensa, na casa, parecia não funcionar apenas para planejamento de *marketing* da campanha, pois se arranjava um esquema de espionagem de adversários e correligionários do partido. As espionagens e contraespionagens ocorriam, apesar da advertência de Dilma Rousseff e outros companheiros partidários para “não fazer nada disso, senão haveria demissão”, segundo *Veja*⁴⁵, numa tentativa de evitar a reedição do escândalo dos *Aloprados*, conforme o ex-presidente Lula alcunhou, em referência aos petistas flagrados com malas de dinheiro para comprar um dossiê antiserrista, em um hotel de São Paulo, às vésperas das eleições de 2006.

A assessoria de imprensa de Dilma Rousseff organizava-se em torno de Fernando Pimentel, um dos coordenadores da campanha petista e ex-prefeito de Belo Horizonte, em Minas Gerais, que, mais tarde, foi nomeado Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior por Dilma Rousseff. O agrupamento em Brasília foi alvo de sucessivas denúncias na mídia, com foco especial sobre Pimentel. Houve, por exemplo, pedidos sucessivos de reabertura de ações judiciais contra o ex-prefeito pelo STJ, especialmente por parte da *IstoÉ*⁴⁶.

O núcleo foi desarticulado pouco tempo depois, mas o espetáculo já havia começado com toda a força, às vésperas das eleições. Em setembro de 2010, o escândalo, enfim, engatou a marcha, e um dos principais personagens a ocupar a atenção dos holofotes midiáticos foi o jornalista Amaury Ribeiro. Em 01 de setembro,

⁴⁴ “Bunker abriga ‘guerrilheiros virtuais’ de Dilma” (02/04/10). Atualmente, disponível no endereço: < <http://oglobo.globo.com/politica/bunker-abriga-guerrilheiros-virtuais-de-dilma-3029974>>.

⁴⁵ “Ordem na casa do Lago Sul” (02/006/10), de Policarpo Júnior e Daniel Pereira. Atualmente, disponível em: < <http://oglobo.globo.com/pais/noblat/posts/2010/05/29/ordem-na-casa-do-lago-sul-295666.asp>> e < <http://veja.abril.com.br/020610/ordem-casa-lago-sul-p-076.shtml>>.

⁴⁶ “Os novos processos de Pimentel” (19/03/10), de Hugo Marques, edição 2106. Atualmente, disponível em: < http://www.istoe.com.br/reportagens/58789_OS+NOVOS+PROCESSOS+DE+PIMENTEL>.

a coligação dirigida pelo PSDB entrou com uma ação no TSE contra o PT e os demais partidos aliados de Dilma Rousseff. Porém, o TSE negou o pedido. Conforme informou o *Consultor Jurídico*, em decisão monocrática, o corregedor-geral eleitoral Aldir Passarinho recusou tanto o pedido da coligação tucana, argumentando que não havia provas de envolvimento da candidata petista nas violações de sigilo em questão, quanto a reivindicação de direito de resposta solicitada pela coligação do PT⁴⁷.

Uma versão hegemônica entre as principais instâncias de mídia do país sustentou que Amaury Ribeiro havia encomendado a um despachante - mais tarde, identificado como Dirceu Garcia, segundo o Termo de Declaração que este prestou à PF, divulgado em *O Estado de São Paulo*⁴⁸ - que terceirizou a tarefa para Ademir Estevam Cabral, o serviço ilegal da violação na Receita, pelo valor inicial de R\$ 12.000, para bancar as despesas do trabalho. O objetivo era montar um dossiê contra José Serra, a partir de informações que o jornalista havia conseguido ilegalmente, trabalhando no *Estado de Minas* - com o acesso ao IR de alguns dirigentes do PSDB e familiares do então presidente Serra - e circuladas “em uma papelada de aproximadamente quarenta páginas intitulada Operação Caribe”, como *Veja* noticiou⁴⁹. A ligação de Amaury com o PT estaria justificada na coincidência, nos papéis resultantes de sua pesquisa sobre privatizações, das informações do fisco dos mesmos indivíduos que tiveram o sigilo na Receita violado.

Em uma Nota de Esclarecimento, publicada no *Conversa Afiada*⁵⁰, do jornalista Paulo Henrique Amorim, em 13 de setembro de 2010, Amaury negou o envolvimento com o núcleo de imprensa do PT e desmentiu a tese de que houve quebra de sigilo para a confecção de seu livro *Privataria tucana* (2011), embasado em um relatório obtido na Justiça de São Paulo sobre privatizações no país. Argumentou também que os nomes envolvidos em ambos os casos não se devia à quebra de sigilo fiscal em foco. Além do desacordo entre as datas, o dossiê

⁴⁷ *Consultor Jurídico*, “TSE nega direito de resposta à Dilma Rousseff” (11/09/10). Atualmente, disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2010-set-02/justica-manda-periciar-computadores-suspeitos-quebra-sigilo>>.

⁴⁸ “Termo de Declarações que presta Dirceu Rodrigues Garcia na forma da Lei” (06/10/10). Atualmente, disponibilizado em:

< http://www.estadao.com.br/especiais/2010/10/declara_dirceu.pdf>.

⁴⁹ “O Estado a serviço do partido” (08/09/09), de Daniel Pereira e Otávio Cabral, edição 2181.

⁵⁰ A Nota de Esclarecimento de Amaury Ribeiro está disponível em: <http://www.conversaafiada.com.br/brasil/2010/09/13/documento-amaury-repete-a-p-f-que-nao-violou-sigilo-dados-da-filha-de-serra-sao-publicos/>.

antiserrista, segundo o diretor da *Veja* Policarpo Júnior, que havia recebido informações da articulação de um grupo de aloprados, registrava partes do material que Amaury produzira para o seu livro. No entanto, de acordo com a declaração de Amaury à PF, publicada em *O Estado de São Paulo*⁵¹, as informações vazadas teriam sido roubadas do *notebook* do jornalista a mando de Rui Falcão, vice-presidente do PT, em um hotel em Brasília, onde tinha acesso irrestrito a informações dos clientes.

Na contramão da versão midiática predominante, Amaury afirmou ainda, no termo prestado à PF, que sua relação com a campanha pré-eleitoral petista restringiu-se somente à indicação, a pedido de Lanzetta, em abril de 2010, quando já não trabalhava mais no *Estado de Minas*, de uma pessoa ou empresa especializada, para identificar os responsáveis pelos vazamentos sistemáticos de informações das reuniões de campanha de Dilma Rousseff. O indicado foi Idalberto Matias Araújo, ex-sargento da Aeronáutica, o Dadá. Sem empresa que pudesse emitir nota fiscal, uma exigência da Lanza, Dadá indicou, por sua vez, o ex-delegado da Polícia Federal Onézimo Graça, com estágio no FBI e especialista em contraespionagem. São precisamente esses, os nomes que foram identificados pela imprensa hegemônica como componentes do chamado “núcleo de inteligência” de Dilma Rousseff, o novo grupo aloprado que teria elaborado o dossiê contra a oposição serrista.

4.2.3. *Novos aloprados*: a revelação de poderes ocultos

Segundo Thompson (2002, p.154), há três tipos básicos de escândalos na esfera política: i) escândalos sexuais, aqueles que envolvem transgressões de códigos sexuais; ii) escândalos financeiros, que dizem respeito ao mau emprego de recursos econômicos; e iii) escândalos de poder, aqueles que abrangem abuso de poder político. Embora haja semelhanças entre os tipos na prática, o autor distingue-os teoricamente como possuindo, cada um, características definidoras centrais.

⁵¹ “Termo de Reinquirição que presta Amaury Ribeiro Júnior à PF” (15/10/10). Atualmente, disponível em: < http://www.estadao.com.br/especiais/2010/10/documento_amaury.pdf>.

<i>Tipos de escândalo</i>	Escândalos sexuais	Escândalos financeiros	Escândalos de poder
<i>Características</i>			
Códigos transgredidos	sexuais	financeiros/políticos	políticos
Principais formas de poder	simbólico	econômico/político	político
Formas de poder implicadas	políticas	simbólicas	simbólicas
Probabilidade de infração legal	variável	moderada a alta	alta

Quadro 7: Tipologia de escândalos políticos, segundo Thompson (2002, p. 156)

De acordo com o quadro, os escândalos sexuais têm, como característica definidora, a revelação pública de atividades de atores políticos que envolvem ou podem envolver uma transgressão de normas, códigos ou valores que regem a conduta social e cultural de relações sexuais. Como implicam aspectos da vida privada de personalidades políticas que violam regras subjacentes a atividades sexuais, a probabilidade de infração legal nestes eventos não é nada precisa, pois a obrigatoriedade das normas transgredidas é mais importante que o caráter legal das ações divulgadas. Isto quer dizer os valores e princípios envolvidos de práticas sexuais variam entre os grupos e indivíduos, em diferentes contextos, de modo que a partilha entre os cidadãos de sensações de violação ou ofensa é bastante relativa.

Esse vínculo obscuro entre, de um lado, o grau de obrigatoriedade moral e, de outro, a real seriedade, em termos legais e sociais, de atividades íntimas e pessoais tornarem-se públicas, o autor entende por "paradoxo" (THOMPSON, 2002, p. 159). Ele explica que parte do vínculo justifica-se pelo fato de que o poder estigmatizante das atividades sexuais reconhecidas como ilícitas é apropriado por indivíduos ou grupos, geralmente orientados por interesses políticos, como modo de tornar as ações divulgadas maus comportamentos sexuais e, assim, de atingir a obrigatoriedade moral de diversos segmentos da sociedade. Por isso, pode-se dizer

que escândalos desse gênero são lutas concernentes ao poder simbólico e que implicam consequências políticas, principalmente.

Diferentemente dos escândalos sexuais, os escândalos financeiros baseiam-se em alegações acerca do mau emprego de dinheiro público e de outras irregularidades financeiras, oportunizando questões de cunho legal e instaurações de processos criminais. Caracterizam-se, assim, pela divulgação de ligações secretas entre o poder político e o econômico, que envolvem, em geral, infrações de leis e códigos que subjazem à aquisição, à alocação e ao uso de recursos econômicos, bem como às transações financeiras realizadas por representantes, funcionários ou servidores públicos (THOMPSON, 2002, 213). Esses escândalos abrangem, por exemplo, formas de suborno e apropriação ilegal de fundos públicos, fraude ou abuso de informação em prol de interesses particulares. Como esses eventos implicam sobreposições de fatores econômicos, legais, institucionais e sociais, sua história reflete fortemente as características das culturas políticas em que se desdobram.

A maioria dos pesquisadores que investigam escândalos compreende o escândalo de poder como o mais genuíno escândalo político. Alguns desses cientistas chegam, às vezes, a reconhecer apenas esse tipo como a única forma de escândalo político propriamente dita, como o fazem Markovits e Silverstein (1988) e A. King (1986). Para Thompson (2002, p. 239), os escândalos de poder são tratados como a manifestação mais pura de escândalo político, porque as regras e as convenções transgredidas nesse gênero de escândalo são aquelas mesmas que governam a forma institucional e autêntica de poder, o poder político, constitutivo da esfera política e incorporado às estruturas constitucionais dos estados.

Escândalos de poder são aqueles que envolvem o mau uso, o abuso e as formas ocultas do poder político como tal (THOMPSON, 2002, p. 242). Eles podem abranger ações características dos outros dois tipos de escândalos, como desvios e empregos ilícitos de verbas públicas ou práticas sexuais moralmente identificadas como maus comportamentos, mas tais atividades não são centrais na promoção destes eventos. Os *Novos alopados* são, nesses termos, um escândalo complexo que envolve os gêneros financeiros e de poder, cuja emergência, na esfera pública, revelou articulações ocultas para além da transgressão original.

Assim como houve uma disputa interna no PSDB, para o lançamento da pré-candidatura à presidência, entre José Serra (do PSDB de São Paulo) e Aécio Neves (do PSDB de Minas Gerais), o PT também enfrentava um conflito em seu interior, quanto à seleção da empresa que ficaria responsável pela área de comunicação da pré-campanha de Dilma Rousseff: a Marka, empresa que tinha como um dos proprietários Valdemir Garreta - que, desde 2008, é investigado pelo Ministério Público paulista por fraudes na terceirização da merenda escolar, durante três gestões seguidas no governo paulista, conforme a *Época* esclareceu⁵² - exigiu participação no trabalho que já estava sendo realizado pela Lanza, conforme informações do *Congresso em Foco*⁵³.

Para derrubar a Lanza nos negócios, levando a Marka a assumir um lugar na área de comunicação da pré-campanha petista, em São Paulo, os arapongas chamados para identificar traidores teriam traído o grupo que os invocou. Algumas semanas depois de reuniões para a contratação de Onézimo e a parceria de Dadá – que não chegaram a ser assinadas, sequer -, em abril, eles teriam informado à *Veja*, em contato com o diretor Policarpo Júnior, que Amaury e Lanzetta estariam criando a equipe aloprada para preparar um dossiê contra José Serra. No dia 05 de maio de 2010, o colunista da *Veja* Diogo Mainardi publicou, então, “O Lanzetta da Laranja”, abrindo a série de acusações contra Lanzetta, Pimentel e a campanha de Dilma Rousseff, que preparariam, semanas depois, o cenário para a emergência do escândalo dos *Novos aloprados*.

Ao estampar publicamente dados do dossiê, com as informações sobre o fisco das seis pessoas ligadas ao PSDB e a José Serra, para repercutir um escândalo em que a oposição petista ocuparia o lugar de responsável pelo crime, a campanha eleitoral de José Serra não imaginou ou subestimou os desdobramentos possíveis que os dados vazados poderiam implicar (e implicaram). O que estava sendo exposto em jornais e revistas de todo o país era uma organização altamente sofisticada que vinha desapropriando, há décadas, o bem público no Brasil, em um dos maiores esforços de privatização da história nacional.

⁵² “A gula no cartel da merenda” (24/02/12), de Leandro Loyola. Atualmente, disponível em:

< <http://revistaepoca.globo.com/tempo/noticia/2012/02/gula-do-cartel-da-merenda.html>>.

⁵³ “Entenda toda a história da quebra de sigilo de tucanos” (23/10/13). Atualmente, disponível em:

<<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/manchetes-anteriores/entenda-toda-a-historia-da-quebra-de-sigilo-dos-tucanos/>>.

A onda de privatizações acentuou-se nos anos de 1990, que compreendeu os governos de Fernando Collor, Itamar Franco e FHC. Somente no final de 1998, já se encontravam leiloadas, além de várias ferrovias, como a Rede Ferroviária-Centro-Leste e a Rede Ferroviária Sul, as grandes empresas públicas Vale do Rio Doce, Embraer, Usinas Siderúrgicas MG (Usiminas), Copesul, Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Light e Acesita, afora as insistências em privatizar o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, conforme lembra o jornalista econômico Aloysio Biondi, autor de *O Brasil privatizado* (2003). O escândalo político dos *Novos alopados* trouxe à tona alguns nomes que fizeram parte dessa história.

4.2.3.1. A coincidência que não está no nome, mas no sobrenome

Verônica Serra, a mulher “casada, mãe de três filhos, que nunca se envolveu em política e colocou sempre à disposição do estado brasileiro informações sobre seus bens”, despesas médicas com a família e anuidade das escolas dos filhos, entre outros dados sigilosos, conforme *Veja*⁵⁴ a descreveu, é uma empresária, esposa e sócia de Alexandre Bourgois e uma das proprietárias da Decidir.com, criada em 2001, na *Brickell Avenue*, em Miami, segundo informou *Carta Capital*⁵⁵:

⁵⁴ “O Estado a serviço do partido” (08/09/10), de Daniel Pereira e Otávio Cabral, edição 2181.

⁵⁵ “As quebras de sigilo fiscal: qual é o escândalo?” (02/09/10), de Celso Marcondes. Atualmente, disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/as-quebras-de-sigilo-fiscal-qual-e-o-escandalo>>.

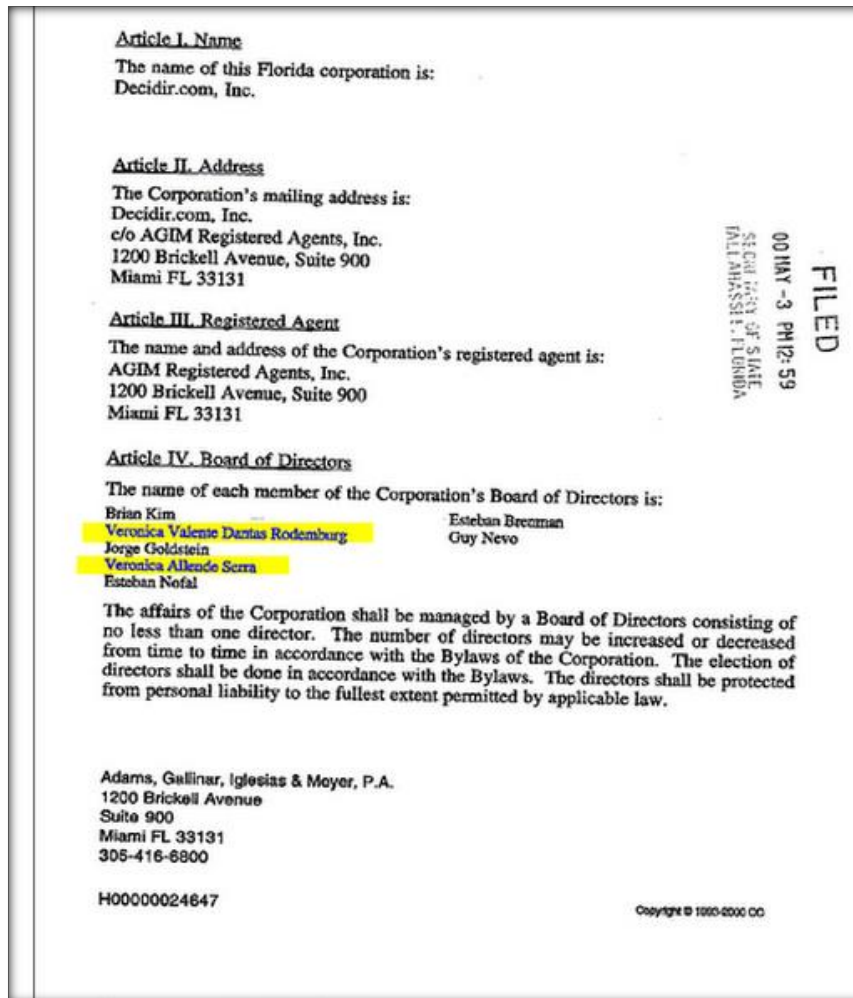


Figura 7: Folha de artigos da corporação Decidir.com, com destaque para o corpo de diretores da empresa⁵⁶

A sociedade contava com a participação de mais sete integrantes diretores, dentre eles Verônica Dantas, irmã e sócia do banqueiro Daniel Dantas, dono do banco *Opportunity*. Segundo o relatório da PF, divulgado pela *CartaCapital*⁵⁷, com respeito à Operação Satiagraha, em 2008, Dantas levava dinheiro não declarado a paraísos fiscais das Ilhas Cayman por meio do *Opportunity Fund*. Como resultado da investigação da PF, Verônica Dantas e Daniel Dantas foram indiciados pelos seguintes crimes: lavagem de dinheiro, evasão de divisas,

⁵⁶ Ibidem.

⁵⁷ A falsa comunicação de crime feita por Gilmar Mendes encerra 2010" (27/12/10), de Wálter Maiorovitch. Atualmente, disponível em: < <http://www.cartacapital.com.br/politica/a-falsa-comunicacao-de-crime-feita-por-gilmar-mendes-encerra-2010>>.

sonegação fiscal, formação de quadrilha, gestão fraudulenta de instituição financeira e empréstimo vedado, segundo *O Globo* divulgou⁵⁸.

Em janeiro de 2001, os dados de quase 60 milhões de correntistas brasileiros ficaram expostos publicamente na internet, no site da Decidir.com, “no que é provavelmente uma das maiores quebras de sigilo bancário da história do País”, de acordo com reportagem de *Carta Capital*⁵⁹. A denúncia de que 18 deputados federais foram flagrados emitindo 153 cheques sem fundo, realizada pela *Folha de São Paulo*⁶⁰, foi baseada em informações obtidas no site da Decidir.com, que divulgava na internet “dados comerciais e bancários sobre consumidores e correntistas de todo o país, o que é irregular, segundo as regras do Banco Central”. Criada a oportunidade, o jornal paulista tomou conhecimento, então, dos dados bancários de 692 autoridades brasileiras. O episódio foi reduzido a um flagrante de deputados com cheques sem fundos, considerando o crime de violação de sigilo fiscal como apenas uma irregularidade:

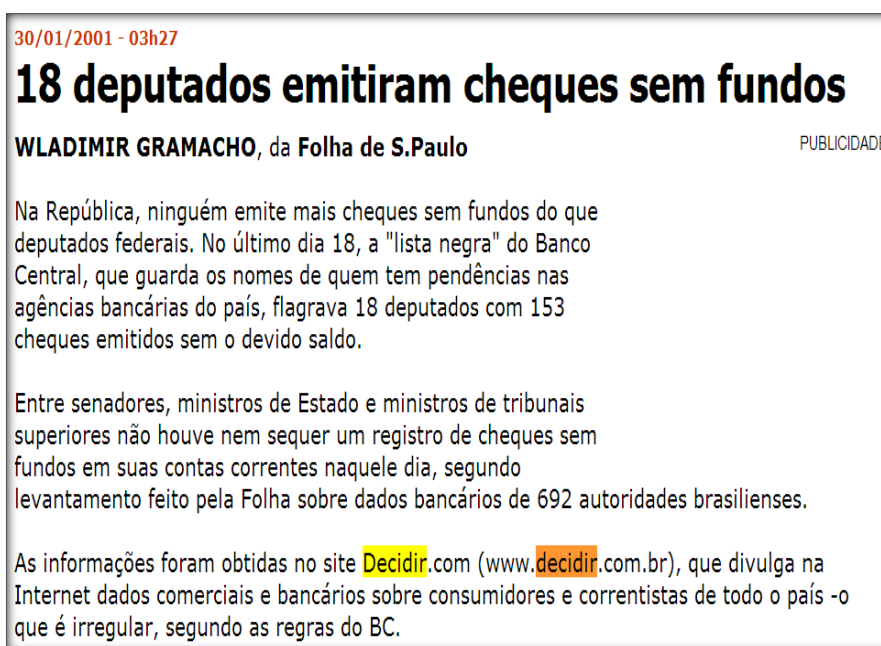


Figura 8: Cobertura da violação de dados bancários realizada pela empresa Decidir.com

⁵⁸ *G1/Globo*, “Após depoimento, Daniel Dantas é indiciado por crimes financeiro” (24/04/09). Atualmente, disponível em: < http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL1099391-5601_00-APOS+DEPOIMENTO+DANIEL+DANTAS+E+INDICIADO+POR+CRIMES+FINANCEIROS.html>.

⁵⁹ “Sinais trocados” (13/09/10), de Leandro Fortes. Atualmente, disponível em: < <http://www.cartacapital.com.br/politica/sinais-trocados>>.

⁶⁰ Folha de São Paulo, “18 deputados emitiram cheques sem fundos” (30/01/01), de Wladimir Gramacho. Atualmente, disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u14604.shtml>>.

4.2.3.2. As movimentações milionárias nos paraísos fiscais

Denunciado em fevereiro de 2003 pela *Folha de São Paulo*⁶¹, o caso do Banco do Estado do Paraná (Banestado), privatizado em 2000, revelou uma forte organização de lavagem de dinheiro oriundo dos principais casos de corrupção ocorridos no Brasil ao longo dos anos 90, como o esquema PC Farias e o superfaturamento de obras viárias da Prefeitura de São Paulo, durante o governo de Paulo Maluf (1993-1996). Os negócios irregulares do Banestado eram operacionalizados por um consórcio de doleiros na agência do banco em Nova York. Segundo indica o relatório da CPMI do Banestado, entregue à 23ª Vara Cível da Justiça de São Paulo em 2004 e divulgado na imprensa⁶², Gregório Preciado, ex-sócio de José Serra, era cliente do escritório da Beacon Hill, onde realizava pagamentos ao ex-tesoureiro de Serra e de FHC, Ricardo Sérgio de Oliveira.

A Beacon Hill funcionava como um centro especializado na abertura de *offshores* em paraísos fiscais, para lavagem de dinheiro, embora oficializada como administradora de contas de investimentos. Preciado depositou, entre 1998 e 2002, US\$ 2,5 milhões, por meio da Beacon Hill, na conta da empresa Franton Interprise, do ex-diretor do Banco do Brasil, Ricardo Sérgio de Oliveira. Do mesmo modo, acontecia com a *offshore* Kundo, através de depósitos no MTB Bank. A Franton também recebeu US\$ 410 mil da Infinity Trading, do empresário Carlos Jereissat – integrante do grupo La Fonte e do consórcio Telemar, que arrematou a Tele Norte Leste para privatização em 1998 – e depósitos da *offshore* Consultatum Corp, de Ricardo Sérgio e seu sócio Ronaldo de Souza, situada nas Ilhas Virgens Britânicas. Atentemos para as datas e os valores das movimentações:

⁶¹ “Banestado em NY lava dinheiro de corrupção” (05/02/03). Atualmente, disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/foha/brasil/ult96u45660.shtml>>.

⁶² Portal Terra, “Relatório final da CPMI do Banestado” (11/11/04). Atualmente, disponível em: < <http://www.terra.com.br/noticias/eleicoes2010/CPMI-Banestado.pdf>>.

Lançamentos constantes na base de dados da Beacon Hill referentes a Preciado			
Data	Origem	Destino	Valor US\$
25/09/2001	Gregório Preciado	Rigler	404.000,00
03/10/2001	Gregório Preciado	Franton Interprises	17.000,00
03/10/2001	Gregório Preciado	Franton Interprises	57.000,00
06/06/2002	Gregório Preciado	Franton Interprises	250.000,00
12/06/2002	Gregório Preciado	Rigler	350.000,00
01/07/2002	Gregório Preciado	Franton Interprises	150.000,00
29/07/2002	Gregório Preciado	Franton Interprises	125.000,00
03/09/2002	Gregório Preciado	Franton Interprises	230.000,00
15/10/2002	Gregório Preciado	Franton Interprises	375.000,00
		Total	1.958.000,00

Lançamentos constantes na base de dados do MTB Bank referentes a Preciado			
Data	Origem	Destino	Valor US\$
31/03/1998	Gregório Preciado	Kundo	102.000,00
12/11/1998	Gregório Preciado	Kundo	100.000,00
02/01/2001	Gregório Preciado	Kundo	21.980,00
25/04/2001	Gregório Preciado	Kundo	78.000,00
22/05/2001	Gregório Preciado	Kundo	45.975,00
		Total	347.955,00

Figura 9: Cópia extraída da lista de lançamentos constantes nas bases de dados da Beacon Hill e do MT Bank referentes a Gregório Preciado, da CPMI do Banestado (2004)

Os lançamentos discriminados referem-se a três anos: 1998, 2001 e 2002. Devemos notar, pois, que os depósitos de Preciado em favor da Franton variam de US\$ 17 mil, em 3 de outubro de 2001, a US\$ 375 mil, em 10 de outubro de 2002, de modo que os valores mais altos com que o então sócio de José Serra lidou coincidem com períodos eleitorais: as eleições presidenciais de 1998, quando FHC (PSDB) foi reeleito, ano em que Serra assumiu o Ministério da Saúde; o período pré-eleitoral de 2001, quando Serra lançou sua pré-candidatura à Presidência para o ano seguinte, com a coligação “Grande Aliança” (PSDB-PMDB); e as eleições presidenciais de 2002. A maior frequência de movimentações e os maiores valores de lançamento foram realizados quando Serra concorreu a Presidência com Lula, em 2002. Em 17 de setembro do mesmo ano, foi autuada uma ação cautelar de improbidade administrativa pelo MPF, no processo de número 2002.34.00.029731-6, contra José Serra e Preciado⁶³, entre outros 18 envolvidos.

O Citco Building, cujo representante nos EUA, David Eric Spencer, trabalhou com Ricardo Sérgio no Citibank, ajudou nas movimentações do

⁶³ Tribunal Regional Federal da Primeira Região/Justiça Federal, Processo 2002.34.00.029731-6. Disponível em: http://processual.trf1.jus.br/consultaProcessual/processo.php?trf1_captcha_id=d308ac248dc3b3ef5b94dcacda2d7a18&trf1_captcha=zdtg&enviar=Pesquisar&proc=200234000297316&secao=DF.

Banestado, como indicou a *IstoÉ*⁶⁴. O banco abria as contas de *offshores* em seu nome, com a função de repatriar o dinheiro das privatizações no Brasil. O Citco, “um grupo internacional de prestação de serviços financeiros”, conforme a organização se identifica em sua página na internet⁶⁵, é a empresa para onde migraram Verônica Serra e seu sócio e marido Alexandre Bourgeois, em seus empreendimentos, segundo Amaury (2011, p. 58) informou. De acordo com o relatório da CPI da Nike, publicado pelo Ministério dos Esportes⁶⁶, de 2001, para investigar um dos maiores escândalos da área de esportes, o presidente da CBF Ricardo Teixeira utilizou-se de uma empresa chamada Ameritch Holding, para a compra de uma casa em Búzios, que foi vendida para a empresa Minas Investimentos S/A, de propriedade de Teixeira. A Ameritch Holding era uma *offshore* da Citco.

4.2.3.3. Chamadas a cobrar

Entre as principais privatizações federais e estaduais, nos anos 1990, que contaram com apoio massivo da imprensa brasileira, como a revista *Veja*⁶⁷, é preciso lembrar que as teles ocuparam atenção especial. Em um recorte ilustrativo de 22 empresas privatizadas, elencadas por Aloysio Biondi (2003), 9 são de telecomunicações:

⁶⁴ “Os fundos do dinheiro sujo” (02/07/03), de Amaury Ribeiro Jr. e Sônia Filgueiras. Disponível em: <http://www.istoe.com.br/reportagens/12448_OS+FUNDOS+DO+DINHEIRO+SUJO+?pathImagens=&path=&actualArea=internalPage>.

⁶⁵ Site do Citco: <<http://www.citco.com/careers>>.

⁶⁶ Site oficial do Governo Federal, CPI destinada a apurar a regularidade do contrato celebrado entre a CBF e a NIKE (junho de 2001) Atualmente, disponível em:

<<http://www.esporte.gov.br/arquivos/cedime/cpiFutebol/camara/relatorioNike.pdf>>.

⁶⁷ “O desafio do telefone foi superado” (21/02/01), de Ricardo Mendonça. Atualmente, disponível em: <http://veja.abril.com.br/210201/p_116.html>.

O preço de um patrimônio

Principais privatizações federais e estaduais
(Preços pela cotação do dólar no dia da venda*)

Telesp	4,96 bilhões
Vale do Rio Doce	3,13 bilhões
Telesp Celular	3,07 bilhões
CPEL (energia, São Paulo)	3,01 bilhões
Tele Norte Leste	2,94 bilhões
Ligação Rio de Janeiro, distribuidora)	2,35 bilhões
Embratel	2,27 bilhões
Usiminas	1,94 bilhão
Eletropaulo Metrop. (energia, São Paulo)	1,77 bilhão
Tele Centro Sul	1,77 bilhão
Coelba (energia, Bahia)	1,60 bilhão
CEEE (energia, Rio Grande do Sul)	1,48 bilhão
Companhia Siderúrgica Nacional	1,49 bilhão
CEEE-Centro-Oeste (energia)	1,37 bilhão
Tele Sudeste Celular	1,36 bilhão
Cemig (energia, Minas Gerais)	1,05 bilhão
Copesul (petroquímica)	861 milhões
Rede Ferroviária Federal-Sudeste	** 870 milhões
Telemig Celular	750 milhões
Cachoeira Dourada (energia, Goiás)	710 milhões
Tele Celular Sul	700 milhões
CRT (tele, Rio Grande do Sul)	660 milhões

Quadro 8: Privatizações federais e estaduais no Brasil (BIONDI, 2003, p. 63)

Em julho de 1997, o Congresso Nacional aprovou a Lei Geral das Telecomunicações (Lei nº 9.472)⁶⁸, que regulamentou a base do setor e estabeleceu as diretrizes para a privatização do Sistema Telebrás. A corrida pela compra das teles acabou dividindo a base governista de FHC, composta especialmente pelos partidos PFL (atual DEM), PSDB e PMDB, entre dois grupos, segundo a *Folha de São Paulo*⁶⁹ informou.

De um lado, o grupo formado por Mendonça de Barros, ex-Ministro das Comunicações, e André Resende, então presidente do BNDES. O grupo operava em benefício do consórcio integrado pelo banco Opportunity e a Telecom Itália, conforme a *Folha de São Paulo*⁷⁰ indicou, e contava com apoio no governo federal. Vale lembrar que, em fevereiro de 1998, foi assinado o contrato entre o BNDES e o Ministério das Comunicações que atribuía ao Banco a coordenação da modelagem

⁶⁸ A Lei nº 9.472 está disponível, integralmente, no site do Planalto do Governo Federal:

< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9472.htm>.

⁶⁹ “Grampo do BNDES divide base governista” (16/11/98), de Marta Solomon e Raquel Ulchôa. Atualmente, disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc16119805.htm>>.

⁷⁰ “FHC tomou partido de consórcio no leilão das teles, revelam fitas” (26/08/99). Atualmente, disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/fof/pol/ult26081999208.htm>>.

de venda e do leilão do Sistema Telebrás, conforme o próprio BNDES⁷¹ informou. Segundo a Lei Geral, o processo decisório da privatização do setor devia ficar sob a responsabilidade de uma Comissão Especial de Supervisão, vinculada hierarquicamente ao Ministério das Comunicações. De outro lado, encontrava-se o grupo do empresário Carlos Jereissati, que operava junto a Telemar.

Ambos os grupos buscavam a adesão da Previ para os leilões das teles. O aporte do fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil ou fundo de previdência (Previ), onde Ricardo Sérgio atuava diretamente, junto com o Bradesco, no consórcio de Steinbruch, foi decisivo para que o grupo Vicunha, do mesmo Steinbruch, arrematasse a Vale do Rio Doce, conforme *Veja*⁷² noticiou. Dessa vez, a Previ ajudaria a conquistar a Telebrás. Companhia fundada em 1972, a Telebrás foi dividida em 12 empresas, leiloadas em julho de 1998, na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro (BVRJ), numa disposição de três grandes grupos.

Um dos maiores patrimônios brasileiros, na área de telecomunicações, que, desde 1970 desenvolvia um centro tecnológico de referência internacional, o CqPD, cuja tecnologia de ponta era produzida e exportada por fabricantes nacionais, foi vendido, não sem resistência popular e sindical, por R\$ 22 bilhões. Venda a prazo: 30% ao ano, conforme mostrou Biondi (2011, p. 66). Uma chamada a cobrar⁷³.

A Telesp foi comprada pela empresa espanhola Telefónica, que venceu a concorrência formada pela Telecom Itália, Globo e Bradesco. A Tele Centro Sul, a seguir renomeada de Brasil Telecom, foi adquirida pelo consórcio liderado pelo banco Opportunity, com a Telecom Itália e os fundos de pensão. A Tele Norte Leste foi arrematada pelo AG Telecom, a Telemar, que acabou contando também com o Opportunity, pois Ricardo Sérgio de Oliveira “teria exigido de Jereissati R\$ 90 milhões para colaborar na formação do consórcio que venceu o leilão, atuando para

⁷¹ BNDES, Telecomunicações 1991-2002. Atualmente, disponível em: < http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/BNDES_Transparente/Privatizacao/telecomunicacoes.html>.

⁷² “A história de um pedido de comissão na privatização da Vale e as queixas de Benjamin Steinbruch sobre o comportamento de Ricardo Sérgio, o homem que falava grosso na Previ” (08/05/02), de Eduardo Oinegue. Atualmente, disponível em: < http://veja.abril.com.br/080502/p_080.html>.

⁷³ Documentário “Chamada a cobrar: 10 anos de privatização do CqPD/Telebrás” (2008), produzido pelo sindicato SINTPq e dirigido por Cristina Beskow. O vídeo-documentário narra o processo de privatização da Telebrás, as resistências e as consequências para a população brasileira, “que vem pagando, há anos, essa chamada a cobrar”.

que a Previ fizesse parte do mesmo consórcio”, como a *Folha de São Paulo* informou⁷⁴.

4.2.3.4. O grande negócio⁷⁵

O primeiro personagem a surgir no escândalo da quebra de sigilos fiscais na Receita foi o ex-secretário geral da Presidência da República e vice-presidente executivo do PSDB Eduardo Jorge Caldas Pereira. Numa reportagem publicada em agosto de 2000 pelo *Correio Braziliense*⁷⁶, Eduardo Jorge foi envolvido na intervenção, comandada pelo Banco do Brasil, na construtora Encol. A estratégia para sanear a Encol, pela ajuda do governo, a chamada “turma de Jorge”, contava, entre outros, com Jorge Washington de Queiroz, interventor contratado pelo Banco do Brasil, e Jair Bilachi - que se tornaria presidente da Previ-, gerente da agência onde a construtora movimentava sua conta corrente, em Brasília, e superintendente do banco no Distrito Federal, que concedeu empréstimos de R\$ 100 milhões à construtora.

A assessoria servida à Encol, que já caminhava para o seu fim, foi de 1995 a 1997, quando a empresa entra em falência com “1 bilhão de reais em dívidas com a Previdência, a Receita Federal e a rede bancária, além de uma fila de 42.000 famílias que confiaram na empresa e ficaram sem os imóveis que haviam comprado”, como *Veja*⁷⁷ noticiou. Apesar disso, alegando esperança em reerguer a empresa, o grupo ainda discutia nos bancos credores injeções urgentes de milhões de reais. Os dados do Imposto de Renda de Eduardo Jorge e as informações sobre três depósitos bancários em sua conta, no valor de R\$ 3,9 milhões, foram confirmados pelo contribuinte em entrevista à *Folha de São Paulo*, quando surgiu a primeira denúncia de violação de sigilo fiscal, dando origem ao escândalo dos *Novos alopados*.

⁷⁴ “PF vai investigar venda da Telemar” (29/08/01), de Chico Santos. Atualmente, disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2908200106.htm>>.

⁷⁵ “O grande negócio de Jorge” (03/08/01). *Op cit.*

⁷⁶ “Duas manchetes” (06/08/02), Renata lo Prete. Atualmente, disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/folha/ombudsman/omb_20000806_1.htm>.

⁷⁷ “Todos os homens de Eduardo Jorge” (02/08/00), de Eduardo Oinegue. Atualmente, disponível em: http://veja.abril.com.br/020800/p_048.html.

Ao longo da análise da conjuntura em que se situa o escândalo dos *Novos alopados*, observamos que o evento é construído, no espaço público da sociedade brasileira, a partir de um conjunto, em geral obscuro e emaranhado, de enunciações das instâncias midiáticas que o noticiam. Dessa forma, a análise discursiva do escândalo político que realizamos está considerando a imprensa jornalística como a prática social particular dentro da qual os textos que tecem o acontecimento são arranjados. Na próxima seção, discuto como o discurso da imprensa relaciona-se com diversos elementos da realidade social que são articulados na prática do jornalismo, na tessitura do escândalo político em foco.

4.3. A prática social particular da imprensa jornalística no desenvolvimento dos *Novos alopados*

Essa etapa da análise dedica-se à investigação da prática social particular no interior da qual o discurso midiático em foco é um momento. O objetivo é examinar “a dialética entre discurso e outros momentos da prática” (CHOULIARAKI, FAIRCLOUGH, 1999, p. 61). Conforme vimos anteriormente, há quatro momentos principais de uma prática social: i) a atividade material, que é a atividade especificamente não-semiótica, em que a semiose também assume aspecto material; ii) as relações sociais e os processos, que incluem tipos de interações, assimetrias de poder e instituições; iii) o fenômeno mental, em que se encontram crenças, valores e desejos; e iv) o discurso, como o elemento semiótico da prática. Assim, essa etapa da análise preocupa-se com os modos de internalização (HARVEY, 1996) e a relação dialética entre o momento do discurso em foco e cada um dos demais momentos da prática social da imprensa jornalística no desenvolvimento dos *Novos alopados*.

4.3.1. Edição, *design* jornalístico e investigação: a produção de formas simbólicas no escândalo político

Com base na configuração de práticas que examinei acima, compreendo que as atividades materiais da prática particular da imprensa jornalística, na construção simbólica do escândalo político, envolvem a produção e a publicação

impressa e/ou eletrônica de notícias e, em casos frequentes, as ações de investigação para o levantamento das informações que devem ser noticiadas.

O processo de produção e publicação de notícias, desde a seleção de informações ao planejamento de páginas e à composição e disposição visual das mensagens, configura-se através de técnicas de edição jornalística e de *design* jornalístico, que trata das “características de gêneros, organização temática e valor-notícia” (FREIRE, 2009, p. 292). O modo de produzir e publicar informações, em jornais e revistas, implica, então, usos específicos de tecnologias de mídia. Enfrentando a concorrência da televisão, jornais e revistas aderiram às mudanças tecnológicas no desenvolvimento reflexivo das sociedades, tornando-se “diários pós-televisivos” (ANDIÓN, 1993), de modo que o próprio conceito do fazer jornalístico tem prescindido, cada vez mais, das tecno-lógicas.

As técnicas de mídia são o modo mesmo de produzir, administrar e comunicar informações que caracteriza a prática particular do jornalismo. Em tempos onde a vida cotidiana depende das tecnologias midiáticas, pelas quais construímos e reconstruímos modos de representar, ser e agir, baseados em informações que recebemos e reapropriamos de veículos impressos, eletrônicos, online, digitais e televisivos, entre outros, a mediação técnica torna-se mais física (McLUHAN, 1964). Ao invadir a vida diária e influenciá-la de maneira imensurável, as tecnologias midiáticas atuam como tecnologias de encantamento para controlar ideias e ações.

No processo tecnológico de produção e publicação, o discurso, dialeticamente, internaliza-se nessa atividade material e a internaliza de formas particulares. No escândalo político dos *Novos alopados*, ele (se) inscreve (n)as atividades técnicas de mediação/midiação de dois modos especiais. Primeiro, o discurso consiste nos conteúdos e nos modos de enunciação através dos quais as instâncias de mídia produzem sentidos, ao (in)formarem os sujeitos. Segundo, o discurso incorpora as atividades, quando as enunciações midiáticas autoprojetam identidades de atores e eventos e o seu próprio *ethos*, quando as significações são construídas “por intermédio de uma maneira de dizer que remete a uma maneira de ser” (MAINGUENEAU 2001, p.99).

Nos *Novos alopados*, as revistas *Veja* e *Carta Capital*, por exemplo, publicaram reportagens acerca do escândalo, com base no material de textos que dispunham para edição, como entrevistas, acusações, dossiês, arquivos e documentos variados, selecionando o que deveria ser comunicado. Em 1 de setembro de 2010, *Veja* publicou a reportagem-denúncia “Ele era o alvo”, com os nomes dos contribuintes ligados ao PSDB que tiveram o sigilo fiscal violado, com especial atenção para Verônica Serra, identificada como uma das principais vítimas do crime. No dia seguinte, a *Carta Capital* publicou “As quebras de sigilo fiscal: qual é o escândalo?”, com informações sobre as violações de sigilo fiscal realizadas pela empresa de Verônica Serra, a Decidir.com, encontradas a partir de acessos a documentos e reportagens arquivadas, que vieram à tona com o alarde em torno do dossiê antiserrista e da Operação Caribe. Em ambos os casos, devemos observar que os diferentes modos de significar atores sociais e ações tornam-se parte da esteticização das próprias instâncias enunciativas, que projetam suas identidades, na realidade social, em relação a disputas hegemônicas no mercado de comunicação, a sua inscrição sócio-histórica na sociedade e aos projetos político-ideológicos distintos que empreendem.

As atividades das edições jornalísticas das distintas instâncias midiáticas também mantêm, entre si, relações mutuamente constitutivas, através dos discursos que produzem e reproduzem. No processo de internalização dos discursos, os veículos de mídia podem incorporar textos uns dos outros, a partir de novas reapropriações. Na análise conjuntural, observamos que a mídia hegemônica, mas não homogênea, formada especialmente pela *Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo*, *Estado de Minas* e *Veja*, por razões estruturais de tecnologia, cultura e economia, tornam comuns as pautas que, até certo ponto e relativamente, direcionam os rumos da narrativa do evento na esfera pública. As mídias de contrapartida, como a *Carta Capital* e a *Carta Maior*, surgem, em geral, produzindo suas edições em resposta às reportagens da imprensa hegemônica. Por exemplo, em 8 de setembro de 2010, *Veja* publicou uma edição com destaque para o crime que vitimou Verônica Serra. Uma semana depois, na edição seguinte de *Carta Capital*, destaca-se o caso da empresa Decidir.com, de Verônica Serra, que, em 2001, expôs dados sigilosos de centenas de brasileiros. Conforme o exemplo evidencia, é preciso ressaltar que a inscrição dos discursos nas atividades materiais

da prática do jornalismo é limitada pela exclusão, omissão, recorte e outras formas de reapropriação de reportagens, nas seleções para edição e publicação de notícias.

4.3.2. Relações sociais e processos: o escândalo político entre a mídia, a política e a justiça

No processo de mediação, é preciso atentar para os espaços culturais mais amplos em que as tecnologias de mediação/mídia “operam e lhes dão tanto seu significado como seu poder” (SILVERSTONE, p. 51). A mediação tecnológica, que temos compreendido como mídiação (THOMPSON, 2009), isto é, a mediação da vida pelas formas simbólicas produzidas pela comunicação midiática e suas tecnologias, envolve distintas relações sociais e processos, que incluem sujeitos, grupos, instituições e domínios da sociedade, sem os quais as atividades tecnológicas de edição e publicação de notícias não teriam razão e fim.

As enunciações midiáticas que compõem o escândalo dos *Novos alopados* relacionam-se, dialeticamente, a distintos processos que estão na ocorrência do evento e a interações de tensão que conflitam atores sociais e instituições nele engajados, mais especificamente nas áreas da política, de que se originam as ações do escândalo, e da justiça, na investigação das ilicitudes que caracterizam a natureza transgressora do episódio.

O discurso é internalizado nas atividades de investigação e de práticas políticas, ao figurar como fonte de dados, denúncia e modo de inteligibilidade do episódio. Porém, ele também internaliza os processos do escândalo político, pois os arranjos textuais que o formam configuram-se a partir das ações por que o evento desdobra-se, implicando a atualização do jogo de significações no desenvolvimento do escândalo. Por exemplo, a instauração do Inquérito Policial nº 839/2010, para investigar as denúncias de violação de sigilo fiscal na Receita Federal, foi realizada no dia 5 de julho de 2010, com base nas apurações do processo administrativo disciplinar (PAD) nº 16302.0000128/2010-99 da Corregedoria da Receita, que só foi instaurado após a reportagem-denúncia da *Folha de São Paulo*, dias antes, em 12 de junho, sobre o acesso aos dados sigilosos de Eduardo Jorge.

Outro exemplo curioso dessa relação dialética de internalização entre discursos e processos é a transgressão de segunda ordem. Muitos documentos e reportagens referentes a casos escandalosos de anos anteriores reapareceram no escândalo em foco, que estava intimamente vinculado a ações ilícitas de episódios passados. Houve uma reapropriação por *Carta Capital* da averiguação das movimentações financeiras ilegais mediadas pelo banco Banestado, para identificar o teor da relação entre três integrantes do PSDB que tiveram dados sigilosos violados, como Gregório Preciado (ex-sócio de José Serra), Ricardo Sérgio de Oliveira (ex-tesoureiro de Serra e de FHC e ex-diretor do Banco do Brasil) e Ronaldo de Souza (ex-sócio de Ricardo Sérgio).

Nesse contexto, vê-se que há enunciações midiáticas que incorporam certos processos de investigação e transgressões de segunda ordem, a fim de construir significações específicas do evento e de seus participantes, realocando um ou outro em distintas posições na disputa travada. Ao mesmo tempo, determinados textos midiáticos são incorporados pelas atividades de investigação, como é o caso da apuração da CPMI do Banestado (2004), quando o relator declara que a comissão tomou saber sobre dados do caso, a partir de uma reportagem da *IstoÉ*:

Quando houve a divulgação, pela revista *Isto é*, de reportagem apresentando vazamento de dados referentes à movimentação relativa a **Ronaldo de Souza** e à **Consultatum** junto ao banco MTB, a Comissão tomou conhecimento da relação entre a **Franton Interprises** e **Ricardo Sérgio de Oliveira**.

A reportagem em apreço informa que “No caso do tucano **Ricardo Sérgio**, as operações [registradas no CD do MTB bank] trazem detalhes de duas empresas ligadas ao ex-diretor do BB, investigadas pelo Ministério Público: a **Consultatum** e a **Franton Interprise Inc.**, uma off-shore que movimenta consta milionárias nos EUA.”

Na internalização dialética do discurso com relações sociais, há uma tensão nas interações de instituições e figuras políticas que participam do evento, nos âmbitos da mídia, da política e da justiça, mais especialmente. Uma questão importante da internalização do discurso nos modos de interação social no desenvolvimento do escândalo é a projeção simbólico-discursiva das imagens de instituições e de atores políticos, em virtude dos objetivos da luta hegemônica:

O escândalo pode esvaziar o capital simbólico do qual o exercício do poder político depende. Ele pode minar os fundamentos do poder político precisamente porque pode destruir (ou ameaçar destruir) um recurso vital no qual os políticos devem até certo ponto se apoiar (THOMPSON, 2002, p. 137).

No âmbito da justiça, a tensão das interações conflitivas de instituições e atores sociais autorizados também permanece central na internalização do discurso pelas relações sociais no escândalo. Por exemplo, o crime da quebra de sigilo estava sendo investigado, simultaneamente, por diferentes entidades, em níveis variados da hierarquia da justiça. A Corregedoria da Receita deu entrada em um processo administrativo disciplinar em 2 de julho. O Ministério Público Federal instalou um inquérito policial em 5 de julho, conforme declara nota do MPF à imprensa⁷⁸. A Polícia Civil de São Paulo, órgão estadual subordinado à Secretaria de Segurança Pública do estado paulista, à época governado por Alberto Goldman (PSDB), que foi vice de José Serra, também abriu um inquérito, em 3 de setembro, na Delegacia Seccional de Santo André. Alegando “incompetência absoluta” da Justiça estadual, conforme sublinhando na imprensa⁷⁹, para analisar o caso da violação, a Justiça Federal, em 13 de setembro de 2010, cessou a investigação na instituição e solicitou o encaminhamento do inquérito aberto à Polícia Federal.

A tensão também estava entre instituições públicas e organizações e veículos de mídia. Depois de o corregedor-geral da Receita, Antonio Carlos Costa D`ávila, ter divulgado, em uma entrevista coletiva no Ministério da Fazenda, realizada em 27 de agosto de 2010, que havia indícios de um "balcão de compra e venda de informações fiscais", mas que não foi identificado nenhum vínculo político-partidário, a Receita foi acusada de corporativismo e abafamento do crime pelo *Estado de São Paulo*⁸⁰, que apontou (possíveis) contradições do relatório da Corregedoria, com base no acesso a uma ata de deliberação da Receita, datada do dia 20 de agosto.

⁷⁸ Consultor Jurídico, “Computadores da Receita são periciados pela PF”, 2 set. 2010. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2010-set-02/justica-manda-periciar-computadores-suspeitos-quebra-sigilo>>.

⁷⁹ Viomundo, “Juiz não deixa que Serra investigue Serra para ajudar Serra”, 15 set. 2010. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/opiniao-do-blog/juiz-nao-deixa-que-serra-investigue-serra-para-ajudar-serra.html>>.

⁸⁰ Estado de São Paulo, “Cúpula da Receita omitiu motivação política da violação de sigilo de tucanos”, de Leandro Colon, 3 set. 2010. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso.cupula-da-receita-omitiu-motivacao-politica-da-violacao-do-sigilo-de-tucanos,604628,0.htm>.

Observemos, pois, que o discurso é internalizado pelas relações de poder no escândalo político, à medida que os textos midiáticos que o informam são (re)apropriados como modo de intervenção no espaço político e no espaço da justiça, quanto a investigações e disputas por legitimidade e verdade no cenário público. Porém, o discurso também internaliza essas interações, porque ele as constrói, através dos modos diversos de tensão que estabelece nas relações de instituições e sujeitos, nos textos que identificam esses participantes. Assim, a mediação é uma força cultural e, de modo semelhante, uma força política (SILVERSTONE, 2002), principalmente porque o discurso é internalizado nos processos dos eventos sociais ao mesmo tempo em que os internaliza, significando e construindo a realidade sociopolítica.

4.3.3. Sistemas de valores e crenças na produção de sentidos do escândalo político

Podemos notar que as significações acerca de interações, processos e atores sociais envolvidos no escândalo político em foco são marcadas e motivadas por fenômenos mentais. A partir de determinados valores e crenças, as ações e os participantes do escândalo político são representados ideologicamente de maneiras particulares nas enunciações midiáticas. Citemos um exemplo. *Veja* descrevia José Serra como o principal alvo do crime na Receita, que teria sido realizado pelo jornalista Amaury Ribeiro, quando o *bunker* de Dilma Rousseff preparava um dossiê contra o opositor tucano. Enquanto isso, a *Carta Capital* identificava o político como o responsável pela fabricação de um dossiê contra Aécio Neves, na disputa pela pré-candidatura presidencial, época em que o citado jornalista, trabalhando no *Estado de Minas*, foi incumbido da tarefa de proteger o então governador do estado mineiro. Assim, os discursos midiáticos são internalizados por fenômenos mentais, ao serem apropriados como modo de materializá-los, legitimá-los e naturalizá-los na construção textual do evento, quanto ao que se pensa sobre seus processos e participantes. No entanto, os discursos também internalizam esses fenômenos, pois os próprios conjuntos de valores, crenças, avaliações e juízos são produzidos e reproduzidos nos discursos que tecem o evento.

Ao fim da análise da prática particular da imprensa jornalística, compreendemos que o momento do discurso midiático mantém uma relação

mutuamente constitutiva com todos os demais momentos da prática. O exame das internalizações evidencia que o discurso da imprensa está presente, dialeticamente, na construção mesma das atividades materiais, das relações e dos processos e dos fenômenos mentais engajados no desenvolvido do escândalo. As internalizações ocorrem para além do espaço de sobredeterminação do campo da mídia, enquanto espaço dos veículos de mídia, e do campo da política, enquanto âmbito de atuação dos representantes políticos profissionais. As internalizações estão, predominantemente, na interseção entre as áreas de comunicação midiática, de política e de justiça, compreendendo também outros domínios da realidade social, com a participação de setores da economia e de grupos da sociedade civil em geral.

Como devemos ter observado, o estudo da internalização é útil para o exame seguinte das articulações discursivas (LACLAU, MOUFFE, 1987), que evidencia os tipos de combinações e recombinações textuais de recursos da vida social que resultam dos “efeitos da internalização” (CHOULIARAKI, FAIRCLOUGH, 1999, p. 13). Assim, no próximo capítulo, passo à análise estrutural e interacional do escândalo dos *Novos alopados* no discurso midiático, à procura de descrever e discutir os modos pelos quais as articulações e rearticulações de recursos das ordens de discurso são mobilizadas na construção textual do evento.

5. A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DO EVENTO MIDIÁTICO NOVOS ALOPRADOS: METÁFORA, POLIDEZ LINGUÍSTICA E INTERTEXTUALIDADE

O sentido se constitui como o preenchimento do espaço sógnico por forças que se confrontam no interior da palavra.

Ruberval Ferreira (2007, p. 37)

No Capítulo 4, iniciei a segunda etapa analítica de exame da construção discursiva dos *Novos alopados* na vida social pública. Realizei a análise conjuntural do evento, abordando a configuração de práticas sociais no período de sua emergência, e a análise da prática social particular da imprensa jornalística. Seguindo o enquadre metodológico da ADC, o Capítulo 5 dedica-se à análise da constituição discursiva estrutural e interativa do evento. Em vista disso, o capítulo está disposto em quatro seções.

Na primeira seção, explico os procedimentos metodológico-analíticos de coleta e categorização do material empírico para investigação, com foco sobre a heterogeneidade de esferas de enunciação midiática e sobre a estrutura narrativa na construção do evento. O objetivo é esclarecer o percurso pelo qual examino a cartografia dos *Novos alopados*, no discurso da imprensa brasileira, quanto à articulação dos significados representacional, identificacional e acional.

Na segunda seção, examino a articulação do significado representacional na construção do escândalo político. Mais especificamente, analiso as estratégias discursivas de lexicalização metafórica de processos mobilizadas pela imprensa jornalística na representação de ações e atividades do evento.

Na terceira seção, examino a articulação do significado identificacional. Após ter discutido como o evento é representado em distintas instâncias de mídia, examino, nesse momento, como os atores sociais são identificados nas ações e atividades representadas. Particularmente, analiso as estratégias discursivas de identificação de atores sociais, a partir das estratégias de polidez linguística

mobilizadas na esteticização de suas imagens no *dramatis personae* do escândalo político.

Na quarta seção, depois de ter discutido a representação de ações e atividades, através das metáforas lexicais, e a identificação de atores sociais, por meio das estratégias de polidez linguística, examino o significado acional na construção do escândalo político. Mais detalhadamente, investigo as estratégias discursivas de intertextualidade utilizadas na cartografia do evento na produção, reprodução ou transformações de tensões sociais e políticas na realidade.

5.1. A cartografia dos *Novos alopados*

Ao fim da análise conjuntural da constituição midiático-discursiva dos *Novos alopados* e da análise da prática particular da imprensa jornalística no desenvolvimento do evento, podemos observar que a construção significativa do escândalo político em foco, na vida social pública, é clivada entre duas esferas de enunciação, que estou compreendendo como as seguintes instâncias de análise:

- I. *Discurso da imprensa hegemônica*, cujos veículos de mídia têm alta média de circulação nacional, estão incorporados aos maiores conglomerados empresariais de comunicação do país e detêm poder de pauta jornalística;
- II. *Discurso da imprensa não hegemônica*, cujos veículos de mídia têm baixa média de circulação nacional, possuem vínculos com médios e pequenos grupos empresariais de comunicação e assumem uma posição de contra-argumento às notícias pautadas pelos congêneres hegemônicos;

As duas esferas de enunciação, durante a construção dos *Novos alopados*, produziram narrativas distintas do evento, transformando construções discursivo-ideológicas sobre ações e sujeitos engajados no escândalo nas ações e nos sujeitos mesmos, no escândalo em um objeto epistemológico. As narrativas compõem, então, uma cartografia do evento, pela qual políticas de verdade se legitimam como “histórias construídas como objetos epistemológicos através da projeção do seu próprio surgimento, disseminação e recepção” (BRIGGS, 2007, p. 325). Considerando o interesse da pesquisa em investigar a construção textual dos

Novos alopados, em termos de mídia, antagonismo social e discurso, compreendo que a atividade de coligir o material empírico de análise deve se guiar para a descrição e a discussão da cartografia discursiva do evento, a fim de dedicar atenção à luta de sentidos que define o escândalo político, conforme estou argumentado.

Uma cartografia comunicativa diz respeito ao modo de criar discursivamente posições “que conferem diferentes graus de acesso, agência e poder, recrutando pessoas para ocupá-las e convidando-as a construir práticas de auto-formação de acordo com seus termos” (BRIGGS, 2007, p. 556). É o processo infeccioso e violento que o movimento ideológico do discurso implica, ao criar (modos de ver) realidades sociais, produzindo ou reproduzindo representações, identidades e formas de (inter)ações. Desse modo, o material empírico de análise discursiva dos *Novos alopados* é composto, nesta pesquisa, pelas narrativas hegemônica e não hegemônica que delineiam a cartografia do escândalo político no discurso da imprensa jornalística no Brasil.

A composição do *corpus* é gerada, então, por meio da coleta de documentos formais, que correspondem às reportagens das revistas *Veja* e *Carta Capital* referentes aos *Novos alopados*. Por considerar que, nas narrativas, a construção de sentidos do evento dá-se, principalmente, pela semiose verbal, pois mesmo as imagens e as fotografias presentes nas reportagens são significadas a partir de determinadas relações semânticas articuladas textualmente, o material empírico da pesquisa contempla a dimensão semiológica verbal da construção discursiva do escândalo em foco.

As revistas são selecionadas para representar, no material empírico coligido, as narrativas que tecem a cartografia dos *Novos alopados*, segundo três critérios que exponho quanto a sua participação no desenvolvimento do escândalo político. Primeiro, o formato equivalente dos veículos. São revistas brasileiras, publicadas semanalmente, em mídia impressa e digital. O formato assemelha os processos de edição e *design* jornalísticos das revistas, bem como o período de sequenciamento da narrativa do evento. Segundo, os modos distintos de significação do escândalo. A abordagem de narrativas conflitantes do acontecimento justifica-se pela minha intenção de discutir a construção discursiva do escândalo em

relação aos embates hegemônicos e ideológicos na realidade social. Terceiro, os perfis das revistas como representativos das duas principais esferas enunciativas de constituição do evento.

Representando o discurso da imprensa hegemônica, *Veja*, segundo a Associação Nacional de Editores de Revista (ANER, 2013)⁸¹, detém cerca de 8 milhões de leitores, com média de circulação de 1.038.053 por edição, a maior do país entre as revistas brasileiras, e uma tiragem média de 1.179.807. *Veja* foi criada em 1968, durante o período da Ditadura Militar, pelo jornalista ítalo-brasileiro Demetrio Giuliano Gianni Carta, comumente conhecido como Mino Carta - também mentor dos periódicos *Quatro Rodas*, *IstoÉ*, *Jornal da Tarde*, *Jornal da República* (extinto) e *Carta Capital* - e pelo empresário Roberto Civita.

A revista está integrada no Grupo Abril, um dos maiores conglomerados de comunicação da América Latina, dirigido até 2013 por Roberto Civita. O grupo opera em dois segmentos empresariais, a Abril S.A., que concentra os negócios nas áreas de Mídia, Gráfica, Distribuição e Logística, e a Abril Educação S.A.⁸². Por razões estruturais, tecnológicas e econômicas, *Veja* tem alto poder de pauta, com reportagens que são distribuídas e reapropriadas em diversos jornais e revistas no país. Nos últimos dez anos, em que o Brasil foi governado pelo PT, a revista assumiu considerável pioneirismo na cobertura, e também na investigação, de escândalos políticos, como no caso evento em questão.

Representando o discurso da imprensa não hegemônica, a revista semanal *Carta Capital*, segundo a referida Associação, tem circulação média de 30.561, com uma tiragem aproximada de 65.000 exemplares, ocupando o lugar 20º no ranking das 23 maiores circulações de revistas nacionais do Brasil. *Carta Capital* foi fundada em 1994, pelos jornalistas Mino Carta e Roberto Fernandes de Souza, mais comumente conhecido como Bob Fernandes. Até 2001, quando quinzenal, *Carta Capital* era publicada pela editora Carta Editorial, responsável pela *Vogue* no

⁸¹ Instituto Verificador de Circulação (IVC). Disponível em: < <http://www.aner.org.br/Conteudo/1/ivc-maiores-semanais-141332-1.asp>>. Acesso: 12 jan. 2013.

⁸² Grupo Abril. Disponível em <: <http://grupoabril.com.br/pt/>>.

Brasil, cujos títulos, desde 2010, passaram a ser geridos pelas Edições Globo-Condé Nast⁸³, uma *joint venture* entre as editoras Globo e Condé Nast.

Carta Capital possui parceria com o jornal britânico *The Economist*, de propriedade do *The Economist Group*, com média de 1,5 milhões de exemplares, vendidos especialmente nos EUA, e com o jornal, também britânico, *The Observer*, que possui média de circulação de 216.000 em Londres. A partir de 2001, *Carta Capital* passou a ser publicada pela Editora Confiança LTDA, que também oferece Carta na Escola e Carta Fundamental, voltados para a educação⁸⁴. A revista tem assumido uma postura de contra-argumentação em resposta às reportagens da imprensa hegemônica e se auto-representado como “alternativa ao pensamento único da imprensa brasileira”, conforme sua linha editorial.

Depois de definir as revistas, segundo os critérios apresentados, colijo o *corpus* para análise, a partir da coleta dos documentos formais de ambas as instâncias enunciativas. A cartografia dos *Novos alopados* é, então, examinada com base nas reportagens que constroem sua sequência narrativa. A sequência narrativa é, conforme Barthes (1979), uma série lógica de núcleos, em que as unidades são ameaçadas, à medida que “a dimensão temporal, sobre a qual se encontram situadas, é ‘dicotomizada’ em um antes vs um depois” (BARTHES, 1975, p. 63). Essa dicotomia corresponde à reviravolta da situação. Assim, identifico a construção discursiva do evento como uma sequência narrativa estruturada em quatro núcleos, de acordo com as quatro fases de desenvolvimento do escândalo político elencadas por Thompson (2002, p. 103).

A fase do pré-escândalo envolve investigações e inquéritos que são tornados públicos na imprensa, quando surgem as denúncias e acusações. Nos *Novos alopados*, o primeiro núcleo da narrativa corresponde ao período entre o início de junho e o final de julho de 2010, que se inicia com a publicação da reportagem-denúncia de *Veja* (02/06/2010) e é caracterizado pela abertura de processos administrativos, como o PAD nº 16302.0000128/2010-99 da Corregedoria da Receita Federal, e inquéritos, como o inquérito policial nº 839/2010 da PF.

⁸³ Abril, “Editora Globo anuncia parceria com a editora da revista Vogue” (26/07/10). Disponível: <<http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/editora-globo-anuncia-parceria-editora- revista-vogue-581732/>>.

⁸⁴ Mercado Confiança. Disponível em: <<http://www.mercadoconfianca.com.br/contratovenda.asp>>.

A fase do escândalo propriamente é o momento em que “cada movimento pode acarretar um movimento contrário, alegações podem produzir negativas, ameaças de divulgação podem ocasionar ameaças de calúnia” (THOMPSON, 2002, p.105). Nos *Novos alopados*, o segundo núcleo da narrativa equivale ao período do final de julho ao início de setembro de 2010, caracterizado pela complexa teia de afirmações e contra-afirmações na imprensa, quando surgem as transgressões de segunda ordem, como o investimento público federal em rádios e tevês comunitárias, entre elas a TV dos Trabalhadores (SP), e o caso das violações de dados bancários realizadas pela Decidir.com.

A fase do clímax ou desenlace consiste no ponto mais crítico do evento, com a ocorrência de confissões de culpa, renúncias, demissões e julgamentos, ou na sua dissipação absoluta. O terceiro núcleo da sequência narrativa dos *Novos alopados* compreende o intervalo de tempo de setembro de 2010, momento em que parte das investigações já havia alcançado alguns resultados, como o indiciamento do jornalista Amaury Ribeiro pela PF e a autuação de ação de improbidade administrativa do MPF (processo nº 2002.34.00.029731-6) contra José Serra e Gregório Preciado.

Por fim, a fase das consequências encerra o desdobramento do escândalo, quando jornalistas, políticos, intelectuais e, às vezes, os próprios participantes do evento, avaliam as ações e os acontecimentos informados e suas consequências. Nos *Novos alopados*, ainda não houve encerramento das investigações dos casos denunciados. O quarto núcleo da narrativa é desdobrado ao longo de outubro de 2010, quando o período eleitoral chega ao fim, e, logo, o escândalo facilmente se dissipa na imprensa. O momento é caracterizado por retomadas do evento, principalmente quando há atualização dos processos criminais, e pela reflexão sobre o episódio em comparação aos resultados das eleições presidenciais em torno da polêmica da futura publicação do livro “A Privataria Tucana”, do jornalista Amaury Ribeiro Júnior.

A partir da delimitação da sequência narrativa de quatro núcleos do escândalo político, a cartografia que devo analisar adiante está mapeada do seguinte modo:

Fase I	Pré-escândalo
Período	Início de junho ao final de julho de 2010
Características	- denúncias da quebra ilegal de sigilo fiscal; - instituição de inquéritos e processos administrativos;
Veja	Ordem na casa do Lago Sul (02/06/2010)
Carta Capital	O dossiê do dossiê do dossiê (09/06/2010)

Fase II	Escândalo propriamente dito
Período	Final de julho ao início de setembro de 2010
Características	- jogo de afirmações e contra-afirmações; - revelações, alegações e acusações entre os participantes; - transgressões de segunda ordem;
Veja	A busca da hegemonia (01/09/10)
Carta Capital	As quebras de sigilo fiscal: qual é mesmo o escândalo? (02/09/10)

Fase III	Clímax
Período	Setembro de 2010
Características	- confissões de culpa; - demissões e afastamentos de funcionários públicos; - indiciamentos e autuações; - processos criminais;
Veja	O Estado a serviço do partido (08/09/10)
Carta Capital	Sinais trocados (13/09/10)

Fase IV	Consequências
Período	Outubro de 2010
Características	- retorno de algumas ações e acusações do evento; - alguns resultados de processos criminais e das comissões de investigação; - comentários e reflexão sobre o evento;
Veja	Intrigas de Estado (23/10/10)
Carta Capital	Uma guerra Tucana (27/10/2010)

Quadro 9: Sequência narrativa dos *Novos alopados*

Conforme o quadro expõe, para a análise da cartografia dos *Novos alopados*, o recorte temporal que proponho baseia-se na sequência narrativa do escândalo político. A seleção do material empírico das narrativas é realizada a partir da minha leitura do arsenal de reportagens, em mídia impressa e digital, dada a importância de ambas na construção do escândalo, colhidas no arquivo da pesquisa. Nas leituras, identifico em quais reportagens acentuam-se os “pontos críticos” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 280) dos discursos jornalísticos que constituem o escândalo em foco. Por pontos de crise, compreendo os momentos mais problemáticos que precisam ser encarados pela crítica da linguagem na análise social do evento, em termos do que Ferreira (2007, p. 37) entende como dimensão

ético-política da linguagem: ética, à medida que a tentativa de significar a realidade resulta de uma decisão, e política, no sentido de que a representação dessa realidade resulta de uma vontade representação.

Com essa orientação, a seguir, analiso a constituição discursiva dos *Novos alopados*, a fim de descrever e discutir como se dá a construção de sentidos do evento, em seu engajamento nos embates hegemônicos e ideológicos da realidade social, através dos significados representacional, identificacional e acional, articulados pelo discurso midiático na constituição do evento.

5.2. Representando ações e atividades

O discurso é um modo particular de representar e de construir a realidade social, de acordo com as posições e as experiências das pessoas no mundo (FAIRCLOUGH, 2003). Uma das questões de análise de como o significado representacional do discurso, como elemento da vida social, situado no nível das ordens de discurso, articula-se textualmente é a metáfora. Além das questões de análise textual de diferença em relação ao nível de abstração, à inclusão ou exclusão de elementos nos eventos sociais e à representação de tempos e espaços, entre outras, os “discursos também são diferenciados pela metáfora” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 123). Conforme argumentei no Capítulo III, as metáforas lexicais tornam-se especialmente relevantes ao estudo da construção de sentidos do escândalo político, ao consistirem em modos particulares de definir o evento, significando suas ações e atividades.

A análise que apresento a seguir procura compreender, comparativamente, os procedimentos mobilizados na lexicalização metafórica das ações dos *Novos alopados*, na cartografia do acontecimento em *Veja* e *Carta Capital*. Inicialmente, realizei o levantamento de todos os processos, nas 8 reportagens selecionadas (disponibilizadas nos anexos da pesquisa), relacionados diretamente à:

- I. Transgressão original: a quebra de sigilo fiscal denunciada, envolvendo a elaboração do dossiê contra o político José Serra, que teria justificado a violação ilegal de dados na Receita Federal;

- II. Transgressão de segunda ordem: a criação da TV dos Trabalhadores (TVT), por meio de investimentos tecnológicos e financeiros do governo federal, no ano eleitoral de 2010, e a violação e publicação de dados bancários realizadas pela empresa Decidir.com, em 2001;

Feito o levantamento, identifiquei e discuti somente os processos significados metaforicamente. Para a categorização das estratégias de lexicalização metafórica, considerei a oração como unidade de análise linguística, pois é nela que “os significados são mapeados numa estrutura gramatical integrada” (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 10). Embora o verbo seja a realização típica do processo, examino os procedimentos de metaforização a partir da observação do processo em sua completude, isto é, atentando para os participantes e as circunstâncias que o constituem, conforme Halliday e Matthiessen (2004) explicam.

5.2.1. Metáforas em *Veja*

No texto que inicia o escândalo político efetivamente, “Ordem na casa do Lago Sul” (02/06/2010), *Veja*, logo no subtítulo da reportagem, fundamenta a referência sígnica com que deverá representar o evento ao longo de todo o seu desdobramento:

- (1) O comando da campanha do PT à Presidência teve de intervir pesado para evitar que companheiros afoitos reeditassem o escândalo dos “aloprados” de 2006.

O texto inicia o movimento de representação da quebra de sigilo fiscal segundo o campo semântico bélico. O processo material “teve” coloca o ator “o comando da campanha do PT à Presidência” como o responsável pelo escopo “intervir”. Nessa estratégia de sentido, *Veja* mobiliza a metáfora conceitual “discussão é guerra”, significando o diálogo em que os dirigentes da campanha pediram para não haver violação de dados fiscais de adversários como uma ordem superior, dada àqueles que o comando “recrutou” (processo material em referência ao chamamento/convite de participantes da campanha, metaforizado conforme o

conceito de guerra). A ideia de um conflito interno no PT, que implicou a traição do partido pelo próprio partido, é enfatizada adiante, na mesma reportagem:

(2) Desceu sobre eles uma rajada de bom senso.

Em (2), a tensão em relação a quem deveria dirigir a área de comunicação e *marketing* da campanha petista é significada em termos bélicos pelo processo material “desceu”, metáfora que organiza os conceitos de orientação espacial e de poder, e pela sua meta “rajada”, metáfora ontológica, com referência ao conceito de guerra e poder, que substantiva a ação de proibição das violações na campanha declarada pela candidata Dilma Rousseff e seus principais aliados. É curioso observar, aqui, o caráter metafórico da própria alcunha do escândalo, “aloprados”, que o discurso da imprensa hegemônica popularizou. Conforme Lakoff e Johnson (2002, p. 64), as metáforas orientacionais também organizam a percepção do que é racional em oposição ao que é instintivo ou irracional. Assim, como observamos em (2), a ação da ainda suposta quebra ilegal de dados do adversário político do PT é representada como algo irracional, pois o suposto grupo contratado para a preparação do dossiê alardeado é percebido segundo a orientação para baixo.

Aludindo ao processo material “reeditar”, em (1), que, pela metáfora conceitual, sugere uma relação estreita entre a preparação de um dossiê contra a oposição tucana e o chamado “núcleo de imprensa” da coligação “Para o Brasil seguir mudando”, a atividade denunciada é definida, na mesma reportagem, como uma luta planejada pela “turma pesada do PT”:

(3) A turma começava a exercitar os músculos e testar suas rotinas subterrâneas.

A partir da estratégia da metáfora conceitual, na primeira oração, o processo material “começava” reitera o mesmo ator, situando-o agora como aquele que pratica o escopo “exercitar”, cuja meta “os músculos” ratifica o sentido de luta. Na segunda oração, esse processo é retomado, mas a meta “rotinas subterrâneas”, através do uso da metáfora ontológica, com orientação espacial, substantiva pejorativamente a ação representada. Ao transformar a atividade em uma entidade, *Veja* impede uma leitura da ação enquanto verbo,

considerando suas circunstâncias, tornando-a o que se realiza, isto é, algo que o ator “turma” pratica.

A nominalização da atividade ilegal na Receita Federal torna-se cada vez mais frequente na narrativa de *Veja*. A partir da reportagem “A busca da hegemonia” (01/09/10), a revista passa a lançar mão de um conjunto de sentidos que considero emblemático do escândalo político, quando as ações e atividades do evento são investidas metaforicamente na direção de definir o escândalo como uma guerra para controlar o país, promovida por fascistas, “em um dos piores crimes já cometidos contra a Constituição e a moral do país”. Os fascistas que colocam em risco a democracia brasileira são os integrantes da campanha petista, como a revista afirma através do processo material “patrocinada”, na segunda oração de “isso reforçaria a suspeita da existência de uma conspiração patrocinada pela campanha de Dilma Rousseff”, em que a candidata assume a função de ator do patrocínio. A metáfora conceitual do patrocínio corrobora para a centralidade do interesse econômico no regime político que se quer implementar, em detrimento dos princípios genuinamente democráticos.

Na reportagem, *Veja* traz à tona o episódio da inauguração da TV dos Trabalhadores (TVT), em Mauá (SP), como transgressão de segunda ordem. A estratégia tenta redimensionar o foco sobre as transgressões originais do evento, que, especialmente em setembro de 2010, alardearam casos de corrupção e privatizações ilícitas envolvendo dirigentes do PSDB, para radicalizar a representação que vem projetando do evento como uma ação militar de controle do país:

- (4) A estratégia de supressão da verdade caminha em três frentes, conforme os ensinamentos do comunista Antonio Gramsci.

Através de metáfora ontológica de referência bélica, *Veja* significa a ação do governo federal de investir financeiramente em mídias comunitárias no país como o ator “estratégia de supressão da verdade” do processo material “caminha”, cujo escopo “três frentes” ratifica a representação que vem sendo construída do escândalo como um combate. *Veja*, a partir da circunstância “conforme os ensinamentos do comunista Antonio Gramsci”, inicia movimento de significação do

escândalo como uma empreitada fascista. Em “O Estado a serviço do partido” (08/09/10), o aparelhamento do estado pelo “líder” do combate, o então presidente Lula, torna-se uma máquina de destruição, conforme o processo material destacado em:

(5) Toda essa máquina de destruição opera seguindo o exemplo do líder.

A implicação conceitual da guerra no processo em (5) é reforçada a seguir para sedimentar a percepção do escândalo como uma ação violenta e frequente contra a democracia, criando um cenário militar de autoritarismo, que é amplamente explorado em “Intrigas de Estado” (27/10/10):

(6) Ela [a reportagem] revela, talvez da maneira mais clara até hoje, o tipo de governo produzido pela mentalidade petista de se apossar do estado, aparelhá-lo e usá-lo em seu benefício partidário.

(7) O quartel-general da pré-campanha de Dilma Rousseff foi usado para espionar adversários.

Na passagem (8), os processos materiais “se apossar”, “aparelhar” e “usar”, através da metáfora conceitual da conquista militar, na sequência apresentada, significam o desenvolvimento do evento à maneira de um roteiro de domínio e controle do Estado brasileiro pela “tropa” do PT. O estado se torna o ator “uma máquina de destruição” responsável pelo processo material “operar”, que vem agindo sobre o enfraquecimento da democracia brasileira, como se compreende em “toda essa máquina de destruição do estado opera seguindo o exemplo do líder”, em que o uso da metáfora conceitual, referente à experiência de guerra, e ontológica, ao transformar atividades de corrupção em uma máquina, instrumento de guerra, ambientam um cenário de terror.

A imagem de conquista militar de controle governamental é definido, pela mesma estratégia metafórica, em (9), através dos processos materiais “foi usado” e “espionar”, cujas metas, respectivamente, “o quartel-general da pré-campanha de Dilma Rousseff” e “adversários”, servem à compreensão do escândalo como guerra para o domínio fascista do país. A guerra é liderada pelos “criminosos” do PT, de acordo com o processo comportamental “pode estar associado”, no processo “o estado brasileiro pode estar associado aos criminosos”, em que se acusa o sistema institucional do país,

conceituado metaforicamente em termos de caracteres humanos de comportamento, de fazer parte na implementação do governo fascista.

De modo geral, o quadro das estratégias metafóricas mobilizadas na cartografia dos *Novos alopados* em *Veja*, referentes à representação da transgressão original do evento (a atividade da quebra de sigilo fiscal na elaboração do dossiê) e da transgressão de segunda ordem (a criação da TVT, em “A busca da hegemonia”), apresenta a seguinte configuração:

Reportagem	Processo	Metáfora
A ordem na casa do Lago Sul (02/06/2010)	▪ <i>O comando do PT teve de intervir pesado...</i>	Conceitual
	▪ <i>A lama estourou no colo dele</i>	Conceitual
	▪ <i>A turma começava a exercitar os músculos</i>	Conceitual/Ontológica
	▪ <i>...testar suas rotinas subterrâneas</i>	Ontológica
	▪ <i>Desceu uma rajada sobre eles</i>	Orientacional/Conceitual
	▪ <i>... alagar os porões</i>	Conceitual/Orientacional
	▪ <i>Lanzetta recrutou gente da pesada</i>	Conceitual
A busca da hegemonia (01/09/2010)	▪ <i>A estratégia de supressão da verdade caminha em três frentes</i>	Conceitual
	▪ <i>... quem estaria por trás do cerco...</i>	Conceitual
O Estado a serviço do partido (08/09/2010)	▪ <i>... mostra o enfraquecimento das instituições na era Lula</i>	Conceitual
	▪ <i>é apenas o episódio mais recente do contínuo processo de agressão</i>	Conceitual/Ontológica
	▪ <i>...resultou na invasão de privacidade</i>	Conceitual
	▪ <i>o aparelho foi estourado pela reportagem...</i>	Conceitual
	▪ <i>veio ordem de cima para debandar</i>	Orientacional/Conceitual
	▪ <i>os ladrões petistas teriam invadido o hotel...</i>	Conceitual
	▪ <i>isso reforçaria a suspeita da existência de uma conspiração</i>	Conceitual Ontológica
	▪ <i>toda essa máquina de destruição do estado opera...</i>	Conceitual/Ontológica
	▪ <i>fogo amigo também queima</i>	Conceitual
Intrigas de Estado (27/10/10)	▪ <i>... se apossar do estado/aparelhá-lo/e usá-lo</i>	Conceitual
	▪ <i>... para atingir determinados alvos</i>	Conceitual
	▪ <i>O quartel-general da pré-campanha de Dilma Rousseff foi usado...</i>	Conceitual
	▪ <i>O clima de desconfiança do Ministério da Justiça contaminou até o mais alto escalão</i>	Ontológica/Conceitual
	▪ <i>... numa manobra para mostrar que seu poder...</i>	Ontológica/Conceitual
	▪ <i>a feitiçaria dos petistas resultou em um tiro no próprio pé</i>	Ontológica/Conceitual
	▪ <i>A tropa começou os trabalhos...</i>	Ontológica/Conceitual
	▪ <i>As únicas peças do dossiê [...] haviam sido compradas por bandidos</i>	Conceitual

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ <i>O PT viu na tradicional instituição apenas um aparelho a serviço de seu projeto de poder</i> 	Conceitual
--	---	------------

Quadro 10: Metáforas em *Veja*.

5.2.2. Metáforas em *Carta Capital*

Uma semana após a reportagem-denúncia de *Veja*, “Ordem na casa do Lago Sul” (02/06/2010), *Carta Capital* publicou “O dossiê do dossiê do dossiê” (09/06/10), em resposta à acusação de que a quebra de sigilos fiscais de dirigentes do PSDB foi realizada por integrantes da campanha de Dilma Rousseff. A reportagem dá início a um movimento de significados distinto do que vimos anteriormente, quando assume a ideia de que a violação de dados alardeada no discurso da imprensa hegemônica é um “não fato”:

- (8) No modorrento feriado de Corpus Christi, os leitores dos jornais foram inundados com informações sobre uma trama que envolveria a fabricação de dossiês contra o candidato tucano à Presidência, José Serra, produzidos por gente ligada ao comitê da adversária Dilma Rousseff.
- (9) [o livro de Amaury Júnior] Está sendo produzido há cerca de dois anos e nada tem a ver com a suposta intenção petista de fabricar acusações contra o adversário.
- (10) Os boatos sobre a fábrica de dossiês parecem ser fruto de uma disputa interna entre dois grupos petistas interessados em comandar a estrutura de comunicação da campanha de Dilma Rousseff, um ligado a Lanzetta, outro ao deputado estadual Rui Falcão.

O surgimento do escândalo político, que, em *Veja*, foi definido como a revelação de um dos piores crimes contra a democracia brasileira, é representado por *Carta Capital* como “uma onda de boatos”, através do processo material “foram inundados”, em (8), e do portador do processo relacional “parecem ser”, “os boatos sobre a fábrica de dossiês”, em (10), cuja estratégia da imagem conceitual de águas revoltosas serve à percepção da emergência do escândalo político na imprensa hegemônica como uma “confusão”, algo sem fundamentação sólida. A imagem é disposta precisamente em oposição ao “arrazoado” do polêmico livro do jornalista Amaury.

A partir disso, *Carta Capital* significa as atividades de planejamento da violação de sigilos, anunciadas em *Veja* como práticas do *bunker* petista, como uma suposta fabricação de dossiês, conforme o atributo “fabricação de dossiês”, em (8),

o processo material “fabricar”, em (9), e o portador “os boatos sobre a fábrica de dossiês”, em (10). As metáforas conceituais e ontológicas nesses casos, baseadas na referência à fábrica, não representam a criação um dossiê como uma construção textual sedimentada para atingir um adversário, mas como a produção artificial de um fato, “um factóide”, o que coloca em cheque a legitimidade das acusações. O escândalo é representado, então, como uma estratégia política do PSDB de usar a alegação de vítima para atacar, conforme a meta “ataque preventivo” no processo material destacado em:

(11) [...] a razão de os tucanos terem lançado um ataque preventivo às informações que constam do livro.

cuja metáfora conceitual da guerra trilha uma leitura similar à de *Veja*, com a diferença de o autor da ação ser o PSDB, não o PT e a candidata Dilma Rousseff. O caráter fajuto da quebra de sigilo denunciada é sublinhado por *Carta Capital* na resposta à reportagem “Ele era o alvo” (01/09/10), em que *Veja* apresenta José Serra e sua filha Verônica Serra como as principais vítimas do crime cometido pela “turma barra-pesada do PT”. Em “As quebras de sigilo fiscal: qual é mesmo o escândalo?” (02/09/10), *Carta Capital* representa o escândalo político inventado como uma estratégia de campanha política do PSDB, conforme o investimento conceitual bélico da meta “o ataque” no processo material em:

(12) O PSDB já foi para o ataque no seu horário do TRE da tarde desta quinta.

Em “Sinais trocados?” (13/09/2010), *Carta Capital* redireciona o foco dado pela imprensa, em geral, à ação da violação em si e passa a chamar atenção para o que as informações vazadas do livro do jornalista Amaury Ribeiro, que teriam alimentado o dossiê antiserrista, estavam trazendo a público. Como *Veja*, *Carta Capital* lança mão de uma transgressão de segunda ordem, enfatizando o episódio de violações de sigilos realizadas pela empresa de Verônica Serra e outros seis sócios, a Decidir.com, em 2001, como uma “monumental quebra de sigilo bancário”:

(13) Graças à leniência do governo FHC e à então boa vontade da mídia, que não enxergou, como agora, nenhum indício de um grave atentado contra os direitos dos cidadãos, a história ficou reduzida a um escândalo de emissão de cheques sem fundos por parte de deputados federais.

Através do processo mental “não enxergou”, o experienciador “mídia”, que remete à imprensa hegemônica, é colocado em uma posição irônica, ao não ter atentado para o fenômeno “grave atentado contra os direitos dos cidadãos” e ao ter se detido às supostas violações de dados na Receita como uma criminosa ofensiva e fascista por parte do PT. Pela referência conceitual bélica, *Carta Capital* também significa o escândalo como uma guerra e, por isso, argumenta que as sócias da empresa, Verônica Serra e Verônica Dantas, também deveriam ter sido “alvos” de investigações policiais, conforme indica o portador “as duas” do processo relacional em “As duas também deveriam ter sido alvo de uma investigação da polícia federal, mas nada disso ocorreu”.

Na luta travada, a divulgação de alguns resultados dos inquéritos policiais e processos administrativos instalados desencadeou a radicalização da oposição entre versões do escândalo político. Em uma entrevista coletiva, pressionada pelo Ministério da Justiça, em razão da repercussão que as especulações sobre a autoria da violação estavam gerando, o então diretor-geral da Polícia Federal, Luiz Fernando Corrêa, e o delegado Alessandro Moretti, da Divisão de Inteligência Policial (DIP), em 20 de outubro de 2010, anunciaram que não havia relação entre a quebra de sigilo na Receita Federal, em unidades em São Paulo, e a campanha de Dilma Rousseff, pois o responsável pela encomenda do serviço era o jornalista Amaury Ribeiro, em missão de trabalho para o jornal *Estado de Minas*. Logo a seguir, *Veja* publicou “Intrigas de Estado” (27/10/10), anunciando o aparelhamento do sistema institucional da democracia brasileira pelas mãos de petistas.

Em contrapartida, no mesmo dia, *Carta Capital* lança “Uma guerra Tucana” (27/10/10), em que significa o evento como uma “violação da lógica”, que inverte as posições de autor e de vítima do crime, alicerçando o referencial conceitual com que iniciou o movimento de significação do escândalo:

(14) A mídia rebola para esconder o fato: a quebra do sigilo da turma de Serra é fruto de uma guerra Tucana.

Com sarcasmo, a metáfora implicada no processo material “rebola”, na primeira oração, identifica o ator mídia como constrangido e inconformado diante da meta “o fato”, na segunda oração, que, para *Carta Capital*, é o verdadeiro fato, não o

“factoide” fabricado pela imprensa hegemônica. *Carta Capital*, através do atributo “fruto de uma guerra tucana”, de conceituação metafórica bélica, define o escândalo como o desdobramento de uma guerra interna do portador “turma de Serra” em nome do poder da Presidência. A disputa fratricida no PSDB resultou, adiante, em uma disputa interna no PT, que, em *Veja*, foi repropriada como uma guerra pela conquista e controle do Estado.

Em síntese, o quadro das estratégias metafóricas mobilizadas na cartografia dos *Novos alopados* em *Carta Capital*, referentes à representação da transgressão original do evento (a atividade da quebra de sigilo fiscal na elaboração do dossiê) e da transgressão de segunda ordem (as violações de dados bancários pela Decidir.com, em “As quebras de sigilo fiscal: qual é mesmo o escândalo?”), apresenta a seguinte disposição:

Reportagem	Processo	Metáfora
O dossiê do dossiê do dossiê (09/06/2010)	▪ <i>Os leitores dos jornais foram inundados com informações sobre uma trama</i>	Conceitual
	▪ <i>... que envolveria a fabricação de dossiês contra o candidato tucano à Presidência, José Serra</i>	Conceitual/Ontológica
	▪ <i>Os boatos sobre a fábrica de dossiês parecem ser fruto de uma disputa interna</i>	Conceitual/Ontológica
	▪ <i>a razão de os tucanos terem lançado um ataque preventivo às informações que constam do livro</i>	Conceitual
	▪ <i>a mídia embarcou com entusiasmo na versão</i>	Conceitual
	▪ <i>... desencadeassem uma onda de boatos sobre a formação de um time de contraespionagem</i>	Conceitual
	▪ <i>... não aceitará a confecção de dossiês</i>	Conceitual
As quebras de sigilo fiscal: qual é mesmo o escândalo? (02/09/10)	▪ <i>o PSDB vai ao ataque na TV</i>	Conceitual
	▪ <i>Munido de uma procuração...</i>	Conceitual
	▪ <i>...o PSDB já foi para o ataque no seu horário do TRE ...</i>	Conceitual
	▪ <i>que munição bombástica teria o suposto emissário da campanha de Dilma...</i>	Conceitual/Ontológica
	▪ <i>... para desestabilizar o adversário</i>	Conceitual
Sinais trocados (13/09/10)	▪ <i>Queria explicações sobre um caso escabroso</i>	Conceitual/Ontológica
	▪ <i>... não enxergou, como agora, nenhum indício de um grave</i>	Conceitual/Ontológica

	<i>atentado contra os direitos dos cidadãos</i>	
	▪ <i>... é fruto de uma negociação nebulosa</i>	Conceitual
	▪ <i>Era, por assim dizer, um balcão facilitador</i>	Conceitual/Ontológica
	▪ <i>... As duas também deveriam ter sido alvo de uma investigação da polícia federal</i>	Conceitual
	▪ <i>A investigar a monumental quebra de sigilo bancário ...</i>	Conceitual
	▪ <i>A morte súbita do caso [...] não chega a ser um mistério insondável</i>	Conceitual
Uma guerra tucana (27/10/10)	▪ <i>A mídia rebola para esconder o fato...</i>	Conceitual
	▪ <i>a quebra do sigilo da turma de Serra é fruto de uma guerra tucana</i>	Conceitual
	▪ <i>... para colocar nos eixos a história da quebra de sigilos</i>	Conceitual
	▪ <i>... acabou por atingir o tucanato de modo irremediável</i>	Conceitual
	▪ <i>As informações foram utilizadas para a confecção de relatórios ...</i>	Conceitual
	▪ <i>... para fabricar dossiês contra Serra</i>	Conceitual
	▪ <i>... está na base de outra disputa fratricida</i>	Conceitual
	▪ <i>... o parlamentar rebateu as acusações</i>	Conceitual

Quadro 11: Metáforas em *Carta Capital*

Após a análise da representação das ações e atividades do escândalo político, devo, agora, investigar como os atores sociais são identificados nesses processos que compõem o evento.

5.3. Identificando atores sociais

Como argumentei no Capítulo III, o estudo da esteticização faz-se importante para a análise social do escândalo político, porque o acontecimento, configurado em um *dramatis personae* (THOMPSON, 2002), envolve lutas por identificações. A “esteticização de identidades públicas é a construção das próprias identidades públicas”, para criar imagens particulares (FAIRCLOUGH, 2003, p. 163). Assim, além das questões de análise textual da avaliação e da modalidade, para examinar como o significado identificacional do discurso articula-se nos textos, estou sugerindo uma investigação possível de como o tema da esteticização pode ser

explorado, especificamente no escândalo político, a partir do exame das estratégias de polidez linguística.

Partindo do princípio de que o jogo de faces envolve ameaças permanentemente (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, p.82), a análise que apresento a seguir procura descrever, comparativamente, através do exame das estratégias de polidez linguística mobilizadas na cartografia dos *Novos alopados*, em *Veja* e *Carta Capital*, como atores sociais engajados nas narrativas do escândalo são identificados nas tensões do evento. Inicialmente, fiz o levantamento, nas 8 reportagens selecionadas para análise, de todos os participantes do escândalo. Depois, detive-me à seleção de alguns atores sociais cuja identificação torna-se relevante para o propósito da pesquisa de refletir sobre a inscrição do evento na luta hegemônica e ideológica na realidade social. Esses atores sociais são:

- I. Os partidos políticos PT e PSDB e seus candidatos à Presidência, Dilma Rousseff e José Serra;
- II. O Estado e as instituições públicas Ministério da Justiça e Polícia Federal;
- III. As próprias instâncias de mídia *Veja* e *Carta Capital*;

Compreendo que a identificação das entidades políticas representativas PT e PSDB e dos candidatos Dilma Rousseff e José Serra é importante para a discussão sobre como o escândalo político está envolvido nos embates pelo poder no campo político, evidenciando (e agindo sobre) sua natureza e recursos. A identificação do Estado e das instituições públicas Ministério da Justiça e Polícia Federal pode ser útil ao debate acerca da participação do campo da justiça, na dimensão do poder executivo, no evento em relação às tensões e transgressões que ele implica. Por fim, a identificação das instâncias de mídia *Veja* e *Carta Capital* é um fator relevante para a reflexão sobre a atuação da mídia como agente no desenvolvimento do evento, e não um simples meio veicular de tornar algo conhecido de outros, e sobre a política da mídia em sua relação com o exercício do poder. Como é possível notar, os atores sociais selecionados pertencem aos três domínios que, no Capítulo 1, sublinhei na relação entre imprensa e política na história do Brasil e na discussão sobre o lugar do escândalo político na vida social pública: política, justiça e comunicação midiática.

5.3.1. Jogo das faces em *Veja*

Ainda na fase do pré-escândalo, quando só havia a denúncia de um dossiê arquitetado dentro do que o discurso da imprensa hegemônica veio logo a chamar de “*bunker*” da Dilma Rousseff, *Veja* identifica o partido PT e a campanha de Dilma Rousseff como autores do crime na Receita Federal, em “Ordem na casa do Lago Sul” (02/06/10):

- (15) O comando da campanha do PT à Presidência teve de intervir pesado para evitar que companheiros afoitos reeditassem o escândalo dos “aloprados” de 2006.
- (16) “Campanha é lama, irmão!” Este era o bordão usado por um operador de terceiro escalão do PT de São Paulo, quando seu chefe-candidato perguntava se ele e a turma não estariam indo longe demais nas atividades de coleta de evidências potencialmente desastrosas para os adversários.
- (17) A turma começava a exercitar os músculos e testar suas rotinas subterrâneas, quando o pessoal do andar de cima soube do que se passava naquela casa do Lago Sul protegida por muros altos e vigiada por seguranças.

Através da estratégia *on record*/sem reparação, o PT é identificado, conforme destacado nas passagens, como o responsável pela violação de dados sigilosos informada. Notemos que o uso dos processos materiais evidencia o ator das atividades em questão, que *Veja* identifica como sendo o PT, pelo referido recurso linguístico de polidez, caracterizado pela clareza, que contribui para expor a informação como um saber dado. A naturalização da identificação ideológico-discursiva do PT como criminoso é reforçada adiante.

Na guerra cartografada por *Veja*, os atores PT e Dilma Rousseff são situados no eixo do mal, enquanto os atores PSDB e José Serra são identificados como os alvos dos criminosos, como se vê em “O Estado a serviço do partido” (08/09/10):

- (20) Desconhecida da maioria dos brasileiros, a petista estava muito distante da popularidade de hoje, era suspeita de mandar bisbilhotar os gastos da Presidência durante os mandatos de Fernando Henrique Cardoso, enfrentava acusações de ter interferido em uma investigação da Receita Federal em benefício da família Sarney e ainda contornava as dificuldades para costurar os acordos políticos com o PMDB. Enquanto isso, seu principal adversário, o tucano José Serra, aparecia como franco favorito em todas as pesquisas de intenção de voto. No fim daquele mês, usando uma procuração falsa, um contador de São Paulo violou o sigilo fiscal de Verônica Serra. A pedido de quem?

Através da estratégia *off record* de chaves de associação, como “enquanto isso” e “no fim daquele mês”, *Veja* cria uma pequena história, cuja lógica aponta para os polos negativo e positivo, em que os personagens PT e Dilma Rousseff e PSDB e José Serra encontram-se, respectivamente. A oposição, que justifica a atitude imoral e criminosa dos petistas e a vitimização dos tucanos na violação de dados, é construída a partir das estratégias *off record* de exagero em “a petista estava muito distante da popularidade de hoje” e *off record* de hipergeneralização em “o tucano José Serra, aparecia como franco favorito em todas as pesquisas de intenção de voto”, aliadas às pistas que a enumeração de algumas ações ilícitas de Dilma Rousseff indica.

Enquanto um candidato quase não tinha popularidade, o outro já era desejado pela maioria do eleitorado em todas as pesquisas. Assim, *Veja* desenha um caminho de leitura que compreende a quebra de sigilos de tucanos como uma ação praticada pelos petistas, com o objetivo de derrubar o adversário nas eleições, com a publicação de um dossiê. Essa identificação é condensada como uma conclusão racional, não uma interpretação parcial sobre os atores sociais, por meio da estratégia *off record* de pergunta retórica “A pedido de quem?”, para quem a resposta mais imediata, seguindo a lógica da história narrada anteriormente, seria Dilma Rousseff.

Essas identificações são reiteradas no desenvolvimento do evento, para identificar o ator José Serra no polo positivo do conflito, especialmente em referência à quebra de sigilo de sua filha Verônica Serra, através da estratégia *on record* de declaração de pontos comuns, quando *Veja* aproxima os atores em foco dos brasileiros em sua vida cotidiana e, logo, dos leitores, localizando-os na mesma situação de vítimas do crime da violação:

- (21) Como qualquer contribuinte, Verônica coloca à disposição do estado brasileiro informações sobre seus bens, as despesas médicas dela e da família, as anuidades das escolas dos filhos [...].
- (23) [...] o delito pode estar sendo praticado com maior frequência do que se supunha - não apenas para montar dossiês contra políticos, mas também para achacar cidadãos comuns.

Nessa mesma direção, *Veja* também criou uma coluna, destacada numa folha da reportagem “O Estado a serviço do partido” (08/09/10), com o título “Cidadãos Indignados”, em que expõe vários depoimentos de repúdio à recente ação criminal de acesso ilegal de dados sigilosos.

A identificação do PSDB e José Serra no eixo do bem da disputa é legitimada mais a partir da radicalização da identificação negativa dos atores sociais PT e Dilma Rousseff do que propriamente por sua caracterização. O inimigo político torna-se, à medida que o evento desdobra-se, a grande ameaça à democracia. Em referência à criação da TVT, em “A busca da hegemonia” (01/09/10), *Veja* procura mostrar que a terceira frente do projeto de implementação de um governo fascista está sendo promovida pelo governo PT:

- (18) O terceiro mandamento gramsciano determina que, na busca da “hegemonia cultural”, o comunista deve criar ou apoiar jornais, revistas e redes de televisão controlados pelo partido, para que eles concorram com a imprensa livre na busca da atenção de leitores e telespectadores. Dessa maneira, ensina Gramsci, o militante comunista pode fazer seu proselitismo fingindo que está defendendo os interesses gerais da população ou lutando para elevar o nível do jornalismo praticado no país. Tudo enganação. O único objetivo é atingir a “hegemonia cultural”, quando então caberá ao partido determinar o que é versão e é fato.

Apropriando-se do discurso científico para legitimar sua interpretação a respeito do episódio, *Veja* utiliza-se da estratégia *off record* de associação “a estratégia teve na semana passada mais um avanço em sua vertente número 3”, para apresentar, imparcialmente, as equivalências entre a “busca da hegemonia cultural” do comunismo e o recente investimento do governo PT em mídias comunitárias. Essas equivalências de sentido são legitimadas como lógicas e corretas, através das estratégias *off record* de associação “dessa maneira”, “ensina Gramsci” e “quando então caberá”. Bem fundamentada a significação dos eventos relacionados ao escândalo como ações fascistas de controle do Estado, *Veja* desqualifica, por associação, os episódios a que faz referência, lançando mão da estratégia *off record* de hipergeneralização “Tudo enganação”.

Em “Intrigas de Estado” (23/10/10), depois de provado o não envolvimento da campanha petista no episódio da Receita, conforme declaração da Polícia Federal e do Ministério da Justiça, em 20 de outubro de 2010, a

criminalização do PT por *Veja* já tem transformado os atores PT e Dilma Rousseff em inimigos da democracia brasileira, na cartografia do escândalo construída pela revista. A identificação do PT e da então candidata, que do “quartel-general” da campanha, junto a seus aliados partidários, tentou “usar o Ministério da Justiça para executar tarefas absurdas”, desmoraliza os atores em questão:

(19) É conhecido o desprezo que o PT nutre pelas instituições republicanas, mas o que se tentou no Ministério da Justiça, criado em 1822 por dom Pedro I, ultrapassa todas as fronteiras da decência.

Por meio da estratégia *on record*/sem reparação em “É conhecido o desprezo que o PT nutre pelas instituições republicanas”, *Veja* apresenta como um aspecto natural ou dado a identidade construída discursivamente por ela do PT como partido reconhecidamente avesso aos princípios e às práticas da democracia. Aqui, há um esforço para que a identificação do PT como inimigo da democracia torne-se uma inferência lógica do público leitor, quando *Veja* lança mão da estratégia *off record* de hipergeneralização em “ultrapassa todas as fronteiras da decência”. *Veja* assume um lugar de imparcialidade, de modo que os (possíveis) efeitos de indignação do leitor diante da absurda indecência dos atores sociais em foco justificam, por si próprios, a sua identidade ameaçadora.

Ratificando e legitimando essa identificação inimiga, *Veja* investe na significação do Estado brasileiro como um aparelhamento institucional controlado pelo “polvo” do PT. Tenta-se desautorizar as instituições públicas, especialmente as da área de justiça, através da sua identificação em termos de enfraquecimento, incoerência e partidarismo, para fundamentar o domínio fascista que o PT exerce sobre o Estado:

(24) As falhas grosseiras na investigação que a Receita conduz demonstram isso.

(25) Pelo que é falado, não se pode deduzir que o Ministério da Justiça, ao qual se subordina a Polícia Federal, cedeu integralmente às descabidas investidas palacianas.

(26) A seu interlocutor, Abramovay sugere ter participado do episódio e se arrependido, a ponto de temer pedidos semelhantes vindos agora do Palácio do Planalto.

Após uma entrevista coletiva, realizada em 27 de agosto de 2010, em que o corregedor-geral da Receita Federal, Antônio Carlos Costa D'Ávila Carvalho, disse que não havia motivação política nas violações registradas em relatório e que as quebras ilegais de dados no órgão eram resultado de um “balcão de compra e vendas de informações”⁸⁵, *Veja* desautoriza o discurso oficial da Receita Federal. Como mostra a passagem (24), a partir de estratégias *off record*/sem reparação, *Veja* identifica o órgão como, sem dúvida, coadunado ao PT.

A desmoralização das instituições públicas acentuou-se especialmente em relação às entidades de justiça, como o Ministério da Justiça e a Polícia Federal, ambos do poder executivo do Estado. À medida que as investigações policiais eram realizadas, o vínculo direto que *Veja* construiu entre o crime na Receita e os atores PT e Dilma Rousseff era rompido. Em reposta, a revista e outros jornais de grande circulação nacional radicalizaram, cada vez mais, a significação do Estado e suas instituições como sem legitimidade, autoridade e imparcialidade política. Embora a intenção inicial tenha sido de divulgar os resultados das investigações somente depois do período eleitoral, conforme afirmou Antônio Carlos Costa D'Ávila Carvalho, na entrevista que mencionei anteriormente, a PF divulgou algumas conclusões, também em razão da repercussão das versões diversas e especulativas na imprensa.

Em uma fala pública à imprensa, ocorrida em 20 de outubro de 2010, o vínculo alimentado na mídia entre os atores PT e Dilma Rousseff e a violação é desfeito, quando a PF explicou que o autor do crime era o jornalista Amaury Ribeiro. Em resposta ao resultado dos inquéritos, *Veja* passa a desautorizar a PF e o Ministério da Justiça. Afirmando estar baseada no conteúdo de uma escuta telefônica que mostra uma conversa entre Pedro Abramoway, então secretário nacional da Justiça, e Romeu Toma Júnior, seu antecessor, a revista afirma que o Ministério da Justiça e, portanto, a PF, por hierarquia, foram manobrados pelo governo PT e pela candidata da legenda.

⁸⁵ D24am, “Receita e PF investigam quebra de sigilo de contribuintes, mas resultado só após 1º turno” (27/08/10). Atualmente, disponível em: < <http://www.d24am.com/noticias/politica/receita-e-pf-investigam-quebra-de-sigilo-de-contribuintes-mas-resultado-so-apos-1-turno/6053>>.

Conforme vemos na passagem (25), por meio da estratégia *off record* de ser vago, *Veja* afirma que não se trata de uma afirmação com certeza, pois “não se pode deduzir”, mas o Ministério e a PF foram usados pelo PT, já que o que não se pode deduzir é que o uso do órgão não foi completo, integral, o que deixa alguma brecha para a possibilidade de o uso ter sido parcial ou momentâneo. A insinuação é reiterada adiante, quando, pela mesma estratégia discursiva, *Veja* identifica os órgãos como cooptados pelo PT, ao afirmar que o secretário Abramovay “sugeriu”, na conversa gravada, ter participado de violações de sigilos a pedido do Palácio do Planalto.

Ao longo da construção das identificações dos atores sociais PT, PSDB, Dilma Rousseff, José Serra, Ministério da Justiça e Polícia Federal, *Veja* performatiza o seu discurso como sua própria identidade. Observemos:

- (27) Os repórteres de VEJA procuraram quem parece ser o responsável pela casa do Lago Sul. (casa do lago)
- (28) VEJA procurou saber por que Lanzetta montou um time com sujeitos com aquelas característica. (casa do lago)
- (29) VEJA já havia demonstrado nas reportagens “O polvo no poder” e “A alegria do polvo” como a Casa Civil fora transformada em um balcão de negócios, em que maços de dinheiro vivo apareciam nas gavetas de escritórios a poucos metros da sala do presidente da República. (intrigas)

Para esclarecer ao público leitor as razões e os acontecimentos que estão por trás dos fatos informados, como em (27) e (28), e para recapitular alguns episódios passados do evento, conforme se vê em (29), *Veja*, por meio da estratégia *on record* de explicação, autoprojeta-se na imagem ideal de olhos e voz da sociedade brasileira, pois, além de noticiar, a revista investiga e esclarece os fatos. Essa identificação é parte da política de verdade de *Veja*, que tenta defini-la como imprensa livre e independente. Na narrativa dos *Novos alopados*, ao tratar da criação e inauguração da TVT, *Veja* denuncia como formas de “supressão da verdade” as políticas públicas do governo PT de incentivo às rádios e tevês comunitárias, em oposição ao que a revista significa por imprensa livre, em nome da qual se lança como modelo.

Na passagem (18), através do recurso *on record* de explicação “para que”, *Veja* mostra que a razão dos recentes financiamentos públicos de veículos de comunicação regionais e locais é criar uma concorrência com a imprensa livre, que faz crítica aos interesses do partido atualmente no poder. Essa imprensa ativa e independente, que tem prejudicado o domínio fascista do país, é identificada com a própria revista, através da estratégia *on record* de explicação destacada em (30). Devemos notar que as situações de esclarecimento também são apropriadas como oportunidades para a construção identitária de *Veja*, em termos de imparcialidade e transparência, pelos tipos de verbos empregados, como “revelar”, “demonstrar” e “descobrir”. Atentemos:

(30) Apesar da história fantástica, não há dúvida alguma de que o resultado da violação de sigilos fiscais nas delegacias da Receita em Santo André e Mauá teve como destino o pré-comitê de campanha de Dilma Rousseff, que foi desbarato depois das revelações de Veja.

De modo geral, o quadro das estratégias de polidez linguística mobilizadas na identificação dos atores sociais, no desenvolvimento da cartografia dos *Novos alopados*, em *Veja*, apresenta a seguinte disposição:

Atores sociais	Reportagens			
	<i>A ordem na casa do Lago Sul</i> (02/06/2010)	<i>A busca da hegemonia</i> (01/09/2010)	<i>O Estado a serviço do partido</i> (08/09/2010)	<i>Intrigas de Estado</i> (27/10/10)
PT Dilma Rousseff	on record/sem reparação off record de associação off record de pergunta retórica off record de uso de metáforas	on record/sem reparação off record de associação off record de exagero off record de hipergeneralização off record de uso de metáforas	on record/sem reparação off record de uso de metáforas off record de associação off record de exagero off record de hipergeneralização	on record/sem reparação on record de uso de metáforas
PSDB José Serra	não estão incluídos na reportagem	não estão incluídos na reportagem	off record de hipergeneralização on record de pontos comuns on record de percepção do outro on record de acordo	on record de percepção do outro
Ministério da Justiça Polícia Federal	não estão incluídos na reportagem	não estão incluídos na reportagem	off record de associação off record de dar pistas	on record/sem reparação off record de ser vago off record de dar pistas off recor de pressupor on record de uso de metáforas
Veja	on record de explicação	on record de explicação on record de pontos comuns	on record de explicação on record de pontos comuns	on record de explicação on record de acordo

Quadro 12: Estratégias de polidez linguística em *Veja*.

5.3.2. Jogo das faces em *Carta Capital*

Ao contrário de *Veja*, que incriminou PT e Dilma Rousseff, desde as primeiras reportagens, quando ainda não havia resultados dos inquéritos policiais, abertos em julho de 2010, *Carta Capital* identificou os atores sociais a partir de um conjunto de estratégias de polidez negativa que não violentava suas faces. Observemos as passagens destacadas dos quatros momentos da narrativa do evento em *Carta Capital*:

- (30) Os boatos sobre a fábrica de dossiês parecem ser fruto de uma disputa interna entre dois grupos petistas interessados em comandar a estrutura de comunicação da campanha de Dilma Rousseff [...].
- (31) O que não dá para afirmar é que está determinado o envolvimento da coordenação da campanha de Dilma Rousseff nesta história, por mais que hajam tucanos na relação das – até aqui – 300 pessoas que tiveram seus sigilos fiscais violados.
- (32) Ironia do destino, a advogada Verônica Serra, 41 anos, é hoje a principal estrela da campanha do pai, José Serra, justamente por ser vítima de uma ainda mal explicada quebra de sigilo fiscal cometida por funcionários da Receita Federal.
- (33) A informação não convenceu boa parte da mídia, que tem arrumado maneiras às vezes muito criativas de manter aceso o suposto elo entre a quebra de sigilo e a campanha petista.

Por meio da estratégia *on record* de ser evasivo, conforme ilustram os exemplos (30), (31) e (33), e da estratégia *on record* de ser convencionalmente indireto, como se vê em (32), *Carta Capital* não define os atores sociais PT e Dilma Rousseff como autores da violação de sigilos para a elaboração do dossiê antisserrista, como também não categoriza a ação denunciada na imprensa como crime, impedindo qualquer tipo de associação negativa imediata com os atores sociais em questão.

Em *Veja*, em que a preocupação é em relação à quebra ilegal de sigilo fiscal, PT e Dilma Rousseff foram amplamente explorados na cartografia do escândalo como forças ameaçadoras, num esforço para definir e justificar o eixo do bem, em que se encontravam os alvos PSDB e José Serra. Em *Carta Capital*, em que a preocupação é com o “conteúdo do suposto dossiê”, os

personagens tucanos é que são priorizados para a instauração de um inimigo em oposição ao qual os atores PT e Dilma Rousseff são identificados, em :

- (34) À época, explica, havia uma movimentação, atribuída ao deputado Marcelo Itagiba (PSDB-RJ), visceralmente ligado a Serra, para usar arapongas e investigar a vida do governador tucano Aécio Neves, de Minas Gerais.
- (35) [...] o PSDB entra com representação que responsabiliza a candidata Dilma Rousseff e vai ao ataque na TV.
- (36) Graças à leniência do governo FHC e à então boa vontade da mídia, que não enxergou, como agora, nenhum indício de um grave atentado contra os direitos dos cidadãos [...].
- (37) A mídia rebola para esconder o fato: a quebra do sigilo da turma de Serra é fruto de uma guerra tucana.
- (38) A quebra dos sigilos tornou-se uma obsessão do programa eleitoral tucano [...].

Em uma entrevista que seria usada para divulgar o livro de Amaury Ribeiro e sobre a qual *Carta Capital* tinha saber, o autor declarou que seu trabalho de investigação, na “Operação Caribe”, sobre privatizações e corrupções, surgiu de um pedido de Aécio Neves e aliados, para investigar José Serra, seus familiares e dirigentes do PSDB, em resposta à espionagem que o então delegado Marcelo Itagiba (PSDB-RJ) comandava contra o político mineiro. *Carta Capital* inicia, assim, o movimento de identificação de José Serra e os tucanos de São Paulo-Rio, a partir do estabelecimento de um vínculo direto entre Serra e o delegado, no caso da violação de dados que desembocou no recente escândalo, através da estratégia *off record* de exagero em (34), mobilizada na reportagem “O dossiê do dossiê do dossiê (09/06/2010).

Introduzido na narrativa com ênfase sobre sua relação estreita com atores sociais envolvidos em atividades ilícitas contra o seu oponente na disputa pela pré-candidatura à Presidência pelo PSDB, José Serra e o partido tucano passam a ser identificados como inimigos na guerra, principalmente por meio da estratégia de *off record* de uso de metáforas com referencial bélico, como podemos ver em (35), (36) e (37), mobilizada, respectivamente, nas

reportagens “As quebras de sigilo fiscal: qual é mesmo o escândalo?” (02/09/10), “Sinais trocados” (13/09/10) e “Uma guerra Tucana (27/10/2010)”. Em um tipo de resposta irônica às reportagens de *Veja*, que identificaram os atores PT e Dilma Rousseff como criminosos que ameaçam a democracia brasileira, *Carta Capital* significa os atores PSDB e José Serra como terroristas que atentam contra a cidadania do país, alocando as vítimas da violação de sigilos realizada em 2001 pela Decidir.com, empresa dirigida pela filha de José Serra e pela irmã de Daniel Dantas, na mesma situação de que os leitores, cidadãos brasileiros, pelo recurso *on record* de pontos comuns “contra os direitos dos cidadãos”, em (36).

Condensando o referencial semântico pelo qual as identidades dos atores PSDB e José Serra são construídas discursivamente como ameaças terroristas à cidadania, *Carta Capital*, através da estratégia *off record* de exagero em “tornou-se uma obsessão do programa eleitoral Tucano”, mobilizada na reportagem “Uma guerra Tucana” (27/10/2010), identificando os atores como fanáticos, de forma que o termo também insinua a apropriação “com todo o vigor” da quebra de sigilos pelos atores como uma preocupação fantasmática. Nessa direção, os personagens que, em *Veja*, foram vítimas do aparelhamento fascista do Estado pelas hostes do PT e de Dilma Rousseff, são, em *Carta Capital*, identificados como forças ameaçadoras da democracia, que, nos bastidores da política, têm usado instituições públicas da Justiça a favor de seus interesses de poder, conforme mostram os excertos das quatro reportagens que compõem a cartografia do evento na revista:

- (39) As duas [Verônica Serra e Verônica Dantas] também deveriam ter sido alvo de uma investigação da polícia federal, mas nada disso ocorreu. O ministro da Justiça de então era José Gregori, atual tesoureiro da campanha de Serra.
- (40) A Polícia Federal era comandada por um Tucano de carteirinha, o delegado Agílio Monteiro Filho, que chegou a se candidatar, sem sucesso, à Câmara dos Deputados em 2002, pelo PSDB.
- (41) Naquele período, a dupla Itagiba-Serra articulou com a Polícia Federal a Operação Lunus, em São Luís (MA), que flagrou uma montanha de dinheiro sujo na empresa de Jorge Murad, marido de Roseana, então no PFL.

(42) Na quarta-feira 20, por ordem do ministro da Justiça, Luiz Paulo Barreto, a cúpula da PF foi obrigada a se movimentar para colocar nos eixos a história da quebra de sigilos.

Explorando o caso da violação e publicação de dados bancários cometida pela empresa Decidir.com, *Carta Capital* fundamenta a identificação antidemocrática dos atores PSDB e José Serra, através do foco sobre a diferença de tratamento judicial dado à transgressão de segunda ordem envolvendo os atores mencionados, em comparação ao episódio da quebra de sigilos fiscais protagonizado nas eleições presidenciais de 2010. Por exemplo, na passagem (39), por meio da estratégia *off record* de chaves de associação em “O ministro da Justiça de então era José Gregori, atual tesoureiro da campanha de Serra”, *Carta Capital* trilha um percurso de sentido que compreende que a “inércia” da Justiça diante do crime da empresa de Verônica Serra é resultado de uma interseção de José Serra sobre as atividades do ator Ministério da Justiça.

O que era somente uma interpretação baseada em associações lógicas naturaliza-se em pressuposto, quando a revista identifica o ator social Polícia Federal em uma relação de submissão à ala do PSDB, por meio da estratégia *on record* sem reparação “A Polícia Federal era comandada por um tucano de carteirinha”, em (40). *Carta Capital*, ao explicar quem era o delegado da Polícia Federal que agia conforme os interesses particulares da legenda, Agílio Monteiro Filho, em “que chegou a se candidatar, sem sucesso, à Câmara dos Deputados em 2002, pelo PSDB”, indica que a instituição de justiça do poder executivo federal é afetada pelo jogo de poder da política, conforme o recurso *off record* de pressuposição empregado faz-nos supor. Se segmentos dirigentes do órgão candidatam-se nas eleições, então suas atividades na instituição são motivadas politicamente.

No contexto de outubro de 2010, quando os resultados antecipados dos procedimentos administrativos e inquéritos policiais indicaram que a autoria do crime na Receita não era dos integrantes da campanha petista de Dilma Rousseff, surge, na narrativa de *Carta Capital*, algumas declarações de

Amaury Ribeiro, indiciado pela Polícia Federal como principal responsável pela violação na Receita. Um delas remete a outra transgressão de segunda ordem através da qual a revista condensa a imagem de uso do órgão de Justiça pelo PSDB e José Serra. Em 2002, a “Operação Lunus”, da Polícia Federal, implicou um escândalo que derrubou a candidatura de Roseana Sarney (PFL, atual DEM) à Presidência⁸⁶.

As investigações foram encabeçadas pelo delegado Marcelo Itagiba, quando o diretor-geral da corporação era Agílio Monteiro Filho. *Carta Capital* identifica e naturaliza a atividade da Polícia Federal, também nesse caso, como uma extensão do projeto político de José Serra, por meio da estratégia *on record* sem reparação da oração “Naquele período, a dupla Itagiba-Serra articulou com a Polícia Federal a Operação Lunus”. Assim, a revista mostra que os sentidos do episódio da violação de sigilos de 2010 seriam diferentes, se a Polícia Federal não houvesse sido pressionada pelo Ministério da Justiça, por intermédio do ministro Luiz Paulo Barreto, conforme o uso da estratégia *on record* sem reparação em “a cúpula da PF foi obrigada a se movimentar para colocar nos eixos a história da quebra de sigilos”, pela qual *Carta Capital* não repara a imposição de um órgão sobre o outro.

Ao longo do processo de construção discursivo-ideológica das identidades dos atores sociais PT, PSDB, Dilma Rousseff, José Serra, Ministério da Justiça e Polícia Federal, *Carta Capital* performatiza sua identificação mesma. Leiamos os excertos das reportagens dos três últimos núcleos da narrativa que a revista tece:

- (43) CartaCapital teve acesso a parte do tal “dossiê” que gerou toda essa especulação. Trata-se, na verdade, de um livro ainda não publicado com 14 capítulos intitulado Os Porões da Privatária, do jornalista Amaury Ribeiro Jr.
- (44) Procurado por CartaCapital, Gimenez ficou muito irritado com perguntas sobre a Operação Caribe.
- (45) Fora da política desde 2006, o bispo não foi encontrado por CartaCapital para informar se houve resposta.

⁸⁶ *Folha de São Paulo*, “Roseana transforma Serra em inimigo” (10/03/02).

Carta Capital, na construção da cartografia dos *Novos alopados*, estetiza uma imagem ideal de mídia, cuja alegada preocupação com “a informação exclusiva e reveladora”, conforme disposto em seu editorial “A manipulação da plateia” (14/03/2014), assinado por Mino Carta, coloca nas mãos da imprensa jornalística, tanto impressa quanto eletrônica e digital, o dever de buscar as razões e o que está omissos nos fatos noticiados. Através da estratégia *on record* de explicação, destacada nos excertos acima, *Carta Capital*, ao explicar o conteúdo dos episódios informados, refunda o *ethos* jornalístico, o mesmo reivindicado por *Veja*, como vimos, de investigar acontecimentos, revelá-los e esclarecê-los à sociedade.

Observemos, logo, que essa imagem está vinculada intimamente à autoridade do veículo, à legitimação de sua enunciação como lugar da verdade, conforme evidencia o uso da estratégia *on record* de explicação “trata-se, na verdade”, em (43), que ratifica a autoridade da revista ao definir como verdadeiro o que ela está enunciando, pois é resultado de sua investigação imparcial do conteúdo do dossiê. Confessadamente lançada como uma alternativa à mídia hegemônica, *Carta Capital* identifica-se como oposição e crítica a essa esfera enunciativa.

Como os excertos (46) e (47) exemplificam, destacados das reportagens “O dossiê do dossiê do dossiê (09/06/2010)” e “Sinais trocados (13/09/10)”, é comum encontrarmos, na cartografia do evento, identificações da imprensa hegemônica por meio da estratégia *on record*/sem reparação, cujo uso pela revista não está interessado em proteger a face do jornalismo referido e expõe a sua imagem, esteticizada textualmente em tom pejorativo ou irônico, como sendo sua identificação mesma:

(46) A notícia sobre o suposto dossiê, que ninguém sabe dizer se existe de fato, veio a público em uma reportagem confusa da revista Veja.

(47) Graças à leniência do governo FHC e à então boa vontade da mídia, que não enxergou, como agora, nenhum indício de um grave atentado contra os direitos dos cidadãos [...].

Em síntese, o quadro das estratégias de polidez linguística mobilizadas na identificação de atores sociais, no desenvolvimento da cartografia dos *Novos alopados* em *Carta Capital*, apresenta a seguinte configuração:

Atores sociais	Reportagens			
	<i>O dossiê do dossiê do dossiê</i> (09/06/2010)	<i>As quebras de sigilo fiscal: qual é mesmo o escândalo?</i> (02/09/10)	<i>Sinais trocados</i> (13/09/10)	<i>Uma guerra Tucana</i> (27/10/10)
PT Dilma Rousseff	on record de ser indireto on record de ser evasivo on record de minimizar imposição	on record de ser indireto	on record de explicação	on record de explicação
PSDB José Serra	off record de exagero off record de uso de metáforas	on record/sem reparação off record de uso de metáforas	off record de uso de metáforas off record de dar pistas off record de associação on record sem reparação	off record de dar pistas off record de associação off record de uso de metáforas off record de dar pistas on record sem reparação
Ministério da Justiça Polícia Federal	não estão incluídos na reportagem	não estão incluídos na reportagem	off record de dar pistas on record sem reparação off record de associação	on record sem reparação
Carta Capital	on record de explicação	on record de explicação	on record de explicação	on record de explicação

Quadro 13: Estratégias de polidez linguística em *Carta Capital*.

5.4. Agindo em práticas sociais

Depois de ter investigado, nas seções anteriores, a representação das ações e atividades *Novos alopados* e o jogo de faces através do qual os atores sociais são identificados e dispostos na cartografia narrativa do evento, devo, enfim, discutir a construção de sentidos do escândalo político como modo de agir na prática social. Conforme Fairclough (2003, p. 65) explica, o aspecto especificamente discursivo dos modos de ação e interação nos eventos da realidade social é o gênero. Conforme argumentei no Capítulo 3, dentre as questões de organização textual que a ADC elenca para investigar a articulação do significado acional, na forma da natureza genérica dos textos nas ordens de discurso, penso que a intertextualidade é particularmente útil à crítica da linguagem que realizou do escândalo político em foco.

Considerando o gênero reportagem um modo de “criar histórias” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 84) e compreendendo que o escândalo político constitui-se textualmente a partir de narrativas midiáticas construídas no cenário público, entendo que uma característica importante do evento é a forma de compor histórias através da recontextualização de vozes. As vozes são incorporadas ao texto da instância enunciativa de mídia, tecendo ideologicamente uma rede textual que significa o evento de modo específico e atua na construção ideológica da realidade social, em sua performance em termos de gênero, como forma de regulação, reprodução ou transformação de ordens de discurso.

Assim, a análise que apresento, a seguir, esforça-se para descrever e discutir, comparativamente, como se dá a tessitura narrativa dos *Novos alopados*, a partir da recontextualização e reapropriação das vozes que compõem o evento na e pelas instâncias enunciativas de mídia *Veja* e *Carta Capital*. Para isso, examino os tipos de relatos através dos quais as vozes são incorporadas nas narrativas hegemônica e não hegemônica do evento, a saber, os relatos direto, indireto, indireto livre e narrativo de ato de fala (FAIRCLOUGH, 2003, p. 49). Inicialmente, identifiquei todas as vozes incluídas nas 8 reportagens selecionadas. Depois, observei os modos distintos como elas são recontextualizadas na construção discursiva da cartografia do escândalo político no discurso midiático, em relação a três aspectos: o modo de recontextualização de vozes, a disposição contextual das

vozes no discurso que as relata e os tipos de relações que se estabelecem entre as vozes no texto, como ordem de apresentação, inclusão e relevância.

5.4.1. Intertextualidade em *Veja*

Em “Ordem na casa do Lago Sul” (02/06/2010), *Veja* inicia a cartografia dos *Novos alopados*, dispondo os atores sociais identificados na guerra a partir do seguinte mapeamento de vozes:

Vozes	Tipos de relato
<ul style="list-style-type: none"> • “um operador de terceiro escalão do PT” • “comando da campanha” • “um colaborador de Dilma Rousseff” • Dilma Rousseff • Bill Clinton • Fernando Pimentel • Luiz Lanzetta • Onésimo de Souza 	Relato direto
<ul style="list-style-type: none"> • Luiz Lanzetta • “um dos participantes da reunião” 	Relato indireto
<ul style="list-style-type: none"> • Rui Falcão 	Relato narrativo de ato de fala
<ul style="list-style-type: none"> • Sujeito indeterminado 	Relato indireto livre

Quadro 14: **Vozes na reportagem “Ordem na casa do Lago Sul” (02/06/2010).**

Conforme o quadro evidencia, à exceção da palavra de Bill Clinton, todas as vozes incluídas na reportagem são de atores sociais envolvidos com a campanha presidencial do PT. As falas são articuladas no texto de modo a favorecer a criação do cenário bélico e antidemocrático de emergência do dossiê, em referência ao qual *Veja* constrói o evento e identifica seus participantes. A única voz representada que não faz parte do grupo-alvo da denúncia é a do ex-presidente dos EUA, no excerto “Ninguém embaixo ouve”, aludindo às dificuldades de comando na política. A fala de Bill Clinton é reapropriada para reforçar a desobediência dos assim identificados novos alopados à proibição que Dilma Rousseff advertiu “Não é para fazer nada disso”. Não há, pois, nenhuma voz dissidente sobre a ocorrência e a autoria petista do crime na Receita, o que indica uma cobertura jornalística carente de contrapontos sobre o que se noticia.

As vozes relatadas em discurso direto são recontextualizadas por *Veja* dentro de uma cartografia que significa, inicialmente, a quebra de sigilos fiscais como surgida de um conflito interno do PT. *Veja* lança mão do uso de relatos diretos, reapropriando-se de excertos de fala, para ilustrar e legitimar a representação do evento que vem construindo a partir dos demais tipos de relatos. Observemos um exemplo desse procedimento comum na narrativa de *Veja*:

(48) A turma começava a exercitar os músculos e testar suas rotinas subterrâneas quando o pessoal do andar de cima soube do que se passava naquela casa do Lago Sul protegida por muros altos e vigiada por seguranças. Desceu sobre eles então uma rajada de bom senso vinda do comando da campanha mandando parar com toda atividade de inteligência que se valesse de métodos ilegais. Houve gritos de "é para parar com isso já" e ameaças de demissão dos envolvidos nos planos.

Inicialmente, *Veja* tece uma breve história sobre o episódio de violação de sigilos fiscais na casa do Lago Sul, criando um cenário de conflito e de disputas internas do PT, para o qual concorre o relato indireto da voz do comando da campanha petista “mandando parar com toda atividade de inteligência que se valesse de métodos ilegais”. Somente depois de ter introduzido a cena, *Veja* recorre ao uso do relato direto “é para parar com isso já”. Nesse modo frequente de recontextualização e disposição das vozes originais de atores sociais ligados ao PT, na cartografia discursiva da revista, os relatos diretos tornam-se recursos linguísticos importantes para ilustrar a narrativa de guerra criada e a atuação dos personagens dentro da disputa, dando maior veracidade à notícia.

Com a leitura já conduzida para a representação do evento como *Veja* deseja, as vozes são, então, suplementadas por relatos narrativos de atos de fala, como em “Ele [Rui Falcão] ficou sabendo e deu um espalho geral na turma da casa do Lago Sul”, e relatos indiretos livres, como “e ameaças de demissão dos envolvidos nos planos”. Essas estratégias de relatos, geralmente dispostos depois da apresentação do suposto contexto de enunciação das vozes relatadas, acrescentam novos sentidos às falas originais, quando estas se misturam à voz da instância midiática, enquanto têm a aparência de estarem apenas resumindo ou apresentando as vozes dos atores sociais.

À medida que a narrativa dos *Novos alopados* é desenvolvida por *Veja*, a estratégia referida de recontextualização e disposição de relatos permanece, condensando a construção discursivo-ideológica do evento como a cobertura de um fato na política. Em “A busca da hegemonia” (01/09/10), também não há inclusão de vozes dissidentes e a maioria das falas representadas refere-se a atores sociais vinculados ao PT. Os relatos diretos de petistas funcionam como ilustrações da trama informada, enquanto os relatos diretos de outros atores sociais - na reportagem, apenas o humorista Marcelo Madureira - são mobilizados como falas infamantes e indignadas, para reforçar o investimento discursivo-ideológico do evento como uma empreitada fascista de controle do Estado pelo PT. Observemos o quadro:

Vozes	Tipos de relato
<ul style="list-style-type: none"> • “um político respeitável” • Franklin Martins • “deputado da base aliada” do PT • Marcelo Madureira 	Relato direto
<ul style="list-style-type: none"> • Antonio Gramsci • Franklin Martins 	Relato indireto livre

Quadro 15: Vozes na reportagem “A busca da hegemonia” (01/09/10).

Um dado importante nessa reportagem é a estratégia do relato indireto livre da voz de Antonio Gramsci. A procura pela legitimação da representação que *Veja* vem construindo do evento, como uma guerra petista contra a democracia, leva a revista à apropriação da voz do cientista político Antonio Gramsci, para autorizar o conjunto de sentidos que cria do escândalo político e de seus personagens. A reportagem dispõe a voz de Gramsci antes da informação acerca da criação e inauguração da TV dos Trabalhadores (SP), construindo a perspectiva em virtude da qual o episódio deverá ser significado pelo leitor como uma das ações comunistas de censura à imprensa e controle estatal realizada pelo Governo PT. A apropriação da voz de Gramsci dá-se, ao longo de toda a reportagem, em relato indireto livre. Sua discussão acerca da política é apresentada por *Veja* como uma cartilha com três passos para implementação da “hegemonia cultural”. Atentemos para o excerto:

(49) A segunda frente é focada em fazer e apoiar leis que tornem cada vez mais inviável o exercício da imprensa livre. São leis que tentam submeter os jornalistas a organizações de controle dominadas por agente partidários e governamentais –

e as de origem econômica que visam a minar gradativamente as fontes de financiamento da imprensa pela iniciativa privada na forma de anúncios.

O recurso do relato indireto livre dissolve as fronteiras entre a voz original de Gramsci e a voz de *Veja*, de modo que a revista relata a fala do cientista como se a apresentasse de modo imparcial e transparente, quando é uma reapropriação que a usa autorização da significação da proposta de marco civil regulatório da imprensa no Brasil como uma estratégia comunista de censura à imprensa, a exemplo do financiamento público federal das rádios e tevês comunitárias. A proposta, à época, foi incentivada no Governo Lula pelo jornalista e ex-ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social (SECOM) Franklin Martins e pelo ex-ministro Luiz Gushinken, já falecido. Ambos se tornaram alvos frequentes das críticas da imprensa hegemônica.

Na terceira fase da narrativa dos *Novos alopados* em *Veja*, a significação das transgressões originais e secundárias do escândalo político como parte do projeto fascista do governo PT e de Dilma Rousseff torna-se cada vez mais sedimentada através das estratégias de relatos indiretos e diretos. Atentemos ao quadro das representações de vozes na reportagem “O Estado a serviço do partido” (08/09/10):

Vozes	Tipos de relato
<ul style="list-style-type: none"> • Paulo Brossard (ex-ministro da Justiça) • Lucia Hippolito (jornalista) • Osmar Prado (ator) • Didi Wagner (apresentadora) • Ives Martins (jurista) • David Fleischer (cientista político, UNB) • Fernanda Young (escritora e apresentadora de tevê) • Roberto Freire (presidente do PPS) • Denis Rosenfield (filósofo) • Lêdo Ivo (escritor, membro da Academia Brasileira de Letras) • Marco Antonio Villa (historiador) • Demétrio Magnoli (sociólogo) • Rodrigo Maia (presidente do partido DEM) • Mário Viana (dramaturgo) • Miro Teixeira (deputado federal, PDT) • Gilmar Mendes (ministro do STF) • Octaciano Nogueira (cientista político, UNB) 	Relato direto
<ul style="list-style-type: none"> • Lula (presidente do Brasil) • Amaury Ribeiro (jornalista) • “assessores do Ministério da Fazenda” 	Relato indireto

Quadro 16: Vozes na reportagem “O Estado a serviço do partido” (08/09/10).

Na reportagem, *Veja* constrói a representação do Estado e suas instituições sendo manobrados pelo PT e Dilma Rousseff, por meio do uso predominante de relatos indiretos dos atores sociais ligados à legenda. As vozes são dispostas sempre após uma curta história que narra e significa uma determinada ação ou atividade e reapropriadas como declarações incoerentes em relação à apresentação lógica do episódio, de modo a desautorizar as vozes dos atores sociais. Leiamos um exemplo desse procedimento na reportagem mencionada, com atenção para a disposição do relato indireto em destaque:

(50) Ao lado de dados fiscais dos investigados alinhavam-se informações facilmente obtidas pelos mecanismos de buscas da internet e toneladas de ilações e interpretações sem embasamento. O autor do “trabalho”, o jornalista Amaury Ribeiro Jr., foi um dos primeiros integrantes do frustrado grupo de espionagem. [...] Na versão dele não, de jeito nenhum. Amaury garante que os petistas roubaram de seu computador informações que subsidiaram uma reportagem. Extraordinário!

Conforme vimos na seção anterior, as estratégias *off record* de exagero e hipergeneralização são mobilizadas frequentemente na identificação do inimigo, para que a violência absurda da “guerra” e do “atentado” justifique, por si própria, a indignação e a reação diante do evento e seus participantes ameaçadores. Especialmente na reportagem de que tratamos neste momento, a radicalização do outro, na luta de sentidos, como o inimigo a ser combatido é definida a partir do recurso dos relatos diretos. Conforme o quadro expõe, *Veja* incorpora a vozes de diversos atores sociais, engajados em distintos campos da realidade social, a fim de infamar o discurso moralizante que ergue contra a ação antidemocrática e seus autores petistas.

As vozes aludem a distintas formações discursivas da sociedade, pertencentes aos domínios da arte, da justiça, da política e da ciência, e se aproximam do discurso jornalístico que as relata, a fim de reproduzir e legitimar as significações que têm tecido o evento nessa cartografia:

(51) Osmar Prado (ator): “Essa quebra de sigilo arbitrária cria um estado de insegurança”.

(52) Ives Martins (jurista): - “A esta altura, nenhum de nós se sente seguro, porque sequestradores e outros criminosos podem ter acesso a esses dados”.

(53) Roberto Freire (político, presidente do PPS): “Isso é um atentado contra a democracia”.

(54) Demétrio Magnoli (sociólogo): “Há indícios muito convincentes de que isso é uma ação partidária. O regime autoritário de Vladimir Putin na Rússia foi implantado assim [...].”

Nessa direção de significação ideológica do evento, *Veja* detém-se, em “Intrigas de Estado” (23/10/10), ao resultado do inquérito da PF sobre a autoria do crime na Receita, que não indicou, como responsáveis pela violação de dados, o PT e a candidata Dilma Rousseff, na contramão da política de verdade da mídia hegemônica. A reportagem procura provar a desmoralização e o controle partidário da PF e, logo, a falta de legitimada dos resultados das investigações policiais, expondo uma conversa envolvendo alguns atores sociais do Ministério da Justiça, confessando pedidos de quebras de sigilos pelo Palácio do Planalto. O diálogo é representado em relatos diretos, a fim de dar maior veracidade à política de incriminação de *Veja*:

Vozes	Tipos de relato
<ul style="list-style-type: none">• Gláucia de Paula (chefe de gabinete do ministro da Justiça Luiz Paulo Barreto)• Luiz Paulo Barreto (ministro da Justiça)• Pedro Abramovay (secretário nacional de Justiça)• Romeu Tuma Júnior (ex-(secretário nacional de Justiça)	Relato direto
<ul style="list-style-type: none">• Pedro Abramovay (secretário nacional de Justiça)• Luiz Paulo Barreto (ministro da Justiça)	Relato indireto
<ul style="list-style-type: none">• Stuart Grudgings (correspondente da Reuters)• Franklin Martins (ministro da Comunicação Social)	Relato indireto livre

Quadro 17: Vozes na reportagem “Intrigas do Estado” (23/10/10).

À maneira como tem ocorrido em toda a narrativa dos *Novos alopados* em *Veja*, os relatos diretos, que não incluem a voz da própria PF, são articulados após a criação discursiva de um contexto em que as vozes relatadas diretamente devem estar engajadas e em virtude do qual precisam ser percebidas. Tal contexto é composto especialmente por relatos indiretos. *Veja*, assim, revela a situação em que se dão as “tentativas ousadas de petistas de alto coturno de conspurcar um dos mais antigos e venerandos ministérios da República”, o da Justiça:

- (55) Em inúmeras ocasiões, Barreto revelou a seus assessores não ter ascendência sobre Corrêa. O ministro chega a expressar em voz alta sua desconfiança de que o diretor da PF tem tanto poder que se dá ao luxo de decidir sobre inquéritos envolvendo pessoas da antessala do presidente da República.

Através do cenário introduzido por relatos indiretos, como vimos no trecho acima, *Veja* descreve o clima conflitivo e obscuro que “assombrava” o Ministério da Justiça, em que subordinados da instituição, especialmente o então diretor-geral da PF, Luiz Fernando Corrêa, estavam espionando atores sociais “do mais alto escalão” da justiça, particularmente o ministro Luiz Paulo Barreto. A partir disso, *Veja* costura a percepção que deve orientar a significação do diálogo que apresenta adiante:

Gláucia de Paula

O Gilberto (Carvalho, chefe de gabinete da Presidência) foi indiciado?

Ministro Luiz Paulo Barreto

O processo foi travado. Deu m... (...) O negócio do grampo. O Luiz Fernando falou pra não se preocupar.

Gláucia de Paula

Tem certeza disso?

Ministro Luiz Paulo Barreto

O ministro Márcio (Thomaz Bastos) que me contou isso. O Gilberto (Carvalho) me contou isso.

Tuma

Esse cara tem alguma coisa, não é possível (...).

O diálogo entre o ministro Luiz Barreto, a sua chefe de gabinete, Gláucia de Paula, e o ex-secretário nacional de Justiça, Romeu Tuma, em relato direto, ilustra e legitima o cenário que o precedeu e, conforme o discurso de *Veja*, o ambiente em que a conversa se deu propriamente, e revela o aparelhamento da PF e sua força de atuação, mesmo contra um órgão que lhe é superior na hierarquia da Justiça. Essa força, que está indicada no excerto da conversa por Romeu Tuma Jr., é associada ao PT, pois Luiz Corrêa, conforme é dito na conversa, teria impedido o indiciamento de Gilberto Carvalho, chefe de gabinete de Lula, na “Operação Satiagraha”, em 2008.

5.4.2. Vozes em *Carta Capital*

Diferentemente de *Veja*, que inicia a narrativa dos *Novos alopados* com foco sobre a transgressão original na elaboração do dossiê contra José Serra, a partir do uso predominante de relatos diretos de vozes de atores sociais vinculados ao PT, *Carta Capital*, atentando para o conteúdo das transgressões trazidas à tona, dispõe as vozes na reportagem “O dossiê do dossiê do dossiê” (09/06010) do seguinte modo:

Vozes	Tipos de relato
<ul style="list-style-type: none">• José Serra• Dilma Rousseff• José Eduardo Dutra (presidente do PT)• Amaury Ribeiro	Relato indireto
<ul style="list-style-type: none">• Dilma Rousseff• Amaury Ribeiro	Relato indireto livre
<ul style="list-style-type: none">• Amaury Ribeiro	Relato direto

Quadro 18: Vozes na reportagem “O dossiê do dossiê do dossiê” (09/06010)

Carta Capital apresenta, logo no início da narrativa do evento, o conflito entre as vozes dos atores sociais José Serra e Dilma Rousseff, através de relatos indiretos, com algumas palavras originais sinalizadas pelas aspas, o que indica uma cobertura jornalística com alguma abertura para a diferença ou a tensão de discursos na luta hegemônica:

(56) Na quarta-feira 2, o pré-candidato tucano acusou Dilma Rousseff de estar por trás da “baixaria” e cobrou explicações. A petista disse que a acusação era uma “falsidade” e o presidente do partido, José Eduardo Dutra, informou que a cúpula da legenda havia decidido interpelar Serra na Justiça por conta das declarações.

Ao longo de toda a reportagem, *Carta Capital*, priorizando o conteúdo da “papalada” que fomentou o dossiê, lança mão, predominantemente, das estratégias de relato indireto e relato indireto livre, representando especialmente a voz do jornalista Amaury Ribeiro, para a composição da narrativa em que estão engajadas as ações e atividades do evento:

(57) O mesmo fenômeno envolveu o ex-delegado federal Onésimo de Souza, especialista em contraespionagem que chegou a oferecer serviços ao PT de vigilância e rastreamento de escutas telefônicas. Como cobrou caro demais, acabou descartado, mas foi apontado como futuro integrante da tal equipe de arapongas de Dilma Rousseff.

De um lado, *Veja*, relatando diretamente a voz do ex-delegado Onésimo de Souza, conta que ele havia sido convidado a chefiar o assim identificado grupo de inteligência do PT, mas não houve contrato, pois ele pressentiu que "aquilo ia acabar numa nova versão dos aloprados". De outro lado, *Carta Capital* informa, a partir do que o jornalista Amaury Ribeiro afirmou sobre os bastidores do escândalo, que o ex-delegado não foi convidado a participar da campanha petista, pois ele quem ofereceu, sem sucesso, seus serviços ao comando da legenda. Pela estratégia do relato indireto livre, *Carta Capital* confunde os limites entre as vozes do ator social Amaury Ribeiro e a da própria instância de mídia, de modo a tornar as histórias do jornalista sobre atividades no evento as atividades mesmas que o veículo revela.

Depois de confirmada, pela Receita Federal e pela PF, a violação de dados sigilosos de cerca de 300 contribuintes brasileiros, *Carta Capital*, em "As quebras de sigilo fiscal: qual é mesmo o escândalo?" (02/09/10), inicia o movimento de significados que vai de encontro à política de verdade da mídia hegemônica de incriminar os atores PT e Dilma Rousseff. Aqui, as vozes relatadas são, predominantemente, de atores sociais vinculados ao PSDB e a José Serra, à exceção da voz dissidente de Antonio Carlos Atella Ferreira, o contador acusado de ser o falso procurador de Verônica Serra:

Vozes	Tipos de relato
<ul style="list-style-type: none"> • José Serra • Antonio Carlos Atella Ferreira (contador) • Mônica Serra (esposa de José Serra) 	Relato indireto
<ul style="list-style-type: none"> • Merval Pereira (jornalista de O Globo) • Mônica Serra • Antonio Carlos Atella Ferreira • José Serra 	Relato direto

Quadro 19: Vozes na reportagem "As quebras de sigilo fiscal: qual é mesmo o escândalo?" (02/09/10)

Na reportagem, *Carta Capital* dispõe as vozes de um modo particularmente útil à visão da reação dos atores PSDB, José Serra, aliados e familiares contra os supostos autores do crime na Receita como reacionária.

Inicialmente, a revista descreve a reação indignada desses atores, a partir de relatos diretos e indiretos com marcas de estranhamento (aspas) do texto original:

(58) E a “democracia está em perigo”, como escreve Merval Pereira.

(59) O candidato [José Serra] engatou a quarta marcha e disse que o PT tem práticas “fascistas”.

(60) [Mônica Serra] Disse que “isso é coisa de quem não tem família, um atentado à democracia” (...).

A seguir, *Carta Capital* elenca uma série de perguntas, a partir de sua própria voz, e aloca a voz de Carlos Atella nos questionamentos realizados, como se vê em:

(61) 1ª. Quem pediu ao contador Antonio Carlos Atella Ferreira que fosse à delegacia de Santo André, em nome de Verônica Serra, solicitar suas declarações de renda? Ele diz que não se lembra do nome, que “deve ser de algum advogado” e que recebe “entre 15 e 20 pedidos deste por dia”. Disse também que nem sabia que se tratava da filha de Serra.

em que, a partir do relato indireto com marcas de estranhamento, a revista trilha uma leitura que passa a duvidar da reação do PSDB e de José Serra de incriminar os atores PT e Dilma Rousseff e começa a enxergá-la, em sua “veemência”, como um comportamento reacionário. Contrariando o discurso da imprensa hegemônica, que vinha fundamentando a significação do evento como empreitada fascista, a partir da incorporação de discursos da ciência, da política, da arte e da justiça, *Carta Capital* traz a público, em “Sinais trocados” (13/09/10), a violação de dados bancários realizada pela empresa Decidir.com, de Verônica Serra, com a seguinte disposição de vozes:

Vozes	Tipos de relato
<ul style="list-style-type: none">• José Serra• Michel Temer• Folha de São Paulo• Cíntia Yamoto• Verônica Serra• Paulo Rocha (deputado do PT que teve sigilo bancário violado pela Decidir.com)	Relato indireto
<ul style="list-style-type: none">• Decidir.com• Verônica Serra	Relato direto
<ul style="list-style-type: none">• Amaury Ribeiro Jr.	Relato indireto livre

Quadro 20: Vozes na reportagem “Sinais trocados” (13/09/10)

Na reportagem, a revista desconstrói as imagens de vítimas de José Serra e Verônica Serra, descrevendo a história de como ocorreu a violação de sigilos pela Decidir.com, a partir de relatos indiretos e indiretos livres das vozes dos personagens envolvidos na trama. *Carta Capital*, no processo de construção da narrativa do episódio, reapropria-se das vozes de distintos atores sociais, criando um forte clima de tensão, como no exemplo:

- (62) Temer decidiu chamar o Banco Central às falas no mesmo dia em que uma matéria da Folha de São Paulo informava que, graças ao passe livre do Decidir.com, era possível a qualquer um acessar não só os dados bancários de todos os brasileiros com conta corrente ativa, mas também o Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos (CCF), a chamada “lista negra” do BC.
- (63) Via assessoria de imprensa, ele informou apenas não se lembrar de ter entrado ou não com alguma ação judicial contra a Decidir.com por causa da quebra de sigilo bancário.
- (64) À época, uma funcionária do site, Cíntia Yamamoto, disse ao jornal que a Decidir.com dedicava-se a orientar o comércio sobre a inadimplência de pessoas físicas e jurídicas, nos moldes da Serasa, empresa criada por bancos em 1968.

De um lado, a revista representa, por relato indireto livre, as vozes de Michel Temer (PMDB), então presidente da Câmara dos Deputados e futuro vice de Dilma Rousseff, que havia solicitado esclarecimentos ao Banco Central sobre a violação, e de Paulo Rocha (PT), um dos deputados que tiveram os dados bancários acessados ilegalmente. De outro lado, há recontextualização, por relato indireto, das vozes do jornal *Folha de São Paulo*, que usufruiu das informações fornecidas irregularmente pela empresa, e de Cíntia Yamamoto, funcionária da Decidir.com, que explicou à imprensa o episódio como uma falha técnica no sistema.

Depois de introduzida a história de ocorrência do crime, a partir dos recursos dos relatos indireto e indireto livre, *Carta Capital* utiliza-se da estratégia do relato direto, para recontextualizar as vozes de Verônica Serra e da própria empresa Decidir.com, desautorizando-as, ao serem interpretadas como incoerentes e fajutas com base na lógica narrativa apresentada:

- (65) Decidir.com: “encontre em nossa base de licitações a oportunidade certa para se tornar um fornecedor do Estado”.
- (66) Verônica Serra: “Não conheço Verônica Dantas, nem pessoalmente, nem de vista, nem por telefone, nem por e-mail”, anunciou.

Aqui, é preciso sublinhar que as ações e personagens no episódio narrado pela revista foram fundamentados a partir do relato indireto livre da voz de Amaury Ribeiro, com base nas declarações realizadas em seu livro, cujo conteúdo foi acessado por *Carta Capital*.

Na luta por sentidos, a instauração do outro ameaçador é imprescindível para a construção dos significados que a revista deseja legitimar. Em “Uma guerra Tucana” (27/10/2010), *Carta Capital* não inclui mais as vozes de atores ligados ao PT e Dilma Rousseff, em detrimento do foco sobre as vozes de atores relacionados à denunciada produção de dossiê na disputa pela pré-candidatura no PSDB e ao domínio da Justiça acerca dos resultados dos inquéritos divulgados ao final do escândalo político. A revista, então, dispõe as vozes representadas do seguinte modo:

Vozes	Tipos de relato
<ul style="list-style-type: none"> • Polícia Federal • Luiz Fernando Corrêa (diretor-geral da PF) • Alessandro Moretti (delegado da DIP) • Amaury Ribeiro • Rui Falcão • Josemar Gimenez 	Relato indireto
<ul style="list-style-type: none"> • Amaury Ribeiro • Estado de Minas • Folha de São Paulo • Aécio Neves • Marcelo Itagiba • Dirceu Rodrigues Garcia • Josemar Gimenez 	Relato direto
<ul style="list-style-type: none"> • Amaury Ribeiro 	Relato indireto livre

Quadro 21: Vozes na reportagem “Uma guerra Tucana” (27/10/2010)

A reportagem dedica-se, prioritariamente, à significação de como se deu a disputa fratricida pela pré-candidatura no PSDB, de que resultou o dossiê antiserrista que deu origem aos *Novos Alopados*. A história da disputa é construída, especialmente, pela estratégia de relatos indiretos e indiretos livres. Primeiro, são reapropriadas, em relatos indiretos, as vozes de Luiz Fernando Corrêa e Alessandro Moretti, da PF, na indicação da autoria do crime na Receita, envolvendo o jornalista Amaury Ribeiro e o jornal *Estado de Minas*:

(67) Em entrevista coletiva na quarta-feira 20, o diretor-geral da PF, Luiz Fernando Corrêa, e o delegado Alessandro Moretti, da Divisão de Inteligência Policial (DIP),

anunciaram não existir relação entre a quebra de sigilo em unidades paulistas da Receita Federal e a campanha presidencial de 2010.

Depois, a partir do acesso aos depoimentos de Ribeiro, *Carta Capital* recontextualiza a voz do jornalista, em relato indireto livre, para narrar as ações e os personagens do episódio. Aqui, encontramos, por exemplo, a voz de Dirceu Garcia, que

(68) revelou ao Jornal Nacional, da TV Globo, na mesma quarta 20, ter recebido 5 mil reais de Ribeiro Júnior, entre 9 e 19 de setembro passado, como “auxílio”.

Na descrição das circunstâncias da produção do dossiê, as tensões entre os atores na disputa pela pré-candidatura à Presidência no PSDB são evidenciadas pela recontextualização direta de vozes. O texto reforça os conflitos, historicamente construídos, entre instâncias de mídia, mais especificamente entre os jornais *O Estado de São Paulo* e *Estado de Minas*, através de relato direto, pelo qual as tensões entre as vozes ficam mais evidentes:

(69) “Os mineiros repelem a arrogância de lideranças políticas que, temerosas do fracasso a que foram levados por seus próprios erros de avaliação, pretendem dispor do sucesso e do reconhecimento nacional construído pelo governador Aécio Neves”.

Em resposta às investidas irônicas do jornal paulista, como vimos na análise da conjuntura, no Capítulo 4, a voz do *Estado de Minas* é relatada diretamente, de modo a condensar a imagem do evento como uma guerra tucana e o deslocamento da posição de vítima dos atores PSDB e José Serra para a posição de autores de irregularidades nos bastidores políticos.

As tensões, por meio de relatos diretos, também são estabelecidas entre as vozes de Amaury Ribeiro e os demais atores participantes da elaboração do dossiê na disputa interna do PSDB, como o delegado Marcelo Itagiba, que, vinculado a José Serra, foi acusado de ter comandado o grupo de espionagem contra Aécio Neves:

(70) “Não sou araponga. Quando fui delegado fazia investigação em inquérito aberto, não espionagem, para pôr na cadeia criminosos do calibre desses sujeitos que formam essa camarilha inscrustada no PT”.

o político Aécio Neves, que foi relacionado ao trabalho que Amaury Ribeiro assumiu no jornal mineiro:

(72) “Repudio com veemência e indignação a tentativa de vinculação do meu nome às graves ações envolvendo o PT e o senhor Amaury Ribeiro Jr., a quem não conheço e com quem jamais mantive qualquer tipo de relação”.

e Josemar Gimenez, diretor de redação do Estado de Minas, que solicitou a tarefa de contraespionagem ao próprio jornalista:

(73) Procurado por CartaCapital, Gimenez ficou muito irritado com perguntas sobre a Operação Caribe. “Não sei de nada, isso é um absurdo, não estou lhe dando entrevista”, disse, alterado, ao telefone celular.

CONCLUSÃO

O meu objetivo geral, nesta dissertação, foi descrever e discutir como o escândalo político *Novos alopados* constrói-se discursivamente como acontecimento que age na constituição antagônica da realidade social. Mais especificamente, pretendi investigar o processo de construção do escândalo político, através das formas midiáticas de enunciação, quanto à representação das ações e atividades que compõem o evento, à identificação dos atores sociais envolvidos na trama e à forma de ação do acontecimento na realidade social. Em vista disso, a investigação foi organizada em cinco etapas.

No Capítulo 1, explanei o primeiro elemento da minha leitura linguístico-discursiva do escândalo político: a mídia. Discuti a experiência simbólica do evento, especialmente no contexto brasileiro, como acontecimento midiático situado na vida social pública. No Capítulo 2, dediquei-me ao segundo elemento da leitura então desenvolvida do escândalo político: o antagonismo social. Apresentei de que modo o evento inscreve-se discursivamente na constituição antagônica da realidade social, da forma como tenho compreendido seu engajamento na luta hegemônica e ideológica da sociedade.

No Capítulo 3, exploro o terceiro e principal elemento em torno do qual desdubro minha reflexão sobre o evento: o discurso. Argumentando em defesa da pesquisa interpretativa da ADC como uma crítica da linguagem possível para a análise social do escândalo político, exponho três modos através dos quais penso a construção textual do evento como forma de representar, identificar e agir na realidade social. No Capítulo 4, realizo a análise conjuntural, examinando a mediação textual dos *Novos alopados* no movimento de significados articulado durante as eleições presidenciais de 2010, e a análise da prática social particular da imprensa jornalística, pela qual o acontecimento consiste numa experiência midiática.

No Capítulo 5, quando a análise discursiva do evento centra-se nos objetivos mais específicos da pesquisa, descrevo como o escândalo político em foco é constituído textualmente, na vida social pública, através da mobilização de estratégias discursivas de representação de ações e atividades, de identificação de

atores sociais e de ação social do acontecimento na realidade. Preciso ressaltar, aqui, que não estou compreendendo a construção discursivo-midiática do escândalo político como um processo de significação absoluta deliberado, pois há uma série de fatores que o afetam, como o tempo curto de edição de notícias. No entanto, esses fatores não devem isentar as instâncias de mídia de sua responsabilidade nas construções de sentidos da realidade social. Assim ressaltado o trabalho de linguagem na mídia, observemos, adiante, como cada um dos significados atuou nas cartografias narrativas do evento na imprensa hegemônica e não hegemônica.

Quanto à representação de ações e atividades dos *Novos Alopados*, o evento foi investigado em termos da mobilização de estratégias discursivas de metáforas lexicais na representação de processos.

Na cartografia construída por *Veja*, a análise discursiva indicou a inclusão somente de transgressões originais e secundárias que envolviam os atores sociais PT e Dilma Rousseff. A revista, assim, significou o escândalo político como uma guerra e, mais especificamente, as ações e atividades transgressoras como atos violentos contra a democracia e empreitadas fascistas de controle do estado. Para isso, a revista lançou mão dos recursos de metáfora conceitual, cujo referencial bélico e de poder serviu à significação do evento como combate e ataque, de metáfora ontológica, cujo movimento de nominalização tornou-se bastante útil à naturalização das representações construídas como estados do mundo, e de metáfora orientacional, que concorreu para a legitimação do caráter negativo, desmoralizante e irracional dos processos representados.

Diante da representação de transgressões secundárias, em *Veja*, é preciso pensar quais as razões e as consequências de incitar um ódio coletivo contra o reificado inimigo do Estado - tido como autoritário por empreender práticas comunistas de apoio financeiro e tecnológico a pequenas mídias no interior do país, com a suposta pretensão de torná-las econômica e ideologicamente dependentes - enquanto se autoprojeta um modelo de imprensa livre como único possível e legítimo numa democracia.

É preciso atentar para os tipos de implicações na vida social da promoção de estratégias políticas de pulverização ou democratização dos meios de

comunicação, pois, ao tornarem mais pluralista a participação de diferentes mídias na vida pública e, com isso, de distintos segmentos e movimentos sociais, sem representação ou identificação na vida política, viabilizam leituras alternativas e possíveis da e à sociedade. Alterar ou reproduzir o *establishment* dos meios de comunicação significa, então, agir sobre o real do antagonismo, criando formas de *apartheid* social.

Na cartografia construída por *Carta Capital*, a análise discursiva apontou para a inclusão de transgressões originais relacionadas aos atores sociais PT e Dilma Rousseff e de transgressões secundárias ligadas aos atores PSDB e José Serra. No primeiro caso, a revista significa as ações e atividades a partir do recurso de metáfora conceitual, com referência à fabricação ou forjamento, que serviu à percepção dos processos representados como não-fatos criados pela imprensa hegemônica. No segundo caso, a revista significa as ações e atividades pelo recurso de metáfora conceitual, com referencial bélico, através do qual o evento é representado como guerra e atentado contra a democracia, e de metáfora ontológica, que naturaliza as significações de processos em estados de realidade, mostrando as transgressões secundárias em foco como um quadro de práticas habituais de uso político-partidário de instituições públicas.

É preciso notar, ao fim da análise do significado representacional, que o enquadramento bélico dado na representação das ações e atividades do escândalo político, através dos modos como são, enquanto objetos de discurso, recategorizadas ou re-apresentadas metaforicamente a cada reportagem, legitima a reação de violência contra a assim significada guerra ou atentado contra a democracia, quanto aos tipos de sentidos construídos e as suas implicações ético-políticas para a percepção das práticas na vida sociopolítica do país e, logo, para os modos de agir nesse contexto.

Quanto à identificação de atores sociais envolvidos nos *Novos alopados*, o evento foi analisado em termos da esteticização de imagens dos participantes engajados na guerra, através de estratégias de polidez linguística.

Na cartografia construída por *Veja*, o jogo das faces é construído de modo a identificar os eixos do mal e do bem na guerra. As identidades dos atores sociais

PT e Dilma Rousseff, que estão incluídos nas 4 reportagens selecionadas, são construídas negativamente a partir da estratégia *on record*/sem reparação, pela qual as faces dos sujeitos são violentadas, e por estratégias *off record* (de associação, metáfora, exagero, hipergeneralização e perguntas retóricas), pelas quais as supostas ações de que os sujeitos participam são apresentadas objetivamente como fatos na realidade. Já as identidades dos atores sociais PSDB e José Serra, que são incluídos somente nas duas últimas reportagens, são constituídas, predominantemente, por estratégias *on record* de polidez positiva (pontos comuns, percepção do outro e acordo), pelas quais as faces dos sujeitos são apreciadas positivamente e percebidas como vítimas dos ataques da oposição petista.

As identificações das instituições Ministério da Justiça e Polícia Federal, também incluídas somente nas duas últimas reportagens, são realizadas, prioritariamente, por estratégias *off record* (de chaves de associação, pistas, pressuposição e metáfora), pelas quais a revista transforma em estado de realidade um conjunto de ações significado discursiva e ideologicamente, fazendo com que a identificação negativa dos atores em foco surja como uma percepção lógica, o que isenta o veículo da responsabilidade sobre a interpretação (possível) implicada. Nessa direção, a identidade de *Veja* é construída exclusivamente por estratégias *on record* de polidez positiva (de explicação, pontos comuns e acordo), por meio das quais a revista se lança como modelo de imprensa livre e independente, comprometida com a sociedade democrática, de quem se aproxima e com quem se alia.

Na cartografia construída por *Carta Capital*, o jogo das faces é construído de modo a perceber a guerra travada como um conjunto de embates, e não uma única luta entre as forças do bem e do mal. As identidades dos atores são constituídas, predominantemente, por estratégias *on record* de polidez negativa (de ser indireto, evasivo e minimizar imposição), pelas quais se evita violentar as faces dos sujeitos em questão, e, em dois casos somente, pela estratégia *on record* de polidez positiva de explicação, que identifica positivamente as imagens focadas.

Os atores sociais PSDB e José Serra, que também estão incluídos em todas as reportagens, são identificados pela estratégia *on record*/sem reparação, pelas quais as imagens dos sujeitos são significadas negativamente, e por

estratégias *off record* (de exagero, metáforas, chaves de associação e pistas), através das quais o processo de identificação dos sujeitos como autores de crimes e atentados contra a cidadania é objetivado como a apresentação de uma identidade dada na realidade informada. É preciso sublinhar que, enquanto *Veja*, na identificação do PSDB e de José Serra, recorreu frequentemente a estratégias de polidez positiva, mobilizadas para apreciação e valoração das faces, *CartaCapital*, para identificar os atores PT e Dilma Rousseff, articulou estratégias de polidez negativa, cujo uso serve para não violentar as faces.

Nesse esforço discursivo de construção ideológica da realidade, as identificações das instituições Ministério da Justiça e Polícia Federal, também incluídas nas duas últimas reportagens, são realizadas por estratégias *off record* (de pistas e chaves de associação), pelas quais a revista vincula, como inferência lógica, práticas corruptas e motivadas politicamente das instituições a interesses particulares do PSDB e José Serra, os mesmos que haviam acusado o aparelhamento fascista do estado pelo PT, e pela estratégia *on record/sem reparação*, usada na descrição objetiva das ações irregulares praticadas pelos sujeitos em foco. Nesse movimento de legitimação da percepção de *Carta Capital* como lugar enunciativo da verdade e da objetividade, a revista se identifica pela estratégia de explicação.

Essa cartografia, que significa a realidade de modo particular e define posições de diferença pelas quais os sujeitos e instituições são identificados e avaliados, está engajada na luta hegemônica e ideológica mais ampla de constituição da sociedade. A inscrição discursiva do evento na constituição hegemônica e ideológica da realidade social é realizada, especialmente, pelas estratégias de intertextualidade mobilizadas na imprensa jornalística.

Quanto a formas de ação social do conjunto de sentidos criado pela significação midiática dos *Novos alopados*, o evento foi analisado através da identificação das estratégias discursivas de intertextualidade, com foco sobre os tipos de relatos de vozes.

Veja estabelece um conjunto de vozes que não abre espaço para a diferença, para a heterogeneidade de forças que caracteriza o escândalo político. A

narrativa que a instância midiática constrói reduz as zonas de tensão entre os atores sociais a uma guerra única entre o bem e o mal e silencia alguns participantes do evento. Na guerra instaurada, a definição do inimigo é imprescindível para a identificação desses atores sociais, de modo que o estabelecimento do outro ameaçador torna-se o principal foco do empenho de *Veja* na composição narrativa do evento. Assim, as vozes dos atores PSDB e José Serra, bem como as dos demais sujeitos relacionados a eles, conforme identificamos na análise da conjuntura, são omitidas, e a voz da PF é silenciada.

A revista recorre à estratégia de relato direto em dois casos. Primeiro, para representar as vozes dos atores PT, Dilma Rousseff e demais envolvidos na campanha petista e no Governo Lula como atos de fala que ilustram e tornam verossímeis as supostas situações de enunciação originais. As vozes são dispostas, em geral, depois de realizadas as representações de ações e atividades como criminosas, a partir das quais as falas relatadas devem ser percebidas. Esses processos narrativos são operacionalizados por relatos indiretos e indiretos livres das vozes de atores ligados, prioritariamente, à legenda petista e de sujeitos autorizados, como o cientista A. Gramsci. Segundo, para legitimar a série de sentidos que *Veja* tece, através da inclusão das vozes de diversos atores sociais, vinculados a distintas ordens de discurso (nas ciências, artes, política e jurisdição).

As vozes reforçam as significações empreendidas e reproduzem algumas tensões da realidade social brasileira: dicotomias (como bem vs mal, direita vs esquerda política e comunismo vs democracia), formas de *apartheid* social (a diferença de reação de indignação entre aqueles com média ou alta escolaridade e poder de consumo e a “maioria” das pessoas, como algumas vozes mencionam, inclusive a do próprio veículo), hierarquias (por exemplo, a submissão de instituições ou organizações a partidos políticos com seus interesses econômicos e ideológicos) e desvalorização do que é público pela reprodução do discurso neoliberal. Na rede de vozes articulada, a voz do ator social PF é silenciada, por ir de encontro à política de oposição e incriminação da sigla petista que a revista opera.

Na cartografia de *Carta Capital*, o conjunto de vozes é mais amplo e marcado por relativa heterogeneidade. Pela intertextualidade, a revista destaca diferentes, mas não separadas, zonas de tensão no escândalo político, como a

disputa entre as campanhas do PSDB e do PT, o conflito entre as instâncias de mídia *O Estado de São Paulo* e *Estado de Minas*, envolvendo *Folha de São Paulo* e *Veja*, e a relação de partidos políticos com instituições públicas e veículos de comunicação. Esses pontos de conflito são criados, especialmente, por relatos diretos e indiretos, pelos quais *Carta Capital* evidencia as relações de diferença, por exemplo, entre as falas de José Serra e Dilma Rousseff, Marcelo Gimenez e Amaury Ribeiro e *O Estado de São Paulo* e *Estado de Minas*.

No entanto, essa abordagem mais heterogênea de vozes não é imparcial, pois, tal como ocorreu em *Veja*, há destaque para as vozes daqueles que a revista deseja identificar como inimigos, os autores dos “atentados” à cidadania, enquanto os atores sociais PT e Dilma Rousseff, cujas vozes só surgem na primeira reportagem, são descomprometidos e desvinculados dos conflitos noticiados. Com o objetivo declarado de mostrar a verdadeira história, isto é, os fatos reais e não os “factoides”, a revista utiliza os relatos indiretos e indiretos livres. As representações de ações e atividades e as identificações de atores sociais são tecidas pela voz de Amaury Ribeiro, principalmente por relatos indiretos livres. Com base nas declarações do jornalista, no conteúdo de seu livro e no acesso aos três depoimentos que ele deu à PF, *Carta Capital* constrói uma narrativa distinta da contada pela imprensa hegemônica. Nesse processo, as vozes dos atores sociais ligados ao PSDB e, principalmente, a José Serra, como as de seus familiares, colegas e sócios, são dispostas, em geral, após as representações criadas, evidenciando a incoerência, a desmoralização e o constrangimento desses sujeitos.

É possível observar que *Veja*, ao inscrever o escândalo político na realidade, reproduz posições diferenciais dicotômicas de atores sociais através da cartografia que desenha. A revista refunda ordens discursivas da democracia neoliberal brasileira que legitimam e naturalizam a autoridade da mídia hegemônica, como modelo único de imprensa livre, independente e transparente, a desvalorização e a desmoralização do que é público, significando-o como maquinário aparelhado pelo partido político no poder, e a oposição entre o estado governado pelo PT e a sociedade civil, definida como uma relação violenta, fascista e exploradora, criando um clima geral de insegurança e insatisfação. Outras formas possíveis de vida social, baseadas, por exemplo, na pluralização midiática e na

ampliação da participação da referida “maioria” no espaço público, são, então, significadas como ameaças permanentes.

Carta Capital combate o ideal neoliberal de imprensa, projetando e defendendo uma mídia mais próxima do que apresentamos, no Capítulo 1, como comunicação pública, na direção de uma comunicação mais participativa entre estado, governo e sociedade, a partir de novas tecnologias de mídia, alternativas e plurais, como blogs e redes sociais na internet. No entanto, a revista considera, como *Veja*, que a mídia deve ser imparcial, transparente e objetiva, como um *lócus* enunciativo da verdade na democracia. A cartografia construída por *Carta Capital* reconfigura as posições diferenciais do mapeamento identitário e representativo elaborado pela imprensa hegemônica. Há uma política de valorização do que é público, de modo a mostrar as falhas e irregularidades do estado e suas instituições como resultados de um sistema que, em certos segmentos, é corrompido por interesses partidários e econômicos particulares, e não de um aparelhamento movido com o fim de favorecer uma sigla partidária. Os casos de privatizações que o escândalo trouxe à tona, amplamente explorados pela revista, mostram a mudança da oposição estado vs sociedade civil para estado e sociedade civil vs políticas partidárias de desapropriação do bem público, praticadas por políticos ligados ao PSDB, que são, assim, os inimigos na guerra travada.

Ao fim da análise discursiva dos *Novos alopados*, em particular, compreendo que é possível pensar o escândalo político, em geral, como significado ideologicamente, em distintas cartografias midiáticas, a partir de uma política que o constrói discursivamente por meio de relações antagonizantes entre os atores sociais. A disputa por sentidos em que consiste o evento dá-se através de discursos que reificam o antagonismo social na forma do inimigo que deve ser combatido na guerra do escândalo político. A política midiática tenta (re)fundar uma realidade pelo estabelecimento, legitimação e naturalização de um conjunto de sentidos que é construído a partir da instituição discursiva de determinadas representações, identificações e formas de ação, definidas nas posições diferenciais que identidades ocupam na sociedade segundo a cartografia do escândalo político.

Assim, compreendo que o escândalo político age na constituição antagônica da realidade social, pelo engajamento do acontecimento nos conflitos

hegemônicos e ideológicos pela construção de sentidos na e para a vida social. Na cartografia do escândalo político, formas de vida e realidades possíveis podem ser criadas, reproduzidas ou transformadas, a partir dos modos de representar práticas, identificar sujeitos e instituições e atuar de distintos modos no curso de eventos sociais, na vida social pública e política. O escândalo político é um evento estruturado narrativamente. À guisa de ficção, ele se configura através de narrativas que, para fundar ou refundar o conjunto de sentidos para a vida social, recalca o caráter antagônico da realidade em que o evento surge e se desenvolve.

Desse modo, na leitura linguístico-discursiva do escândalo político que tenho aduzido nesta dissertação, concebo o evento como uma luta pela (re)fundação e legitimação de sentidos na construção da realidade social. Com essa afirmação, não quero iterar a definição que Thompson (2002) elabora, segundo a qual o evento é constituído, através de ações e atos de fala, como luta. A leitura linguístico-discursiva que desenvolvo tenta trazer alguma contribuição à concepção social do evento, definida especialmente pela Teoria Social do Escândalo Político. Na perspectiva do sociólogo britânico, o escândalo político é uma luta simbólica, porque consiste em disputas por nomes e reputações, que se desenvolvem pela visibilidade midiática. A meu ver, a projeção de imagens públicas é uma entre as várias características do evento.

Por isso, neste trabalho, estou compreendendo o escândalo político como um espaço de tensões, no interior do qual forças sociais e políticas se confrontam, e como um gesto que atua na realidade social, ao se figurar em um movimento significativo engajado nos embates hegemônicos mais amplos de construção ideológico-discursiva da vida sociopolítica. Nessa direção, é, precisamente, o caráter discursivo do evento, para o qual a crítica da linguagem que empreendi faz-nos atentar, que o torna também um movimento na mudança social. No processo de construção discursiva do escândalo político, tenta-se articular e desarticular relações de representação, identificação e (inter)ação dentro do sistema discursivo de diferenças, na dinâmica das tensões sociais e políticas que se confrontam pela hegemonia de certos sentidos, de certas construções ideológicas de realidade. O escândalo político é, pois, uma luta social.

Ao encerrar este trabalho, considerando seriamente o meu engajamento social e político (não partidário) no esforço empenhado para assumir o compromisso de linguista, devo sublinhar a minha responsabilidade sobre a investigação e a minha ação ideologicamente motivada ao empreender esta crítica da linguagem. Isso significa, também, assumir as falhas e limitações da pesquisa e manter, com afinco, mãos e ouvidos sempre dispostos às contribuições para o amadurecimento inter/transdisciplinar da investigação.

REFERÊNCIAS

- AFONSO-GOLDFARB, A.; FERRAZ, M.; BELTRAN, M. A historiografia contemporânea e as ciências da matéria: uma longa rota cheia de percalços. In: AFONSO-GOLDFARB, A.; BELTRAN, M. (orgs.). **Escrevendo a história da ciência: tendências, propostas e discussões historiográficas**. São Paulo: EDUC/FAFESP, 2004.
- ALENCAR, C. N.; FERREIRA, D. M. **Contexto: considerando ad infinitum**. Cadernos de Linguagem e Sociedade, Universidade de Brasília, v. 13, n. 1, 2012.
- AGÊNCIA NACIONAL DE JORNAIS. **Dois séculos de imprensa no Brasil**. (s/d). Disponível: http://www.anj.org.br/images/public_docs/industria/Imprensa_Brasileira_dois_seculos_de_historia.pdf.
- ANDIÓN, Margarita L. **O diário postelevisivo**. Santiago de Compostela (ES): Edicions Lea, 1993.
- ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos de Estado: notas sobre os aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- _____. **For Marx**. London: New Left Books, 1969.
- AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990. Tradução de Danilo Marcondes de Souza Filho.
- BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2002.
- BERNSTEIN, B. **The Structuring of Pedagogic Discourse**, London: Routledge, 1990.
- BELL, D. **The cultural contradictions of capitalism**. New York: Free Press, 1978.
- BEZERRA, M. O. **Corrupção: um estudo sobre o poder público e as relações pessoais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.
- BHASKAR, R. Philosophy and scientific realism. In: ARCHER, M. et al. (org.). **Critical Realism: essential readings**. London: Routledge, 1998.
- _____. **The possibility of naturalism: a philosophical critique of the contemporary Human Sciences**. Hemel Hempstead: Harvester Wheatsheaf, 1989.
- BHASKAR, R. **A realist theory of science**. Brighton: Harvester, 1978.
- BIONDI, A. **O Brasil privatizado**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.
- BOMENY, H. **Quando os números confirmam impressões: desafios na educação brasileira**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2003.
- BORRADORI, G. **Filosofia em tempo de terror: diálogos com Habermas e Derrida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. Tradução de Roberto Mugliatti.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- _____. **Questions de sociologie**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1984.
- BRANDÃO, E. P. "Conceito de comunicação pública". In: DUARTE, J. **Comunicação pública, estado, mercado e interesse público**. São Paulo: Atlas, 2007.
- BRIGGS, C. Anthropology, interviewing, and communicability in contemporary social life. **Current Anthropology**, v. 48, n. 4, p. 551-180, ago. 2007. Disponível em: < http://ussc.edu.au/s/media/docs/other/Briggs_Current_Anthro_07.pdf>.
- BROWN, P.; LEVINSON, S. **Politeness**. Cambridge: CUP, 1987.
- CARVALHO, K. **Imprensa e informação no Brasil: século XIX**. Ciência da Informação, v. 25, n. 3, 1996.
- CHAGAS, E.; REDYSON, D.; PAULA, M. de (Orgs.) **Homem e natureza em Ludwing Feuerbach**. Fortaleza: Edições UFC, 2009.
- CHAIA, V. CHAIA, M.; **Mídia e política**. São Paulo: Editora Educ e Neamp, 2000.
- CHAIA, V. Democracia e escândalos políticos. São Paulo em Perspectiva, 15 v., n. 4, São Paulo Oct./Dec. 2001. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392001000400008&script=sci_arttext>. Acesso em: 14 mar. 2013.
- CHAIA, V. **Jornalismo e Política: Escândalos e Relações de Poder na Câmara Municipal de São Paulo (2004)**. São Paulo: Hacker Editora, 2004.
- CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in Late Modernity**. Edinburg: Edinburg University Press, 1999.
- CLARK, S. **The Elizabethan pamphleteers: popular moralistic pamphlets 1580-1640**. Londres: The Athlone Press, 1983.
- DAMPIERRE, E. **Essais hèmes pour l'étude du scandale**. Annales: éconmies, sociétés, civilisations, 1954. Disponível em: < http://bibethno-cat.mae.u-paris10.fr/cgi-bin/koha/opac-search.pl?q=ccl%3Dan:13286&sort_by=author_za>. Acesso: 21 fev. 2013.

DERRIDA, J. Auto-imunidade: suicídios reais e simbólicos. In: BORRADORI, G. **Filosofia em tempo de terror**: diálogos com Habermas e Derrida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. Tradução de Roberto Mugiatti.

_____. **Espectros de Marx**: o estado da dívida, o trabalho do luto e a nova Internacional. Trad. Anamaria Skinner. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. Gramatologia. Tradução Miriam Shneiderman e Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Editora Perspectiva, 2008.

_____. **Deconstruction, pragmatism, hegemony**. In: CRITCHLEY, S.; MOUFFE, C. (orgs.). **Deconstruction and Pragmatism**. London: Routledge, 1996.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora UnB, 2001.

_____. **Analysing Discourse**: textual analysis for social research. London: Routledge, 2003.

_____. **Language and power**. New York: Longman, 1989.

FERREIRA, R. R. **Guerra na língua**: mídia, poder e terrorismo. Fortaleza: EdUece, 2007.

FELIPPE, C. Aspas. In: **Observatório da Imprensa**, 16 jun. 2001. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/jd270620013.htm>>. Acesso em: 13 jan. 2013.

FREIRE, E. N. **O design no jornalismo impresso diário**: do topográfico ao digital. Revista Galáxia, São Paulo, n. 18, p.291-310, dez. 2009.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

_____. What is enlightenment?. In: Rabinow (ed.). Michel Foucault. **Essential Works**, v. 1 (Ethics), Harmondsworth: Penguin, 1994.

FROTA, H.; FERREIRA, E. Comunicação pública: um espaço de construção da cidadania. In: **O público e o privado**, v. 7, n. 14, p. 35-49, dez. 2009.

GELL, A. Technology and magic, **Antropology today**, v. 4, n. 2, p. 6-9, abr. 1988. Disponível: <<http://www.nyu.edu/classes/bkg/objects/gell1.pdf>>. Acesso: 24 mai. 2013.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **Seleitions from the Prision Notebooks**. London: Lawrence & Wishart, 1971.

GIDDENS, A. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

GIDDENS, A. **Modernity and self-identity**. Cambridge: Polity Press, 1991.

GOLDENSTEIN, T. G. **Do jornalismo à indústria cultural**. São Paulo: Summus, 1987.

GOFFMAN, E. **Strategic Interaction**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1969.

HABERMAS, J. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2006.

HALLIDAY, M. A. K. Language Structure and Language Function. In: LYONS, J. (ed.) **New Horizons in Linguistics**. Harmondsworth: Penguin Books, 1970.

_____. **An Introduction to Functional Grammar**. 2 ed. London: Edward Arnold, 1994.

_____. **Explorations in the Functions of Language**. London: Edward Arnold, 1973.

_____. **Language as social semiotic**: the social interpretation of language and meaning. London: University Park Press, 1978.

_____. **Context of situation**. In: M.A.K.Halliday & R. Hasan. **Language, context and text: aspects of language in a social-semiotic perspective**. London: Oxford University Press, 1991.

HALLIDAY, A. K. & Christian MATTHIESSEN. **Introduction to Functional Grammar**. London: Edward Arnold, 2004.

HORKHEIMER, M. Teoria Tradicional e Teoria Crítica. In: BENJAMIN, Walter, HORKHEIMER, Max, ADORNO, Theodor W., HABERMAS, Jürgen. **Textos escolhidos**. Col. Os Pensadores, Vo. XLVIII. São Paulo, Abril Cultural, 1983.

HALLIDAY, M.; HASAN, R. **Language Context and Text**: aspects of language in a social-semiotic perspective. 2 ed. Oxford: Oxford University Press, 1989.

HARVEY, D. **The condition of postmodernity**: an enquiry into the origins of cultural change. Oxford: Blackwell, 1989.

HALL, S. Quem precisa da Identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

HASAN, R. The conception of context in text. In: FRIES, P.; GREGORY, M. **Discourse in society**: systemic functional perspectives. **Meaning and choice in language – Studies for Michael Halliday**. Norwood: Ablex, 1995.

HEGEL, G. W. F. **Jenaer Systementwürfe I**. Hamburg: Felix Meiner, 1986. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=PPmxavuhCAAC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 19 jul. 2013.

HOWARTH, D. **Discourse**. Buckingham: Open University Press, 2000.

JAMENSON, F. **Posmodernism or cultural logic of late capitalism**. London: Verso, 1991.

KÄSLER, D. (et al.) **Der politischen skandals: zur symbolischen und dramaturgischen qualitätat von politque**. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1991. Disponível em: < <http://www.worldcat.org/title/politische-skandal-zur-symbolischen-und-dramaturgischen-qualitat-von-politik/oclc/468152958>>. Acesso: 21 mai. 2010.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. **Análise da conversação: princípios e métodos**. São Paulo: Parábola, 2006.

KING, A. Sex, money and power. In: HODDER-WILLIAMS, R.; CEASER, J. (org.). **Politics in Britain and the United States: comparative perspectives**. Durthan: Duke University Press, 1986.

KRESS, G. Critical Discourse analysis. **Annual Review of Applied Linguistics**, n. 11, , 1990. Disponível em: < <http://journals.cambridge.org/action/displayAbstract?fromPage=online&aid=2681500>>. Acesso: 30 out. 2012.

KRESS, G.; LEITE-GARCIA, R.; Van LEEUWEN, T. Discourse Semiotic. In: **Discourse as Structure and Process**. Teun A. van Dijk (org.). USA: Sage, 1997.

KRISTEVA, J. Word, dialogue and novel. In: MOI, T. (org.) **The Kristeva reader**. Oxford: Basil Blackwell, 1986.

LACAN, J. **As psicoses**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

LACAN, J. **O Simbólico, o Imaginário e o Real**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. **O Seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

_____. **O Seminário, Livro VII, A ética da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

LACLAU, E. **Debates y combates: por um nuevo horizonte de la política**. México: Fundo de Cultura Econômica do México, 2008.

_____. **Deconstruction, pragmatism, hegemony**. In: CRITCHLEY, S.; MOUFFE, C. (orgs.). **Deconstruction and Pragmatism**. London: Routledge, 1996.

_____. **Emancipação e Diferença**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

_____. **Política e Ideologia na Teoria Marxista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **New reflections on the revolution on your time**. London: Verso, 1990.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia**. Madrid: Siglo XXI, 1987.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Metáforas da vida cotidiana**. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

LUSTOSA, I. **Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MAGALHÃES, I. Introdução: a análise de discurso crítica. Documentação em Estudos de Linguística Teórica e Aplicada (D.E.L.T.A), v. 21. São Paulo, 2005.

MARTIN, J. R. **English text: systems and structure**. Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1992.

MARTIN, J. R. Analysing Genre: Functional Parameters. In: CHRISTIE, F.; MARTIN, J. R. (Ed.). **Genre and Institutions: Social Processes in the Workplace and School**. London: Cassell, 1997.

MARKOVITS, A.; SILVERSTEIN, M. **The politics of scandal: power and process in liberal democracies**. Nova York: Holmes e Meier, 1988. Disponível em: < <http://www.questia.com/library/89708892/the-politics-of-scandal-power-and-process-in-liberal>>. Acesso: 15 jun. 2013.

MARX, K. **O Capital: Crítica da economia política**. Vol. I, Tomo I. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARX, K.; ENGELS, F. **Ideologia alemã**. Edição eletrônica: Ed. Ridendo Castigad Mores, 1999. Disponível em: < www.jahr.org >. Acesso em: 19 jun. 2013.

McLUHAN, M. **Understanding media: the extensions of man**. New York : McGraw-Hill, 1964.

MOREIRA, A. **Ciência política**. 2 ed. Recife: Editora Massangana, 1999.

NEVES, M. H. M. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MOUFFE, C. Por um modelo agonístico de democracia. In: Revista Soc. Polit., Curitiba, n. 25, 2006.

MULLER, J.; RICHARDSON, W. **Lacan and language: a reader's guide to écrits**. Nova York: International Universities Press, 1982.

NIETZSCHE, F. W. **Sobre Verdade e Mentira no Sentido Extra-Moral**. São Paulo: Hedra, 2007. Organização e tradução de Fernando de Moraes Barros.

O DIA que durou 21 anos. Direção: Camilo Galli Tavares. Trilha Sonora: Dino Vicente Fotografia: Luiz Myiasaka, Cleumo Segond, Márcio Menezes e André Macedo. Brasil: Pequi Filmes, 2012. 77 min.

OXFORD English Discionay. Oxford: Oxford University Press, 2011

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução Eni P. Orlandi. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1995.

_____. **Discourse**: structure or event? In: NELSON, C.; GROSSBERG, L. (Org.). *Marxism and the interpretation of culture*. Londres: Macmillan, 1988.

PÊCHEUX, M; FUCHS, C. A. Análise Automática do Discurso (AAD-69). Tradução Eni P. Orlandi. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1997.

PERUZZO, C. Desafios da Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa na Cibercultura@: aproximação à proposta de comunidade emergente de conhecimento local. In: **XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Caxias do Sul-RS, 2 a 6 de setembro de 2010. Disponível em: < <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-3359-1.pdf>>. Acesso: 25 fev. 2013.

RESENDE, V.; RAMALHO, V. **Análise de Discurso Crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

RIBEIRO, A. A privatária tucana. São Paulo: Geração Editorial, 2011.

RORTY, R. **Contingência, ironia, solidariedade**. São Paulo: Martins, 2007.

RONDINSON, M. De l'histoire de l'antisemitisme à la sociologie du scandale. **Cahiers internationaux de sociologie**, 1970, p. 143-50. Disponível em: < <http://www.abebooks.co.uk/servlet/BookDetailsPL?bi=882556976&searchurl=an%3Ddansart%26bsi%3D0%26ds%3D30%26sortby%3D3%26tn%3Dsociologie>>. Acesso: 21 fev. 2010.

SANTOS, B. S. A crítica da governação neoliberal: o Fórum Social Mundial como política e legalidade cosmopolita subalterna. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 72, p. 7-44, out. 2005.

SAYER, A. **Realism and social science**. London: Sage, 2000.

SCHUDSON, M. **Discovery the news**: a social history of American newspapers. New York: Basic Books, 1978.

SILVA, D. N. **Pragmática da violência**: o Nordeste na mídia brasileira. Campinas-SP, 2010. 182p. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem). Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2010.

SCHMITZ, M. **Theorie und praxis des politischen skandals**. Frankfurt: Campus Verlag, 1981.

SILVERSTONE, R. **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Loyola, 2006.

SOBRINHO, C. P. F. **Escândalos políticos, identidade profissional e jornalismo**: uma perspectiva histórica. Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, 2010. Disponível em: < http://sbpjour.kamotini.kinghost.net/sbpjour/admjour/arquivos/cl_21.pdf>.

SOARES, G. A. D. Censura durante o regime autoritário. In: **XII ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**, 1988. Anais eletrônicos. Disponível em: <<http://www.anpocs.org.br>>. Acesso em: 05 fev. 2008.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. 11. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009. Tradução de Wagner de Oliveira Brandão.

_____. **Ideologia e Cultura Moderna**: Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

_____. **O escândalo político**: poder e visibilidade na era da mídia. Petrópolis: Vozes, 2002. Tradução de Pedrinho A. Guareschi.

TILLY, C (org.). **The formation of national states in Western Europe**. Princeton: Princeton University Press, 1975.

TRANSPARENCY international. Institutions perceived by respondents to be among the most affected by corruption, 2013. Disponível em: < <http://www.transparency.org/gcb2013/results>>. Acesso: 15 jan. 2014.

WALLERSTEIN, I. **The modern world-system I**: capitalist agriculture and the origins of European world-economy in the sixteenth century. New York: Academic Press, 1974.

WITTGENSTEIN, L. **Investigações filosóficas**. São Paulo: Nova Cultural, 1989. Tradução de José Carlos Bruini. Coleção Os Pensadores.

VITORINO, A. J. R. **Máquinas e operários**: mudança técnica e sindicalismo gráfico (São Paulo e Rio de Janeiro, 1858-1912). São Paulo: Annablume, FAPESP, 2000.

ZIZEK, S (org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

_____. **Eles não sabem o que fazem**: o sublime objeto da ideologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

_____. **Primeiro como tragédia, depois como farsa**. São Paulo: Boitempo, 2011. Tradução de Maria Beatriz de Medina.

_____.; DALY, G. **Arriscar o Impossível**: conversas com Zizek. São Paulo: Martins Fontes, 2006

ANEXOS

Reportagem: Ordem na Casa do Lago Sul

Veja, em 02/06/2010

Assinatura: Policarpo Junior e Daniel Pereira

Fonte: <http://veja.abril.com.br/020610/ordem-casa-lago-sul-p-076.shtml>

O comando da campanha do PT à Presidência teve de intervir pesado para evitar que companheiros afoitos reeditassem o escândalo dos "aloprados" de 2006

"Campanha é lama, irmão!" Este era o bordão usado por um operador de terceiro escalão do PT de São Paulo quando seu chefe-candidato perguntava se ele e a turma não estariam indo longe demais nas atividades de coleta de evidências potencialmente desastrosas para os adversários. O candidato foi aceitando a justificativa até que a lama estourou mesmo foi no colo dele. O PT nacional agiu de forma bem mais rígida com os companheiros sinceros mas radicais que estavam tentando montar em Brasília um esquema de espionagem de adversários e até de correligionários rivais baseados na ideia de que campanha é lama. Os companheiros mais afoitos foram ao mercado em busca das competências necessárias à execução das missões planejadas. Profissionais para esse tipo de trabalho abundam em Brasília, e eles foram contatados. São policiais, ex-agentes dos serviços de espionagem do governo e detetives particulares especializados em obter provas de adultério ou fazer varreduras ambientais e telefônicas para afastar a possibilidade de grampos. A turma começava a exercitar os músculos e testar suas rotinas subterrâneas quando o pessoal do andar de cima soube do que se passava naquela casa do Lago Sul protegida por muros altos e vigiada por seguranças. Desceu sobre eles então uma rajada de bom senso vinda do comando da campanha mandando parar com toda atividade de inteligência que se valesse de métodos ilegais. Houve gritos de "é para parar com isso já" e ameaças de demissão dos envolvidos nos planos.

"Já tivemos problemas demais com esse tipo de coisa no passado, deixando que fosse muito longe. A ordem agora foi cortar tudo pela raiz de uma vez por todas", diz um dos mais próximos colaboradores de Dilma Rousseff, candidata do PT, de quem partiu a ordem irada para alagar os porões que, de outra forma, iniciariam suas operações. Dilma deixou claro a outro colaborador próximo sua posição sobre a questão: "Não é para fazer nada disso. Se fizer, demito. Mesmo assim, se aparecer sobre minha mesa, jogo no lixo sem ler". Bill Clinton, ex-presidente dos Estados Unidos, dizia com amargura que algumas vezes ele se sentia de pés e mãos amarrados no exercício do cargo, como se desse ordens em um cemitério: "Ninguém embaixo ouve". Se na Presidência é assim, o que não seria em uma campanha presidencial? Em outras palavras, será que a estrutura montada na casa de Brasília, alugada por 18 000 reais, onde trabalham dezenas de pessoas, deu marcha a ré na linha de montagem de ilegalidades e passou a funcionar apenas como o braço de comunicação e internet da campanha? Ninguém pode responder com toda a certeza. O que se sabe é que a linha justa foi dada por Dilma Rousseff - e é sobejamente conhecida sua disposição, demonstrada no cargo de ministra, de garantir que abaixo dela as pessoas não se finjam de mortas para descumprir ordens.

A casa do Lago Sul não deve assombrar mais durante a campanha se depender da atividade e - diga-se - competência da turma dos porões contatada pelos companheiros mais afoitos. Antes que viesse a ordem de cima para interromper as ações bem e mal-intencionadas, porém, foi uma festa de trapalhadas. Os espões foram a campo bisbilhotar a vida de adversários políticos e até de petistas. Rui Falcão, vice-presidente do PT e deputado

estadual paulista, entrou no radar da arapongagem amiga. Ele ficou sabendo e deu um espalho geral na turma da casa do Lago Sul. Falcão foi informado de que não se tratava de espionagem, mas de contraespionagem - ou seja, ele estava sendo investigado para seu próprio bem. Falcão não se convenceu. Até os telefones do coordenador da campanha, Fernando Pimentel, ex-prefeito de Belo Horizonte, podem ter sido grampeados. Não se sabe bem se por espões da casa ou do lado adversário. Pimentel não deu ao episódio muita importância. Diz ele: "Eu trabalho sempre com a hipótese de que todos os meus telefones estão grampeados. Isso não me preocupa, pois, como dizia o doutor Tancredo Neves, 'telefone é para marcar reunião no lugar errado e não comparecer'".

Os repórteres de VEJA procuraram quem parece ser o responsável pela casa do Lago Sul. Ele se chama Luiz Lanzetta e é dono da Lanza Comunicação, uma das empresas contratadas pelo PT para coordenar a área de produção dos programas de Dilma Rousseff. Lanzetta nega as intenções, mas não nega que recrutou gente da pesada com experiência em espionagem - ex-agentes dos serviços de inteligência, um delegado aposentado da Polícia Federal e até um ex-jornalista que teria conhecidos dotes investigativos. O grupo se reuniu pela primeira vez na área reservada de um tradicional restaurante de Brasília, ocasião em que se discutiram finanças e a maneira como seria feito o trabalho. Os pagamentos variavam de 15 000 a 30 000 reais por mês e seriam feitos em dinheiro vivo. Todos receberiam verba extra para custear as despesas operacionais. Do encontro saiu uma lista de "alvos", da qual constavam o ex-governador José Serra, candidato tucano à Presidência, e o deputado Marcelo Itagiba (PMDB), identificado pelos presentes à reunião como o "espião-chefe" da candidatura tucana. Mas como explicar que entre os alvos estava o companheiro Rui Falcão? Um dos participantes da reunião contou que Falcão era apontado como líder em uma conspiração interna para sabotar o trabalho do grupo que comandava a campanha. Nada mais se falou na sala reservada do restaurante.

VEJA procurou saber por que Lanzetta montou um time com sujeitos com aquelas características. Assessores dele explicaram que tudo o que se falava aqui acabava saindo nos jornais. Foi feita, então, uma varredura, e ela encontrou evidência de grampos nos telefones de Fernando Pimentel e de três funcionários contratados. Pimentel corrobora a versão da contraespionagem interna e benigna sustentada por Lanzetta e reconhece que nem tudo são flores quando se monta uma campanha eleitoral complexa como a presidencial. Diz ele: "Houve de fato um atrito entre quem já estava na campanha e quem estava chegando. Além, é claro, de uma disputa empresarial". Qual a intensidade do atrito? Não se sabe, mas as fontes de VEJA que presenciaram os eventos mais de perto contam que, a certa altura, Luiz Lanzetta deu a dimensão da encrenca ao se referir ao ex-secretário de Marta Suplicy na prefeitura de São Paulo, Valdemir Garreta, como "gordinho sinistro" e "ladroão dos Bandeirantes". Garreta seria a opção paulista para dirigir a campanha caso o grupo de Lanzetta fosse defenestrado. Depois da intervenção de cima, essas disputas terão de ser resolvidas sem arapongagem. Até porque mesmo o pessoal do ramo contatado pressentiu que não haveria um futuro muito glorioso na empreitada. "Aquilo ia acabar numa nova versão dos aloprados. Foi bom o negócio não ter dado certo", explica o ex-delegado Onésimo de Souza, convidado para chefiar a equipe que, segundo ele, nunca chegou a trabalhar de fato. Onésimo de Souza se referiu aos "aloprados", como ficaram conhecidos os trapalhões que se meteram a espionar adversários do PT na campanha estadual paulista de 2006.

Talvez o contato com espões trapalhões que não conseguem ficar de boca fechada seja um problema menor para a campanha do PT do que explicar o real papel de um misterioso frequentador diário da casa do Lago Sul - o empresário Benedito de Oliveira Neto. Ele não tem vínculos formais com o PT e oficialmente não faz parte da campanha do partido. Segundo informa o próprio comitê de campanha, Benedito custeou a vinda ao Brasil dos especialistas em internet que trabalharam na campanha vitoriosa do presidente americano Barack Obama. Meses depois do favor feito por Benedito, os luvas pretas digitais americanos

foram contratados oficialmente pelo PT. Até 2005, Benedito era diretor da pequena empresa do pai, a Gráfica e Editora Brasil - que naquele ano prestou serviços ao governo no valor de 494.000 reais. Nos dois anos seguintes, o faturamento da gráfica saltou para 50 milhões de reais ao ano. Benedito é agora também dono da Dialog, uma companhia de eventos que nos últimos dois anos se transformou em potência do ramo em Brasília. A Dialog faturou 40 milhões de reais em contratos com ministérios, agências reguladoras e a Presidência da República. A ascensão meteórica das empresas de Benedito chamou a atenção do Tribunal de Contas e da Controladoria-Geral da União, que passaram a investigá-la por suspeitas de manipulação e fraudes nas licitações. As investigações ainda estão em curso. Foi de Benedito a escolha da casa do Lago Sul para sediar o comitê de comunicação da campanha petista. Como se vê, toda a vigilância é pouca quando o objetivo é evitar que a campanha vire lama.

Reportagem: A busca da hegemonia

Veja, em 01/09/10

Assinatura: Otávio Cabral

Fonte: edição 2180

A estratégia de supressão da verdade no Brasil caminha em três frentes, conforme os ensinamentos do comunista italiano Antonio Gramsci. Na semana passada foi dado mais um passo importante nessa direção

Há dois meses, um político respeitável(*) testemunhou uma cena insólita no gabinete do presidente Lula. Aliado de primeira hora do governo, ele discutia estratégias eleitorais com o presidente. De repente, sem se anunciar, irrompeu na sala o ministro Franklin Martins, da Comunicação Social, eufórico, com as mãos ocupadas por recortes de jornal com notícias sobre a criminoso ofensiva desencadeada pela presidente da Argentina contra a imprensa. Citando trechos das reportagens, Franklin se entusiasmava com a ousadia de Cristina Kirchner em sua guerra contra os jornais e emissoras de televisão argentinos.

O presidente ouviu o relato, passou os olhos pelos recortes e fitou o visitante, como se pedisse sua opinião sobre o assunto. "A Argentina é que deveria invejar nosso modelo de liberdade ", disse o político. Franklin apanhou os recortes e deixou o gabinete. A conversa voltou ao tema anterior, eleições, mas deixou no ar um intrigante clima de constrangimento. Franklin Martins foi militante partidário enquanto exerceu a profissão de jornalista, até tornar-se Ministro da Supressão da Verdade do governo Lula.

A estratégia se dá em três frentes, seguindo a cartilha do italiano Antonio Gramsci (1891-1937). Ele ensinou que o comunismo pode ser implantado sem uma resolução nos padrões bolchevistas desde que se suprimam as vozes discordantes até que os militantes obtenham a hegemonia cultural da nação.

A primeira frente da estratégia consiste em criticar a imprensa livre em toda oportunidade, havendo ou não motivo para isso, de modo que, aos poucos, vá se disseminando a descrença em tudo que é publicado sem a chancela oficial do governo ou do partido.

A segunda frente é focada em fazer e apoiar leis que tornem cada vez mais inviável o exercício da imprensa livre. São leis que tentam submeter os jornalistas a organizações de controle dominadas por agentes partidários e governamentais e as de origem econômica que visam a minar gradativamente as fontes de financiamento da imprensa pela iniciativa privada na forma de anúncios.

O terceiro mandamento gramsciano determina que, na busca da "hegemonia cultural", o comunista deve criar ou apoiar jornais, revistas e redes de televisão controlados pelo partido, para que eles concorram com a imprensa livre na busca da atenção de leitores e telespectadores. Dessa maneira, ensina Gramsci, o militante comunista pode fazer seu proselitismo fingindo que está defendendo os interesses gerais da população ou lutando para elevar o nível do jornalismo praticado no país. Tudo enganação. O único objetivo é atingir a "hegemonia cultural", quando então caberá ao partido determinar o que é versão e o que é fato.

A estratégia teve na semana passada mais um avanço em sua vertente número 3. O presidente Lula compareceu à inauguração da TV dos Trabalhadores (TVT - <http://www.smabc.org.br/hotsites/tvt/tvt.htm>), uma concessão dada ao Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, que investiu 15 milhões de reais no projeto dinheiro oriundo do imposto compulsório descontado dos trabalhadores. Lá, de novo, estava Franklin Martins, elogiando o modelo. O canal, mantido com dinheiro de impostos, terá parte de sua programação produzida pelo governo. "*Isso é uma revolução. Mas é irreversível e está apenas começando*", disse o ministro Martins, orgulhoso como um prefeito que inaugura uma ponte.

Desde 2007, Martins passou a despejar dezenas de milhões de reais em cerca de 3000 pequenas emissoras de rádio no interior do Brasil. Cada uma delas recebe de 5000 a 10000 reais por mês, o preço que cobram para divulgar apenas notícias de interesse do partido e do governo. "*Nós, por convicção ou necessidade, já tendemos a ser governistas. Ainda mais agora, recebendo verbas para financiar nosso funcionamento, a adesão ao governo Lula é total. Não há rádio ou TV no interior do país que fale mal do governo*", diz um deputado da base aliada, dono de uma emissora de rádio em um pequeno estado do Norte. Citando a própria experiência, ele acrescenta: "Hoje, mais de 50% do orçamento da minha emissora vem de verbas federais. Antes do Lula, a rádio dependia do prefeito. Com o dinheiro do governo, já modernizamos os equipamentos e reformamos a sede da emissora. Os locutores e apresentadores estão orientados a dizer que tudo o que o governo faz é sempre bom".

Na semana passada, durante uma manifestação no Rio de Janeiro contra a censura aos programas humorísticos. Marcelo Madureira, do programa Cassetta & Planeta, da Rede Globo, fez um desabafo. Perguntado sobre quem estaria por trás do cerco que se tenta fazer às liberdades, respondeu: "É o seu Franklin Martins e essa picaretagem lá que ficam mandando recadinhos para a gente, que não pode fazer piada". O Palácio do Planalto tem "lembrado" a emissoras que o governo é o responsável pela renovação das concessões dos canais de televisão. Tem lembrado também que é o governo que define o destino das milionárias verbas de publicidade das empresas estatais, que patrocinam programas e eventos televisivos. Os recados não chegam em forma de piada. Viva a "hegemonia cultural".

Reportagem: O Estado a serviço do partido

Veja, em 08/09/10

Assinatura: Otávio Cabral e Daniel Pereira

Fonte: edição 2181

A empresária Verônica Serra, filha do candidato à Presidência da República José Serra, é conhecida pela discrição. Casada, mãe de três filhos, ela nunca se envolveu em política, tem aversão a palanques, mas, na semana passada, foi alçada à condição de personagem

principal de uma escabrosa história de bandidagem político institucional. Soube-se que, em setembro do ano passado, à sombra da lei e cumprindo uma missão bem definida, um grupo de bandoleiros acessou ilegalmente suas últimas declarações de imposto de renda na Delegacia da Receita Federal em Santo André, no ABC paulista, e saiu de lá com cópias dos documentos. Como qualquer contribuinte, Veronica Serra coloca à disposição do estado brasileiro informações sobre seus bens, as despesas médicas dela e da família, as anuidades das escolas dos filhos, o saldo bancário, seus números telefônicos, enfim dados absolutamente sigilosos que, pela Constituição, só deveriam ser compartilhados entre ela e o Fisco Fisco. Depois de violados, os documentos obtidos em Santo André percorreram mais de 1000 quilômetros, até chegar a uma mansão em Brasília onde funciona um dos comitês de campanha da candidata petista Dilma Rousseff - naquele que, apesar da gravidade, é apenas o episódio mais recente do contínuo processo de agressão aos direitos individuais e aos princípios elementares da democracia.

Para acessar as informações fiscais de Verônica Serra, o contador Antônio Carlos Atella, que em 2003 se filiou ao PT apresentou à Receita Federal uma procuração falsa, com assinatura falsa, autenticada por carimbos falsos. Ainda assim, o governo tentou espalhar a versão de que a filha de Serra tinha autorizado o acesso às suas declarações de imposto de renda.

Para entender as implicações da trama que resultou na invasão de privacidade da filha do candidato José Serra, é preciso recuar no tempo. Em Setembro de 2009, o PT se preparava havia meses para lançar a então ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, como candidata à Presidência da República. Desconhecida da maioria dos brasileiros, a petista estava muito distante da popularidade de hoje. Era suspeita de mandar bisbilhotar os gastos da Presidência durante os mandatos de Fernando Henrique Cardoso, enfrentava acusações de ter interferido em uma investigação da Receita Federal em benefício da família Sarney e ainda com contornava as dificuldades para costurar os acordos políticos com o PMDB. Enquanto isso, seu principal adversário, o tucano José Serra, aparecia como franco favorito em todas as pesquisas de intenção de voto. No fim daquele mês, usando uma procuração falsa, um contador de São Paulo violou o sigilo fiscal de Verônica Serra. A pedido de quem? O contador Antônio Carlos Atella atribui a encomenda a Ademir Estevam Cabral, um contador filiado ao PV.

Atella, descobriu-se na última sexta-feira, é petista de carteirinha. Em 20 de Outubro de 2003, no primeiro ano do governo Lula, a seção paulista do PT encaminhou à Justiça Eleitoral uma comunicação de filiação com o nome dele. Sempre que uma pessoa ingressa em um partido, a agremiação é obrigada a informar esse vínculo à Justiça. Quando Atella se tornou um militante petista, ele vivia em Mauá, no ABC paulista. Era lá que estava registrado seu título de eleitor. Depois, ele alterou seu domicílio eleitoral para a vizinha Ribeirão Pires. Em 21 de Novembro do ano passado, o nome de Atella foi retirado da base de dados da Justiça Eleitoral. Ainda não está claro por que ele sumiu do sistema. A hipótese mais provável - entre as republicanas, é lógico - é que o Tribunal Superior Eleitoral tenha encontrado alguma divergência em seus dados cadastrais. O que não seria surpresa no caso de alguém que troca de CPF com a mesma leveza de alma que viola declarações de imposto de renda. Isso não quer dizer, no entanto, que ele tenha se deslizado do PT. Dez dias depois da quebra de sigilo de Verônica Serra, mais cinco pessoas ligadas ao PSDB e a José Serra, entre elas o vice-presidente do partido, Eduardo Jorge, tiveram suas informações fiscais acessadas clandestinamente, em uma unidade da Receita de Mauá, com uso de senhas e computadores dos próprios funcionários do Fisco. Além da coincidência de datas, os casos têm outro ponto em comum: os dados de Brasília, ao comitê de campanha de Dilma Rousseff.

Em maio passado, VEJA revelou que pré-comitê de campanha da candidata havia

tentado montar um grupo para investigar a vida dos adversários principalmente José Serra, e seus familiares e amigos. O "aparelho" foi estourado pela reportagem e veio ordem de cima para debandar. O que se sabe é que circulou entre eles uma papelada de aproximadamente quarenta páginas intitulada "Operação Caribe". Ela continha informações fiscais de Verônica Serra, Eduardo Jorge, Luiz Carlos Mendonça de Barros, Ricardo Sérgio e Gregório Preciado - os mesmos personagens que tiveram seu sigilo invadido em Mauá. VEJA teve acesso ao conteúdo do documento. Ao lado de dados fiscais dos investigadores alinhavam-se informações facilmente obtidas pelos mecanismos de busca da internet e toneladas de ilações e interpretações sem embasamento. O autor do "trabalho", o jornalista Amaury Ribeiro Jr., foi um dos primeiros integrantes do frustrado grupo de espionagem. Conclusão que parece óbvia: o jornalista foi destinatário da violação de sigilo fiscal, certo? Na versão dele, não, de jeito nenhum, muito pelo contrário. Amaury garante que os petistas roubaram de seu computador informações que subsidiariam uma reportagem. Extraordinário!

Segundo o relato do jornalista, há anos ele investiga empresários e políticos. José Serra, a filha, Verônica. O ex ministro Mendonça de Barros e Gregório Preciado estavam entre seus alvos. Em entrevista a VEJA, o jornalista admitiu que realizou uma investigação envolvendo a filha do candidato, que o papelório intitulado "operação Caribe" foi redigido por ele e que, de fato, foi convidado a integrar o "grupo de inteligência da campanha". Mas uma coisa nada tem a ver com a outra, claro. De acordo com Amaury, seu "trabalho de investigação" foi jornalístico, realizado no período em que era funcionário de um jornal de Minas Gerais. Apenas em abril, depois de ter deixado o jornal, é que Amaury afirma ter recebido o convite para trabalhar no comitê de campanha do PT, o que, por motivos financeiros, não chegou a se concretizar. Os ladroes petistas teriam invadido o hotel em que estava hospedado em Brasília - num quarto, aliás, alugado pelo comitê de campanha do PT - , violado o seu computador e copiado e transformado em dossiê o produto de suas "investigações jornalísticas".

Apesar da história fantástica, não há dúvida alguma de que o resultado da violação dos sigilos fiscais nas delegacias da Receita em Santo André e Mauá teve como destino o pré-comitê de campanha de Dilma Rousseff, que foi desbaratado depois das revelações de VEJA. Isso já seria grave demais, por si só, mas ganha dimensões imensuráveis quando surgem evidências de que o estado brasileiro pode estar associado aos criminosos. Desde que a quebra do sigilo fiscal de Eduardo Jorge veio à tona, em junho. O governo tem se empenhado mais em tentar proteger a candidatura de Dilma Rousseff do que em esclarecer o caso. As falhas grosseiras na investigação que a Receita conduz demonstram isso. Primeiro, a corregedoria do órgão descobriu que foram seus próprios servidores que acessaram as declarações de imposto de renda de Eduardo Jorge sem nenhuma autorização para isso. Manteve, porém, segredo absoluto de que outras pessoas ligadas ao candidato José Serra também haviam sido vítimas de espionagem. Por quê? Porque isso reforçaria a suspeita da existência de uma conspiração patrocinada pela campanha de Dilma Rousseff.

Os esforços da Receita para manter trancadas as portas da apuração chegaram ao limite do escândalo quando Eduardo Jorge foi à Justiça e conseguiu autorização para ter acesso ao processo de investigação interna do órgão. No documento entregue ao tucano foram suprimidas as páginas que provavam que a corregedoria do Fisco já sabia da quebra do sigilo de Verônica Serra. Revelada a violação, assessores do Ministério da Fazenda, ao qual está subordinado o Fisco, ainda espalharam que o imposto de renda da filha de Serra havia sido acessado com a autorização da própria, concedida por meio de uma procuração. Ocorre que, quando essa versão foi difundida, a Receita Federal já sabia que a procuração era falsa, a assinatura era falsa e a autenticação do cartório era falsa. Por que a Receita tentou esconder isso? Só existe uma explicação: o órgão deixou de lado

sua função institucional para agir orientado pelos interesses do governo, do partido, da candidatura de Dilma Rousseff - prática, aliás, recorrente nos principais escândalos do governo Lula (veja o quadro abaixo).

O desprezo pelas instituições é uma marca que será deixada pelo governo Lula. Aparelhamento, cooptação de servidores e sindicalistas, favorecimento a aliados e perseguição a adversários passaram a ser procedimentos rotineiros em órgãos públicos, que deveriam zelar pelo bom funcionamento do aparelho estatal. No poder. O PT colocou o estado a serviço do governo e do partido. Desde 2003, as promoções de funcionários públicos não são mais baseadas no mérito, e sim na afinidade política. Junte-se a isso uma exagerada criação de cargos de confiança, ocupados por apadrinhados sem concurso público. Exagerado é um termo até modesto; eles já somam mais de 21 000 desde a chegada do PT ao poder - quase a totalidade ocupada por militantes partidários dispostos a cumprir qualquer ordem que vise à perpetuação do partido no poder (veja reportagem na pág. 82). Há ainda a promíscua proximidade do governo com o organismo sindical. Antes de Lula chegar ao Planalto. Força Sindical e CUT, as maiores centrais, eram adversárias e vigiavam-se constantemente. Hoje, funcionam como uma gigantesca máquina pelega movida a muito dinheiro público, claro.

Toda essa máquina de destruição do estado opera seguindo o exemplo do líder. O presidente Lula vive dando mostras do pouco respeito que nutre pelas regras básicas da democracia. Desde o início da campanha eleitoral, ele já foi multado seis vezes pela Justiça por transgredir a legislação sem demonstrar nenhum constrangimento fez chacota com isso. Apesar de alguns de seus amigos estarem as portas da cadeia, Lula até hoje insiste em dizer que o escândalo do mensalão não existiu. Admite, no máximo, que era um esquema irregular de arrecadação de fundos, como se isso fosse tolerável. Desrespeita, assim, a Justiça, o Ministério Público, o Congresso. Se não bastasse. O presidente ainda tem o hábito de tentar diminuir a culpa dos amigos infratores. Os petistas que foram presos com uma mala de dinheiro para comprar um dossiê contra adversários, em 2006. foram reduzidos a um grupo de "aloprados". quase um termo carinhoso para o calibre da turma. "Lula não tem nenhuma preocupação com o estado e acha que a popularidade o autoriza a fazer o que quiser", avalia o cientista político Octaciano Nogueira, da Universidade de Brasília.

A elasticidade dos limites éticos do presidente, que a tudo perdoa e contudo transige, permite aos protagonistas dos maiores escândalos de seu governo seguirem prestigiados e influentes, José Dirceu, chefe da quadrilha que comandou o mensalão, é militante influente do PT e conselheiro da campanha presidencial de Dilma Rousseff. Antônio Palocci. responsável pela quebra do sigilo bancário de um caseiro que denunciara irregularidades suas, é o coordenador da mesma campanha. A própria Dilma, envolvida na elaboração de um dossiê contra FHC e na tentativa de controlar uma investigação da Receita contra a família Sarney, lembre-se, foi uma escolha pessoal do presidente. A violação do sigilo fiscal da filha de José Serra e seus aliados, pode, sim ser atribuída também a esse comportamento de desprezo com as instituições de estado. Diz Octaciano Nogueira: "Hoje. qualquer funcionário público se julga no direito de cometer ilegalidades. Sabe que, no fim, será protegido pelo esquema petista".

A banalização desse comportamento de afronta as instituições de estado é um risco crescente para a democracia. Para o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal. o Brasil vive um "período singular ". considerando os desrespeito sucessivos patrocinados pelo próprio governo - que reproduziria. assim, práticas típicas de regimes totalitários. "É um fenômeno extremamente grave e recorrente. Mostra que há um DNA embutido nele". Mendes compartilha da tese de que há o risco de o país trilhar o caminho

do totalitarismo. No curto prazo, mostra-se preocupado com a possibilidade de perda de credibilidade das instituições. O ministro lembra que há no STF um recurso contra a regra que dá a Receita Federal o direito de quebrar o sigilo bancário de um contribuinte sem autorização do Judiciário. "Quem confiará numa instituição tão aparelhada?" questiona.

Preocupado com as eleições, o governo não está nem um pouco interessado em descobrir o que de fato se passou nos subterrâneos da Receita Federal. Isso ficou claro em um café da manhã no palácio da Alvorada, na última quarta-feira, com a presença do presidente Lula, de Dilma Rousseff e dos petistas Antônio Palocci e José Eduardo Dutra, coordenadores da campanha. O tema era o imbróglio da Receita, mas a preocupação era uma só: eleger Dilma. A avaliação do presidente é que, mesmo com a confusão criada pela quebra dos sigilos, a candidata ainda tem potencial para vencer a eleição no primeiro turno. Principalmente porque as classes mais pobres e menos escolarizadas, que formam o grosso do eleitorado, não declaram imposto de renda nem compreendem um caso tão complexo. Mas, ainda assim, disse Lula, seria um desgaste pequeno e localizado, insuficiente para reverter o atual favoritismo de Dilma apontado pelas pesquisas. Mas quem teria violado o sigilo? E como fica a imagem da Receita Federal? Ninguém parecia muito interessado.

Alertada, em maio, sobre as movimentações clandestinas de seus auxiliares, Dilma determinou a imediata desmobilização do esquema de espionagem, montado quando o coordenador de campanha era Fernando Pimentel e o operador principal o jornalista Luiz Lanzetta. A ordem, ao que parece, foi cumprida, mas sem que houvesse prejuízo aos participantes da operação. Muito pelo contrário, como indica o caso do empresário Benedito de Oliveira Neto, o Bené, a quem cabia financiar a ação da tropa de arapongas. No mês passado, depois do escândalo, o Ministério da Agricultura contratou a Gráfica Brasil, pertencente à família de Bené, por 10,4 milhões de reais. Protagonista de uma carreira meteórica e milionária no governo Lula - ele tentou vender a um ministério cafezinho por 352 reais a xícara - Bené abocanhou o novo contrato sem enfrentar um processo de licitação. O que Dilma não sabe é que, ao dismantlar o grupo, ela acabou salvando um de seus principais assessores de se ver envolvido em um escândalo. Dias antes de o grupo ser desfeito, o ex-ministro Antônio Palocci tinha sido.

Reportagem: Intrigas de Estado

Veja, em 23/10/10

Assinatura: Gustavo Ribeiro

Fonte: edição 2188

Diálogos entre autoridades revelam que o Ministério da Justiça, o mais antigo e tradicional da República, recebeu e rechaçou pedidos de produção de dossiês contra adversários

Estamos a menos de uma semana das eleições e, como escreveu o correspondente Stuart Grudgings, da agência noticiosa Reuters, políticos e jornalistas correrão às bancas mais próximas para ver se será esta a edição de VEJA que vai abalar a liderança de Dilma Rousseff nas pesquisas eleitorais. Embora a análise do funcionário da Reuters demonstre um total desconhecimento do que seja jornalismo, atividade em que os fatos fazem as notícias e não o contrário, ele acertou em seu diagnóstico a respeito da ansiedade que as capas de VEJA provocam no meio político. A reportagem que se vai ler a seguir não foge à regra. Ela revela, talvez da maneira mais clara até hoje, o tipo de governo produzido pela mentalidade petista de se apossar do estado, aparelhá-lo e usá-lo em seu benefício partidário. VEJA já havia demonstrado nas reportagens "O polvo no poder" e "A alegria do

polvo” como a Casa Civil fora transformada em um balcão de negócios, em que maços de dinheiro vivo apareciam nas gavetas de escritórios a poucos metros da sala do presidente da República. A presente reportagem relata as tentativas ousadas de petistas de alto coturno de conspurcar um dos mais antigos e venerandos ministérios da República, o da Justiça.

É conhecido o desprezo que o PT nutre pelas instituições republicanas, mas o que se tentou no Ministério da Justiça, criado em 1822 por dom Pedro I, ultrapassa todas as fronteiras da decência. Em quase 200 anos de história, o ministério foi chefiado por homens da estatura de Rui Barbosa, Tancredo Neves e quatro futuros presidentes da República. O PT viu na tradicional instituição apenas mais um aparelho a serviço de seu projeto de poder. Como ensina Franklin Martins, ministro da Supressão da Verdade, “às favas com a ética” quando ela interfere nos interesses políticos e partidários dos atuais donos do poder. VEJA teve acesso a conversas entre autoridades da pasta que revelam a dimensão do desprezo petista pelas instituições. Os diálogos mostram essas autoridades incomodadas com a natureza dos pedidos que vinham recebendo do Palácio do Planalto. Pelo que é falado, não se pode deduzir que o Ministério da Justiça, ao qual se subordina a Polícia Federal, cedeu integralmente às descabidas investidas palacianas. “Não aguento mais receber pedidos da Dilma e do Gilberto Carvalho para fazer dossiês. (...) Eu quase fui preso como um dos aloprados”, disse Pedro Abramovay, secretário nacional de Justiça, em conversa com seu antecessor, Romeu Tuma Júnior. Abramovay é considerado um servidor público exemplar, um “diamante da República”, como a ele se referiu um ex-ministro. Aos 30 anos, chegou ao Ministério da Justiça no início do governo Lula pelas mãos do ex-ministro Márcio Thomaz Bastos. A frase dele pode confirmar essa boa reputação, caso sua “canseira” tenha se limitado a receber pedidos e não a atender a eles. De toda forma, deveria ter denunciado as ordens impertinentes e nada republicanas de “produzir dossiês”.

Mesmo um alto funcionário com excelente imagem não pode ficar ao mesmo tempo com a esmola e o santo. Em algumas passagens da conversa, Abramovay se mostra assustado diante das pressões externas e diz que pensa em deixar o governo. Não deixou. Existem momentos em que é preciso escolher. Antes de chegar ao ministério, ele trabalhou no gabinete da ex-prefeita Marta Suplicy, na liderança do PT no Senado e com o senador Aloizio Mercadante. Vem dessa etapa da carreira a explicação para a parte da frase em que ele diz “quase fui preso como um dos aloprados”. A frase nos leva de volta à campanha eleitoral de 2006, quando petistas foram presos em um hotel ao tentar comprar um dossiê falso contra José Serra. A seu interlocutor, Abramovay sugere ter participado do episódio e se arrependido, a ponto de temer pedidos semelhantes vindos agora do Palácio do Planalto. Ele disse que quase foi preso na época do escândalo e que, por isso, teve de se esconder para evitar problemas. “Deu ‘bolo’ a história do dossiê”, comenta. Em pelo menos três ocasiões, Abramovay afirma que não está disposto a novamente agir de forma oficiosa. E justificou: “...os caras são irresponsáveis”.

Os diálogos aos quais a reportagem teve acesso foram gravados legalmente e periciados para afastar a hipótese de manipulação. As ordens emanam do coração do governo — do chefe de gabinete da Presidência, Gilberto Carvalho, e da candidata a presidente, Dilma Rousseff. A conversa mais longa durou cinquenta minutos e aconteceu em janeiro deste ano, no gabinete do então secretário nacional de Justiça e antecessor de Abramovay no cargo, Romeu Tuma Júnior. Os interlocutores discutem a sucessão do ex-ministro Tarso Genro. Ao comentar sobre o próprio futuro, Abramovay revela o desejo de trabalhar na ONU. Em tom de desabafo, o advogado afirmava que já não conseguia conviver com a pressão. Segundo ele, a situação só ia piorar com a nomeação para o cargo de Luiz Paulo Barreto, então secretário executivo, pela falta de força política do novo ministro, funcionário de carreira da pasta, em que também angariou excelente reputação. “Isso (o cargo de

ministro) é maior que o Luiz Paulo. (...) Agora eles vão pedir... para mim... pedir para a Polícia (*Federal*)”, desabafou.

Procurado por VEJA, Abramovay disse: “Nunca recebi pedido algum para fazer dossiês, nunca participei de nenhum suposto grupo de inteligência da campanha da candidata Dilma Rousseff e nunca tive de me esconder — ao contrário, desde 2003 sempre exerci funções públicas”. Romeu Tuma Júnior, seu interlocutor, porém, confirmou integralmente o teor das conversas: “O Pedro reclamou várias vezes que estava preocupado com as missões que recebia do Planalto. Ele me disse que recebia pedidos de Dilma e do Gilberto para levantar coisas contra quem atravessava o caminho do governo”. Acrescentou Tuma: “Há um jogo pesado de interesses escusos. Para atingir determinados alvos, lança-se mão, inclusive, de métodos ilegais de investigação. Ou você faz o que lhe é pedido sem questionar, ou passa a ser perseguido. Foi o que aconteceu comigo”, afirma o ex-secretário, que deixou a pasta em junho, depois que vieram a público denúncias de que teria relacionamento com a máfia chinesa. Tuma Júnior atribui a investigação contra si — formalmente arquivada por falta de provas — a uma tentativa de intimidação por parte de pessoas que tiveram seus interesses contrariados. Ele não quis revelar quais seriam esses interesses: “Mas posso assegurar que está tudo devidamente documentado”.

O clima de desconfiança no Ministério da Justiça contaminou até o mais alto escalão. A certa altura das conversas, o chefe da pasta, Luiz Paulo Barreto, manifesta suspeita de que seu subordinado Luiz Fernando Corrêa, diretor-geral da Polícia Federal, o espione. Em inúmeras ocasiões, Barreto revelou a seus assessores não ter ascendência sobre Corrêa. O ministro chega a expressar em voz alta sua desconfiança de que o diretor da PF tem tanto poder que se dá ao luxo de decidir sobre inquéritos envolvendo pessoas da antessala do presidente da República. Um desses casos é relatado por Barreto em conversa no seu próprio gabinete, ocorrida em meados de maio. À sua chefe de gabinete, Gláucia de Paula, Barreto fala sobre o possível indiciamento de Gilberto Carvalho, braço direito do presidente Lula. Em 2008, a PF interceptou telefonemas em que o chefe de gabinete da Presidência conversava com o advogado Luiz Eduardo Greenhalgh, um dos investigados na Operação Satiagraha, que prendeu o banqueiro Daniel Dantas.

O ministro, que diz ter tido conhecimento do indiciamento pelo próprio Gilberto Carvalho, revela que o diretor da PF promoveu uma encenação para iludi-lo, numa manobra para mostrar que seu poder emanava de fora da hierarquia do Ministério da Justiça. A conversa toma um rumo inesperado. Um dos interlocutores fica curioso para saber a fonte real de poder de Luiz Fernando, que lhe dá cobertura até para desafiar seu próprio chefe sem temor de represálias. “Ele deve ter alguma coisa...”, afirma. Procurado, Luiz Paulo Barreto informou que não comentaria nada antes de ter acesso ao áudio da conversa. Gilberto Carvalho negou que já tenha feito algum pedido a Pedro Abramovay, a mesma resposta de Dilma Rousseff. As conversas e sua vinda a público funcionam como o poder de limpeza da luz do sol sobre os porões. Elas são reveladoras da triste realidade vivida por instituições respeitadas quando passam a ser aparelhadas por integrantes de um projeto de poder.

Outra demonstração disso surgiu na semana passada, quando a Polícia Federal forneceu a mais recente prova de quanto pode ser pernicioso a simbiose entre partido e governo. Na quarta-feira, depois de revelado que o ex-jornalista Amaury Ribeiro Jr., integrante do “grupo de inteligência” da campanha de Dilma, foi o responsável pela violação do sigilo fiscal de Eduardo Jorge e de outros integrantes do PSDB, o militante petista Lula, atualmente ocupando a Presidência da República, anunciou ao país que a PF faria revelações sobre o caso — antegozando o fato de que um delegado, devidamente brifado sobre o que deveria dizer, jogaria suspeitas das patifarias de Amaury Ribeiro sobre os ombros do PSDB. Mais

uma vez, a feitiçaria dos petistas resultou em um tiro no próprio pé. Nunca aprendem que, uma vez aberta a caixa de Pandora, os fantasmas escapam e voam sem controle.

Em junho passado, VEJA revelou que o comitê de campanha de Dilma Rousseff arregimentou um grupo de arapongas para espionar o candidato José Serra, seus familiares e amigos. A tropa começou os trabalhos com o que considerava um grande trunfo, um dossiê intitulado “Operação Caribe”, produzido por Amaury e que narrava supostas transações financeiras de pessoas ligadas ao PSDB. As únicas peças do dossiê fajuto que não podiam ser lidas no Google haviam sido obtidas de forma preguiçosa e venal, compradas de bandidos com acesso a funcionários da Receita Federal — e pagas com dinheiro vivo. Os dados fiscais violados serviram de subsídio para o tal relatório que circulou no comitê de campanha. Como “previu” o militante petista que ora ocupa a Presidência da República, horas depois de sua entrevista apareceram as tais “novidades”. Um delegado anunciou que, com a identificação de Amaury, o caso estava encerrado, já que o ex-jornalista, ao violar o sigilo, ainda era funcionário do jornal *O Estado de Minas*, portanto não haveria nenhuma ligação com a campanha do PT. O delegado Alessandro Moretti foi o escolhido apenas para comunicar à nação as graves revelações obtidas pelo trabalho policial — formalmente ele não participou do inquérito. A lealdade no caso era mais vital do que o profissionalismo policial. Número dois na diretoria de Inteligência da PF, Moretti é produto direto do aparelhamento na Polícia Federal.

Reportagem: O dossiê do dossiê do dossiê

Carta Capital, em 09/06/2010

Assinatura: Leandro Fortes

Fonte: <http://www.cartacapital.com.br/politica/10241>.

Como o livro de um jornalista virou um novo factóide a favor de Serra.

No modorrenco feriado de Corpus Christi, os leitores dos jornais foram inundados com informações sobre uma trama que envolveria a fabricação de dossiês contra o candidato tucano à Presidência, José Serra, produzidos por gente ligada ao comitê da adversária Dilma Rousseff. O time de espões teria sido montado pelo jornalista Luiz Lanzetta, dono da agência Lanza, responsável pela contratação de funcionários para a área de comunicação da campanha petista. O primeiro desses documentos seria um relatório sobre as ligações de Verônica Serra, filha do candidato do PSDB, com Verônica Dantas, irmã do banqueiro Daniel Dantas, do Opportunity. Uma história tão antiga quanto os dinossauros e já relatada inúmeras vezes na última década, inclusive por CartaCapital.

A notícia sobre o suposto dossiê, que ninguém sabe dizer se existe de fato, veio a público em uma reportagem confusa da revista Veja e ganhou lentamente as páginas dos jornais durante a semana até ser brindada com uma forte reação do PSDB e de Serra. Na quarta-feira 2, o pré-candidato tucano acusou Dilma Rousseff de estar por trás da “baixaria” e cobrou explicações. A petista disse que a acusação era uma “falsidade” e o presidente do partido, José Eduardo Dutra, informou que a cúpula da legenda havia decidido interpelar Serra na Justiça por conta das declarações.

Os boatos sobre a fábrica de dossiês parecem ser fruto de uma disputa interna entre dois grupos petistas interessados em comandar a estrutura de comunicação da campanha de Dilma Rousseff, um ligado a Lanzetta, outro ao deputado estadual Rui Falcão. A origem dessa confusão era, porém, desconhecida do público, até agora. CartaCapital teve acesso a parte do tal “dossiê” que gerou toda essa especulação. Trata-se, na verdade, de um livro

ainda não publicado com 14 capítulos intitulado Os Porões da Privatária, do jornalista Amaury Ribeiro Jr.

O livro descreve com minúcias o que seria a participação de Serra e aliados tucanos nos bastidores das privatizações durante os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso. É um arrazoado cujo conteúdo seria particularmente constrangedor para o pré-candidato e outros tantos tucanos poderosos dos anos FHC. Entre os investigados por Ribeiro Jr. estão também três parentes de Serra: a filha Verônica, o genro Alexandre Bourgeois e o primo Gregório Marin Preciado. Está sendo produzido há cerca de dois anos e nada tem a ver com a suposta intenção petista de fabricar acusações contra o adversário.

É essa a origem das informações sobre a existência do tal “dossiê” contra a filha de Serra. E a razão de os tucanos terem lançado um ataque preventivo às informações que constam do livro. De fato, Ribeiro Jr. dedicou-se a apurar os negócios de Verônica. Repórter experiente com passagens em várias redações da imprensa brasileira, Ribeiro Jr. iniciou as apurações a pedido do seu último empregador, o Grupo Diários Associados, que congrega, entre outros, os jornais Correio Braziliense e O Estado de Minas. O livro narra, por exemplo, supostos benefícios obtidos por Marin Preciado em instituições financeiras públicas, entre elas o Banco do Brasil, na época em que outro ex-tesoureiro de Serra, Ricardo Sérgio de Oliveira, trabalhava lá. Para quem não se lembra, Oliveira ficou famoso após a divulgação de sua famosa frase “no limite da irresponsabilidade” no conjunto dos grampos do BNDES.

Em uma entrevista que será usada como peça de divulgação do livro e à qual CartaCapital teve acesso, Ribeiro Jr. afirma que a investigação que desaguou no livro começou há dois anos. À época, explica, havia uma movimentação, atribuída ao deputado Marcelo Itagiba (PSDB-RJ), visceralmente ligado a Serra, para usar arapongas e investigar a vida do governador tucano Aécio Neves, de Minas Gerais. Justamente quando Aécio disputava a indicação como candidato à Presidência pelos tucanos. “O interesse suposto seria o de flagrar o adversário de Serra em situações escabrosas ou escândalos para tirá-lo do páreo”, diz o jornalista. “Entre em campo, pelo outro lado, para averiguar o lado mais sombrio das privatizações, propinas, lavagem de dinheiro e sumiço de dinheiro público.”

A ligação feita entre o nome de Ribeiro Jr. e o anunciado esquema de espionagem do comitê de Dilma deveu-se a um encontro entre ele e Lanzetta, em Brasília, no qual se especulou sobre sua contratação para a equipe de comunicação da campanha petista. Vencedor de três prêmios Esso e quatro prêmios Vladimir Herzog, entre muitos outros, Ribeiro Jr., 47 anos, é conhecido por desencavar boas histórias. Herdeiro de uma pizzaria e uma fazenda em Campo Grande (MS) e ocupado com a finalização do livro, o jornalista recusou o convite.

Na entrevista de divulgação do livro, Ribeiro Jr. afirma que a obra estabelece a ligação de diversos tucanos com as privatizações e desnuda inúmeras ações com empresas offshore para fazer entrar no Brasil dinheiro oriundo de paraísos fiscais. “São operações complicadas e necessitam ser explicadas com cuidado para os brasileiros perceberem o quanto foram lesados e em quanto mais poderão ser.”

A aproximação entre Ribeiro Jr. e Lanzetta, contudo, teria sido suficiente para que grupos interessados em ganhar espaço na campanha petista desencadeassem uma onda de boatos sobre a formação de um time de contraespionagem para produzir dossiês contra os tucanos. Diante do precedente dos “aloprados” do PT, a mídia embarcou com entusiasmo na versão depois assumida com tanto vigor pelos próceres tucanos. É mais um não fato da campanha.

O mesmo fenômeno envolveu o ex-delegado federal Onésimo de Souza, especialista em contraespionagem que chegou a oferecer serviços ao PT de vigilância e rastreamento de escutas telefônicas. Como cobrou caro demais, acabou descartado, mas foi apontado como futuro integrante da tal equipe de arapongas de Dilma Rousseff.

Por ordem da pré-candidata, qualquer assunto relativo a dossiê e afins está proibido no comitê de campanha instalado numa casa do Lago Sul de Brasília. Dilma se diz “estarecida” com as acusações veiculadas, primeiro, na revista Veja e, em seguida, por diversos outros veículos – sempre com foco na suposta espionagem, nunca no conteúdo do suposto dossiê. Aos auxiliares, a petista mandou avisar que não aceitará, “em hipótese alguma”, a confecção de dossiês durante a campanha e demitirá sumariamente quem se envolver com tal expediente.

Reportagem: As quebras de sigilo fiscal: qual é mesmo o escândalo?

Carta Capital, em 02/09/10

Assinatura: Celso Marcondes

Fonte:

< <http://www.cartacapital.com.br/politica/as-quebras-de-sigilo-fiscal-qual-e-o-escandalo>>.

Diante do caso que envolve a filha de José Serra e de outras quatro pessoas ligadas à campanha tucana, o PSDB entra com representação que responsabiliza a candidata Dilma Rousseff e vai ao ataque na TV

A Coligação Brasil Pode Mais, que sustenta o candidato à presidência José Serra, entrou com representação junto ao Tribunal Superior Eleitoral – TSE – na qual acusa a campanha de Dilma Rousseff de uso de máquina pública e abuso de poder político. A ação foi motivada pelo caso da quebra do sigilo fiscal de pessoas ligadas à campanha tucana, entre elas, Verônica Serra, filha do candidato. Caso o TSE confirme as acusações, a candidata do PT pode perder o registro de sua candidatura. Ou, se for eleita, ter o mandato cassado.

Ao entrar com o pedido, o PSDB parte do princípio que a quebra dos sigilos fiscais dos citados é uma ação orquestrada da campanha petista. Os grandes jornais endossaram essa versão. Todos dão manchetes, páginas e mais páginas ao caso nesta quinta 2. O Estado de S.Paulo é o menos apressado: apesar de dar enorme destaque ao assunto, seu foco é a tentativa da Receita em abafar o caso. Já O GLOBO, não tem meias-palavras e não vacila ao incriminar o PT. Para o jornal carioca, estamos diante do escândalo “Aloprados II”. E a “democracia está em perigo”, como escreve Merval Pereira.

A apenas um mês das eleições teria surgido o chamado “fato novo” com o poder de reverter a queda de Serra nas pesquisas? O PT estaria a mostrar sua capacidade inenarrável de repetir estratagemas inescrupulosos e desastrosos? Para Serra e a coordenação de sua campanha não há mais margens à dúvidas. O candidato engatou a quarta marcha e disse que o PT tem práticas “fascistas”. Até chorou ao falar no assunto. Disse que seus adversários “não têm caráter”. Fez um paralelo com o caso da quebra do sigilo do caseiro Francenildo dos Santos Costa, em 2006. Na Folha de S.Paulo, até Mônica Serra, sua esposa, que é geralmente recatada e avessa aos microfones, deu entrevista exclusiva. Disse que “isso é coisa de quem não tem família, um atentado à democracia” e lembrou das dificuldades que enfrentaram durante os períodos das ditaduras chilena e brasileira. Diante de tamanha veemência é hora de parar e perguntar: mas, afinal, qual é a natureza e o tamanho do escândalo em curso?

De fato, o que já está provado é que a Receita Federal é devassável por qualquer mortal. Um serviço básico que ela oferece – e deve mesmo oferecer - ao contribuinte que por algum

motivo perde a cópia de sua declaração de IR está sendo usado por meliantes. Munido de uma procuração – falsa ou verdadeira, não importa – um cidadão pode sair de uma das agências do órgão alegre e sorridente com as declarações de renda de outros nas mãos. A partir daí, pode sair ao mercado a oferecer os dados para clientes ou concorrentes que teriam interesse em conhecer tão preciosas informações. Estaria montado o já chamado “balcão de compra e venda de sigilos”. É valioso saber a real situação financeira de alguém com quem se está negociando. Tão valioso, que já foi preso um camelô na Rua Santa Efigênia, na capital paulista, comercializando um CD com os dados de algumas centenas (ou milhares?) de pessoas.

Sabe-se também que as informações sobre os quatro próceres tucanos estavam numa relação com outros 300 nomes, dos quais até aqui foram revelados apenas o da apresentadora Ana Maria Braga e do dono das Casas Bahia, Michel Klein. Outra informação que veio à tona, e é igualmente preocupante, é a de que a senha de acesso de um funcionário da Receita, pelo menos na delegacia de Mauá, pode ser “socializável”, ou seja, usada por um grupo de colegas. Outro procedimento que contraria as mais evidentes práticas deste nosso mundo tecnológico.

Vai daí que é possível afirmar com o que já é público e comprovado, que a Receita Federal teve sua credibilidade seriamente abalada e que o tema exige medidas imediatas e radicais do governo. Ele está com a palavra, esse é o escândalo do momento. **O escândalo e a campanha** - O que não dá para afirmar é que está determinado o envolvimento da coordenação da campanha de Dilma Rousseff nesta história, por mais que hajam tucanos na relação das – até aqui – 300 pessoas que tiveram seus sigilos fiscais violados. Por maiores que sejam os esforços para que o caso se torne central na disputa eleitoral – o PSDB já foi para o ataque no seu horário do TRE da tarde desta quinta -, algumas perguntas básicas permanecem no ar. Se a pretensão é fazer um jornalismo digno, investigativo, é preciso encontrar respostas a elas antes da análise final dos fatos e das decorrentes conclusões. A saber:

1ª. Quem pediu ao contador Antonio Carlos Atella Ferreira que fosse à delegacia de Santo André, em nome de Verônica Serra, solicitar suas declarações de renda? Ele diz que não se lembra do nome, que “deve ser de algum advogado” e que recebe “entre 15 e 20 pedidos deste por dia”. Disse também que nem sabia que se tratava da filha de Serra.

2ª. Se foi alguém ligado à campanha do PT, porque faria isso a um ano atrás (dia 30 de setembro de 2009), quando Serra ainda disputava com Aécio Neves a indicação para a candidatura tucana e a campanha de Dilma sequer havia sido estruturada? (a mesma pergunta vale para os casos de Eduardo Jorge e dos outros 3 enunciados, cujos sigilos foram violados em outubro passado).

3ª. Se foi gente ligada à campanha do PT, porque se utilizaria de alguém com o perfil do contador Atella (revelado nas várias e tragi-cômicas entrevistas que concedeu aos jornais) para que fosse o procurador de Verônica junto à Receita?

4ª. Com as declarações do IR de Verônica, Eduardo Jorge, Mendonça, Preciado e Ricardo Sérgio em mãos, que munição bombástica teria o suposto emissário da campanha de Dilma para desestabilizar o adversário (que em 30 de setembro de 2009 ainda não estava definido)? Ou seja, o crime de violação teria consequência tão séria para valer seu risco?

Até às 16h10 desta quinta 2, as respostas a essas perguntas estão no ar. Que o decorrer dos acontecimentos ajudem a respondê-las. Ou não.

Enquanto isso, é possível que o jornalismo tenha que conviver com as seguintes hipóteses, que já povoam a internet, a respeito da autoria do crime:

1ª. Foi a coordenação da campanha de Dilma que orquestrou tudo.

2ª. Foi alguém ligado ao PT que idealizou o golpe, sem orientação da direção da campanha.

3ª. É um esquema comercial, venda de dados para interessados em negócios.

4ª. É outro esquema comercial, venda de dados para jornalistas ou escritores interessados em política.

5ª. Foi a campanha tucana que armou, para incriminar Dilma.

6ª. Foi a pré-campanha de Aécio que armou, para se armar contra a pré-campanha de Serra.

Ou não?

Reportagem: Sinais trocados

***Carta Capital*, em 13/09/10**

Assinatura: Leandro Fortes

Fonte: <http://www.cartacapital.com.br/politica/sinais-trocados>.

Em 30 de janeiro de 2001, o peemedebista Michel Temer, então presidente da Câmara dos Deputados, enviou um ofício ao Banco Central, comandado à época pelo economista Armínio Fraga. Queria explicações sobre um caso escabroso. Naquele mesmo mês, por cerca de 20 dias, os dados de quase 60 milhões de correntistas brasileiros haviam ficado expostos à visitação pública na internet, no que é, provavelmente uma das maiores quebras de sigilo bancário da história do País. O site responsável pelo crime, filial brasileira de uma empresa argentina, se chamava Decidir.com e, curiosamente, tinha registro em Miami, nos Estados Unidos, em nome de seis sócios. Dois deles eram empresárias brasileiras: Verônica Allende Serra e Verônica Dantas Rodenburg.

Ironia do destino, a advogada Verônica Serra, 41 anos, é hoje a principal estrela da campanha política do pai, José Serra, justamente por ser vítima de uma ainda mal explicada quebra de sigilo fiscal cometida por funcionários da Receita Federal. A violação dos dados de Verônica tem sido extensamente explorada na campanha eleitoral. Serra acusou diretamente Dilma Rousseff de responsabilidade pelo crime, embora tenha abrandado o discurso nos últimos dias.

Naquele começo de 2001, ainda durante o segundo mandato do presidente FHC, Temer não haveria de receber uma resposta de Fraga. Esta, se enviada algum dia, nunca foi registrada no protocolo da presidência da Casa. O deputado deixou o cargo menos de um mês depois de enviar o ofício ao Banco Central e foi sucedido pelo tucano Aécio Neves, ex-governador de Minas Gerais, hoje candidato ao Senado. Passados nove anos, o hoje candidato a vice na chapa de Dilma Rousseff garante que nunca mais teve qualquer informação sobre o assunto, nem do Banco Central nem de autoridade federal alguma. Nem ele nem ninguém.

Graças à leniência do governo FHC e à então boa vontade da mídia, que não enxergou, como agora, nenhum indício de um grave atentado contra os direitos dos cidadãos, a história ficou reduzida a um escândalo de emissão de cheques sem fundos por parte de deputados federais. Temer decidiu chamar o Banco Central às falas no mesmo dia em que uma matéria da Folha de São Paulo informava que, graças ao passe livre do Decidir.com, era possível a qualquer um acessar não só os dados bancários de todos os brasileiros com conta corrente ativa, mas também o Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos (CCF), a chamada "lista negra" do BC. Com base nessa facilidade, o jornal paulistano acessou os dados bancários de 692 autoridades brasileiras e se concentrou na existência de 18 deputados enrolados com cheques sem fundos, posteriormente constrangidos pela exposição pública de suas mazelas financeiras.

Entre esses parlamentares despontava o deputado Severino Cavalcanti, então do PPB (atual PP) de Pernambuco, que acabaria por se tornar presidente da Câmara dos Deputados, em 2005, com o apoio da oposição comandada pelo PSDB e pelo ex-PFL (atual

DEM). Os congressistas expostos pela reportagem pertenciam a partidos diversos: um do PL, um do PPB, dois do PT, três do PFL, cinco do PSDB e seis do PMDB. Desses, apenas três permanecem com mandato na Câmara, Paulo Rocha (PT-PA), Gervásio Silva (DEM-SC) e Aníbal Gomes (PMDB-CE). Por conta da campanha eleitoral, CartaCapital conseguiu contato com apenas um deles, Paulo Rocha. Via assessoria de imprensa, ele informou apenas não se lembrar de ter entrado ou não com alguma ação judicial contra a Decidir.com por causa da quebra de sigilo bancário.

Na época do ocorrido, a reportagem da Folha ignorou a presença societária na Decidir.com tanto de Verônica Serra, filha do candidato tucano, como de Verônica Dantas, irmã do banqueiro Daniel Dantas, dono do Opportunity. Verônica D. e o irmão Dantas foram indiciados, em 2008, pela Operação Satiagraha, da Polícia Federal, por crimes de lavagem de dinheiro, evasão de divisas, sonegação fiscal, formação de quadrilha, gestão fraudulenta de instituição financeira e empréstimo vedado. Verônica também é investigada por participação no suborno a um delegado federal que resultou na condenação do irmão a dez anos de cadeia. E também por irregularidades cometidas pelo Opportunity Fund: nos anos 90, à revelia das leis brasileiras, o fundo operava dinheiro de nacionais no exterior por meio de uma facilidade criada pelo BC chamada Anexo IV e dirigida apenas a estrangeiros.

A forma como a empresa das duas Verônicas conseguiu acesso aos dados de milhões de correntistas brasileiros, feita a partir de um convênio com o Banco do Brasil, sob a presidência do tucano Paolo Zaghen, é fruto de uma negociação nebulosa. A Decidir.com não existe mais no Brasil desde março de 2002, quando foi tornada inativa em Miami, e a dupla tem se recusado, sistematicamente, a sequer admitir que fossem sócias, apesar das evidências documentais a respeito. À época, uma funcionária do site, Cíntia Yamamoto, disse ao jornal que a Decidir.com dedicava-se a orientar o comércio sobre a inadimplência de pessoas físicas e jurídicas, nos moldes da Serasa, empresa criada por bancos em 1968. Uma “falha” no sistema teria deixado os dados abertos ao público. Para acessá-los, bastava digitar o nome completo dos correntistas.

A informação dada por Yamamoto não era, porém, verdadeira. O site da Decidir.com, da forma como foi criado em Miami, tinha o seguinte aviso para potenciais clientes interessados em participar de negócios no Brasil: “encontre em nossa base de licitações a oportunidade certa para se tornar um fornecedor do Estado”. Era, por assim dizer, um balcão facilitador montado nos Estados Unidos que tinha como sócias a filha do então ministro da Saúde, titular de uma pasta recheada de pesadas licitações, e a irmã de um banqueiro que havia participado ativamente das privatizações do governo FHC.

A ação do Decidir.com é crime de quebra de sigilo fiscal. O uso do CCF do Banco Central é disciplinado pela Resolução 1.682 do Conselho Monetário Nacional, de 31 de janeiro de 1990, que proíbe divulgação de dados a terceiros. A divulgação das informações também é caracterizada como quebra de sigilo bancário pela Lei nº 4.595, de 1964. O Banco Central deveria ter instaurado um processo administrativo para averiguar os termos do convênio feito entre a Decidir.com e o Banco do Brasil, pois a empresa não era uma entidade de defesa do crédito, mas de promoção de concorrência. As duas também deveriam ter sido alvo de uma investigação da polícia federal, mas nada disso ocorreu. O ministro da Justiça de então era José Gregori, atual tesoureiro da campanha de Serra.

A inércia do Ministério da Justiça, no caso, pode ser explicada pelas circunstâncias políticas do período. A Polícia Federal era comandada por um tucano de carteirinha, o delgado Agílio Monteiro Filho, que chegou a se candidatar, sem sucesso, à Câmara dos Deputados em 2002, pelo PSDB. A vida de Serra e de outros integrantes do partido, entre os quais o presidente Fernando Henrique, estava razoavelmente bagunçada por conta de outra investigação, relativa ao caso do chamado Dossiê Cayman, uma papelada falsa, forjada por

uma quadrilha de brasileiros em Miami, que insinuava a existência de uma conta tuca clandestina no Caribe para guardar dinheiro supostamente desviado das privatizações. Portanto, uma nova investigação a envolver Serra, ainda mais com a família de Dantas a reboque, seria politicamente um desastre para quem pretendia, no ano seguinte, se candidatar à Presidência. A morte súbita do caso, sem que nenhuma autoridade federal tivesse se animado a investigar a monumental quebra de sigilo bancário não chega a ser, por isso, um mistério insondável.

Além de Temer, apenas outro parlamentar, o ex-deputado bispo Wanderval, que pertencia ao PL de São Paulo, se interessou pelo assunto. Em fevereiro de 2001, ele encaminhou um requerimento de informações ao então ministro da Fazenda, Pedro Malan, no qual solicitava providências a respeito do vazamento de informações bancárias promovido pela Decidir.com. Fora da política desde 2006, o bispo não foi encontrado por CartaCapital para informar se houve resposta. Também procurada, a assessoria do Banco Central não deu qualquer informação oficial sobre as razões de o órgão não ter tomado medidas administrativas e judiciais quando soube da quebra de sigilo bancário.

Fundada em 5 de março de 2000, a Decidir.com foi registrada na Divisão de Corporações do estado da Flórida, com endereço em um prédio comercial da elegante Brickell Avenue, em Miami. Tratava-se da subsidiária americana de uma empresa de mesmo nome criada na Argentina, mas também com filiais no Chile (onde Verônica Serra nasceu, em 1969, quando o pai estava exilado), México, Venezuela e Brasil. A diretoria-executiva registrada em Miami era composta, além de Verônica Serra, por Verônica Dantas, do Oportunity, Brian Kim, do Citibank, e por mais três sócios da Decidir.com da Argentina, Guy Nevo, Esteban Nofal e Esteban Brenman. À época, o Citi era o grande fiador dos negócios de Dantas mundo afora. Segundo informação das autoridades dos Estados Unidos, a empresa fechou dois anos depois, em 5 de março de 2002. Manteve-se apenas em Buenos Aires, mas com um novo slogan: “com os nossos serviços você poderá concretizar negócios seguros, evitando riscos desnecessários”.

Quando se associou a Verônica D. Na Decidir.com, em 2000, Verônica S. era diretora para a América Latina da companhia de investimentos International Real Returns (IRR), de Nova York, que administrava uma carteira de negócios de 660 bilhões de dólares. Advogada formada pela Universidade de São Paulo, com pós-graduação em Harvard, nos EUA, Verônica S. Também se tornou conselheira de uma série de companhias dedicadas ao comércio digital na América Latina, entre elas a Patagon.com, Chinook.com, TokenZone.com, Gemelo.com, Edgix, BB2W, Latinarte.com, Movilogic e Endeavor Brasil. Entre 1997 e 1998, havia sido vice-presidente da Leucadia National Corporation, uma companhia de investimentos de 3 bilhões de dólares especializada nos mercados da América Latina, Ásia e Europa. Também foi funcionária do Goldman Sachs, em Nova York.

Verônica S. ainda era sócia do pai na ACP – Análise da Conjuntura Econômica e Perspectivas Ltda, fundada em 1993. A empresa funcionava em um escritório no bairro da Vila Madalena, em São Paulo, cujo proprietário era o cunhado do candidato tuca, Gregório Marin Preciado, ex-integrante do conselho de administração do Banco do Estado de São Paulo (Banespa), nomeado quando Serra era secretário de Planejamento do governo de São Paulo, em 1993. Preciado obteve uma redução de dívida no Banco do Brasil de 448 milhões de reais para irrisórios 4,1 milhões de reais no governo FHC, quando Ricardo Sérgio de Oliveira, ex-arrecadador de campanha de Serra, era diretor da área internacional do BB e articulava as privatizações.

Por coincidência, as relações de Verônica S. com a Decidir.com e a ACP fazem parte do livro Os Porões da Privatária, a ser lançado pelo jornalista Amaury Ribeiro Jr. Em 2011. De acordo com o texto de Ribeiro Jr., a Decidir.com foi basicamente financiada, no Brasil, pelo

Banco Opportunity com um capital de 5 milhões de dólares. Em seguida, transferiu-se, com o nome de Decidir International Limited, para o escritório do Ctco Building, em Road Town, Ilha de Tortola, nas Ilhas Virgens Britânicas, famoso paraíso fiscal no Caribe. De lá, afirma o jornalista, a Decidir.com internalizou 10 milhões de reais em ações da empresa no Brasil, que funcionava no escritório da própria Verônica S. A essas empresas deslocadas para vários lugares, mas sempre com o mesmo nome, o repórter apelida, no livro, de “empresas-camaleão”.

Oficialmente, Verônica S. e Verônica D. abandonaram a Decidir.com em março de 2001 por conta do chamado “estouro da bolha” da internet – iniciado um ano antes, em 2000, quando elas se associaram em Miami. A saída de ambas da sociedade coincide, porém, com a operação abafa que se seguiu à notícia sobre a quebra de sigilo bancário dos brasileiros pela companhia. Em julho de 2008, logo depois da Operação Satiagraha, a filha de Serra chegou a divulgar uma nota oficial para tentar descolar o seu nome da irmã de Dantas. “Não conheço Verônica Dantas, nem pessoalmente, nem de vista, nem por telefone, nem por e-mail”, anunciou.

Segundo ela, a irmã do banqueiro nunca participou de nenhuma reunião de conselho da Decidir.com. Os encontros mensais ocorriam, em geral, em Buenos Aires. Verônica Serra garantiu que a xará foi apenas “indicada” pelo Consórcio Citibank Venture Capital (CVC)/Opportunity como representante no conselho de administração da empresa fundada em Miami. Ela também negou ter sido sócia da Decidir.com, mas apenas “representante” da IRR na empresa. Mas os documentos oficiais a desmentem.

Reportagem: Uma guerra Tucana

***Carta Capital*, em 27/10/2010**

Assinatura: Leandro Fortes

Fonte: edição 619

A mídia rebola para esconder o fato: a quebra do sigilo da turma de Serra é fruto de uma guerra tucana

Apesar do esforço em atribuir a culpa à campanha de Dilma Rousseff, o escândalo da quebra dos sigilos fiscais de políticos do PSDB e de parentes do candidato José Serra que dominou boa parte do debate no primeiro turno teve mesmo a origem relatada por CartaCapital em junho: uma disputa fratricida no tucanato.

Obrigada a abrir os resultados do inquérito após uma reportagem da Folha de S.Paulo com conclusões distorcidas, a Polícia Federal revelou ter sido o jornalista Amaury Ribeiro Júnior, então a serviço do jornal O Estado de Minas, que encomendou a despachantes de São Paulo a quebra dos sigilos. O serviço ilegal foi pago. E há, como se verá adiante, divergências nos valores desembolsados (o pagamento teria variado, segundo as inúmeras versões, de 8 mil a 13 mil reais).

Ribeiro Júnior prestou três depoimentos à PF. No primeiro, afirmou que todos os documentos em seu poder haviam sido obtidos de forma legal, em processos públicos. Confrontado com as apurações policiais, que indicavam o contrário, foi obrigado nos demais a revelar a verdade. Segundo contou o próprio repórter, a encomenda aos despachantes fazia parte de uma investigação jornalística iniciada a pedido do então governador de Minas Gerais, Aécio Neves, que buscava uma forma de neutralizar a arapongagem contra ele conduzida pelo deputado federal e ex-delegado Marcelo Itagiba, do PSDB. Itagiba, diz Ribeiro Júnior, agiria a mando de Serra. À época, Aécio disputava com o colega paulista a indicação como candidato à Presidência pelo partido.

Ribeiro Júnior disse à PF ter sido escalado para o serviço diretamente pelo diretor de redação do jornal mineiro, Josemar Gimenez, próximo à irmã de Aécio, Andréa Neves. A apuração, que visava levantar escândalos a envolver Serra e seus aliados durante o processo de privatização do governo Fernando Henrique Cardoso, foi apelidada de Operação Caribe. O nome sugestivo teria a ver com supostas remessas ilegais a paraísos fiscais.

Acuado por uma investigação tocada por Itagiba, chefe da arapongagem de Serra desde os tempos do Ministério da Saúde, Aécio temia ter a reputação assassinada nos moldes do sucedido com Roseana Sarney, atual governadora do Maranhão, em 2002. Naquele período, a dupla Itagiba-Serra articulou com a Polícia Federal a Operação Lunus, em São Luís (MA), que flagrou uma montanha de dinheiro sujo na empresa de Jorge Murad, marido de Roseana, então no PFL. Líder nas pesquisas, Roseana acabou fora do páreo após a imagem do dinheiro ter sido exibida diuturnamente nos telejornais. Serra acabou ungido a candidato da aliança à Presidência, mas foi derrotado por Lula. A família Sarney jamais perdoou o tucano pelo golpe.

Influente nos dois mandatos do irmão, Andréa Neves foi, por sete anos, presidente do Serviço Voluntário de Assistência Social (Servas) de Minas Gerais, cargo tradicional das primeiras-damas mineiras, ocupado por ela por conta da solteirice de Aécio. Mas nunca foi sopa quente ou agasalho para os pobres a vocação de Andréa. Desde os primeiros dias do primeiro mandato do irmão, ela foi escalada para intermediar as conversas entre o Palácio da Liberdade e a mídia local. Virou coordenadora do Grupo Técnico de Comunicação do governo, formalmente criado para estabelecer as diretrizes e a execução das políticas de prestação de contas à população. Suas relações com Gimenez se estreitaram.

Convenientemente apontado agora como “jornalista ligado ao PT”, Ribeiro Júnior sempre foi um franco-atirador da imprensa brasileira. E reconhecido. Aos 47 anos, ganhou três prêmios Esso e quatro vezes o Prêmio Vladimir Herzog, duas das mais prestigiadas premiações do jornalismo nativo. O repórter integra ainda o Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos e é um dos fundadores da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji). Entre outros veículos, trabalhou no Jornal do Brasil, O Globo e IstoÉ. Sempre se destacou como um farejador de notícia, sem vínculo com políticos e partidos. Também é reconhecido pela coragem pessoal. Nunca, portanto, se enquadrou no figurino de militante.

Em 19 de setembro de 2007, por exemplo, Ribeiro Júnior estava em um bar de Cidade Ocidental, em Goiás, no violento entorno do Distrito Federal, para onde havia ido a fim de fazer uma série de reportagens sobre a guerra dos traficantes locais. Enquanto tomava uma bebida, foi abordado por um garoto de boné, bermuda, casaco azul e chinelo com uma arma em punho. O jornalista pulou em cima do rapaz e, atracado ao agressor, levou um tiro na barriga. Levado consciente ao hospital, conseguiu se recuperar e, em dois meses, estava novamente a postos para trabalhar no Correio Braziliense, do mesmo grupo controlador do Estado de Minas, os Diários Associados. Gimenez acumula a direção de redação dos dois jornais.

Depois de baleado, Ribeiro Júnior, contratado pelos Diários Associados desde 2006, foi transferido para Belo Horizonte, no início de 2008, para sua própria segurança. A partir de então, passou a ficar livre para tocar a principal pauta de interesse de Gimenez: o dossiê de contrainformação encomendado para proteger Aécio do assédio da turma de Serra. O jornalista tinha viagens e despesas pagas pelo jornal mineiro e um lugar cativo na redação do Correio em Brasília, inclusive com um telefone particular. Aos colegas que perguntavam de suas rápidas incursões na capital federal, respondia, brincalhão: “Vim ferrar com o Serra”.

Na quarta-feira 20, por ordem do ministro da Justiça, Luiz Paulo Barreto, a cúpula da PF foi obrigada a se movimentar para colocar nos eixos a história da quebra de sigilos. A intenção inicial era só divulgar os resultados após o término das eleições. O objetivo era evitar que as conclusões fossem interpretadas pelos tucanos como uma forma de tentar ajudar a campanha de Dilma Rousseff. Mas a reportagem da Folha, enviezada, obrigou o governo a mudar seus planos. E precipitou uma série de versões e um disse não disse, que acabou por atingir o tucanato de modo irremediável.

Em entrevista coletiva na quarta-feira 20, o diretor-geral da PF, Luiz Fernando Corrêa, e o delegado Alessandro Moretti, da Divisão de Inteligência Policial (DIP), anunciaram não existir relação entre a quebra de sigilo em unidades paulistas da Receita Federal e a campanha presidencial de 2010. De acordo com Moretti, assim como constou de nota distribuída aos jornalistas, as provas colhidas revelaram que Ribeiro Júnior começou a fazer levantamento de informações de empresas e pessoas físicas ligadas a tucanos desde o fim de 2008, por conta do trabalho no Estado de Minas. A informação não convenceu boa parte da mídia, que tem arrumado maneiras às vezes muito criativas de manter aceso o suposto elo entre a quebra de sigilo e a campanha petista.

Em 120 dias de investigação, disse o delegado Moretti, foram ouvidas 37 testemunhas em mais de 50 depoimentos, que resultaram nos indiciamentos dos despachantes Dirceu Rodrigues Garcia e Antonio Carlos Atella, além do office-boy Ademir Cabral, da funcionária do Serpro cedida à Receita Federal Adeildda dos Santos, e Fernando Araújo Lopes, suspeito de pagar à servidora pela obtenção das declarações de Imposto de Renda. Ribeiro Júnior, embora tenha confessado à PF ter encomendado os documentos, ainda não foi indiciado. Seus advogados acreditam, porém, que ele não escapará. Um novo depoimento do jornalista à polícia já foi agendado. De acordo com a investigação, a filha e o genro do candidato do PSDB, Verônica Serra e Alexandre Bourgeois, tiveram os sigilos quebrados na delegacia da Receita de Santo André, no ABC Paulista. Outras cinco pessoas, das quais quatro ligadas ao PSDB, tiveram o sigilo violado em 8 de outubro de 2009, numa unidade da Receita em Mauá, também na Grande São Paulo. Entre elas aparecem o ex-ministro das Comunicações do governo Fernando Henrique Cardoso, o economista Luiz Carlos Mendonça de Barros, e Gregório Preciado, ex-sócio de Serra. O mesmo ocorreu em relação a Ricardo Sérgio de Oliveira, ex-diretor do Banco do Brasil e tesoureiro de campanhas de Serra e FHC.

Segundo dados da PF, todas as quebras de sigilo ocorreram entre setembro e outubro de 2009. As informações foram utilizadas para a confecção de relatórios, e todas as despesas da ação do jornalista, segundo o próprio, foram custeadas pelo jornal mineiro. Mas o repórter informou aos policiais ter disposto de 12 mil reais, em dinheiro, para pagar pelos documentos – 8,4 mil reais, segundo Dirceu Garcia – e outras despesas de viagem e hospedagem. Garcia revelou ao Jornal Nacional, da TV Globo, na mesma quarta 20, ter recebido 5 mil reais de Ribeiro Júnior, entre 9 e 19 de setembro passado, como “auxílio”. A PF acredita que o “auxílio” é, na verdade, uma espécie de suborno para o despachante não confessar a quebra ilegal dos sigilos.

A nota da PF sobre a violação fez questão de frisar que “não foi comprovada sua utilização em campanha política”, base de toda a movimentação da mídia em torno de Ribeiro Júnior desde que, em abril, ele apareceu na revista Veja como integrante do tal “grupo de inteligência” da pré-campanha de Dilma Rousseff. Embora seja a tese de interesse da campanha tucana e, por extensão, dos veículos de comunicação engajados na candidatura de Serra, a ligação do jornalista com o PT não chegou a se consumir e é um desdobramento originado da encomenda feita por Aécio.

A vasta apuração da Operação Caribe foi transformada em uma reportagem jamais publicada pelo Estado de Minas. O material, de acordo com Ribeiro Júnior, acabou por render um livro que ele supostamente pretende lançar depois das eleições. Intitulado Os Porões da Privatária, a obra pretende denunciar supostos esquemas ilegais de financiamento, lavagem de dinheiro e transferência de recursos oriundos do processo de privatização de estatais durante o governo FHC para paraísos fiscais no exterior. De olho nessas informações, e preocupado com “espiões” infiltrados no comitê, o então coordenador de comunicação da pré-campanha de Dilma, Luiz Lanzetta, decidiu procurar o jornalista.

Lanzetta conhecia Ribeiro Júnior e também sabia que o jornalista tinha entre suas fontes notórios arapongas de Brasília. Foi o repórter quem intermediou o contato de Lanzetta com o ex-delegado Onézimo Souza e o sargento da Aeronáutica Idalberto Matias de Araújo, o Dadá. O quarteto encontrou-se no restaurante Fritz, localizado na Asa Sul da capital federal, em 20 de abril. Aqui, as versões do conteúdo do convescote divergem. Lanzetta e Ribeiro Júnior garantem que a intenção era contratar Souza para descobrir os supostos espiões. Segundo o delegado, além do monitoramento interno, a dupla queria também uma investigação contra Serra. O encontro no Fritz acabou por causar uma enorme confusão na pré-campanha de Dilma e, embora não tenha resultado em nada, deu munição para a oposição e fez proliferar, na mídia, o mito do “grupo de inteligência” montado para fabricar dossiês contra Serra. A quebra dos sigilos tornou-se uma obsessão do programa eleitoral tucano, até que, ante a falta de dividendos eleitorais, partiu-se para um alvo mais eficiente: os escândalos de nepotismo a envolver a então ministra da Casa Civil Erenice Guerra.

O tal “grupo de inteligência” que nunca chegou a atuar está na base de outra disputa fratricida, desta vez no PT. De um lado, Fernando Pimentel, ex-prefeito de Belo Horizonte que indicou a empresa de Lanzetta, a Lanza Comunicações, para o trabalho no comitê eleitoral petista. Do outro, o deputado estadual por São Paulo Rui Falcão, interessado em assumir maior protagonismo na campanha de Dilma Rousseff. Essa guerra de poder e dinheiro resultou em um escândalo à moda desejada pelo PSDB. Em um dos depoimentos à polícia, Ribeiro Júnior acusa Falcão de ter roubado de seu computador as informações dos sigilos fiscais dos tucanos. Segundo o jornalista, o deputado teria mandado invadir o quarto do hotel onde ele esteve hospedado em Brasília. Também atribuiu ao petista o vazamento de informações a Veja. O objetivo de Falcão seria afastar Lanzetta da pré-campanha e assumir maiores poderes. À Veja, Falcão teria se apresentado como o lúcido que impediu que vicejasse uma nova versão dos aloprados, alusão aos petistas presos em 2006 quando iriam comprar um dossiê contra Serra. Em nota oficial, o parlamentar rebateu as acusações. Segundo Falcão, Ribeiro Júnior terá de provar o que diz.

As conclusões do inquérito não satisfizeram a mídia. Na quinta 21, a tese central passou a ser de que Ribeiro Júnior estava de férias – e não a serviço do jornal – quando veio a São Paulo buscar a encomenda feita ao despachante. E que pagou a viagem de Brasília à capital paulista em dinheiro vivo. Mais: na volta das férias, o jornalista teria pedido demissão do Estado de Minas sem “maiores explicações”.

É o velho apego a temas acessórios para esconder o essencial. Por partes: A retirada dos documentos em São Paulo é resultado de uma apuração, conduzida, vê-se agora, por métodos ilegais, iniciada quase um ano antes. Não há dúvidas de que o diário mineiro pagou a maioria das despesas do repórter para o levantamento das informações. Ele não é filiado ao PT ou trabalhou na campanha ou na pré-campanha de Dilma. Ribeiro Júnior pediu demissão, mas não de forma misteriosa como insinua a imprensa. O pedido ocorreu por causa da morte de seu pai, dono de uma pizzeria e uma fazenda em Mato Grosso. Sem outros parentes que pudessem cuidar do negócio, o jornalista decidiu trocar a carreira pela vida de pequeno empresário. Neste ano, decidiu regressar ao jornalismo. Hoje ele trabalha na TV Record.

Quando o resultado do inquérito veio à tona, a primeira reação do jornal mineiro foi soltar uma nota anódina que nem desmentia nem confirmava o teor dos depoimentos de Ribeiro Júnior. “O Estado de Minas é citado por parte da imprensa no episódio de possível violação de dados fiscais de pessoas ligadas à atual campanha eleitoral. Entende que isso é normal e recorrente, principalmente às vésperas da eleição, quando os debates se tornam acalorados”, diz o texto. “O jornalista Amaury Ribeiro Júnior trabalhou por três anos no Estado de Minas e publicou diversas reportagens. Nenhuma, absolutamente nenhuma, se referiu ao fato agora em questão. O Estado de Minas faz jornalismo.”

No momento em que o assunto tomou outra dimensão, a versão mudou bastante. Passou a circular a tese de que Ribeiro Júnior agiu por conta própria, durante suas férias. Procurado por CartaCapital, Gimenez ficou muito irritado com perguntas sobre a Operação Caribe. “Não sei de nada, isso é um absurdo, não estou lhe dando entrevista”, disse, alterado, ao telefone celular. Sobre a origem da pauta, foi ainda mais nervoso. “Você tem de perguntar ao Amaury”, arrematou. Antes de desligar, anunciou que iria divulgar uma nova nota pública, desta vez para provar que Ribeiro Júnior, funcionário com quem manteve uma relação de confiança profissional de quase cinco anos, não trabalhava mais nos Diários Associados quando os sigilos dos tucanos foram quebrados na Receita. A nota, ao que parece, nem precisou ser redigida. Antes da declaração de Gimenez a CartaCapital, o UOL, portal na internet do Grupo Folha, deu guarida à versão. Em seguida, ela se espalhou pelo noticiário. Convenientemente.

O que Gimenez não pode negar é a adesão do Estado de Minas ao governador Aécio Neves na luta contra a indicação de Serra. Ela se tornou explícita em 3 de fevereiro deste ano, quando um editorial do jornal intitulado Minas a Reboque, Não! soou como um grito de guerra contra o tucanato paulista. No texto, iniciado com a palavra “indignação”, o diário partiu para cima da decisão do PSDB de negar as prévias e impor a candidatura de Serra contra as pretensões de Aécio. Também pareceu uma resposta às insinuações maldosas de um articulista de O Estado de S. Paulo dirigidas ao governador de Minas.

“Os mineiros repelem a arrogância de lideranças políticas que, temerosas do fracasso a que foram levados por seus próprios erros de avaliação, pretendem dispor do sucesso e do reconhecimento nacional construído pelo governador Aécio Neves”, tascou o editorial. Em seguida, desfiavam-se as piores previsões possíveis para a candidatura de Serra: “Fazem parecer obrigação do líder mineiro, a quem há pouco negaram espaço e voz, cumprir papel secundário, apenas para injetar ânimo e simpatia à chapa que insistem ser liderada pelo governador de São Paulo, José Serra”. E termina, melancólico: “Perplexos ante mais essa demonstração de arrogância, que esconde amorismo e inabilidade, os mineiros estão, porém, seguros de que o governador ‘político de alta linhagem de Minas’ vai rejeitar papel subalterno que lhe oferecem. Ele sabe que, a reboque das composições que a mantiveram fora do poder central nos últimos 16 anos, Minas desta vez precisa dizer não”.

Ao longo da semana, Aécio desmentiu mais de uma vez qualquer envolvimento com o episódio. “Repúdio com veemência e indignação a tentativa de vinculação do meu nome às graves ações envolvendo o PT e o senhor Amaury Ribeiro Jr., a quem não conheço e com quem jamais mantive qualquer tipo de relação”, afirmou. O senador recém-eleito disse ainda que o Brasil sabe quem tem o DNA dos dossiês, em referência ao PT.

Itagiba, derrotado nas últimas eleições, também refutou as acusações de que teria comandado um grupo de espionagem com o intuito de atingir Aécio Neves, no meio da briga pela realização de prévias no PSDB. “Não sou araponga. Quando fui delegado fazia investigação em inquérito aberto, não espionagem, para pôr na cadeia criminosos do calibre desses sujeitos que formam essa camarilha inscrustada no PT.”